

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
FABÍOLA BRIGANTE DEL PORTO

“JOVENS DA DEMOCRACIA?”

Valores políticos das coortes da juventude brasileira
no período democrático recente
(1989 a 2006)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientadora: Profa. Dra. Rachel Meneguello

Campinas
Março de 2012

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
CECÍLIA MARIA JORGE NICOLAU – CRB8/3387 – BIBLIOTECA DO IFCH
UNICAMP

D386j Del Porto, Fabíola Brigante, 1977-
“Jovens da democracia”? : valores políticos das coortes
da juventude brasileira no período democrático recente
(1989-2006) / Fabíola Brigante Del Porto. - - Campinas, SP
: [s. n.], 2012.

Orientador: Rachel Meneguello.
Tese (doutorado) - Universidade Estadual de
Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Cultura política . 2. Democracia. 3. Juventude -
Brasil. I. Meneguello, Rachel, 1958- II. Universidade
Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas. III.Título.

Informação para Biblioteca Digital

Título em Inglês: “Youth of democracy”? : political values of the cohorts
of the Brazilian youth in the recent democracy (1989-2006)

Palavras-chave em inglês:

Political culture

Democracy

Youth –Brazil

Área de concentração: Ciência Política

Titulação: Doutor em Ciência Política

Banca examinadora:

Rachel Meneguello [Orientador]

Gustavo Venturi

José Álvaro Moisés

Lúcia Mercês de Avelar

Valeriano Mendes Ferreira Costa

Data da defesa: 12-03-2012

Programa de Pós-Graduação: Ciência Política

Fabiola Brigante Del Porto

“Jovens da democracia?” Valores políticos das coortes da juventude brasileira no período democrático recente (1989 a 2006).

Tese de Doutorado apresentada ao departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, sob orientação da Profa. Dra. Rachel Meneguello, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Este exemplar corresponde à redação final da tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 12/03/2012.

Comissão Julgadora

Titulares:

Profa. Dra. Rachel Meneguello - Orientadora - IFCH/UNICAMP

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa - IFCH/UNICAMP

Profa. Dra. Lucia Mercês de Avelar – UnB.

Prof. Dr. Gustavo Venturi – USP

Prof. Dr. José Álvaro Moisés - USP

Suplentes:

Profa. Dra. Luciana Ferreira Tatagiba - IFCH/UNICAMP

Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy – UNESP

Prof. Dr. Oswaldo Martins Estanislau do Amaral - ESPM

**Campinas
Março de 2012**

Para minha mãe, Beatriz, com
gratidão e esperança.

AGRADECIMENTOS

Com alegria, quero agradecer publicamente às pessoas envolvidas na realização desta tese, sem as quais sua finalização não teria sido possível e, ainda que o fosse, não faria sentido. Considero-me uma pessoa privilegiada por ter partilhado este momento com muitas pessoas e, infelizmente, creio não ser capaz de fazer justiça a todos.

Minha gratidão eterna a meus pais, Antônio e Beatriz, pela vida, pelo amor e pela educação que me tornaram digna de chegar até aqui. Quis a vida que meu pai nos deixasse quando eu ainda aprendia a ler e não estivesse de corpo presente para partilhar essa conquista, mas seus valores, seu caráter, seu sorriso e seus livros (ele, que não chegou a concluir sua graduação em Física, fez, quando eu nem havia nascido, a coleção “Os pensadores”, que “herdei”) me acompanharam em toda a minha trajetória como ser humano e sempre serão inspiração e motivação. Esta tese é especialmente dedicada à minha mãe, Beatriz, por seu amor, carinho, companheirismo, dedicação, força e luta incondicionais para nos educar (a mim e ao meu irmão) na ausência de meu pai. Em específico, agradeço-lhe por sua incansável disponibilidade, apoio e carinho durante todos os momentos de realização deste trabalho, sobretudo naqueles que eu fiquei incomunicável e insuportável. E por, mesmo descobrindo-se doente no último ano, continuar sendo meu porto-seguro e grande incentivadora para sua finalização.

Agradeço ainda ao meu irmão, Erick, por sua paciência, amizade, sensibilidade, sabedoria e mesmo por nossas discussões que, desde sempre, me foram referências para a vida. Mesmo distante, foi (e é) presente aos meus chamados, ouviu(e) os meus choros e lamúrias e partilhou as alegrias e conquistas de minha trajetória acadêmica. Sempre tentando me fazer baixar a autocrítica, me ajudou a entender que é preciso escolher um caminho e seguir em frente “para não perder o bonde da história” e que sempre é possível mudar a rota e recomeçar. Seu apoio me ajudou na decisão de realizar este doutorado, cinco anos depois de finalizado o mestrado. Agradeço ainda à Adriana, minha cunhada, e à Luísa, minha sobrinha e afilhada, pela alegria e renovação que trouxeram à nossa família e pela compreensão pelos poucos, mas intensos, momentos de convivência durante esses anos. Jamais esquecerei da “participação” de Luísa em um dos momentos finais de realização deste trabalho. Eu andando para lá e para cá apreensiva, olhei para ela e, num suspiro, disse: “Ah! Luísa, a Dinda precisa de luz”...e ela, prontamente, saiu apertando todos os interruptores da casa!

À Rachel Meneguello, muito mais do que orientadora, também tenho uma enorme gratidão. Professora desde minha graduação, minha coordenadora em vários trabalhos no Cesop há dez anos e amiga, enxergou meu potencial onde eu mesma não via e não desistiu de me incentivar a encarar o doutorado. Seu envolvimento, dedicação e rigor com a pesquisa sempre me foram exemplos a serem seguidos e a paixão pela área do comportamento político acabou por me contagiar e a me ajudar a decidir enveredar por uma área que, por sua relação com a Estatística, jamais passara pela minha cabeça seguir quando escolhi fazer graduação em Ciências Sociais, embora, desde lá, já me inclinasse pela Ciência Política. Especificamente com relação ao desenvolvimento deste trabalho, agradeço à orientação rigorosa, ao estímulo, às críticas, aos elogios, à compreensão e à paciência pelas dificuldades enfrentadas, sobretudo no último ano. Agradeço mesmo pelos “puxões de orelha” levados ao longo do percurso quando dos meus choros, firulas e lamúrias, que sempre foram certos em me fazer terminar as várias etapas do trabalho e não desistir.

Os anos de trabalho no ambiente do Cesop, desde 2002, sem dúvida, tornaram a realização deste estudo uma possibilidade. Com muito carinho, sou grata à Rosilene Sydney Gelape, que “me viu crescer” na universidade e muito me ajudou para isso com sua amizade, com nossas conversas sobre os mais diversos assuntos, sua sabedoria, seu apoio, nossas parcerias no trabalho e com os bolos e chocolates que adoçaram a realização deste estudo. Não posso deixar de mencionar seu trabalho competente e prestativo no cuidado com o Banco de Dados do Cesop: além de suas pesquisas basearem esta tese, a seriedade e comprometimento profissionais da Rosi também me serviram(em) de inspiração em minha própria conduta na academia.

Muitas foram as pessoas com quem convivi no Cesop em todos esses anos, nos vários momentos dessa trajetória, mas menciono aquelas que contribuíram para alguma das várias etapas do presente estudo. Assim, agradeço ao Clécio da Silva Ferreira por me ajudar a desvendar a Estatística, por seu rigor e presteza nos auxílios e pela paciência com minhas dúvidas óbvias tanto nos trabalhos que realizamos juntos como nas primeiras leituras dos dados do presente estudo. Agradeço ainda à Laís pelo apoio profissional e amigo. Menciono também duas pessoas que me conhecem e auxiliam desde minha iniciação científica, ainda na graduação, e, hoje, membros do Pagu, núcleo de estudos vizinho ao Cesop, fazem parte deste momento: agradeço, assim, aos socorros informáticos do Jadison Freitas e ao estímulo da Iara Beleli, que desde lá atrás procura me fazer ver que não há o que temer pois “ninguém sabe mais do meu trabalho do que eu mesma”.

Sou grata ainda ao professor Fernando Lourenço, pelas aulas ainda na graduação, pela coordenação de trabalhos no Cesop e pelos constantes incentivos para que eu ingressasse no doutorado. Também quero mencionar o apoio como avaliador e amigo do professor Valeriano Mendes Ferreira Costa, que, desde o mestrado e sempre com tranquilidade e objetividade, tem contribuído para o desenvolvimento dos meus trabalhos.

Entre 2007 e 2009, minha participação no grupo de pesquisa “A desconfiança dos cidadãos das instituições democráticas”, coordenado pelos professores José Álvaro Moisés (Departamento de Ciência Política da USP) e Rachel Meneguello, e apoiado pela Fapesp (Processo Fapesp 07952-8/04), também foram de grande valia para a construção do presente estudo. Ainda que no âmbito daquele grupo eu tenha me dedicado sobretudo à análise da desconfiança da justiça, os seminários e partilhas com os demais membros do grupo enriqueceram minhas leituras sobre a democratização, a desconfiança política e seus impactos no exercício da cidadania e sobre a qualidade da democracia e me ajudaram no aprendizado do tratamento estatístico de dados. Quero ainda agradecer ao professor Moisés pela leitura, críticas e sugestões feitas ao artigo apresentado no encontro da ABCP em agosto de 2010, com algumas diretrizes da tese que ora finalizo. Nesse sentido, agradeço ainda ao professor Gustavo Venturi (Departamento de Sociologia da USP), pelas críticas e sugestões feitas ao trabalho apresentado no Exame de Qualificação em abril de 2010.

Expresso também minha alegria e gratidão aos professores Lúcia Avelar, José Álvaro Moisés, Gustavo Venturi e Valeriano Mendes Ferreira Costa, membros titulares da banca de defesa do doutorado, pela avaliação cuidadosa de meu trabalho e pelas críticas e sugestões para seu aprimoramento e continuidade.

Por último no âmbito institucional, mas não menos importante, agradeço à Fapesp, que me forneceu uma bolsa de estudos entre os anos de 2007 e 2011 (Processo Fapesp 06/61752-6) e ao seu parecerista anônimo que, anualmente, acompanhou o

desenvolvimento deste estudo, sem os quais a realização desta tese não teria se concretizado.

Neste momento, não posso deixar de mencionar os amigos feitos ainda na Graduação e os agregados que, mesmo indiretamente e muitos deles distantes, deram sentido à minha trajetória até aqui: Ana, Carol Cantarino, Carol Justo, Flávia, Katia, Vitor, Tatiana, Gustavo, Rodrigo e Alberto Vasquez. À Larissa, agradeço à amizade, à prontidão de sempre e a companhia para tudo e todas as horas e a franqueza para apontar minhas falhas, por me ajudar a cutucar minhas feridas e a tentar ser menos rígida com o trabalho e com as pessoas. Aproveito este momento para expressar minha gratidão à Isabela, que conheci através da Larissa, quando eu ingressava no doutorado e que também se tornou uma amiga para todas as horas. Com ela pude compartilhar diretamente as dificuldades, angústias e alegrias de escrever a tese, já que vivemos esse momento de nossas vidas praticamente juntas.

Ao meu querido Hermógenes Saviani Filho, agradeço a paciência, a alegria e o companheirismo, que ajudaram a tornar mais leves as diversas fases da realização desta empreitada. A ele, sou particularmente grata por me ajudar a entender que uma tese é apenas um trabalho que, claro, exige esforço e dedicação, mas que tem que ser agradável e não pode tomar uma dimensão maior do que nós mesmos. E, mais do que isso, que existe vida após e mesmo durante a realização da tese.

Frequentar um grupo semanal de Biodanza, que conheci através do João, da Tânia e do André, durante praticamente todos os anos de doutorado, entre outras coisas, me ajudou a tentar acreditar na minha capacidade para conquistar o título de doutora, enfrentar a dificuldade de me expor e diminuir minhas exigências comigo e com os outros. Sou muito grata ao Niuvenius Junqueira Paoli, meu facilitador na Biodanza, por ter me acolhido em seu belo trabalho e pelos amigos feitos na roda, cujas experiências e trocas me fortaleceram, me tornaram mais terna com as exigências do trabalho acadêmico e um pouco menos medrosa para chegar até aqui. E, sobretudo, renovaram meu olhar sobre a vida, amaciaram a vivência de suas agruras e me ajudaram a respeitar meu jeito menina de ser. Sou muito grata à Malu, à Helô, ao Edu, à Débora, à Claudia, à Mary, à Soeli, à Bel, à Thaís, à Magda, à Marilene, ao Heinz, ao Gui e ao Wilson pelas vivências, pelos abraços, pelas partilhas, pelos incentivos e pelos colos dentro e fora da roda.

Também sou muito grata à Vera Lúcia Signori, que tive o privilégio de conhecer em uma de minhas caminhadas pelo Bosque dos Jequitibás, já no meio da jornada do doutorado e que, desde o nosso primeiro contato, me ofereceu sua amizade, carinho, força e muito me estimulou e “cobrou” a finalização da tese. Finalmente, mas não menos importante, não posso deixar de mencionar as terapias feitas nas aulas de hidroginástica com as amigas (muitas delas psicólogas!) Adriana Duarte, Duda, Rosali, Eliége, Sônia Barros, Sônia Cruz, Sônia Tavares e mesmo Iara Beleli (também da Unicamp) e o amigo Ronaldo Colalillo. Agradeço ainda à Cássia, à Ciça, à Gláucia e à Renata pela amizade e pelas aulas de alongamento, ginástica e yoga, que fui mais ou menos assídua ao longo de todos esses anos, e que foram fundamentais para que meu corpo não “quebrasse” após tantas horas dos dias e noites na frente do computador. Aos companheiros de corrida Adriana e Marius Buratto, Heliana Hess e Isa Camargo, agradeço pelo apoio amigo em momentos difíceis de minha vida e pelo estímulo.

“Jovens da democracia”? Valores políticos das coortes da juventude brasileira no período democrático recente (1989 a 2006)

Resumo

Esta tese estuda os valores políticos dos sucessivos grupos de jovens “em formação” no cenário da democratização brasileira e os compara àqueles expressos por seus concidadãos mais velhos, que viveram, pelo menos, o regime militar. O estudo é baseado na análise longitudinal de *surveys* nacionais realizados em 1989, 1993 e 2006 e as variáveis utilizadas são a preferência por regimes políticos, a confiança nas instituições representativas, a percepção da eficácia política, o voto voluntário, os hábitos de conversa e informação políticas e a participação em associações ou comunidades de bairro. Com os pressupostos de que a socialização política ocorre por toda a vida e que as experiências políticas mais recentes, com o regime corrente, importam mais na avaliação e adesão a esse regime, a hipótese da tese aponta que a faixa etária dos indivíduos - como “coorte” ou como “ciclo de vida” - não tem impacto independente sobre aqueles aspectos de seu envolvimento político-institucional e democrático.

A partir do cenário da adesão majoritária à democracia dos brasileiros e seus paradoxos, a análise dos dados pautou-se em técnicas estatísticas descritivas e exploratórias para visualizar os padrões de transmissão geracional nas mudanças e continuidades da cultura política dos brasileiros e em que medida os jovens que viveram seus “anos formativos” durante a democratização brasileira acompanharam essas tendências atitudinais.

Os processamentos estatísticos utilizados (testes de associação, regressões logísticas e análise de agrupamentos) apontaram não haver diferenças marcantes nos valores políticos dos cidadãos brasileiros relacionadas à sua coorte de nascimento. Através do período, apenas a desconfiança política diminuiu em patamares sustentados da coorte mais nova a mais velha, levando a perguntar se as diferenças etárias na desconfiança política não eram, então, efeitos do “ciclo de vida” dos cidadãos ou efeitos composicionais, tendo em vista os crescentes níveis de instrução dos jovens no período estudado. A comparação longitudinal da desconfiança de indivíduos nas mesmas faixas etárias mostrou que as diferenças por faixas etárias também foram significativas, mas diminutas através do período. Por outro lado, quando se comparou o impacto do grau de instrução sobre a desconfiança por faixas etárias, o efeito sobre os jovens em “anos formativos” foi até menor do que sobre seus concidadãos mais velhos. Através do tempo, o controle do grau de instrução afetou, no entanto, a preferência por regimes, sugerindo que os jovens dependem da mediação do aprendizado escolar para a construção de suas preferências políticas, dado que não viveram o regime autoritário.

Palavras-chave: cultura política; coortes; democracia; juventude; Brasil.

“Youth of democracy”? Political values of the cohorts of the Brazilian youth in the recent democracy (1989-2006)

Abstract

This thesis studies the political values of successive groups of young people "in formation" in the Brazil's recent democratization as compared to its older fellow citizens, who lived, at least, the military regime. The study is based on longitudinal analysis of national surveys carried out in 1989, 1993 and 2006 and the variables used are the preference for political regimes, the trust in representative institutions, the perception of the political efficacy, the voluntary vote, the habits of discuss and access at political information and participation associations or communities in the neighborhood or city.

From the scenario of the majority adherence to the democracy of the Brazilian citizens and its paradoxes, data analysis was based on descriptive and exploratory statistics to visualize the generational patterns transmission in the changes and continuities of the political culture of the Brazilian and the extent to which young people lived their "formative years" in the time of the Brazilian democratization accompanied those attitudinal trends.

The statistical procedures used (tests of association, logistic regression and cluster analysis) showed no remarkable differences in political values of Brazilian citizens related to their birth cohort. Through the period, only the political distrust sustained levels decreased from the youngest cohort to the oldest one, leading to ask whether the age differences in political distrust were not effects of "life cycle" of citizens or compositional effects, taking into seen rising levels of education of the Brazilian youth during the studied period. A longitudinal comparison of distrust of individuals in the same age groups showed that the differences by age were also significant but diminutive through the period. On the other hand, when comparing the impact of schooling on the distrust for age groups, the effect on young people in "formative years" was even less than about older fellow citizens. Over time, the control of the degree's instruction affected, however, the preference for the political regime; this suggest the youth depends on the mediation of school learning for the formation of their political preferences, since they didn't live the authoritarian regime.

Keywords: political culture; cohorts; democracy; youth; Brazil.

Sumário

| | |
|---|--------------|
| Introdução..... | p.1 |
| Capítulo 1- Estudos recentes sobre os jovens brasileiros..... | p.9 |
| Capítulo 2 - A Cultura Política como referencial teórico..... | p.29 |
| Capítulo 3 – Coortes, Ciclo de Vida, Período e seus efeitos: a análise de coortes como método..... | p.67 |
| Capítulo 4 – Consolidação institucional e atitudinal da democracia brasileira: hipótese sobre os valores políticos dos jovens..... | p.105 |
| Capítulo 5 – Os jovens brasileiros na democracia recente: algumas evidências empíricas..... | p.137 |
| Considerações Finais..... | p.225 |
| Referências Bibliográficas..... | p.235 |
| | |
| ANEXOS DO CAPÍTULO 5..... | p.243 |
| Parte I – Descrição das variáveis..... | p.245 |
| Parte II – Análises de correspondência e de agrupamentos..... | p.247 |
| Parte III – Procedimentos para as coortes (seção 5.2.1)..... | p.259 |
| Parte IV – Procedimentos para o ciclo de vida (seção 5.2.2)..... | p.271 |

Introdução

Após quase vinte anos de implantação do regime democrático recente, esta tese procura compreender o envolvimento político-institucional dos sucessivos grupos de jovens brasileiros que viveram seus “anos formativos” no cenário da democratização brasileira. A partir da análise da evolução e das possíveis transformações de sua cultura política, o objeto aqui explorado remete, em específico, à adesão à democracia e à confiança em suas instituições, a indicadores individuais de eficácia e participação políticas – adesão voluntária ao voto, opiniões sobre a política e sobre a influência cidadã na política, ao acesso à informação política e à participação ativa em organizações voluntárias. Para tanto, o presente estudo realiza-se com base na análise de *surveys* nacionais realizados em 1989, 1993 e 2006. Embora não tenham sido planejados para a realização do estudo longitudinal aqui proposto, e, por isso, coloquem algumas limitações aos procedimentos aqui realizados nesse sentido, tais *surveys*, listados no Capítulo 5, acompanham alguns eventos da implantação e consolidação do regime democrático recente, partindo de seu marco formal inicial na perspectiva aqui adotada - que é a eleição direta para presidente da república em 1989¹ - e possibilitam desenhar o cenário dos valores políticos de grupos de jovens à luz daqueles expressos por seus concidadãos mais velhos.

Ao estudar a implantação e consolidação da democracia brasileira recente, a tese questiona a ideia segundo a qual os eventos históricos e políticos impactam, em especial, os valores, preferências e atitudes políticas dos jovens brasileiros em seus “anos formativos” (cf., por exemplo, abordagens de Mannheim, 1952; Butler e Stokes, 1969; Miller, 1992 e Alwin e Krosnick, 1991). Dentro do “ciclo de vida político”², o fim da adolescência e primeira idade adulta compõem o período em que os indivíduos primeiro colocam em prática suas ideias e valores políticos aprendidos direta ou indiretamente desde a infância, seja na família, na escola ou através de outros meios de socialização política, e, através dessa sua experiência individual, podem reafirmar ou rejeitá-los

¹ Cf., por exemplo, Arturi (2001) e Kinzo (2001).

² Esse conceito aparece, por exemplo, em Campbell et al (1960) e em Butler e Stokes (*op.cit.*).

(MANNHEIM, *op.cit.*,TORCAL, 2008)³. Butler e Stokes (*op.cit.*), seguidos por Miller (1992), verificaram que indivíduos contemporâneos apresentavam aspectos comuns em sua absorção e interpretação das ideias políticas de seu tempo e adotavam padrões de comportamento semelhantes em resposta às influências dos eventos políticos marcantes no momento de seu ingresso no eleitorado (comportamentos que eram conservados conforme o grupo envelhecia) e apontaram que era possível identificá-los, por isso, como uma “geração política”.

Sem negar possíveis efeitos geracionais, nesta tese, considera-se que o processo de socialização política é vitalício e, dessa forma, sobretudo em países que experimentaram importantes transformações político-institucionais, pode ser que as lições da primeira socialização mostrem-se menos relevantes para atitudes políticas posteriores (ALMOND e VERBA, 1963; MISHLER e ROSE, 2006; PERCHERON, 1971; WHITEFIELD e EVANS, 1999). Se, no primeiro momento, o aprendizado político se estabelece através da família, escola e mídia, conforme se relacionam com as instituições políticas ao longo da vida, os indivíduos reafirmam ou substituem os valores e noções anteriormente aprendidos sobre seu funcionamento (MISHLER e ROSE, 2001). Não se trata aqui de negar, portanto, a existência de efeitos geracionais, mas de apontar para sua relatividade frente ao processo político.

Este estudo entende ainda que as experiências dos indivíduos com as instituições e seu contexto cultural os ajudam na formação (e nas mudanças) de suas percepções cognitivas e afetivas do regime político e de suas preferências políticas. Segundo Wildavsky (1987), é a vivência e a socialização dos indivíduos dentro de determinadas instituições sociais, políticas e econômicas, elas próprias fruto de uma escolha da cultura na qual aqueles indivíduos se inserem, que os ajudam não apenas a buscar suas preferências, mas a “preferir o que eles preferem”, sem com isso negar a racionalidade dos indivíduos e o papel dos interesses nessas escolhas. Ao lado das influências de fatores culturais e das estruturas políticas, tais preferências e experiências individuais são condicionadas pelas diferentes clivagens e origens socioeconômicas daqueles jovens.

³ Apesar da relativa independência, trata-se de fase em que os indivíduos, em geral, inexperientes com a vida pública, são ainda vulneráveis e maleáveis em suas atitudes, valores e comportamentos políticos e sociais, ou, usando a expressão de Múxel (1992), de fase em que vivem uma “moratória política”. Jennings et al (1979) também apontam que a peculiaridade dos anos de juventude é essa maior vulnerabilidade dos indivíduos e abertura a diferentes influências, afirmando que é esse elemento que os faz mais favoráveis às ideias de mudança.

No senso comum brasileiro, também alimentado pela mídia e por atores políticos, predominam ideias de que os jovens são individualistas, apáticos, não se envolvem com a vida pública e, sobretudo, são alienados do sistema político (ABRAMO, 1997; MISCHE, 1997; 2007; SOUZA MARTINS e AUGUSTO, 2005)⁴. Não obstante, abordar os jovens brasileiros e seus valores e preferências políticas na democracia recente é uma questão ainda subexplorada pela ciência política brasileira.

Os jovens brasileiros do final dos anos 1980 ao começo do século XXI são fruto de um momento político distinto daquele vivenciado “por seus pais”: experimentaram apenas o regime democrático e foram (são) criados sob outras influências socializadoras, tendo em vista, por exemplo, a ampliação do acesso à escolaridade formal e a crescente importância das mídias como fonte de informação e na formação de seus valores e atitudes políticas, além da participação em redes e movimentos onde experimentam identidades diferenciadas⁵ (MISCHE, 1997). Apesar de essas questões apontarem para potencialidades para o estudo dos jovens brasileiros desde os anos 1980, os estudos sobre sua cultura política e participação voltam-se, sobretudo, à compreensão de grupos específicos de jovens ou tratam dos perfis atitudinais dos jovens brasileiros em apenas um ponto no tempo, como será abordado no Capítulo 1.

Com relação ao cenário político-institucional no qual aqueles jovens vêm se formando, os estudos de Power e Jamison (2005), para a América Latina, e de Moisés (1992, 1995 e 2005, por exemplo), para o caso brasileiro em específico, mostram os percalços e dificuldades enfrentadas nos processos de implantação e consolidação do regime político democrático desde os anos 1980. Apesar de fatores específicos aos países, em comum, têm se destacado, nesse período, as crises e instabilidades econômicas, a corrupção dos governos e o uso instrumental das instituições políticas. Como resposta, os índices de desconfiança dos cidadãos de suas estruturas políticas têm se mostrado

⁴ Cardoso (2005), retomando uma ideia já trabalhada por Abramo (*op.cit.*), aponta como essa imagem dos jovens brasileiros dos anos oitenta/ noventa se constrói, sobretudo, em comparação ao mito da geração de 1960 / 1968. Esse mito criou uma unidade imaginária aos movimentos juvenis que eclodiram em várias partes do mundo naqueles anos e, inclusive, generalizou uma experiência de rebeldia que foi protagonizada por grupos específicos de jovens. A imagem congelada, tratada como se fosse o retrato da juventude do período, faz com que tais movimentos percam sua historicidade e aprisionam as interpretações dos comportamentos das gerações subsequentes as de 1960/1968.

⁵ Embora, com isso, não se neguem as desigualdades sociais e dificuldades enfrentadas por esses jovens, criados em cenário de intensas crises social e política (POCHMANN, 2004; SINGER, 2005).

persistentes e generalizados e, “...no caso das democracias que ainda enfrentam o desafio de enraizar a sua justificação ético-política nos hábitos e nas condutas dos cidadãos, [a desconfiança] pode evidenciar dificuldades de funcionamento do regime, ao comprometer ações de coordenação, de cooperação e de solidariedade social” (MOISÉS, 2005, p.35).

Por outro lado, Moisés (1995, 2005) também tem demonstrado a ocorrência de mudanças significativas na cultura política dos brasileiros, as quais, juntamente com o cenário de desconfiança anteriormente relatado, compõem um “cenário paradoxal”: embora desconfiados, os cidadãos, cada vez mais, parecem orientar-se tendo a democracia como referência, aderindo ao seu ideal e valorizando seus procedimentos. Esse paradoxo, que também caracteriza grande parte das democracias ocidentais - mesmo aquelas há tempos estabelecidas - revela que o apoio político é multidimensional, ou seja, que os cidadãos são capazes de distinguir entre os princípios do regime, seu desempenho, a comunidade política, os atores políticos e as instituições democráticas, e os avaliam separadamente (NORRIS, 1999).

Observa-se um fortalecimento da democracia enquanto ideal, mas duras críticas ao comportamento das elites governantes. Trata-se de uma transformação da relação democrática entre os cidadãos e o Estado (FUCHS e KLINGEMANN, 1995; NORRIS, 1999) que, se diz respeito às sociedades industriais avançadas, ajuda a desvendar o paradoxo apresentado por Moisés para o cenário brasileiro. Nesse, como já referido anteriormente, apesar dos percalços da democratização brasileira desde meados dos anos 1980, não se observou a desestabilização do funcionamento das instituições representativas; o desenvolvimento político recente, ao contrário, parece sinalizar que o país ingressou em um “ciclo democrático virtuoso” (MOISÉS, 2005)⁶. As transformações da cultura política dos brasileiros não podem ser desprezadas e as maiores cognição e aceitação das regras e ideais do regime democrático parecem resultar de seu próprio envolvimento com o processo político brasileiro. Nessa perspectiva, os indivíduos apóiam (ou tiram apoio) as instituições sobretudo porque suas experiências concretas, ao longo de sua vida cidadã, os qualificam para avaliar racionalmente o desempenho daquelas (OFFE, 1999).

⁶ Esses percalços no processo dizem respeito aos dilemas institucionais para a consolidação do regime político democrático no país. Por outro lado, a permanência de desigualdades socioeconômicas e culturais tem efeitos que podem limitar a consolidação de uma cultura política democrática disseminada no conjunto da população brasileira, uma vez que a participação política é associada a uma maior integração na vida da cidade, pois essa significa a ampliação do horizonte psicológico e intelectual e uma maior exposição à informação (REIS e MACHADO, 1992).

Aqui subjaz a ideia de apoio político e confiança como resultantes de experiência e aprendizagem. Essa também é a abordagem de Mishler e Rose (2001, 2002, 2006), quando tratam da evolução no tempo do apoio aos regimes pós-comunistas nos países da Europa Central e do Leste e da confiança em suas instituições representativas. De acordo com o “modelo de aprendizagem através da vida” formulado por eles, o nível corrente de confiança política resulta da “soma balanceada” das experiências individuais na vida política: produto da confiança passada modificada pelas experiências de desempenho institucional mais recentes. Ainda que o peso maior para a origem da confiança política seja dado pelas avaliações do desempenho institucional, elas também são moldadas pelos valores e prioridades individuais (MISHLER e ROSE, 2001).

Nessa perspectiva, o apoio político aos regimes democráticos recentes, é volátil e relativo, modificando-se conforme os cidadãos adquirem experiência com a democracia. No caso dos países ex-comunistas, como a maior parte da população adulta foi socializada em uma ordem política autoritária, no curto prazo (sobretudo devido à expectativa anterior de democratização), o novo regime beneficiou-se de um grau de aceitação popular que resultava da rejeição ao regime político antigo; no longo prazo, no entanto, o apoio à nova democracia passou a ser baseado nas experiências mais contemporâneas, no desempenho político e econômico do novo regime. Para Mishler e Rose, a passagem do tempo e o acúmulo de experiência política sob os novos regimes foram importantes para apagar possíveis diferenças geracionais iniciais naquele apoio (devidas a coortes introduzidas na política em conjunturas mais ou menos autoritárias dos ex-regimes comunistas).

Voltando ao caso brasileiro, também é possível localizar diferentes “experiências de coortes” de indivíduos formados pelos diferentes regimes que se alternaram na história⁷ político-institucional brasileira da segunda metade do século XX. Nessa perspectiva, o estudo dos jovens que viveram apenas o regime democrático brasileiro recente indaga se o fato de essas coortes de cidadãos só terem a experiência política da democracia implicou a adoção de valores político-democráticos diferenciados através do tempo (em comparação

⁷ É necessário ressaltar aqui uma importante diferença entre a coorte e a geração apontada por Mannheim: o fato de serem contemporâneos não faz dos membros de uma mesma coorte de idade uma geração, trata-se apenas de uma potencialidade.

às coortes que viveram também, pelo menos, o regime militar)⁸.

A hipótese deste estudo é que, apesar de os indivíduos terem experiências formativas distintas e também estarem em momentos diferentes do “ciclo de vida político”, a idade não é fator fortemente explicativo dos valores políticos de adesão ao regime democrático, interesse e envolvimento com a política institucional ao longo da consolidação do regime democrático brasileiro, pois as experiências políticas mais recentes, com o regime corrente, importam mais na avaliação e adesão a esse regime. Isso não significa dizer, porém, que, no cenário da democratização brasileira recente, os valores e preferências políticas dos indivíduos sejam apenas explicados por efeitos do período. Por exemplo, através do tempo, a desconfiança institucional parece estar associada à idade dos cidadãos: embora generalizada, os mais jovens têm se mostrado mais intensos nesse sentimento. Essas diferenças apontam que a relação idade e valores políticos precisa ser mais bem explorada. Trata-se neste estudo, então, de verificar, através da democratização brasileira, se e quais valores políticos dos brasileiros podem ser explicados por efeitos do período, do ciclo de vida ou geracionais (cf. Glenn, 1977; Mishler e Rose, 2006; Norris, 2004).

Esta tese está organizada da seguinte forma:

- O Capítulo 1 sumaria alguns estudos recentes sobre os jovens brasileiros formados desde os anos oitenta e questões políticas associadas. A ideia é contextualizar o cenário em que o presente estudo se insere e apresentar como ele se distingue de trabalhos anteriores;
- O Capítulo 2 apresenta as questões teóricas da abordagem da Cultura Política - socialização política, valores políticos, racionalidade cultural experiência institucional e o modelo de aprendizagem através da vida de Mishler e Rose - que compõem a referência teórica principal para compreender a formação dos valores políticos dos jovens brasileiros;
- O Capítulo 3 apresenta a abordagem de “coortes” como modo de tratar os dados da tese ao analisar o impacto da política sobre os jovens brasileiros.

⁸ Artigos anteriores já pesquisaram essa questão, mas, como será tratado no Capítulo 1, de modo mais restrito e diferente da abordagem aqui realizada (FLORENTINO, 2007; RIBEIRO, 2007).

Para tanto, está dividido em duas partes principais: primeiro, apresenta a análise de coortes e seus limites como método estatístico que estuda as diferenças ou semelhanças nas atitudes e comportamentos políticos atribuíveis à idade dos indivíduos. Em seguida, as subseções 3.2 e 3.3 trazem alguns estudos internacionais que adequaram a técnica da análise de coortes à ciência política e seus achados com relação aos efeitos de coorte, do ciclo de vida e do período destacando, na última seção, cenários de democratização;

- O Capítulo 4 apresenta, resumidamente, os cenários da transição, implantação e consolidação da democracia política brasileira recente bem como indica a trajetória no tempo dos valores político-democráticos do conjunto dos brasileiros sob aqueles cenários. Após contextualizar os ambientes institucional e atitudinal em que os “jovens da democracia” foram formados, a subseção final do Capítulo apresenta a hipótese da tese;
- O Capítulo 5 traz a parte empírica da tese: apresenta as pesquisas, os dados utilizados, justifica a metodologia exploratória e descritiva empregada, os testes estatísticos e os resultados encontrados;
- As Considerações Finais retomam as principais questões e achados do presente estudo.

Capítulo 1

Estudos recentes sobre os jovens brasileiros

Este primeiro capítulo apresenta estudos recentes sobre os comportamentos social e político dos jovens brasileiros desde os anos 1980. Embora tenham objetivos e enfoques distintos, esses estudos situam as discussões acadêmicas sobre os jovens brasileiros no período aqui tratado. Essa apresentação cumpre aqui, tão somente, o papel de mostrar no que a análise proposta pelo presente estudo diferencia-se das análises contemporâneas realizadas sobre a “juventude” brasileira.

Abramo (1994) analisou os grupos juvenis “punks” e “darks” que surgiram na cena pública brasileira nos anos oitenta e que foram vistos, pela sociologia, como fruto de um modismo imposto pela indústria cultural ou como expressões de protesto cético com os rumos que a sociedade tomava. Segundo a autora, a ideia mais generalizada das interpretações sociológicas era que a geração jovem de então, nascida e criada, por um lado, em uma sociedade marcada pela importância da mídia e do consumo e, por outro, pelo autoritarismo, tornou-se individualista e indiferente quanto às questões coletivas e à história da sociedade, sendo incapaz de formular propostas de transformação social. Outro grupo de analistas viu aqueles grupos juvenis como um movimento de revolta contra o sistema, seguindo comportamento de rebeldia característico da situação social juvenil. O ponto em comum das interpretações sociológicas era o contraponto com os jovens da década de 1960, a partir do qual

“...se produziu uma espécie de ‘fixação’ do modelo ideal do comportamento juvenil (...) quando as manifestações estudantis e juvenis parecem ter atingido o seu grau máximo de utopia e de capacidade de interferência nos acontecimentos sociais. A fixação, assim, acabou por cristalizar uma ‘essência’ da condição juvenil como portadora de utopias e de projetos de transformação” (ABRAMO, *op.cit.*, p.xiii).

A partir dessa cristalização, a geração jovem posterior passou a ser tomada por marcas de negatividade, passividade em relação aos valores e práticas inscritas nas tendências sociais da época e pela incapacidade de reflexão crítica da ordem social. Esses jovens estariam, assim, desviando-se da essência daquela condição juvenil. Mas, ainda

segundo Abramo (*op.cit.*), os valores, comportamentos e expressões juvenis devem ser pensados a partir de suas dimensões sociais e históricas.

As mudanças socioeconômicas, políticas e culturais ocorridas na sociedade brasileira entre os anos sessenta e oitenta favoreceram a diversificação das manifestações juvenis, com a perda de expressividade do movimento estudantil e o crescimento da expressão dos jovens de setores populares, fruto do modelo de crescimento econômico do regime militar. A partir dos anos setenta, os setores jovens urbanos de baixa renda viveram novas experiências com intensa incorporação aos mercados de trabalho e de consumo, ampliação da escolarização e intensificação da relação com os meios de comunicação. Para a autora, foi esse cenário que favoreceu o aparecimento de grupos espetaculares - “punks” e “darks” - nas grandes cidades brasileiras ligados à música e ao estilo, mas, continuou Abramo, ao invés de simplesmente afirmar que se tratava de um movimento alienado da vida política, era necessário analisar esse fenômeno dando atenção aos significados que os próprios grupos produziam. Para a autora, esses grupos espetaculares fizeram uma intervenção crítica nos espaços públicos, elaborando as questões relativas à sua condição e a seu tempo, com a intenção de intervir, sim, nos acontecimentos. De acordo com aqueles significados, era possível dizer que, para esses grupos, “ser jovem” era uma forma de escapar à vida massacrante, seja estudando, seja aproveitando a liberdade para gozar a vida, o que significava diversão e investimento em si mesmo em busca de um futuro melhor. Tratava-se, portanto, de uma forma de resposta específica a um cenário de crise social e não simplesmente de um desinteresse pela vida pública (ABRAMO, *op.cit.*).

Nos anos noventa, a percepção predominante no senso comum sobre os jovens brasileiros também era de apatia e individualismo (como é ainda hoje). Segundo Mische (1997), “reportagens na grande imprensa retratavam o ceticismo e desinteresse político da ‘geração shopping center’, nascida durante a ditadura e criada entre as expectativas crescentes e desilusões sucessivas da lenta e conservadora transição à democracia” (MISCHE, *op.cit.*, p.135). Foi em razão dessa interpretação que a eclosão do movimento dos jovens “cara pintadas”⁹ nas ruas das principais cidades brasileiras em 1992 gerou surpresa

⁹ Em 1992, diante dos escândalos de corrupção envolvendo o então presidente Fernando Collor de Mello, jovens com os rostos pintados de verde e amarelo das principais cidades do país foram, ao lado de outros setores e cidadãos comuns, importantes protagonistas das mobilizações e passeatas em defesa da ética na política.

entre os diversos atores (mídia, educadores, representantes do governo, partidos políticos, movimentos sociais), tanto que, ainda segundo aquela autora, em 1997, cinco anos depois de os jovens terem saído às ruas em prol do *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, havia poucas tentativas de analisar as origens e os impactos desse evento em termos da especificidade daquela “coorte” de jovens. Procurando cobrir essa lacuna, a autora analisou as origens e os impactos da convergência daqueles jovens “cara pintadas” nas ruas das principais cidades brasileiras, a fim de levantar os elementos que caracterizaram sua participação política. Segundo ela, as comparações nostálgicas com o movimento de 1968 não se sustentavam, pois, esse último, se deu em um campo político polarizado entre o Estado militar e a oposição estudantil, enquanto “...os cara pintadas foram atores privilegiados em uma ampla mobilização da sociedade civil e política contra o governo Collor” (MISCHE, *op.cit.*, p.136).

Além disso, as manifestações pelo *impeachment* centraram-se em uma linguagem universalizante de cidadania e o “Movimento pela Ética na Política” focalizou a defesa das instituições democráticas. A dimensão da cidadania, ao mesmo tempo em que permite englobar várias juventudes e não apenas estudantes, está sujeita a interpretações múltiplas e contraditórias. Dever-se-ia perguntar, então, sobre essas “novas” dimensões da participação dos jovens nos anos noventa. Para Mische, elas foram resultantes de uma experiência orgânica importante, que indicou mudanças estruturais e culturais nas vidas e perspectivas daqueles indivíduos, assim como de mudanças na organização social e política da sociedade brasileira.

Para compreender essa “cidadania juvenil”, Mische partiu de uma reformulação teórica da noção de identidade coletiva e sua relação com a estrutura ou posição social, afirmando que aquela noção de cidadania devia englobar a multiplicidade de relações e significações sociais e o caráter interativo e processual da experiência social. A chave para analisar como os jovens passaram da identidade participativa de estudantes à identidade de cidadãos foi possível pelas transformações nas redes interpessoais e organizacionais das quais eles participavam: nos anos sessenta, essas eram carregadas pela identidade estudantil, a qual tinha significados múltiplos capazes de ligar uma variedade de projetos. Nos anos noventa, os jovens passavam “...seus anos formativos em redes mais dispersas, formadas nas escolas públicas e particulares, nos lugares de trabalho, nos ‘shopping centers’, nos clubes noturnos, nos bairros e ruas, e em outros espaços de lazer, cultura e

sociabilidade”(MISCHE, *op.cit.*, p.143). Essa diversificação das redes de sociabilidade expôs aqueles jovens a influências e pressões diversas, exigindo coordenação e segmentação entre os diversos envolvimento e formas de militância. Mais importante, essa diversificação de redes interativas a partir dos anos noventa não atingira apenas os militantes juvenis, mas os jovens em geral.

Essas configurações juvenis diversificadas explicariam, ainda segundo Mische, o porquê de a identidade estudantil ter pouca ressonância entre os jovens nos anos noventa, mas para compreender como a categoria de “cidadão” surgiu como alternativa efetiva de articulação de identidades múltiplas era essencial ter em vista que o processo contou com a presença de interlocutores sociais com identidades múltiplas, posicionados no cruzamento de vários contextos sociais, tal como o então presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Lindbergh Farias¹⁰, que foi capaz de construir a ponte entre o movimento estudantil tradicional, os projetos de esquerda e as experiências dispersas da geração “shopping center”. No entanto, ele não agiu sozinho, nem em relação a sua própria corrente política nem em relação às outras forças ativas no movimento pelo *impeachment*. O papel da imprensa foi especialmente importante nesse contexto, tanto para projetar a imagem de Lindbergh, como para possibilitar que jovens em redes dispersas pudessem se reunir e organizar sua mobilização política, embora, com isso, a autora não pretenda negar a existência de uma experiência orgânica dos movimentos juvenis daquele período.

Finalizando, Mische aponta possíveis perguntas para analisar os movimentos juvenis brasileiros nos anos noventa, quais sejam: de que maneira a “nova” identidade de “cidadãos” funcionaria como ponte articuladora dos movimentos juvenis? Como a linguagem da cidadania e dos direitos foi (é) mobilizada para articular conexões com setores mais amplos da juventude?¹¹ E ainda:

“existem sinais do advento de uma consciência ‘cívica’, embora difusa, entre setores amplos da juventude? (...) A pressuposição básica aqui é que um

¹⁰ Após iniciar sua carreira pública como líder do movimento estudantil, em 1994, Lindbergh Farias foi eleito deputado federal pelo PC do B. em 2002, filiado ao PT, conquistou seu segundo mandato como deputado federal. Atualmente, exerce seu segundo mandato como prefeito de Nova Iguaçu (RJ).

¹¹ A análise dessas questões foge ao objetivo desta tese e, como foi dito no início do capítulo, elas são aqui expostas apenas para situar algumas outras preocupações acadêmicas sobre os jovens brasileiros aqui estudados.

evento público de tais proporções como o impeachment, amplamente divulgado e celebrado nos meios de comunicação de massa, não poderia passar sem deixar alguma marca nessa coorte de jovens brasileiros. Porém, dada a diversificação das redes e setores juvenis, e a grande dispersão de identidades e projetos em formação, seria difícil delinear as várias manifestações assumidas por essa nova ‘consciência de cidadania’. Para não incorrerem no retrato individualista e desinteressado da juventude, é importante indagar sobre a existência de novas maneiras de articular projetos pessoais e coletivos, talvez sem a grande escala utópica das décadas passadas, porém mostrando outras formas, mais pragmáticas e delimitadas, de ligar as preocupações e aspirações pessoais com visões mais amplas da sociedade e seus problemas” (MISCHE, *op.cit.*, p.148).

A conclusão de Mische apontou que, além de contribuir para o *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Melo, os movimentos dos jovens “cara pintadas” ajudaram a construir um importante momento de diálogo social, no qual os discursos e repertórios da cultura cívica, não apenas entre os jovens, mas também entre os brasileiros em geral, puderam ser reformulados. No entanto, a autora não mostrou quais seriam essas reformulações, tarefa que fugia aos seus objetivos e possibilidades. Seu trabalho baseou-se apenas no estudo das questões envolvidas na análise dos movimentos juvenis organizados.

Nazzari (2006) investigou a socialização política e o capital social dos jovens brasileiros no início do século XXI com base na análise dos resultados de *survey* aplicado em 2002 nas cidades de Curitiba e Cascavel entre estudantes dos ensinos fundamental e médio. O objetivo central da autora foi verificar se a socialização política dos jovens tem contribuído para promover neles crenças e valores de confiança e solidariedade que incrementem seu capital social. Para a autora, as agências socializadoras tradicionais (família, escola, igreja e associações comunitárias) tiveram sua capacidade de formar capital social entre os jovens diminuída como “reflexo do processo de globalização”. Embora apresente alguns indicadores da cultura política dos jovens entrevistados - tais como os níveis de confiança interpessoal e institucional, definição da democracia, predisposição à cooperação e participação social e política - a preocupação da autora voltou-se antes à análise da capacidade daquelas agências socializadoras no que se referia à formação dos jovens como cidadãos e não à análise dos valores políticos dos jovens propriamente ditos. Ademais, Nazzari (*op.cit.*) não tratou esses jovens como sujeitos políticos que, embora estejam em processo formativo inicial de seus valores políticos sob a

influência daquelas agências de socialização, também o fazem a partir de suas próprias experiências, marcadas por sua condição socioeconômica e, nesse sentido, não “recebem” uma cultura política “pronta”, mas também participam de sua elaboração. Pautada por esses limites, a conclusão da autora apontou que:

“as variáveis principais do capital social (...) não estão sendo favorecidas pelo processo de socialização política vigente, o que, por sua vez, estaria predispondo os jovens a desenvolverem atitudes de apatia e indiferença em relação ao seu envolvimento e participação em atividades associativas. Contribuem, para estes efeitos perversos, os impactos conjunturais do processo de globalização e os fatores estruturais indicados por uma cultura política híbrida e de desconfiança entre os jovens, que incide sobre a socialização destes de forma a não permitir a ampliação dos índices de capital social. Essas variáveis também não estão contribuindo suficientemente para revitalizar ou recriar espaços democráticos, para estimular novas formas de cooperação, organização e participação política, bem como para ampliar a esfera de participação dos jovens na sociedade civil”(NAZZARI, *op. cit.* , p.200).

A pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, realizada em 2003 pelo Instituto Cidadania (dando continuidade a projeto realizado em capitais brasileiras no ano de 1999) representa um marco importante para a compreensão dos valores e atitudes sociais, morais, políticos e culturais e das principais preocupações dos jovens brasileiros politicamente formados pelo cenário de consolidação da democracia no Brasil.

Para analisar os resultados dessa pesquisa, Singer (2005) buscou as noções de coorte e da importância do cenário dos anos formativos da “juventude”. Segundo o autor, a conjuntura histórica em que vive a coorte de jovens produz características singulares de postura ideológica, política e de engajamento pessoal. Jovens de uma mesma coorte social vivenciarão e enfrentarão juntos (mas de maneiras diferenciadas conforme sua posição econômica) as diferentes conjunturas e eventos históricos em que estão inseridos. O autor localiza dois aspectos do fenômeno da “juventude” que devem ser ressaltados quando se tenta compreender seu “lugar” e papel na sociedade: primeiro, enquanto grupo nascido dentro de um mesmo período, cada coorte atravessará as mesmas vicissitudes políticas e econômicas - produtos das ações das coortes anteriores (de seus pais e avós, por exemplo) - e, dadas as diferentes condições históricas das sucessivas gerações, diferentes serão suas relações com o mundo. O segundo aspecto que se deve destacar da análise da “juventude” como coorte social aponta para as desigualdades de condições sociais, econômicas e

culturais dos jovens dos diferentes segmentos, o que significa que, mesmo sendo fruto (e agindo sobre) dos mesmos eventos históricos, de forma que possa ser possível falar de um fenômeno geracional, uma mesma coorte também será marcada pelas diferentes trajetórias econômicas, políticas e socioculturais de seus membros.

O autor associou possíveis comportamentos de apatia política observados entre os jovens brasileiros atuais ao seu cenário formativo. Para ele, os jovens de “hoje”, nascidos entre 1980 e 1988, “...nasceram em tempo de crise social. Não por acaso, quase dois quintos são desempregados” (SINGER, *op.cit.*, p.28). A vigência cerrada do neoliberalismo, com o desmonte das políticas sociais e a violência urbana foram, ainda segundo o autor, alguns dos aspectos da crise por eles enfrentada, que teriam afetado sua disposição para a ação social e política, bem como a construção de seus valores sociais, morais e políticos.

Singer analisou, então, esses valores e a disposição de envolvimento com certas modalidades de ação, assim como a disposição dos jovens brasileiros deste início do terceiro milênio para realizar mudanças à luz daquela ideia do sentido da experiência de diferentes gerações juvenis (cf. ABRAMO e BRANCO, 2005, p.21)¹².

Os resultados da pesquisa indicaram que a imensa maioria dos jovens brasileiros acredita ter poder para transformar o mundo e, ainda mais, que serão capazes de fazer um mundo melhor, mais justo e mais livre do que o que nasceram. Para Singer, “é interessante comparar os ideais dos jovens que almejavam ser revolucionários, isto é, desejosos de construir um outro mundo em meados do século passado e no início do atual” (SINGER, *op.cit.*, p.30). O autor destacou as revoluções comunistas que eclodiram em quase todos os continentes, após a segunda guerra mundial, contra regimes opressivos, nas quais a juventude teve papel de destaque. Naquele momento, a coorte de jovens acreditava “que a tomada do poder pela força, por um número muito limitado de pessoas, seria a condição indispensável e suficiente para vencer todas as resistências à mudança redentora das instituições...” (SINGER, *op.cit.*, p.30).

Na década de setenta, quando os pais da coorte de jovens de hoje eram jovens, essa mentalidade começou a mudar, com a Primavera de Praga, um pouco antes, desmascarando o comunismo soviético e as promessas de que a tomada de poder

¹² Segundo aquele autor, o mundo da atual coorte de jovens “é o resultado de uma evolução histórica que as coortes de seus pais e avós construíram. (...) a história, em cada período, é o resultado de coortes de adultos e velhos que desfrutam de poder político e / ou econômico, sendo desafiadas e denunciadas por coortes de jovens que deles dependem” (SINGER, *op.cit.*, p.28).

resolveria os problemas da população, e levando ao rompimento com esse dos partidos comunistas europeus. A desilusão com a via política para a revolução ocorreu juntamente a mudanças econômicas e sociais profundas, tais como a desindustrialização e o abandono do compromisso do pleno emprego por parte dos governos, o que levou à volta do desemprego em massa e de longa duração tanto nos países desenvolvidos como semidesenvolvidos. Além disso, governos neoliberais transferiram serviços públicos de amparo aos carentes, de educação de jovens e adultos, pré-escola, ajuda a idosos, crianças abandonadas ou em situação de risco, desempregados e excluídos sociais, sem-teto e semelhantes a organizações não-governamentais, subsidiando-as para que prestassem esses mesmos serviços. Nesse cenário, o voluntariado social passou a se destacar como uma nova concepção de mudança social, que diz respeito à mobilização da sociedade civil para enfrentar os desafios ambientais, econômicos e sociais colocados pela globalização neoliberal e pela revolução digital. Embora importante, o Estado não é mais tomado como “farol que guia o povo numa marcha à redenção” (SINGER, *op.cit.*, p.32).

Segundo o autor, essa mudança de posturas ideológica, política e de engajamento pessoal ainda levarão um tempo para se completar. Mas adicionou que, “os jovens de hoje são os filhos da coorte de jovens que passou pelo trauma da desilusão com a via política para a revolução, nos anos 1970 e 1980. Para os filhos, possivelmente, este trauma é desconhecido ou não passa de uma vaga referência do passado” (SINGER, *op.cit.*, p.32, grifo meu).

Os resultados da pesquisa de 2003 permitiram visualizar ainda a postura ideológica dos jovens e seu engajamento político: a sociedade ideal para os entrevistados é solidária, respeita as diferenças, dá igualdade de oportunidades e valoriza o temor a Deus e a justiça social. Para mais da metade deles, o socialismo continuava sendo uma alternativa, mas isso não significava que ele fosse um objetivo pelo qual se dispunham a lutar. Por outro lado, quando pedidos para que se posicionassem no espectro político, os jovens mostraram-se divididos entre a esquerda e a direita, tendendo a se concentrar na centro-direita. O mais importante desse resultado, ainda de acordo com aquele autor, era, porém, a alta porcentagem (83%) que sabia(e) se posicionar politicamente, o que crescia com a escolaridade. O autor concluiu esperançoso:

“Como a escolaridade dos jovens está crescendo, o mesmo deve estar acontecendo com a proporção deles que se posiciona politicamente, o que nos parece muito encorajador como tendência de revigoração da democracia no Brasil, independentemente da posição que os jovens resolvam ocupar no espectro político” (SINGER, *op. cit.*, p.34)¹³.

Outro aspecto que necessitava ser mais bem explorado, ainda segundo Singer, era o hiato existente entre os jovens que diziam que podiam mudar o mundo e os que queriam ou faziam algo pela comunidade: apenas 22% dos jovens apontaram fazer ou desejavam fazer algo pela comunidade contra 57% que acreditavam que eles (os jovens) podiam mudar o mundo “muito” e 27% que podiam mudá-lo “um pouco”. Provavelmente, esse hiato entre a teoria e a prática se baseava na pobreza de grande parte dos jovens brasileiros¹⁴.

O quadro elencado pelos entrevistados das piores coisas de ser jovem (conviver com riscos, falta de renda e de trabalho) e quais são os problemas que mais os afligem (segurança, emprego, drogas e fome/miséria) complementava a explicação do porquê de os jovens nunca pensarem ou já terem desistido de se engajar em mudanças que beneficiem a comunidade. Para Singer, quando os jovens dizem que podem mudar o mundo, a potencialidade se restringe, de fato, às minorias com mais de cinco salários mínimos e que nunca trabalharam e não estão procurando trabalho. Prossegue o autor, concluindo:

“a juventude deseja ajudar o mundo e pensa em fazê-lo menos mediante a militância política do que pela ação direta. Mas a maior parte dela, antes de poder contribuir para a mudança, tem de ser ajudada. (...) O que o ‘Perfil da Juventude Brasileira’ deixa entrever é que os jovens brasileiros irão à luta por um Brasil melhor desde que obtenham bases materiais mínimas de sobrevivência” (SINGER, *op.cit.*, p.35).

¹³ Apesar disso, uma contradição deveria ser pesquisada: a existência de uma maioria de jovens que se identificava com ideais de esquerda, mas se considerava de centro, centro-direita, direita e extrema-direita. A explicação dependia do que os jovens consideram que seja esquerda, centro e direita, que, para Singer, deveria ser explorada em pesquisas futuras.

¹⁴ Para Singer, “Por mais que os jovens nesta situação acreditem que a juventude pode mudar as coisas, eles sabem que têm de cuidar antes da própria sobrevivência, evitando serem tragados pela violência criminosa ou mergulhando nela, como alternativa menos pior” (SINGER, *op. cit.*, p.35).

Também com base nos resultados da pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” (2003), Venturi e Bokani (2005) analisaram aspectos do comportamento moral, social e político dos jovens brasileiros e questionaram a leitura divulgada pela mídia sobre aqueles resultados de que eles fossem conservadores e politicamente passivos ou despolitizados. Segundo os autores, havia, nessa tese, problemas de três ordens: “no plano dos pressupostos do que foram as gerações jovens anteriores, na interpretação dada a uma parte dos resultados atuais citados e em leituras parciais ou erradas de outra parte. A desconstrução desta tese demanda a análise dessas três ordens de problemas” (VENTURI e BOKANI, *op.cit.*, p.353).

Com relação aos pressupostos, os autores argumentaram que subjazia na tese da imprensa a ideia de que as gerações anteriores de jovens (dos anos 1970 e 1980), majoritariamente, se engajaram na luta política institucionalizada (ou reagiram a ela por uma contraviolência revolucionária) e, por outro lado, assumiram atitudes progressista e contestadora dos costumes. Essa ideia, porém, confunde a imagem de uma minoria mitificada com a suposta atitude política e comportamental da maioria daquelas gerações¹⁵. Além da falsa premissa de que toda uma geração anterior de jovens teria rompido, nas esferas política e comportamental, com os padrões da época, a tese do conservadorismo juvenil atual traz implícita a ideia de que os jovens hoje são mais conservadores que seus pais. A inexistência de estudos anteriores que forneçam evidências para responder a esses pressupostos levou os autores a utilizarem dados de outras pesquisas recentes com jovens e adultos para rebater a interpretação midiática.

Com base nessa comparação¹⁶, os autores destacaram que o baixo associativismo aferido entre os jovens no Brasil contemporâneo não era privilégio dessa faixa etária de cidadãos: foram poucos os casos em que a participação da população adulta superou a juvenil nas mesmas entidades¹⁷. Por outro lado, a participação dos jovens em grupos que

¹⁵ Sem referência explícita, os autores corroboram, então, as visões de Abramo (*op.cit.*) e Cardoso (*op.cit.*).

¹⁶ Com base em dados de outras pesquisas, os autores dividem os cidadãos brasileiros em dois grande grupos: “16 a 24 anos” e “25 anos ou mais”.

¹⁷ Para os autores, a menor filiação juvenil aos sindicatos se justificava pelo alto desemprego e pela precarização das relações de trabalho que atingem os jovens.

realizam atividades em seu bairro ou comunidade era até mais elevada do que a do público adulto¹⁸.

Ainda, a percepção da importância da política, estrito senso, também se mostrou um pouco mais elevada entre os jovens, assim como o reconhecimento de que aquela tem influência sobre suas vidas. No que se refere à opção pela democracia como melhor forma de governo, uma maioria tênue de jovens optou por esse regime sempre, enquanto os demais foram indiferentes ou, eventualmente, escolheram a ditadura. Esses resultados estavam no mesmo patamar das escolhas apontadas pelos adultos mais velhos em outras pesquisas sugerindo que, na verdade,

“...a juventude reflete as tendências e escolhas da maioria da sociedade de que faz parte. Nesse sentido, é mais correto dizer que a juventude atual (como a de ontem) está atenta, e não alienada do meio em que está inserida” (VENTURI e BOKANI, *op. cit.*, p.359, grifo meu)¹⁹.

Um último conjunto de dados tomado pela imprensa como apontando um perfil conservador da juventude, foi, na verdade, tomado parcialmente ou até de forma equivocada, segundo os autores. Os temas que fizeram parte desse grupo foram: *opção por morar sozinho, estabilidade das relações amorosas, questão das drogas, problema da segurança pública e os cinco valores mais importantes de uma sociedade ideal*. Os resultados comparados indicaram que os jovens de hoje não são conservadores, pelo menos não mais do que seus contemporâneos adultos:

“...que a maioria dos jovens se comporte e reflita os valores hegemônicos de sua época e cultura parece ser - desde sempre - a norma. Via de regra, a contestação da ordem vigente pressupõe privilégios de ordem material e simbólica não disponíveis a maioria. Seja por força das exigências de sua reprodução cotidiana ou das recompensas de uma adesão pragmática ao convencionalismo moral, poucas alternativas, além da adaptação, desenham-se em seu horizonte como viáveis - como no horizonte de vida da maioria dos adultos. Nesse sentido, o conservadorismo e a suposta alienação dos jovens

¹⁸ Segundo os autores: “Uma avaliação correta da disposição associativista dos jovens hoje não pode desconsiderar essas outras formas e motes de agrupamento, muitas vezes fruto de uma visão crítica dos espaços tradicionais de participação e expressão de engajamento em movimentos político-culturais autônomos” (VENTURI e BOKANI, *op. cit.*, p.358).

¹⁹ Também com relação ao posicionamento no espectro direita-esquerda e algumas perguntas sobre temas comportamentais (descriminalização do aborto e união de homossexuais), embora, nessas últimas, a maioria dos jovens tenha se oposto, a opinião dos adultos, nos dois casos, foi até um pouco mais conservadora do que a dos jovens.

que a leitura superficial da pesquisa 'Perfil da juventude brasileira' sugere é, nada mais, o reflexo do conservadorismo e do baixo associativismo em torno de causas comuns que, em que pese os avanços graduais nas últimas décadas, seguem dando o tom na sociedade brasileira.

Isso não significa que a atual geração de jovens - como parece ocorrer desde que a juventude surgiu na cena social como um ator distinto - não carregue também, em meio a tantas tribos, minorias vanguardistas cuja atitude crítica, ante valores hegemônicos e instituições vigentes (às vezes sob a forma de desprezo), certamente tem contribuído para tensionar as relações sociais em prol de mudanças no *status quo*. Fica a tarefa de, em uma futura análise, discriminar na massa de dados desta pesquisa os vários segmentos que compõem a diversidade da juventude brasileira, de forma a situar e dimensionar os grupos progressistas existentes" (VENTURI e BOKANI, *op. cit.*, p.368-369, grifos meus).

Krischke (2005) também formulou hipótese sobre as características "atuais" da cultura política dos jovens brasileiros, observando possíveis mudanças em seus valores políticos, comparando os resultados da pesquisa "Perfil da Juventude Brasileira" (2003) com dados para 1989 e 1993²⁰.

Os dados indicaram uma preferência crescente da juventude pela democracia entre 1989 e 1993 e uma relativa estabilidade desta preferência entre 1993 e 2003. Os resultados mostravam, segundo Krischke, que cerca de metade dos jovens preferiam a democracia a outro regime de governo, mas, contrariamente ao que se esperava na década passada, o índice de adesão da juventude à democracia não estava crescendo ao longo do tempo. Questionou o autor: pode-se dizer que logo haverá uma segunda geração de jovens que opte pela democracia em sua maioria? Quais as razões para isso? Quais os conteúdos, definições e atividades práticas que se relacionam com essa preferência? Para interpretar os dados, o autor apontou ainda que era fundamental saber da preferência da outra metade. Prosseguiu: "a adesão à democracia retrata 'um copo (ainda) vazio pela metade, ou (já, estavelmente) cheio pela metade'?" (KRISCHKE, *op.cit.*, p.327)

Para responder a essas perguntas, o autor recorreu ao estudo de Moisés (1995) que, com base em dados para 1989 e 1993, havia declarado sua opção pela primeira alternativa do dilema, apostando na ampliação das oportunidades de inclusão social suposta pela modernização da sociedade. Nessa direção, Moisés apresentara, então, o grau de

²⁰ O autor também utilizou resultados de pesquisas em outros países latino-americanos.

escolaridade como principal determinante da escolha pela democracia, seguido da renda familiar. O “tripé da participação política”, ainda segundo Moisés, basear-se-ia na educação, renda e ocupação. A esse tripé, acrescentou ainda o local de moradia dos entrevistados (cidades grandes), ao encontrar uma relação positiva entre o apoio à democracia e a urbanização.

Analisando os dados para 2003, Krischke propôs hipóteses comparativas:

“...os dados de 2003 à primeira vista pareciam confirmar, ao menos em parte, a conclusão de Moisés sobre a importância da escolaridade para a opção democrática. (...)

Porém, uma questão que surge de imediato é: se há realmente uma influência direta da expansão de acesso à escolaridade sobre o apoio à democracia, porque o índice de adesão da juventude à democracia permaneceu estável entre 1993 e 2003, apesar de toda a expansão quantitativa ocorrida no sistema escolar e em seu acesso pela população? Por certo haverá inúmeros outros fatores que influem nesse resultado. Mas o ponto principal será verificar, por meio de outros dados desta pesquisa, se a escolaridade continua sendo equivalente à ‘sofisticação política’ como pretendia Moisés” (KRISCHKE, *op.cit.*, p.329).

Ainda de acordo com Krischke, embora os dados sobre a escolarização sejam limitados (pois permitem apenas saber o grau e o nível de expansão, mas não sobre a qualidade obtida), os dados da pesquisa de 2003 permitiram atualizar o teste da ‘sofisticação política’ dos entrevistados com base na escolaridade e outros fatores da chamada ‘modernização’. A importância da renda familiar na opção pelo regime político também se mostrou menos clara em 2003. Esses resultados sugeriram, segundo Krischke, a necessidade de reconsiderar a importância dos fatores do tripé da modernização como sustentação da opção à democracia²¹.

²¹ Por fim, comparados às pesquisas anteriores, a pesquisa sobre a juventude de 2003 não pareceu mostrar relação positiva entre apoio à democracia e o índice de urbanização. Os resultados, aliás, sugeriram o contrário para uma importante situação específica: a adesão à democracia mostrou-se pouco maior entre os jovens que viviam em cidades do interior. O que teria ocorrido nas capitais brasileiras e nas grandes cidades do interior entre 1993 e 2003 para que se estabelecesse esse quadro? Com relação às cidades do interior, o autor destacou que elas passaram por surtos de prosperidade nas últimas décadas. Mas era importante indagar também se essa maior adesão dos jovens à democracia não teria ocorrido nos municípios que adotaram administrações mais transparentes, com orçamento participativo, políticas especiais de estímulo à juventude, à escolarização e de combate à pobreza. “O ponto aqui é saber se a maior ‘eficácia objetiva’ dessas administrações municipais afeta positivamente a vida dos jovens, sendo isso por eles reconhecido...” (KRISCHKE, *op.cit.*, p. 332). Para as grandes cidades (capitais), o autor questionou se as sensações de ameaça com a violência, um dos problemas mais apontados pelos jovens, estariam afetando sua adesão à democracia e seus valores de tolerância social e política e de reconhecimento de direito à diferença. Além disso, fazia-se necessário correlacionar essas questões com a exposição à mídia, pois era possível que se constatassem efeitos de reforço entre as experiências reais da população e as estratégias da mídia para ampliar sua audiência.

Os dois últimos artigos que compõem este capítulo inicial (FLORENTINO, 2007; RIBEIRO, 2008), embora baseados em metodologias distintas, têm como norte a mesma preocupação do presente estudo: compreender os valores políticos do primeiro grupo de cidadãos formados no período da democracia brasileira recente.

Baseado em dados do World Values Survey para 1995-1997, Ribeiro (*op. cit.*) testa a tese de Rokeach (1968, *apud* Ribeiro, *op.cit.*), segundo a qual “...as crenças acerca dos objetos políticos são adquiridas nas primeiras duas décadas de vida de uma pessoa, período em que se é mais receptivo a elas” (RIBEIRO, *op.cit.*, p.211) e pergunta se, no caso brasileiro, os indivíduos que tiveram seu período de socialização política inicial sob o impacto de instituições em democratização ou democráticas seriam portadores de valores mais congruentes com essas instituições. O debate subjacente a esse teste, dito de um modo bastante simplificado, remonta às duas tradições da abordagem da Cultura Política, como será, nesta tese, retomado no Capítulo 3, qual seja: é a cultura política democrática que produz a democracia ou é a vivência sobre esse regime que leva os indivíduos a manifestarem uma cultura política democrática? Advertiu Ribeiro que aceitar a ideia de maior receptividade às crenças sobre os objetos políticos nas duas primeiras décadas de vida não exclui o fato de que indivíduos mais velhos, que experimentaram diferentes regimes e mudanças políticas, também alterem positivamente suas orientações subjetivas impactados pela democratização. Todavia, para Ribeiro, ainda baseado em Rokeach, após aqueles anos iniciais de socialização política, os valores estariam mais consolidados e, dessa forma, possíveis mudanças entre indivíduos mais velhos deveriam ser mais sutis²².

Uma vez que “...é incontestável o fato de que já temos, ao menos, uma nova geração socializada sob a influência das instituições fundamentais de uma democracia liberal” (RIBEIRO, *op.cit.*, p.210), o autor verifica se a vivência sob instituições democráticas nos anos de “maior receptividade” favorece a formação de valores mais democráticos: se essa tese for verdadeira, dada a transição recente de regimes políticos no Brasil, haverá diferenças na cultura política dos indivíduos de diferentes grupos etários. Para verificar sua hipótese, o autor constrói seis índices de cultura política (confiança institucional, apoio à democracia, preferência democracia-autocracia, confiança interpessoal, ativismo

²² Retomo esta ideia, com outro enfoque, no Capítulo 3 desta tese.

voluntário e pós-materialismo) e verifica sua associação (positiva ou negativa), através do teste de Spearman, com a idade dos entrevistados.

Tanto a confiança institucional como o apoio à democracia mostraram correlação significativa e positiva, mas bastante fraca, com a idade dos entrevistados enquanto a preferência pelo eixo “democracia-autocracia” não se associou ao grupo etário mostrando que as variáveis da cultura política referentes à legitimidade democrática não sustentam

“...a interpretação de que as experiências de socialização política dos indivíduos mais jovens, que viveram seus momentos de receptividade maior no período de transição ou de vigência da democracia, produziram efeitos verificáveis no sentido do estabelecimento de uma postura mais congruente com a consolidação e aprofundamento deste sistema político” (RIBEIRO, *op.cit.*, p.214)²³.

Com relação ao índice de ativismo voluntário, a associação, embora significativa, mostrou sinal fraco e positivo, indicando um discreto aumento nesse ativismo com o aumento da idade dos entrevistados. Por outro lado, o índice de ativismo em instituições mais relacionadas ao ambiente político, tais como sindicatos e partidos, não se associou à faixa etária dos indivíduos. Um último índice referente à abordagem comunitarista da Cultura Política, o de confiança interpessoal, corroborou os resultados anteriores.

O único índice que apresentou correlação negativa, significando que a redução da idade era(é) sutilmente acompanhada pelo aumento no índice, foi o dos valores pós-materialistas de autoexpressão²⁴. Para o autor, tal associação não poderia ser explicada pela socialização política das camadas mais jovens sob a democracia, já que “fortes evidências empíricas validadas mundialmente apontam que, em uma rigorosa análise de causalidade, o impacto dos valores que compõem a síndrome de pós-materialismo sobre os processos de democratização é bem maior do que o inverso” (RIBEIRO, *op.cit.*, p.216). Embora uma mudança intergeracional em direção ao pós-materialismo fosse ainda bastante sutil no Brasil, para o autor, a consequência mais importante do conjunto de

²³ Com relação à confiança institucional, o autor reconheceu, porém, que a elevada desconfiança, sobretudo entre os mais jovens, pode ser explicada pelo funcionamento deficiente das instituições representativas.

²⁴ Deste resultado, Ribeiro sugeriu que, apesar de o Brasil não apresentar as condições das nações economicamente desenvolvidas que Inglehart identificou como favoráveis ao surgimento de uma “síndrome de pós-materialismo”, estaria ocorrendo “...um início tímido de mudança intergeracional” (RIBEIRO, *op.cit.*, p.216). Lembro que o estudo dos valores pós-materialistas não faz parte do objetivo desta tese.

resultados obtidos se referia à convivência paradoxal de “...uma tendência (fraca) de adesão entre as camadas mais jovens a valores caracterizados como pós-materialistas sem que exista uma correspondente adesão a outros indicadores de uma cultura política favorável à democracia” (RIBEIRO, *op.cit.*, p.216). Porém, para conclusões mais robustas, seria necessário ainda acompanhar o desenvolvimento dessas tendências entre os públicos jovens e seus possíveis impactos sobre a democracia brasileira em sondagens longitudinais.

A conclusão do autor aponta que há “...indicações de que existe uma juventude nascida ou socializada na vigência de instituições democráticas que não demonstra possuir valores políticos significativamente diferentes de outros estratos da população que tiveram outras experiências socializadoras” (RIBEIRO, *op.cit.*, p.216). Tal análise era, porém, apenas um ponto de partida para a identificação de tais problemas, dada a história recente e a impossibilidade de verificar, ao longo do tempo, tendências consistentes nesse sentido.

Florentino (*op.cit.*) baseia-se nas pesquisas “Perfil da Juventude Brasileira” (2003) e “Juventude Brasileira e Democracia” (2005)²⁵, em dados do PNAD 2005 e de alistamento facultativo de jovens eleitores entre 2002 e 2006 para analisar a relação da juventude brasileira com a política institucional democrática “...por esta ser a primeira geração nascida e criada após a redemocratização, num espaço simbólico que é Brasília, capital da República” (FLORENTINO, *op.cit.*, p.206)²⁶. Para a autora, esse conjunto de fontes sugere que, apesar da alta escolaridade e do fácil acesso à informação, os jovens brasileiros não se interessam e não participam da política institucional democrática, mostrando-se distantes da política institucional e da classe dos políticos profissionais. Apesar da crise das formas tradicionais de participação política, segundo a autora, é necessário reconhecer as novas formas e temas pelos quais os jovens brasileiros se mobilizam na cena pública.

Florentino destaca duas abordagens opostas nos estudos sobre a juventude: uma que vê a “juventude como responsável pela reprodução da herança cultural de uma

²⁵ A pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira”, já relatada, foi realizada pela Fundação Perseu Abramo e pelo Instituto Cidadania. A pesquisa “Juventude Brasileira e Democracia” foi realizada pelo Instituto Pólis e pelo Instituto Brasileiro de Análises Econômicas e Sociais (IBASE).

²⁶ Os marcos históricos da democracia recente para a autora são: as eleições parlamentares multipartidárias (1982); a campanha “Diretas Já” (1984), a posse de um presidente civil (1985), a nova Constituição (1988), a eleição direta para presidente (1989) e o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello (1992).

sociedade... Outra, a visão de que a juventude é obrigatoriamente a energia revitalizante de uma sociedade...” (FLORENTINO, *op.cit.*, p.209). Ao reconhecer ainda que, nas duas visões, são colocadas expectativas sobre as ações da juventude (não havendo espaço para que ela se coloque como sujeito de seus anseios e ações), a autora define que seu objeto, ao contrário, tratará do imaginário da política dos próprios jovens brasilienses. Além do aspecto simbólico de analisar os valores dos jovens que vivem próximos da sede física dos órgãos públicos e que, por isso, vivenciam a política no cotidiano da cidade, os contrastes socioeconômicos entre os habitantes do Plano Piloto e das cidades satélites refletem as desigualdades existentes entre os cidadãos brasileiros.

Para tratar do imaginário da política institucional dos jovens brasilienses, Florentino baseou-se em dados da pesquisa “Juventude e Democracia” do IBASE/ POLIS, que entrevistou 600 jovens (15 a 24 anos) no Distrito Federal para conhecer os limites e possibilidades de sua participação em atividades políticas, sociais e comunitárias. A partir dessa amostra inicial, foram selecionados noventa jovens para uma segunda etapa, baseada em “grupos de diálogo” que objetivavam debater suas principais preocupações com o Brasil, o recado que dariam para os governantes / políticos, o que poderia melhorar em sua vida (e dos jovens em geral) com relação à educação, trabalho, atividades culturais e de lazer e como eles – jovens – estavam dispostos a atuar para que essas melhorias se tornassem realidade. A pergunta ofereceu três tipos ideais de participação (participação institucional, participação voluntária / ação comunitária, participação / ação cultural) e os resultados apontaram que, embora os jovens brasilienses reconhecessem que o caminho da ação institucionalizada fosse “o mais adequado” para reivindicar direitos sociais, eles não se reconheciam “...fazendo política da maneira como é feita nas instâncias institucionais de deliberação” (FLORENTINO, *op.cit.*, p.220). Os empecilhos que os jovens mais apresentaram para esse tipo de ação foram a descrença nos políticos e nos resultados de suas ações. Em consequência, os recados dos jovens brasilienses aos políticos pediam maior responsabilidade e atenção aos jovens, mais investimentos em educação, combate à pobreza e à fome, o fim da corrupção e a renovação das formas de fazer política.

Da parte dos jovens, também parecia ser emblemático que, ao contrário do alistamento eleitoral voluntário crescente entre os jovens brasileiros com menos de 18 anos no período entre 2002 e 2006, o mesmo período tenha registrado uma queda na adesão facultativa ao voto entre os jovens do Distrito Federal, como apurado pelos dados por

unidades federativas do TSE. O que estava afastando esses jovens da política não era a falta de informação, mas o conhecimento das atuais práticas políticas. Para a autora, tratava-se de uma rejeição consciente da política institucional. Mais,

“..o fenômeno da rejeição à política institucional ocorre intensamente com os jovens, pois estão ingressando agora como sujeitos na sociedade, ou seja, chegam estranhando um campo que parece muito longe, paralelo, que não lhes diz respeito. Há uma recusa à transmissão de certa herança social, de um sistema que visivelmente não tem sabido lidar com a relação entre a população e seus representantes políticos” (FLORENTINO, *op.cit.*, p.231).

Florentino concluiu que, embora o voto e a adesão a partidos tenham deixado de ser percebidos pelos jovens como espaços de ação política, isso não significa que eles estejam desinteressados da política. Ao invés da política institucional, o imaginário da política dos jovens parece voltar-se para a política do cotidiano, da ação voluntária e, sobretudo, para a ação cultural.

Sem desconsiderar o fato de que cada um dos estudos ora apresentados têm objetivos e metodologias específicas e não podem e / ou devem ser comparados, o breve sumário de suas principais questões objetivou apenas apresentar o “estado da discussão” sobre os valores e comportamentos políticos dos jovens brasileiros desde os anos oitenta. Essa apresentação possibilita também introduzir a análise proposta pelo presente estudo. Para tanto, como finalização deste primeiro capítulo, cabe realizar algumas considerações sobre as possibilidades e limites de análise colocados por aqueles estudos e que importam a esta tese – em outras palavras, o que se sabe sobre os valores políticos dos jovens brasileiros no cenário da democracia recente e em que medida o presente estudo pretende contribuir a esse conhecimento.

Primeiramente, embora os estudos de Abramo e Mische, ao descreverem os cenários político, econômico e cultural brasileiro entre os anos 1980 e 1990, sejam importantes para a compreensão do universo político das coortes de jovens aqui estudadas, há que se ressaltar que os dois voltaram-se não à análise dessas coortes, mas das expressões políticas de grupos de jovens bastante específicos (Abramo destacou os movimentos “punks” e “darks” e Mische os movimentos de redes juvenis que, em 1992, articularam a luta dos jovens “cara pintadas” pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello). A análise de Nazzari, por sua vez, utilizou dados de jovens

escolarizados e residentes em uma única cidade brasileira para tratar, sobretudo, das agências socializadoras dos jovens em seus anos formativos e sobre como esses jovens, através das transformações neoliberais dessas agências nos anos 1990, sofreram indiretamente, influências negativas na formação de seu capital social.

De outro lado, os estudos da cultura e valores políticos dos jovens brasileiros baseados na Pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” (2003) baseiam-se em dados disponíveis apenas para essas coortes de idade e em um único momento do tempo. Embora Venturi e Bokani (*op.cit.*), por exemplo, analisem os resultados da pesquisa à luz de dados de outras pesquisas para o conjunto dos brasileiros, são elementos que só podem ser cotejados e não rigorosamente comparados com os dados dos valores políticos das demais coortes de cidadãos brasileiros. Os resultados apresentados por aquela pesquisa e ora discutidos permitem, de todo modo, estabelecer o cenário dos valores políticos dos jovens e a composição das hipóteses deste estudo em termos comparativos por grupos de idade e longitudinais.

Finalmente, os estudos de Ribeiro e de Florentino, embora tratem, com abordagens distintas entre si, diretamente do mesmo tema abordado por esta tese - os “jovens da democracia” - são baseados em um único ponto no tempo e, antes de tudo, são análises que têm os limites próprios de artigos de periódicos. Ademais, para mencionar as especificidades de cada um, Florentino apresenta o distanciamento dos jovens brasilienses da política institucional apenas através dos registros de alistamento eleitoral dos eleitores facultativos (16-17 anos) em queda e dos recados que os jovens em perguntas abertas de pesquisas dão aos políticos. Por outro lado, sua ênfase está em registrar o interesse dos jovens pela política do cotidiano e pela ação cultural, temas não tratados por esta tese. O artigo de Ribeiro, por sua vez, aproxima-se do objeto desta tese, embora também com uma abordagem diferenciada e com objetivo restrito aos limites de um artigo. Esse autor explora as associações entre índices de democratismo, confiança institucional e adesão a valores pós-materialistas e a idade dos entrevistados baseado na hipótese de que os indivíduos formados sob o regime democrático deveriam manifestar maior apreço por valores com ele congruentes. Os achados de Ribeiro, não obstante, o levam a rejeitar sua hipótese e a afirmar que a juventude brasileira “atual”, socializada na vigência de instituições democráticas, não manifesta possuir valores políticos significativamente diferentes das outras faixas etárias, que tiveram outras experiências socializadoras

formativas. Tais achados, baseados em um único ponto no tempo, fazem parte dos subsídios para a hipótese que é aprofundada nesta tese com base em dados longitudinais para o regime democrático brasileiro recente.

No Capítulo 2, apresento as principais abordagens aqui utilizadas para analisar o envolvimento e comportamento políticos dos grupos de jovens brasileiros na democracia recente e para compreender os elementos centrais da cultura política desses segmentos de cidadãos nesse período. Trata-se de adentrar na definição dos valores e atitudes políticos dos indivíduos trazida pela abordagem da Cultura Política e seus processos formativos, sobretudo através da socialização e da experiência política dos indivíduos.

Capítulo 2

A Cultura Política como referencial teórico

O pressuposto desta tese é que “...os atores não respondem diretamente a ‘situações’, eles respondem a elas através da mediação de ‘orientações’” (ECKSTEIN, 1988, p.790). O marco teórico que guia este estudo é, portanto, o da Cultura Política. Este capítulo introduz os conceitos e principais tradições dessa abordagem que são aqui empregados, direta ou indiretamente, quais sejam, as definições dos conteúdos da cultura política, seu processo formativo (e fontes de formação), a relação entre cultura e estrutura política, mudanças nas culturas políticas, a formação das preferências políticas e a ideia de racionalidade cultural. O objetivo do capítulo não é realizar um inventário da abordagem da Cultura Política e de seus principais críticos, e sim apenas estabelecer os referenciais do presente estudo.

2.1- A abordagem contemporânea da Cultura Política

No período contemporâneo²⁷, o marco inicial dos estudos sobre os valores políticos de determinada sociedade foi a obra *The Civic Culture* (1963), de Almond e Verba, a qual perguntava pela existência de uma cultura política adequada à estabilidade do regime democrático. Essa obra foi acusada²⁸, sobretudo, de apontar para uma unidirecionalidade causal entre a cultura e a estrutura políticas (qual seja, a de que o desenvolvimento econômico levaria à formação de determinados valores políticos afins à democracia e esses, por sua vez, provocariam a democratização ou a manutenção do regime político democrático) e, dessa forma, pretender defender que apenas a cultura anglo-saxã

²⁷ O estudo dos valores políticos de uma sociedade e sua relação com o sistema político faz, na verdade, parte de uma longa tradição de estudos que remonta ao pensamento de filósofos da Antiguidade como Aristóteles, assim como a autores modernos e contemporâneos - Maquiavel, Montesquieu, Tocqueville, Stuart Mill, Weber e Bobbio (ALMOND, 1980; MOISÉS, 1995; 2011).

²⁸ Não obstante, na perspectiva de Lane (1992), as fraquezas da abordagem da cultura política não devem ser atribuídas a seus fundadores, que “foram revolucionários em seu tempo”, mas a seus sucessores, que falharam em aperfeiçoar a teoria herdada. Ainda de acordo com essa autora, deve-se reconhecer a singularidade do segundo marco fundador da cultura política (PYE e VERBA, 1965), que tratou da complexidade cultural e, através da análise de países com tradições culturais bastante distintas, explorou como padrões de comportamentos políticos específicos sustentam ideias políticas. Para Lane, nesta obra, os autores deixaram “cada cultura falar por si”, e não ser forçada a se encaixar em categorias definidas *a priori*. De todo modo, sobre as críticas a *The Civic Culture*, ver, por exemplo, Almond e Verba (1980).

permitiria o desenvolvimento e a estabilidade da democracia²⁹. Moisés (1995) e Rennó (1998), por exemplo, ressaltaram que há, na verdade, influências recíprocas entre a cultura e a estrutura políticas, não havendo consenso sobre a direção da causalidade entre as duas dimensões. Esses autores também destacaram que Almond e Verba tiveram o mérito de trazer o comportamento individual para o centro do debate político, estabelecendo, através da cultura política, uma ponte entre a micro e a macro-política. Nas palavras de Almond e Verba³⁰,

“o termo ‘cultura política’ refere-se a orientações especificamente políticas - atitudes para com o sistema político e suas várias partes e atitudes para o papel do ‘self’ dentro desse sistema (...). Quando falamos da cultura política de uma sociedade, nos referimos ao sistema político como internalizado nas cognições, sentimentos e avaliações de sua população. As pessoas são induzidas nele assim como elas são socializadas em papéis não políticos e sistemas sociais” (ALMOND e VERBA, 1963, p.12, grifo meu)³¹.

Conforme suas orientações cognitivas, afetivas e avaliativas para com o sistema como objeto geral e para com sua capacidade como participante político ativo, os indivíduos podem ser ditos possuírem uma cultura política predominantemente provinciana, súdita ou participativa³². Isso implica que as culturas políticas não substituem umas as outras, mas se adicionam: a “cultura cívica”, aquela coerente com uma estrutura política democrática, seria um misto particular de cidadãos, súditos e provincianos: “o cidadão de uma política participativa não é apenas orientado para uma participação ativa na política, mas é também súdito à lei e à autoridade e é membro de grupos primários mais difusos” (ALMOND e VERBA, 1963, p.18). Mas, na cultura política congruente com a

²⁹ Outras críticas a essa obra inicial apontaram para a falta de definição explícita do conceito de democracia por ela utilizado e sobre o fato de que não há uma cultura política “tipo ideal”, mas cabe interpretar os conteúdos de culturas políticas específicas, ou das subculturas (PATEMAN, 1980; LANE, 1992; RENNÓ, 1998). Pateman (1980), em específico, questionou ainda a falta de preocupação com variáveis econômicas e defendeu que a cultura política era apenas efeito da superestrutura.

³⁰ Essa e as outras citações em língua inglesa utilizadas nesta tese foram vertidas para o português pela autora da tese.

³¹ A cultura (ou as orientações políticas) é, para essa abordagem, a “estrutura de referência da ação” (ECKSTEIN, *op.cit.*). As orientações por ela abrangidas dividem-se em: 1. *cognitivas* - conhecimento e crença sobre o sistema político, sobre seus papéis e sobre os incumbentes desses papéis, 2. *afetivas* - sentimentos para com o sistema político, seus papéis, pessoal e desempenho e 3. *avaliativas* - julgamentos e opiniões sobre objetos políticos que envolvem a combinação dos valores padrão e critério com informação e sentimentos (ALMOND e VERBA, 1963; ALMOND, 1980).

³² Para uma descrição das culturas políticas provinciana, súdita e participante, ver Almond e Verba (1963, p.16-17). Lane (1992), como será tratado a frente, critica esse esquema classificatório e prefere o uso do termo subculturas políticas.

estrutura democrática, os indivíduos são alta e positivamente orientados para com o sistema político como objeto geral e para com sua eficácia subjetiva dentro desse sistema: o cidadão participativo é, portanto, aquele consciente e comprometido com o sistema político.

Prosseguem os autores que a cultura política, todavia, não significa apenas conhecimento ou cognição da política, mas é muito mais do que isso:

“Como as pessoas sentem seu sistema político é um componente importante da cultura política. O estado do sentimento ou emoção política em um país é talvez o mais importante teste de legitimidade de seu sistema político. É também a mais importante medida de alienação e aspiração” (ALMOND e VERBA, 1963, p.62, grifo meu).

Nesse sentido, as expectativas que as pessoas têm com relação ao tratamento que receberão por parte dos membros do governo é um componente fundamental da legitimidade do sistema político. Mas em um regime democrático, os indivíduos, enquanto cidadãos, têm também papel ativo no processo político de ‘input’, através do qual as decisões são tomadas. Embora seja impossível dizer qual nível de participação nos negócios públicos é necessário para que uma democracia efetiva floresça, onde a percepção da habilidade para participar e a participação real são elevadas, esse regime é mais provável de se desenvolver e / ou se legitimar.

Aprofundando essa discussão, Almond e Verba diferenciaram a “competência subjetiva” da “competência política”. Ambas têm a ver com a influência política de um grupo ou indivíduo sobre as decisões do governo e correspondem ao grau no qual o governo age para beneficiar esse grupo ou indivíduo porque acredita que arrisca alguma privação caso não aja desse modo: se o indivíduo ou grupo exerce tal influência de fato, ele é politicamente competente, se um ou outro acredita que pode exercer tal influência, ele é subjetivamente competente. O grau com que os indivíduos/grupos acreditam que podem influenciar o curso das decisões governamentais não é necessariamente relacionado ao seu nível real de influência, mas o nível de competência subjetiva individual (a percepção da habilidade para exercer influência política) é significativo mesmo se os indivíduos quase

nunca tentam usá-la ou não são bem sucedidos quando tentam fazê-lo: o cidadão subjetivamente competente é mais provável de ser um cidadão ativo, e isso tem consequências significativas para o sistema político democrático (por exemplo, pelo fato de os governantes serem mais prováveis de serem responsivos diante de uma cidadania ativa)³³. Com base em *surveys*, Almond e Verba mediram a extensão em que as percepções individuais de sua competência subjetiva afeta a efetividade e a legitimidade do sistema político. Os achados confirmaram a ideia segundo a qual quanto mais competente subjetivamente um indivíduo se considerava mais provável ele era (é) de se sentir politicamente ativo, de se expor à comunicação política, de participar de discussões políticas e de ser ativista partidário.

Esses achados não foram inesperados, mas serviram de base para testar a hipótese seguinte, qual seja, a de que a percepção que o indivíduo tem de que pode participar é relacionada a uma maior satisfação com o desempenho do sistema e com um mais alto nível de ligação individual com ele. Para tanto, três tipos de orientação para com o sistema político foram levadas em conta: a estrutura da influência política, a estrutura do 'output' governamental e a orientação ao sistema político como um todo. Ainda, o cidadão autoconfiante deveria ser também mais provável de derivar satisfação de sua participação, o que sugeriu, ainda de acordo com Almond e Verba, a hipótese adicional de que o grau de participação nas decisões afeta o grau de satisfação com o sistema no qual o indivíduo participa. Isso porque quando aqueles que se consideram mais competentes para participar também valorizam a participação dos outros cidadãos, o potencial democrático da nação é incrementado pelo comprometimento dos cidadãos com os valores democráticos. Os dados sugeriram a plausibilidade da hipótese, levando os autores a afirmarem que a competência subjetiva era uma atitude política chave: o cidadão autoconfiante era mais provável de ser um cidadão ativo, de estar satisfeito com seu papel como participante, de ser mais favoravelmente disposto ao desempenho do governo e do sistema político e de ter uma orientação positiva com relação a ele (mais provável que fosse mais satisfeito e leal com relação ao sistema); era também mais provável de expressar

³³ Como já mencionado, a cultura cívica é aquela em que os indivíduos não são competentes apenas como cidadãos (competentes políticos, isto é, participam da tomada de decisão), mas como súditos (competentes administrativos, ou seja, têm consciência de seus direitos e deveres). Embora diferentes, as competências cidadã e súdita não são completamente independentes uma da outra.

adesão aos valores democráticos, de pensar que pode participar (e mais provável que fosse mais ativo) e de pensar que os demais cidadãos também deveriam participar da política.

Concordo com a observação de Rennó (1998) de que, ao desenhar essa estrutura da “cultura cívica”, Almond e Verba (1963) não estabeleceram uma relação de causalidade determinista entre ela e o regime democrático, o que fica claro quando afirmam que tal cultura é “congruente” ou “apropriada” ao estabelecimento e manutenção da democracia. Há, dessa forma, uma relação complexa entre a cultura política e a estrutura política³⁴. A noção de interdependência subjacente à relação entre cultura e estrutura política fica mais clara quando se analisam as experiências formativas da cultura política³⁵ e suas possibilidades de mudança através do tempo, sob efeito, sobretudo, dos processos histórico-estruturais.

Voltando a Almond e Verba (1963), eles ressaltaram que o indivíduo baseava sua estimativa sobre sua capacidade de influenciar o governo em sua experiência direta com ele ou, de modo indireto, observando o comportamento dos outros. Dessa forma, sem negar a importância do sistema político como fonte de atitudes políticas, os autores defenderam que outras instituições culturais importavam nessa formação e exploraram, então, as fontes não políticas das atitudes políticas individuais.

Para essa abordagem, portanto, as orientações políticas não se formam de modo automático nem tampouco no vazio, mas são aprendidas através de agentes socializadores externos, processo que inicia na infância e é contínuo através da vida (ALMOND e VERBA, 1963; ECKSTEIN, *op.cit.*; WILDAVSKY, 1987; MISHLER e ROSE, 2006). Sobre isso, Almond e Verba (1963) criticaram a abordagem psico-cultural do comportamento político por pressuposições simplistas acerca do efeito das primeiras experiências de socialização sobre atitudes políticas posteriores. São três as pressuposições desta abordagem por eles destacadas: 1) as experiências de socialização significantes que afetarão o comportamento político futuro tomam lugar “muito cedo” na vida; 2) essas experiências, embora não

³⁴ Essa relação complexa entre a estrutura e a cultura política foi bastante realçada em *The Civic Culture Revisited* por Almond e seus defensores. Nesta obra, ficou evidente a ideia segundo a qual a cultura política tanto causa como é causada pela estrutura política (por exemplo, ALMOND, 1980; LIJPHART, 1980).

³⁵ Por exemplo, ainda segundo Rennó (1998), a importância da dimensão cognitiva no processo de incorporação de valores (ou no processo de aprendizagem com a realidade política) demonstra a influência da estrutura política na incorporação dos valores políticos.

manifestamente políticas, têm consequências políticas latentes e 3) o processo de socialização é unidirecional, ou seja, as experiências familiares têm impacto significativo sobre as estruturas da política, mas não são por elas afetadas.

No entanto, se a abordagem psico-cultural do comportamento político estava enganada em suas afirmações diretas e limitadas sobre o comportamento político, ela foi usada pelos autores como ponto de partida para tratar da relação entre a primeira socialização e o desenvolvimento das atitudes políticas adultas. Para Almond e Verba, sua importância estava no fato de que, a partir dela, outros estudos passaram a focalizar experiências pré-adultas como fonte de atitudes políticas e também sugeriram que experiências com padrões de autoridade na idade pré-adulta (na família e na escola) tinham papel importante na formação das predisposições políticas futuras³⁶. O problema dessa abordagem foi, porém, limitar o foco e a direção da relação entre as experiências socializadoras da infância e a formação das atitudes políticas posteriores. Segundo Almond e Verba, as experiências não políticas da infância, embora importantes, deveriam ser pensadas como tendo um impacto apenas parcial sobre o comportamento político futuro dos indivíduos, pois

“...muitos outros fatores intervêm entre as primeiras experiências e o comportamento político posterior que inibem o impacto do primeiro sobre o último. Dimensões básicas do comportamento político como o grau de envolvimento na política (...) parecem ser mais bem explicadas em termos das últimas experiências” (ALMOND e VERBA, 1963, p.267-268, grifo meu).

Dessa forma, o papel da família, em específico, “...pode não ser central; a lacuna entre a família e a política pode ser tão ampla que outras experiências, especialmente em situações sociais mais próximas no tempo e em estrutura ao sistema político, podem exercer um papel maior” (ALMOND e VERBA, 1963, p.305-306). A socialização política familiar é, portanto, apenas um dos fatores que importam na formação das orientações e valores políticos individuais. Tais orientações e valores são, de fato, transmitidos por “...processo complexo que inclui treino em muitas instituições - família, grupo de pares,

³⁶ Como será tratado no Capítulo 3, a primeira fase do ciclo de vida político ocorre na infância. Para referências que tratam da socialização política na infância, ver nota 77 desta tese.

escola, trabalho, assim como o próprio sistema político. Ademais, os tipos de experiência dentro dessas instituições variam” (ALMOND e VERBA, 1963, p.366-367). Se a socialização política é processo contínuo e cumulativo ao longo da vida, isso implica que os valores, embora em grande medida resistentes, sofrem mudanças com a passagem do tempo (ALMOND e VERBA, 1963; ECKSTEIN, *op.cit.*; INGLEHART, 1988, 1993; MULLER e SELIGSON, 1994; MISHLER e ROSE, 2006)³⁷.

O legado da família sobre o comportamento político dos indivíduos foi explorado na sequência por, por exemplo, Jennings et al (1979) e Allerbeck et al (1979). Preocupados com a explosão de movimentos de protesto em países europeus de democracia consolidada a partir dos anos 1960, protagonizados sobretudo por seus públicos jovens, os autores se basearam em *survey* realizado em 1974 e em uma subamostra de pares de pais e adolescentes com idades entre 16 e 20 anos para tratar dos efeitos da socialização familiar sobre o envolvimento político dos jovens e sua relação com a mudança política³⁸. Esses autores compartilharam com Almond e Verba a ideia segundo a qual várias são as fontes de socialização política dos indivíduos e defenderam, inclusive, que eventos político-institucionais e movimentos sociais e políticos eram influentes sobre a orientação dos valores políticos e sociais das crianças, mas hipotetizaram que o núcleo familiar era, sim, o principal modelo do “modo de ser” político de suas crianças. Isso porque, em sua perspectiva, o padrão recorrente na época era que os indivíduos, na idade adulta, mostravam muito mais semelhanças políticas com seus pais (com o grau de semelhança variando conforme a característica política que era considerada) do que sinais de rebeldia ou divergências.

³⁷ Ainda nas palavras de Almond e Verba, “...o conjunto misto de orientações desenvolvidas na infância será modificado pelas experiências posteriores, diretas com a política. (...) Uma principal parte da socialização política, então, envolve exposição direta à cultura cívica e à política democrática. Desse modo, cada nova geração absorve a cultura cívica através da exposição às atitudes políticas e ao comportamento da geração precedente” (ALMOND e VERBA, 1963, p.367-368, grifo meu).

³⁸ Essa análise desmembrou-se em três tarefas: 1.verificar a similaridade agregada entre as gerações e através dos países; 2.verificar similaridade dentro da família através dos países (interesse não está na geração como um todo mas em verificar o grau em que os pais estão, direta ou indiretamente, socializando sua prole a sua semelhança) e 3.discutir a relação do processo de socialização com a natureza e dimensões da descontinuidade geracional (como/quanto a efetividade do processo de socialização se relacionava à magnitude do “gap” geracional?). Os autores ressaltaram que mudanças nas atitudes e comportamentos dos indivíduos para com o sistema político podiam(em) ser ou devidas a efeitos de eventos históricos, que atingiam o conjunto da população de determinada nação, ou à substituição geracional – quando a coorte mais velha não muda seus valores, mas é substituída por coortes socializadas em um conjunto diferente de valores, atitudes e comportamentos. Enquanto o primeiro modelo prediz rápidas mudanças com concomitantes tensões estruturais e pouco conflito intergeracional, o segundo prediz mudança muito mais gradual, mas entoadada por clivagens geracionais. Retomarei esta discussão no próximo capítulo.

O que explicava as mudanças nos valores políticos e os movimentos de revolta protagonizados por aqueles jovens então? Primeiro, Jennings et al (*op.cit.*) exploraram, entre outros temas, a ligação partidária, a avaliação do desempenho governamental e a confiança em suas instituições para analisar possíveis mudança e continuidade geracionais.

Com relação à ligação partidária, em todos os países, a maioria da geração mais velha declarou sentir-se mais próxima de algum partido do que as gerações mais novas. À primeira vista, isso devia ser interpretado como clara evidência de mudança geracional em nível agregado, dado que as novas coortes não estavam(ão) se filiando a algum partido com o mesmo despacho que as coortes antecedentes. No entanto, tal conclusão pareceu precipitada aos autores uma vez que a ligação partidária era(é) atributo que parecia se expandir através do “ciclo de vida político” dos indivíduos³⁹. De todo modo, com relação à intensidade dessa ligação, no nível agregado, os achados sugeriram que a profundidade de comprometimento era muito maior entre os pais do que entre sua prole. A distância geracional aparente em nível agregado mostrou-se, todavia, ilusória: quando se retiraram da amostra todos os respondentes sem qualquer ligação partidária, as diferenças entre pais e filhos, em geral, caíram em todos os países. O que parecia estar acontecendo, então, era que menos jovens tinham preferência partidária, mas entre aqueles que a possuíam, a intensidade tendia(e) a convergir para o nível possuído pela geração mais velha. Com relação ao nível intrafamiliar, não obstante, os dados indicaram que a intensidade da ligação partidária também era apenas fracamente transmitida dentro da família⁴⁰.

Quanto às questões avaliativas do desempenho governamental, os autores usaram um indicador de satisfação política e trataram das semelhanças e diferenças nas prioridades atribuídas à agenda política entre as gerações e entre os pares de pais e filhos. Foram, então, utilizados o índice de confiança no governo e a percepção de sua responsividade. Com relação à confiança no governo, a impressão em voga era que os

³⁹ Como mencionado na Introdução desta tese, a ideia do ciclo de vida político foi subsidiada, por exemplo, por Campbell et al (*op.cit.*) e Butler e Stokes (*op.cit.*). A esse respeito, e para dados mais atuais, ver também Miller e Shanks (1996).

⁴⁰ Prosseguem os autores: “O último elemento a ser destacado dentro dessa dimensão dizia respeito à direção e à composição da transmissão. Nesse caso, contrariamente a muitos dos outros achados, foi observada uma forte correspondência entre os grupos geracionais, geralmente ecoada no nível de pares também. Assim, há forte evidência presumida para a transmissão e manutenção das clivagens partidárias dentro do círculo familiar” (JENNINGS et al, *op.cit.*, p.463). Essa perspectiva é diferente da de Almond e Verba (1963), para quem a filiação partidária parece mais bem explicada pelas atitudes e experiência política adulta, mas este item foge do objeto do presente estudo.

jovens, protagonistas dos movimentos de protesto no período, seriam menos confiantes, mas os resultados mostraram congruência entre as gerações e a concordância dos pares de pais e filhos também foi elevada. Segundo os autores, a similaridade dentro da família podia dever-se ao fato de que expressões de confiança tendiam a ser relacionadas à ligação partidária, sendo também expostas de vários modos em casa – uma acumulação de tais pistas parecia servir para orientar as crianças na direção sustentada pelos pais nos primeiros momentos ativos (anos jovens) de seu “ciclo de vida político”.

Os achados com relação à responsividade do sistema, por sua vez, se mostraram em certa medida contrários aos da confiança política: os jovens revelaram acreditar mais em uma maior responsividade do sistema político em todos os países do que a geração mais velha. As crenças sobre a responsividade do sistema também foram reproduzidas apenas moderadamente entre pares de pais e filhos. Em linhas gerais, os resultados para esse domínio apontaram que as perspectivas dos jovens sobre a responsividade do sistema não eram nem mais nem menos condicionadas pelas perspectivas parentais do que no caso das outras dimensões analisadas, apenas sinalizaram que, “dentro de cada [dimensão] os jovens evidentemente têm um número de outras influências agindo sobre eles” (JENNINGS et al, *op. cit.*, p.483, grifo meu).

Na continuidade desse estudo, Allerbeck et al (*op.cit.*) analisaram, também em termos da efetividade da socialização política familiar e em termos geracionais agregados, as propensões e opiniões individuais com relação às orientações normativas acerca do sistema político e do comportamento político não convencional: eficácia política, aprovação do comportamento de protesto, visões sobre os grupos de protesto, efetividade percebida do comportamento de protesto e o grau de repressão potencial. Para os autores, “orientações normativas são, frequentemente, pensadas serem elementos centrais da socialização dentro da família. Por outro lado, conflitos nas orientações normativas, frequentemente, sinalizam um ponto de clivagem entre as gerações” (ALLERBECK et al, *op.cit.*, p.488).

Primeiro, com relação à eficácia política, os autores supuseram que ela seria particularmente vulnerável à influência doméstica: os pais, certamente, dariam pistas sobre seus sentimentos de competência cívica e os autores apostaram que as crianças desenvolveriam as mesmas características quando de seu ingresso formal na cidadania

política. Os resultados não foram, porém, fortemente apoiativos dessa expectativa, e os jovens mostraram, em geral, maior sentimento de eficácia do que seus pais.

Em seguida, Allerbeck et al (*op.cit.*) empregaram uma escala de aprovação do comportamento de protesto para verificar as orientações normativas das gerações e das díades de pais e filhos. Segundo os autores, havia três razões para esperar que os jovens fossem mais favoravelmente dispostos para aquele comportamento: primeiro, muitos dos exemplos de comportamento de protesto no período eram perpetrados por jovens e a identificação de idade e a empatia afetariam os mecanismos avaliacionais; segundo, os jovens tinham tido pouca, se alguma, oportunidade para se engajarem em formas tradicionais de comportamento político e, por isso, teriam menor vínculo institucional, e terceiro, os jovens seriam mais impacientes e cautelosos sobre a utilidade dos meios tradicionais para efetuar mudança em qualquer evento. Nesse caso, os resultados confirmaram que os jovens tinham uma visão mais positiva das táticas de protesto.

As avaliações dos movimentos estudantis e de grupos revolucionários foram então contrapostas às avaliações de instituições e atores tradicionais do sistema político em cada país (sindicatos, igrejas, polícia, funcionários públicos e principais partidos de esquerda e direita). Os mais velhos tenderam a atribuir notas mais elevadas do que a geração mais jovem a essas últimas instituições. Apesar disso, houve correspondência moderada entre pais e filhos e a comparação das posturas para com as instituições tradicionais e para com os grupos de protesto indicou que as maiores correlações intrafamiliares apareceram com relação aos primeiros.

Quanto às opiniões sobre a efetividade do comportamento de protesto na obtenção de resultados desejados, a hipótese era que os jovens excederiam em margem substancial os mais velhos com relação à visão de que o comportamento não convencional era efetivo como tática política tanto na comparação entre pais e filhos como na oposição entre gerações. De fato, os resultados confirmaram essa hipótese, mostrando divisões entre os grupos. Segundo os autores, levando em conta o fato de que as coortes mais jovens foram socializadas em um período em que o comportamento de protesto era bastante presente nas democracias ocidentais não era surpreendente encontrar essa visão entre eles. Mas a simples recorrência de tais comportamentos entre grupos de jovens não parece ter sido suficiente para instilar nas coortes de jovens uma maior percepção de sua efetividade. O

fato de esses protestos extraírem reações das autoridades, mostrando-se, portanto, efetivos, deve ter sido crucial para sua aprovação entre as coortes jovens: “O ponto é que as lições e resíduos extraídos do período de protesto aparentemente instalaram-se nas mentes dos herdeiros do período, as mentes facilmente influenciáveis da geração vindoura” (ALLERBECK et al, *op. cit.*, p.500, grifo meu). Todavia, ressaltaram os autores, não era possível prever se essa diferença de percepção persistiria como marca geracional; quaisquer especulações não alteravam, porém, a presença de uma notável distância entre as gerações em meados dos anos setenta com relação às opiniões sobre a efetividade do comportamento de protesto. Pais e filhos se pareciam, portanto, apenas modestamente na avaliação da efetividade do protesto e isso, para Allerbeck et al (*op.cit.*), parecia ter uma sólida explicação no meio ambiente político onde a geração mais jovem foi criada: o comportamento não convencional parece ter tido muitos propagadores, mediadores e modelos fora do nexo da família, e a criança em desenvolvimento parece ter sido especialmente influenciada por essas fontes não familiares⁴¹.

Na sequência, os autores trataram das opiniões sobre quatro indicadores dos repertórios da ação política, quais sejam, desempenho real de atividades não tradicionais, potencial para comportamento de protesto, níveis de participação convencional e tipologia da ação política e encontraram que apenas uma minoria de jovens já havia se engajado em comportamentos de protesto. Mas isso não significava que, sob certas circunstâncias, um percentual maior não realizasse tais atividades. Em todos os países, os jovens apresentaram maior “potencial de protesto”, resultado que atingiu as maiores divergências de comportamento – seja entre pares de pais e filhos, seja entre as gerações – observadas em toda a análise.

Combinando a escala de protesto potencial com a escala de participação convencional, Allerbeck et al (*op.cit.*) criaram, então, uma tipologia da ação política com a expectativa de encontrar diferenças significativas entre as gerações e sinais modestos de similaridade entre as linhagens com relação à classificação nessa tipologia. De fato, a geração mais velha mostrou-se mais provável do que a dos jovens de ser “inativa”, “conformista” e “reformista”; em contraste, os jovens mostraram-se mais “ativistas” e

⁴¹ Nesse exemplo, a notável proporção dessa distância entre linhagens converteu-se em diferença entre gerações.

“protestadores”⁴². Ademais, as disparidades entre as gerações no nível agregado corresponderam a disparidades no nível das díades pais e filhos.

No entanto, analisados conjuntamente, os resultados mostraram que mesmo uma grande oposição entre gerações não necessariamente significava conflito dentro da família assim como conflitos familiares não necessariamente fomentavam grandes conflitos geracionais. As relações entre pais e filhos mostraram-se bastante similares e todas as correlações positivas indicaram que a concordância dos adolescentes com seus pais no âmbito das formas de participação política era mais frequente do que a rebelião. Os autores observaram que essa concordância se apoiava, em parte, sobre laços familiares muito fortes. Porém, se o contexto da família era condutivo de efeitos diretos e indiretos da socialização, a concordância entre pais e filhos não deveria ser atribuída exclusivamente à influência dos primeiros sobre os segundos, pois não era (é) possível

“...excluir a possibilidade de ‘socialização reversa’. Não podemos ignorar que pais e filhos partilham características comuns, tais como a mesma localização na estrutura social – tanto em termos de estrutura de classe como de região. Em alguma extensão, a concordância entre pais e filhos pode ser induzida, ou ao menos facilitada, pela operação das mesmas forças exteriores sobre pais e filhos. (...) O resultado do processo de socialização pode ser o resultado do mútuo reforço da influência parental e alguma influência exterior operando na mesma direção...” (ALLERBECK et al, *op. cit.*, p.517, grifo meu).

Nesse momento, os autores ressaltaram que os dados disponíveis e o tipo de estudo realizado não permitiam falar sobre o processo de socialização familiar, e sim apenas de seus efeitos sobre o comportamento político dos cidadãos das democracias ocidentais avançadas nos anos 1960. Em geral, os resultados indicaram que “...o ‘gap’ geracional, onde existia, não podia ser explicado como resultado do processo dentro da família, seja esse rebelião adolescente ou fraqueza da socialização” (ALLERBECK et al, *op. cit.*, p.518). Como explicar as diferenças no comportamento político das gerações então?

⁴² Nessa análise, os autores se baseiam na tipologia da ação política de Kaase e Marsh (1979) que elenca 5 tipos ideais de indivíduos conforme sua disposição para a ação e ação propriamente dita: Os inativos, no máximo, leem sobre política nos jornais e assinam petições se solicitados (muitos deles nem isso fazem); os conformistas vão além na rota da participação convencional; alguns participam de campanhas, mas eles não abraçam a ação política direta; os reformistas também participam convencionalmente, mas também aderem a formas legais de protesto e até boicotes; os ativistas alargam seu repertório à completa extensão, alguns aderem mesmo a formas ilegais de protesto; os protestadores comprometem-se com o comportamento de protesto, mas não participam de formas convencionais de atividade política.

Ainda segundo os autores, uma vez que a juventude é um estágio no curso do desenvolvimento individual onde as capacidades avaliativas da personalidade estão acentuadas, um olhar mais próximo a outras instituições sociais poderia ser mais frutífero:

“Jovens, então, estão em um processo de reavaliação dos valores da infância. O grau em que esse potencial para a mudança é realizado depende das condições do ‘novo acesso’ das novas coortes à cultura existente, como Karl Mannheim elaborou em seu clássico estudo ‘Problema das Gerações’ ” (ALLERBECK et al, *op. cit.*, p.519).

Dizer que as fontes da mudança estavam(ão) principalmente fora do reino da família não significava que elas não deveriam ser estudadas empiricamente; o problema é que, como os dados disponíveis utilizados focavam sobre os efeitos da socialização familiar, a pesquisa conseguiu identificar somente que tais fontes (da mudança) não estavam naquele ambiente. Em outras palavras, perguntando se o processo de socialização familiar explicava fenômenos no nível macro, tais como os protestos políticos e o ‘gap’ geracional, a resposta encontrada foi “não, o funcionamento da socialização como processo de micronível não era (é) suficiente para aquela explicação”. Mas isso não significava que os processos de socialização familiar não estivessem funcionando corretamente no nível micro. Os resultados permitiam dizer apenas que mudanças de valores agregadas substanciais podiam ocorrer sem conflitos interpessoais dentro da família e que o bom funcionamento de tal processo não necessariamente excluía diferenças geracionais substanciais.

Para os autores, era necessário, então, buscar um novo tipo de teoria que especificasse as ligações entre indivíduos, instituições e o sistema de modo menos simplista. O grau com que o “gap” geracional, onde ele existia, impunha constrangimentos ao sistema dependia da natureza das instituições, de outras linhas de clivagem, da distribuição dos grupos de idade, etc. – ou seja, de fatores institucionais e culturais que iam (vão) além da estrutura familiar. Isso não significava que a socialização política familiar não fosse importante, mas que esse processo não podia ser tratado como causa não mediada pelos processos macro-institucionais.

As análises de Jennings et al e Allerbeck et al trouxeram os elementos processual e

dinâmico ao estudo de novos padrões de envolvimento político cidadão das democracias consolidadas nos anos sessenta (BARNES & KAASE, 1979). Reiterando achados de Almond e Verba (1963), tais análises indicaram que motivação e cognição políticas dependiam apenas em parte de práticas de socialização familiar. No âmbito individual, aqueles autores chamaram a atenção que era necessário compreender também os impactos de outros fatores estruturais, como a educação formal, o pertencimento a grupos e organizações e o posicionamento do indivíduo na estrutura social (como também apontou, por exemplo, Pateman, 1980). Ao mesmo tempo, no nível agregado, valores, atitudes e a disposição para a ação política eram (são) também afetados por constrangimentos históricos e político-institucionais.

Assim, se a socialização e a formação de valores e preferências políticas se realizam por processos de socialização contínua⁴³ (através da qual os indivíduos mudam conforme ocorrem mudanças de seu “ciclo de vida”), ao indicarem que a mudança desses valores, no cenário europeu dos anos 1970, não era explicada pela socialização política familiar, Jennings et al (*op.cit.*) e Allerbeck et al (*op.cit.*) explicitaram a importância de outras dimensões nessa mudança: por exemplo, as possíveis interveniências de efeitos geracionais e/ou do período histórico. Esses conceitos e discussão serão aprofundados no próximo capítulo. Antes disso, para completar a discussão dos conceitos teóricos da abordagem da Cultura Política que importam a esta tese, as duas seções finais deste capítulo discutem: 1) a relação entre cultura política e estrutura política e a mudança na cultura política e 2) a formação de preferências políticas.

⁴³ Como será destacado na próxima seção, a ideia de socialização contínua e modificação dos valores é central na série de estudos de Mishler e Rose sobre os valores políticos, sobretudo a confiança institucional e o apoio à democracia desenvolvidos pelos cidadãos dos países ex-comunistas da Europa Central e do Leste desde meados dos anos 1990, através do “modelo de aprendizagem através da vida”.

2.2- A relação entre cultura e estrutura política e a mudança na cultura política

Tal como as análises de Jennings et e Allerbeck et al, estudos com os países desenvolvidos realizados após o *survey* de 1963, *The Civic Culture*, mostraram que a combinação entre experiência histórica e mudança nos padrões de socialização política associa-se a mudanças culturais (RENNÓ, 1998). Tais estudos permitiram avaliar quais valores eram(são) resistentes e explorar o sentido e as causas de possíveis mudanças nas culturas políticas de massa das democracias desenvolvidas⁴⁴.

Inglehart (1988) é o principal seguidor de Almond e Verba (1963), partilhando com eles a ideia segundo a qual o surgimento, evolução e persistência da democracia requerem valores, atitudes e hábitos apoiativos entre os públicos de massa. Não obstante, ele critica Almond e Verba que, com base em um único *survey*, trataram a cultura política como uma constante.

Para Inglehart, os fatores culturais (tais como a confiança interpessoal, a satisfação individual com a vida como um todo, a felicidade e o apoio à mudança radical ou a defesa da ordem existente) de uma sociedade, embora relativamente duráveis, não são imutáveis e, por isso, é necessário analisá-los em uma abordagem longitudinal para visualizar um dos principais pressupostos da abordagem da cultura política, o de que “os padrões culturais, uma vez estabelecidos, possuem autonomia e podem influenciar os eventos políticos e econômicos subsequentes” (INGLEHART, 1988, p.1205). Dentre esses fatores, a confiança interpessoal foi tratada por esse autor como o fator mais importante, uma vez que fomentaria a formação de associações secundárias na sociedade civil, que, por sua vez, são indispensáveis à participação política efetiva em qualquer democracia.

Baseado em dados do Eurobarômetro para o período entre 1973 e 1987, Inglehart encontrou diferenças naqueles padrões culturais entre os países; os resultados para cada país mostraram, porém, estabilidade ao longo do período estudado. Segundo o autor, o componente cultural que diferencia as nações reflete suas distintas experiências históricas. As orientações que compõem esse elemento cultural, por sua vez, são transmitidas de geração à geração através da socialização e, como este primeiro aprendizado é relativamente persistente, ele contribui para a estabilidade cultural. Com relação às

⁴⁴ Sobre as possibilidades e fontes da mudança na abordagem da Cultura Política, ver, por exemplo, Eckstein (*op.cit.*) e Kavanagh (1980).

variáveis explicativas da democracia, embora não se possa afirmar uma ligação causal conclusivamente, para o autor, o desenvolvimento daquele regime é proximamente relacionado ao desenvolvimento econômico. Mas ressaltou, "...a não ser que o desenvolvimento econômico seja acompanhado de certas mudanças na estrutura social e na política cultural, a democracia liberal é improvável de resultar" (INGLEHART, 1988, p.1220).

Os fatores culturais têm, portanto, papel fundamental na viabilidade e durabilidade do regime democrático. Ainda de acordo com o autor,

"...sociedades caracterizadas por elevados níveis de satisfação com a vida (assim como de confiança interpessoal, tolerância, etc.) seriam mais prováveis de adotar e manter instituições democráticas do que aquelas cujos públicos são carentes de tais atitudes" (INGLEHART, 1988, p.1215)⁴⁵.

Muller e Seligson (1994) criticaram a abordagem de Inglehart por condicionar o surgimento da democracia ao desenvolvimento econômico-cultural da nação. Para aqueles autores, uma vez que a variável "anos de democracia contínua" nos países estudados por Inglehart era anterior às medidas de cultura cívica (o que foi reconhecido por este próprio autor), seria mais plausível interpretar a associação entre as duas como refletindo possível efeito da democracia sobre o nível de cultura cívica da nação. Muller e Seligson apontaram, então, que, a relação entre a cultura cívica e a democracia devia ser pensada considerando-se a possibilidade de causalidade recíproca entre ambas. A partir dessa constatação, testaram o modelo de Inglehart (de relação causal unidirecional), mas com diferentes variáveis macrossociais e, em seguida, modelos alternativos considerando a relação recíproca entre as duas variáveis.

O primeiro teste, de que a cultura cívica teria efeito causal unidirecional sobre a continuidade da democracia, reproduziu o achado de Inglehart de que aquela era, de fato, o mais forte determinante dos anos contínuos de regime democrático. O modelo testado em seguida corrigiu a ordem temporal entre cultura cívica e anos de democracia e

⁴⁵ O autor não exclui a possibilidade de que a vivência sob instituições democráticas produza maior satisfação global com a vida, mas acredita ser mais provável que um sentimento mais geral como o de bem estar molde o sentimento mais específico (com relação à política).

produziu forte apoio também à hipótese alternativa de que a experiência da democracia estável produzia níveis de cultura cívica elevados. Neste modelo, o efeito do desenvolvimento econômico sobre as atitudes da cultura cívica foi tomado indiretamente (o desenvolvimento econômico produz democracia estável e esta influiria sobre as atitudes da cultura política). Por outro lado, não foi encontrado efeito da cultura cívica sobre a mudança no nível de democracia através do tempo. Um terceiro modelo – testado em amostra expandida da Europa ocidental e das Américas do Norte e Latina – tratou a variável “anos de democracia contínua” como variável predeterminada independente (variável contínua antecedente das atitudes da cultura cívica⁴⁶) e a mudança no nível médio de democracia como dependente. Foram também incluídas a desigualdade de renda e o pluralismo subcultural como variáveis macrosociais predeterminadas. Este modelo pretendeu testar a causalção entre essas últimas, as atitudes da cultura cívica e possíveis mudanças no nível da democracia.

Os resultados desse terceiro teste indicaram ser a confiança interpessoal irrelevante para a democratização (e para “anos contínuos de democracia”), a qual pareceu facilitada pelo apoio à reforma gradual. A mudança no nível de democracia também foi diretamente afetada por esse apoio, assim como pela desigualdade de renda e pelo fracionamento etno-linguístico. Por outro lado, “anos de democracia contínua” foi o único preditor significativo da confiança interpessoal. Embora a confiança interpessoal parecesse ser produto da democracia, a preferência do público por mudar a sociedade através de reforma gradual apoiou a tese de Inglehart segundo a qual o apoio à reforma gradual teria efeito positivo sobre a mudança no nível de democracia, e não foi relacionado à experiência de longo prazo desta. Ainda assim, a magnitude de seu efeito foi relativamente pequena se comparada à magnitude do efeito negativo da desigualdade de renda. Isso, somado ao fato de que as outras variáveis da cultura cívica não tiveram efeitos estatisticamente significativos sobre a mudança no nível de democracia, não apoiava a tese de Inglehart de que as atitudes da cultura cívica seriam a causa principal da democracia.

Em artigo de 2002, a crítica de Seligson à abordagem de Inglehart (1988) sobre a

⁴⁶ Nesse caso, o conceito de cultura cívica incluiu, como variáveis separadas, o apoio à mudança gradual e a confiança interpessoal.

relação entre cultura e estrutura políticas foi ainda mais taxativa. Segundo aquele autor, Inglehart encontrou conexão causal direta entre o que ele chama de cultura cívica (“agregação de atitudes de nível micro”), de um lado, e a democracia (“variável macro”), de outro. Nessa empreitada, realizou artefato de falácia individualista⁴⁷ ao agregar dados de *surveys* (individuais) em médias nacionais.

Seligson (*op.cit.*) questionou também a interconexão entre as atitudes da cultura cívica e sua ligação causal com a democracia. Para aquele autor, a democracia não seria causada pela confiança interpessoal, mas, ao contrário, era essa última que se relacionava ao número de anos em que as instituições democráticas funcionavam continuamente em determinado país⁴⁸. Os resultados iniciais mostraram a existência de associação positiva, estatisticamente significativa entre a confiança interpessoal e o nível de democracia, mas não apontaram a direção da causalidade entre as duas. O autor testou, então, com base em *surveys* para amostra expandida (que incluiu países das Américas Central e Latina), a capacidade de previsão da democracia pela cultura política. Os resultados mostraram fraca correlação entre os itens da “síndrome da cultura cívica” e a democracia entre os anos 1970 e 1990: a associação entre atitudes da cultura cívica e a preferência pela democracia não emergiu em nenhum dos testes; ainda, a associação linear entre a confiança interpessoal e o nível de democracia desapareceu com a introdução da renda per capita como controle.

Na conclusão, o autor afirmou haver três explicações possíveis para os achados: primeiro, a teoria global de Inglehart estaria errada e regimes democráticos poderiam emergir e ser sustentados por forças alheias aos valores de massa (por exemplo, pactos das elites, estrutura de classe e nível de desenvolvimento econômico do país); segundo, a cultura política podia, sim, ser significativa no surgimento da democracia, mas as variáveis de Inglehart estarem erradas e terceiro, as variáveis podiam ser corretas, mas sua operacionalização equivocada. Esses resultados não significam, porém, que a cultura

⁴⁷ A falácia individualista é o erro de atribuir tendência individual para o nível macro (agregado). O erro de Inglehart, com relação a essa dimensão, foi que a síndrome atitudinal que, segundo ele, fomenta a democracia é composta pela confiança entre as pessoas, a satisfação com a vida e a satisfação política e o apoio à ordem existente. Dentre essas, a confiança interpessoal era o elemento-chave: para Inglehart, essa, no agregado, fomentaria a formação de associações civis e estas, por seu turno, fomentariam a participação na democracia. Não obstante, o autor não verificou empiricamente se os mais desconfiados eram, de fato, os menos participativos em organizações da sociedade civil e assim por diante e, desse modo, incorreu naquela falácia.

cívica, ou suas atitudes componentes, seja irrelevante ao desenvolvimento da democracia, mas apontaram que análises futuras com base em dados no nível sistêmico deveriam primeiro olhar cuidadosamente às associações com o nível individual para realizarem “clamores similares” (SELIGSON, *op.cit.*, p.289).

Portanto, Muller e Seligson (*op.cit.*) e Seligson (*op.cit.*) não negaram a ideia de Inglehart de que fatores culturais podem estar entre os fatores causais da democracia, mas defenderam que há relações recíprocas entre a cultura política e a estrutura política. No entanto, mesmo corrigindo a ordem temporal como fizeram Muller e Seligson (*op.cit.*), a relação causal unidirecional proposta por Inglehart podia adequar-se a países de democracia longamente estabelecida. Tal estrutura pareceu inadequada para tratar dos países da América Central. Com relação a casos mais extremos, o argumento de Inglehart parece não se adequar à explicação de transformações das estruturas política e econômica como as que ocorreram, por exemplo, com o fim do comunismo nos países da Europa Central e do Leste nos anos 1990; tais mudanças teriam sido inviáveis segundo aquela perspectiva.

É possível dizer que, tratando da formação de valores da cultura política congruentes com a manutenção do regime democrático, tanto Inglehart como Muller e Seligson associaram a formação daqueles valores a experiências de socialização dentro de instituições específicas. A diferença entre ambos, neste aspecto, se estabeleceu no período de socialização dos indivíduos mais importante para a formação daqueles valores: para o primeiro autor, aqueles públicos que desde a primeira infância, viveram em cenários de elevado desenvolvimento e estabilidade econômicos, e que também tiveram maiores oportunidades educacionais, eram mais prováveis de expressar valores políticos e culturais congruentes com o regime democrático. Na perspectiva de Muller e Seligson, sem negar a influência da base cultural, a evidência histórica demonstrara que era a experiência com instituições democráticas que produziria nos indivíduos valores congruentes com elas.

Nesse sentido, as análises de Inglehart, de um lado, e de Muller e Seligson, de outro, não são totalmente antagônicas. O ponto comum entre elas está, portanto, na ideia

⁴⁸ Sendo a democracia variável anterior e explicativa da confiança, Seligson baseia-se no indicador da Freedom House para medir o nível de democracia através do tempo.

de que os valores e preferências políticas individuais refletem experiências institucionais específicas. Para aprofundar essa discussão, a próxima seção deste capítulo apresenta o último tema da abordagem da Cultura Política que compõe a estrutura de referência teórica da presente tese, a formação endógena das preferências políticas.

2.3-A formação de preferências políticas

Como já destacado, na perspectiva aqui adotada, a relação entre cultura política, estrutura política e desempenho governamental é complexa. Nessa, a disposição individual para participar e as formas de ação política adotadas pelos indivíduos se definem a partir de um modelo dinâmico de relações entre os cidadãos e as autoridades políticas, modelo que é determinado pelas expectativas mútuas e por seus eventuais resultados (BARNES e KAASE, *op.cit.*). A esse complexo de relações cabe acrescentar outro elemento: não apenas valores, mas interesses também afetam a propensão dos indivíduos e grupos a se envolverem e participarem da política. Nesse sentido, e na perspectiva aqui adotada, a formação das preferências e as escolhas políticas dos cidadãos encaixam-se no modelo ampliado da explicação da Cultura Política, o da “racionalidade cultural” (LANE, *op.cit.*; WILDAVSKY, 1987, 1988; RENNÓ, 1998). Se as preferências e escolhas dos indivíduos atrelam-se a dimensões racional e instrumental, quaisquer atos delas decorrentes não são, porém, independentes do estímulo social externo e de outras estruturas de influência. A fonte das preferências políticas dos indivíduos é, portanto, endógena ao próprio sistema político.

Quando se analisa as formas de envolvimento político dos cidadãos busca-se compreender a relação entre o que eles esperam da política e o que fazem, de fato, no exercício dessa atividade tendo em vista os limites a eles colocados pelos cenários institucional e cultural (BARNES e KAASE, *op.cit.*). Mas, se as estruturas políticas, sociais, culturais e econômicas, de um lado, e as próprias características dos indivíduos, de outro, delimitam as formas que eles utilizam para realizar suas preferências e objetivos coletivos, essas próprias preferências são formadas através da mediação cultural e social. Em outras palavras, “o que as pessoas esperam da política” também é culturalmente delimitado.

Diante disso, antes de compreender como os indivíduos buscam seus objetivos coletivos e suas preferências políticas, é necessário entender porque eles preferem o que eles preferem (WILDAVSKY, 1987).

Os indivíduos formam suas preferências e interesses através de suas relações sociais e de sua autoidentificação com um grupo sociocultural. Nesse processo, o filtro social serve para interrogar o meio ambiente, e os significados dos objetos e eventos passam a ser partilhados. Se as preferências são formadas através da organização das relações sociais, elas devem vir de dentro dos modos de vida – provêm, nesse sentido, de arranjos institucionais específicos⁴⁹. Nessa perspectiva, escolhas e decisões individuais

“...são simultaneamente escolhas de cultura – valores partilhados legitimando diferentes padrões de práticas sociais. Sempre, na teoria cultural, valores partilhados e relações sociais andam juntos: não há valores desincorporados das relações sociais... Quando as escolhas não são completamente controladas pelas condições (...), as pessoas descobrem suas preferências avaliando como suas escolhas passadas fortaleceram ou enfraqueceram (e suas escolhas futuras podem fortalecer ou enfraquecer) seu modo de vida. Colocando de um modo simples, as pessoas decidem a favor ou contra a autoridade existente. Elas constroem sua cultura no processo de tomada de decisão. Seus contínuos reforço, modificação e rejeição das relações de poder existentes as ensinam o que elas preferem” (WILDAVSKY, 1987, p.5, grifo meu).

As preferências políticas são moldadas pelas experiências com as instituições políticas existentes, sendo formadas através da oposição ou apoio àquelas instituições. Assim, “preferências com relação aos objetos políticos não são externas à vida política, ao contrário, elas constituem a própria essência interna da política: a construção e reconstrução de nossas vidas juntos” (WILDAVSKY, 1987, p.5). O axioma subjacente a essa teoria é que o que importa para a maior parte das pessoas são suas relações com as outras pessoas e vice-versa. A esse axioma segue que a principal escolha feita pelos indivíduos (ou, se eles são sujeitos à coerção, a principal escolha feita para eles) é a forma de cultura - valores partilhados que legitimam práticas sociais - que eles adotam. Um ato é

⁴⁹ Wildavsky questiona a abordagem das preferências feita pelos economistas que as trata como externas ao sistema. Pior ainda, como continua Wildavsky, além de exógenas, as preferências são referidas como gostos e, dessa forma, são categorias não analisáveis. Para questionar essa abordagem, Wildavsky apóia-se em Michael e Becker (1976) que apontam que a fraqueza dessa perspectiva é que não é possível explicar como os gostos são formados nem tampouco prever seus efeitos e em Lindblom (1982) para quem “nós empobrecemos nosso pensamento por aprisioná-lo em um modelo insatisfatório de preferências tomadas como dadas”(p. 335, *apud* Wildavsky, 1987, p.5).

culturalmente racional, por isso, se ele apóia o modo de vida dos indivíduos em sociedade⁵⁰.

Nesse sentido, tornar-se parte de uma cultura significa que as escolhas dos indivíduos não se realizam no vácuo, mas se adéquam à pressão social. Mesmo assim, os indivíduos testam as pressões e as reforçam ou modificam, e, inclusive, as rejeitam se insatisfatórias. Trata-se, portanto, de criaturas tanto individuais como sociais não apenas sendo moldadas, mas ativamente moldando seu contexto social.

As dimensões básicas dessa teoria cultural baseiam-se nas respostas a duas questões principais: “quem eu sou?” e “o que eu farei?”. Conhecendo essas preferências principais, os indivíduos podem compreender o resto. Quando um novo desenvolvimento ocorre, sem saber muito sobre ele, aqueles que se identificam com uma cultura podem apostar se seu efeito será incrementar ou diminuir as distinções sociais, evitar ou rejeitar a autoridade - apostas que serão mais ou menos definitivas através da observação do comportamento de indivíduos que partilham dessa opinião. Mas, “como as pessoas partem da cultura às preferências?” (WILDAVSKY, 1987, p.8).

As preferências - a origem do afeto a objetos - não necessitam de grande e complexa cognição, formam-se pelas interações entre características brutas do objeto e de estados internos dos indivíduos. Mas como? A hipótese de Wildavsky é que os indivíduos controlam a ambos institucionalizando os julgamentos morais e justificando suas relações interpessoais, tanto que eles podem agir sobre e dar conta delas. Se essa hipótese é aceita, continua o autor, falta ainda responder como as pessoas, que possuem apenas poucos fatos sociais como base, são capazes de formar tantas preferências. Isso é possível porque suas chaves são sociais e, assim, apenas poucas associações positivas e negativas com os códigos de cultura possibilitam aos indivíduos percorrerem um longo caminho⁵¹.

Nesse processo, o que importa não é como as preferências são primeiro propostas,

⁵⁰ Mas, para Wildavsky, há apenas um número limitado de culturas entre as quais caracterizar muitas relações humanas: embora se possa imaginar um número infinito de culturas potenciais, apenas um número relativamente pequeno é preenchido com atividade humana. O que torna uma ordem possível é que apenas poucas conjunções de valores partilhados e suas relações sociais correspondentes são viáveis no que são socialmente vivenciáveis. Lane (*op.cit.*) considera este ponto controverso, mas, concordo com a interpretação de Rennó (1998), para quem Wildavsky não se refere a um limite de culturas possíveis, mas, mais especificamente, a um limite nos padrões sociais e políticos estabelecidos em uma mesma cultura.

⁵¹ Na continuação, Wildavsky afirma que não é mais necessário à pessoa verbalizar sobre a cultura para formar suas preferências do que é necessário conhecer as regras da gramática para falar. As preferências podem vir de um “insight” com base em princípios gerais, mas seus significados têm que ser socialmente partilhados.

mas como elas são finalmente dispostas através da presença ou ausência de validação social. Não é o indivíduo sozinho que cria o que é chamado constrangimento ideológico entre as preferências, mas a interação social entre aderentes de uma cultura particular em contraste a outras culturas cujos identificados têm preferências distintas. Quanto mais as pessoas são capazes de escolher lados (“o delas versus o dos outros”), mais capazes se tornam de se autoposicionarem na vida política.

No processo de autoidentificação e posicionamento individual, destaca-se a racionalidade dos indivíduos. Em geral, as preferências podem ser racionalizadas de cima para baixo – ou seja, aplicações específicas são deduzidas de princípios gerais –, mas, as pessoas também podem conhecer o que elas acreditam ou saber em quem elas confiam sem saber como essa crença é derivada. E porque podem raciocinar assim, elas podem entender, de fato, o que pensam sobre determinadas questões. É mediando suas percepções através de suas culturas (que, portanto, as ajudam a calcular) que as pessoas escolhem suas preferências. Isso ajuda a explicar como as pessoas compreendem o que elas pensam sobre questões políticas dado que, comumente, sabem pouco (tecnicamente) sobre o assunto⁵².

Nessa perspectiva, são, portanto, as culturas que constituem nossos “eus” políticos. Tal conclusão traz o estudo das instituições ao centro da ciência política, pois, como o autor afirma em outro momento, o modo como as pessoas organizam suas instituições tem efeito mais poderoso sobre suas preferências do que qualquer outra explicação - riqueza, tecnologia, classe, autointeresse, tradição (WILDAVSKY, 1988). Ainda, se a existência humana só se realiza nas relações sociais, os valores partilhados são parte inerente da política. Sendo assim, o fim da atividade política faz parte de sua própria natureza, vale dizer, a política tem seu fim em si mesma. Assim, os propósitos que as instituições criam são expressos em suas práticas; para Elkin (1985, *cit.* por Wildavsky), elas constituem a cidadania no sentido de que dão a essa uma existência organizada.

Para Laitin (1988), ao tentar explicar preferências generalizadas através de

⁵² Wildavsky recorre a Sniderman et al (1986), para quem três explicações tentativas são importantes nesse processo: o afeto, a ideologia e as atribuições de responsabilidade. Todas são ajudas ideológicas, no sentido de que são racionalizações para as relações sociais preferidas. Todavia, não basta enumerar essas várias tentativas, mas compreender como essas “ajudas para julgamento” se interrelacionam. Por isso, a teoria cultural tenta unificar essas explicações provisórias, sugerindo que elas têm um ponto em comum, que é a internalização das relações sociais.

variáveis culturais, Wildavsky teria esvaziado o conceito de cultura⁵³. Wildavsky não respondeu à questão sobre a fonte das preferências e ignorou como as pessoas decidem sobre sua lealdade por considerá-las perguntas insignificantes (bastaria compreender as duas questões-chave (“quem sou eu?” e “o que eu farei?”) para, prontamente, compreender o restante⁵⁴). Mas, nesse ponto, Wildavsky teria estabelecido uma rígida dicotomia entre fontes endógenas e exógenas das preferências e, considerando que essas provinham apenas da cultura, absteve-se de analisar suas fontes exógenas. Ao fazer isso, Wildavsky teria proposto uma visão unilateral da cultura. Outro elemento que Wildavsky não explorou, segundo Laitin, foi o fato de os sistemas culturais (linguagem, religião ou historiografia, por exemplo) raramente coincidirem dentro de uma grande sociedade. Frequentemente, as pessoas devem escolher entre seu grupo religioso, grupo de linguagem, etc. e esse é seu modo primário de identificação cultural. Segundo Laitin, essa escolha é guiada antes por um raciocínio instrumental, baseado nos recursos potenciais disponíveis para autoidentificação. Prossegue:

“a face instrumental da cultura revela até mais. Uma vez que um grupo cultural se organiza politicamente, o sistema simbólico comum ajuda na ação coletiva eficiente. (...) Essa segunda face da cultura – na qual símbolos partilhados são usados para fins instrumentais, fins para os quais as preferências são mais bem entendidas como exógenas – é inteiramente perdida na teoria cultural de Wildavsky” (LAITIN, *op.cit.*, p.591).

Resumindo, para Laitin, embora Wildavsky estivesse correto em apontar que o elemento endógeno era(é) uma fonte de preferências, uma boa teoria da cultura deveria levar em conta que as pessoas são também instrumentais sobre que aspecto de seu repertório cultural é de significância primária e que símbolos partilhados constituem um recurso político que pode ser efetivamente explorado. Esse era o ponto onde a teoria cultural poderia, utilmente, contar com as fontes exógenas das preferências, mas a teoria

⁵³ Para não cair, segundo ele, nesse mesmo erro, Laitin propõe três teses que devem guiar a pesquisa em cultura política, quais sejam: primeiro, que a cultura não instila valores para serem sustentados, mas pontos de preocupação para serem debatidos; segundo, que as pessoas são tanto guiadas pelos símbolos de sua cultura como os utilizam para ganhar riqueza e poder e terceiro, que a cultura transita em símbolos e esses devem ser interpretados em seu contexto etnográfico.

⁵⁴ Por exemplo, Wildavsky argumenta que as culturas em que as pessoas estão dão a elas pistas sobre como pensar sobre a pobreza. Mas o fato de que um homem de negócios atribui a pobreza a ações dos pobres aproxima-se mais do autointeresse do que da cultura, diz Laitin (*op.cit.*).

de Wildavsky, segundo Laitin, não levou isso em conta⁵⁵.

Ao contrário de Laitin, Lane (*op.cit.*) considerou que Wildavsky não limitou, mas ampliou o potencial da cultura política no desenvolvimento de um modelo geral de explicação política⁵⁶. Para essa autora, Wildavsky não ignorou a face exógena/instrumental da cultura (o campo dos interesses); ao contrário, sua teoria cultural expandiu o uso da cultura política ao integrar esse conceito à abordagem econômica do comportamento humano. Mas foi Lane (*op.cit.*) quem, partindo da abordagem de Wildavsky (1987), apresentou um caminho para o uso efetivo da abordagem da cultura política, e sua integração à abordagem da escolha racional, abordagem por ela denominada de racionalidade cultural. Esse uso efetivo deveria operacionalizar modelos detalhados de culturas políticas e integrá-los com modelos de decisão formais. Para tanto, antes de tudo, propôs a autora, era necessário redefinir a própria noção de cultura política e não mais tratá-la como variável unidimensional, mas substituí-la pela ideia de “subculturas políticas”⁵⁷.

Essa definição enfatiza os conteúdos específicos das várias culturas políticas e propõe que normas e crenças específicas aos grupos podem ser usadas para prever padrões específicos de comportamentos. Este é o ponto de contato entre a abordagem da cultura política e a abordagem econômica do comportamento humano:

“A fraqueza conceitual da teoria da escolha racional pode ser corrigida através do uso das culturas políticas, formalmente especificadas de acordo com o critério usado por grupos reais e indivíduos em suas tomadas de decisão políticas. Quando conceitualmente clara e empiricamente definida, a cultura política satisfaz exatamente a necessidade de especificar o âmbito completo dos objetivos humanos.

A partir dessa perspectiva, então, a cultura política referir-se-ia não a um único esquema classificatório (tradicional, cívico, etc.), mas a uma abordagem ou método de análise, para um dado grupo, de suas crenças

⁵⁵ Respondendo às críticas de Laitin (*op.cit.*), Wildavsky (1988), entre outras coisas, reiterou que os aderentes das culturas aprendem sua identidade sabendo não apenas do que são a favor, mas também ao que são contra, e era esse conflito cultural que daria significado à identificação cultural. E era essa identificação cultural que era o ponto de partida para a formação de preferências: as preferências com relação a determinado assunto são consequência e não causa da identificação cultural professada pelo indivíduo. Sendo assim, “aqueles que discordam deveriam eles mesmos perguntarem porque, quando a ideologia do grupo é conhecida, suas inclinações com relação a AIDS e à tecnologia [por exemplo] seguem como assuntos claros”(WILDAVSKY, 1988, p.593).

⁵⁶ Essa também é a interpretação de Rennó (1998), mas este autor, ao mesmo tempo, criticou Lane (*op.cit.*) que, em sua releitura da teoria cultural de Wildavsky, não explorou o tema da formação de preferências.

⁵⁷ Em referência a grupos específicos, que conteriam apenas os valores e práticas que importassem a eles próprios.

básicas, para desenvolver um modelo daquelas crenças em suas interrelações” (LANE, *op.cit.*, p.364-365).

Dizendo de um modo bastante simplificado, trata-se de um modelo de escolha racional adaptativa, no qual a “racionalidade cultural”, proposta por Wildavsky, subsumiria a racionalidade econômica. Dentro dessa nova perspectiva, os atores são concebidos fazerem suas escolhas não com base em um conjunto limitado de informações, como propõe a escolha racional, e sim baseados em “pré-concepções culturais”. Isso significa que as motivações culturais condicionam a tomada de decisão dos atores, maximizando ou não os interesses e a utilidade econômica (LANE, *op.cit.*; RENNÓ, 1998). Porém, isso não significa, de outro lado, que as culturas políticas são “cadeias conceituais estáticas” a quem os atores (seus “portadores”) recorrem para tomar decisões. Ao contrário, as culturas políticas são processos de tomada de decisão adaptativos, formadas por princípios vivos, que interagem constantemente no “mercado” cotidiano da política⁵⁸, posto que refletem o social e o individual em iguais perspectivas:

“Culturas são fenômenos sociológicos (...). Mas culturas, especialmente culturas políticas, não se implementam elas próprias como eventos estruturais que são independentes de indivíduos; nem são imunes às modificações que os indivíduos podem fazer através do tempo. Assim, o individual e o grupal assumem, na perspectiva da Cultura Política, uma relação igual, interativa um com o outro” (LANE, *op.cit.*, p.380).

Para Lane, a adoção dessa perspectiva de análise pela abordagem da Cultura Política implicava que ela não se debruçasse nem sobre indivíduos abstratos nem sobre grupos amorfos, “...mas sobre ideias sociais com as quais os indivíduos constroem e reconstróem sua experiência política e social” (LANE, *op.cit.*, p.381). Mais do que isso, nessa perspectiva, valores culturais, atitudes, escolhas, instituições e mudanças políticas implicar-se-iam mutuamente:

⁵⁸ Whitefield e Evans (1999) argumentaram nessa mesma direção quando afirmam que os indivíduos, no decorrer de sua vida social, dão respostas particulares ao conjunto corrente de circunstâncias políticas.

“A teoria da cultura política conectaria, em última instância, atitudes políticas ao comportamento político individual, conectaria comportamento individual a escolhas sociais, conectaria escolhas sociais a políticas e instituições e, então, conectaria políticas e instituições a mudanças sociais que, por sua vez, afetariam atitudes culturais e criariam um novo ciclo cultural” (LANE, *op.cit.*, p.381).

Avançando em relação ao modelo simplista da escolha racional, o modelo de racionalidade adaptativa e a noção decorrente de ciclos culturais permitem tratar de maneira mais razoável das relações entre cultura e estrutura política e, assim também, dos processos causais de mudança (ou continuidade) nas culturas políticas (LANE, *op.cit.*; RENNÓ, 1998). Esta é a perspectiva também adotada nesta tese.

As análises temporais de Mishler e Rose (1996, 1997, 1999, 2001, 2002, 2006) sobre a construção e trajetória do apoio político aos novos regimes políticos e econômicos nos países ex-comunistas da Europa Central e do Leste através do “modelo de aprendizagem através da vida” parece encaixar-se nesse modo de abordagem dos processos de mudança da cultura política. Segundo esses autores, dado que o colapso abrupto do comunismo representou uma descontinuidade marcante na história de vida de seus cidadãos, a análise da evolução de suas atitudes políticas para com os novos regimes apresenta-se como oportunidade frutífera para examinar sob que circunstâncias e em que extensão as influências da socialização pregressa limitavam(am) a capacidade dos cidadãos de adaptarem seus valores políticos e de aprenderem com os desempenhos econômico e político de novos regimes. Segundo o “modelo de aprendizagem através da vida”, as primeiras atitudes políticas são continuamente atualizadas e ajustadas conforme as crenças iniciais são contrapostas ou reforçadas pelas últimas experiências. Esta discussão, tema da próxima subseção, finaliza este segundo capítulo.

2.3.1 – A preferência por regimes políticos: o ‘modelo de aprendizagem através da vida’

Filiando-se à abordagem de Seligson (*op.cit.*), Mishler e Rose estudam valores políticos individuais (apoio político e confiança institucional) nos países ex-comunistas da Europa Central e do Leste e defendem que tais valores resultam da experiência político-institucional dos indivíduos, sem com isso negar a influência da primeira socialização. Em suas análises, tendo em vista que a imensa maioria dos cidadãos daqueles países foi socializada em um regime e uma cultura política autoritários, os autores se preocuparam em tratar dos valores culturais dos indivíduos com base em medidas realistas⁵⁹.

Mishler e Rose (1996) analisaram os níveis de apoio político aos regimes pós-comunistas na Bulgária, Tchecoslováquia, Hungria, Polônia e Romênia no início dos anos 1990, portanto, logo após as mudanças políticas. Para cada país, também foram analisados os níveis de apoio ao regime comunista nos cinco anos anteriores e as expectativas e esperanças para com o regime em implantação nos cinco anos seguintes. Para os autores, a mudança abrupta e ainda recente de regimes não teria dado tempo para que os cidadãos estabelecessem as diferenças entre mudanças de administração política⁶⁰, implicando que, nesse momento inicial, os novos regimes fossem percebidos holisticamente⁶¹.

Dados para 1991 mostraram que, para muitos cidadãos, os regimes correntes eram avaliados contra as experiências prévias e os resultados de tais comparações eram usualmente positivos (as majorias em cada país expressavam, pelo menos, um apoio modesto para o regime corrente e esse apoio variava inversamente aos níveis de oposição ao regime comunista). Por outro lado, em todos os países, as expectativas com o futuro mostraram-se consistentemente mais elevadas do que os níveis correntes de apoio: mesmo aqueles que avaliavam o regime corrente de forma negativa ou preferiam o comunismo, acreditavam que nos cinco anos seguintes a situação melhoraria. Ademais, embora os

⁵⁹ O conjunto desses estudos baseou-se em dados do “New Democracies Barometer”. A preocupação com o uso de medidas realistas de democracia nos *surveys* aplicados aos cidadãos dos novos regimes democráticos, baseada na utilização de perguntas que pedem aos indivíduos para avaliarem o regime político corrente e para compararem com regimes alternativos por eles experimentados, e as dimensões analíticas envolvidas nesse tipo de análise também foram discutidas por Rose (2002).

⁶⁰ Mas, complementam os autores, os novos regimes podiam gozar de uma tolerância negativa em consequência da rejeição do comunismo, assim como deveriam ser julgados de acordo com as expectativas sobre as possibilidades futuras de melhoria em seus desempenhos político e econômico.

⁶¹ Embora reconhecessem, com base em Easton (1965), que o apoio político devesse ser distinguido em diferentes tipos, cada um direcionado a diferentes objetos políticos (comunidade política, regime político e autoridades políticas), os autores apontaram que essa distinção era difícil aos cidadãos daqueles países dada a mudança abrupta para um regime bastante distinto daquele em que eles tinham sido socializados.

níveis de apoio para os novos regimes fossem apenas moderadamente positivos, suas trajetórias temporais se mostraram fortemente ascendentes. Uma vez que a trajetória do apoio político ao longo do tempo é mais importante do que seu nível absoluto para a sobrevivência das novas democracias, esses resultados apontavam uma perspectiva positiva para a transição política e econômica nos países pós-comunistas. Além disso, indivíduos com expectativas positivas para com o futuro são prováveis de manifestar maior paciência com o regime corrente, e de serem mais apoiativos do mesmo.

Os dados mostraram que, em todos os países, esse apoio político estava distribuído de modo relativamente uniforme pelos grupos socioeconômicos e demográficos, apontando para uma correlação apenas modesta entre apoio político e posições sociais individuais. Entre os fatores individuais, a idade foi o único fator com impacto sobre os níveis de apoio, mas também modesto:

“...apoio ao antigo regime comunista é ligeiramente mais elevado e o apoio ao regime corrente é ligeiramente mais baixo entre as gerações de cidadãos mais velhos. Isso é consistente com expectativas de que as gerações mais velhas de cidadãos são menos sensíveis à mudança porque elas são mais investidas psicologicamente e materialmente no antigo regime. No entanto, essas diferenças são geralmente pequenas (...) Mais importante, todos os grupos de idade se opõem ao antigo regime, apoiam o corrente e têm fortes trajetórias de crescente apoio do passado ao presente” (MISHLER e ROSE, 1996, p.567-569).

Segundo Mishler e Rose (1996), a (pequena) diferença no apoio político dos diferentes grupos etários era devida, antes, aos diferentes contextos de socialização política inicial das gerações nos países pós-comunistas e não à idade como aspecto demográfico (posição no ciclo de vida).

Por outro lado, também foram observadas diferenças no apoio político entre indivíduos com diferentes percepções subjetivas da economia: os dados indicaram que aqueles menos satisfeitos com a economia de seu país apresentaram níveis de apoio político ao regime corrente moderadamente negativos (e, entre aqueles com expectativas de que as condições econômicas futuras seriam insatisfatórias, essa associação foi ainda mais forte). No entanto, as trajetórias da avaliação macroeconômica e do apoio político dos regimes comunistas e pós-comunistas foram divergentes, o que impôs precaução contra os argumentos simplistas de que o apoio político nos países pós-comunistas era

primariamente baseado nas condições materiais de sua população e de que a sobrevivência da democracia dependia direta e imediatamente de melhoria nos padrões de vida e do desempenho macroeconômico.

As análises apontaram que, em 1991, o apoio aos novos regimes da Europa Central e do Leste era guiado antes pelo medo do comunismo e pela esperança de melhora da economia em um futuro previsível. No entanto, como ressaltaram Mishler e Rose, medo e esperança são variáveis, se eles se tornassem nostalgia e desespero quais seriam os efeitos sobre o apoio público aos regimes políticos correntes? (cf. MISHLER e ROSE, 1996, p.575). Os autores apontaram que respostas a essa questão naquele momento só poderiam ser pautadas em especulação. Não obstante, modelos estatísticos poderiam delimitar parâmetros sobre as trajetórias de apoio aos regimes pós-comunistas.

Tais parâmetros sugeriram que, mesmo que as estatísticas apontassem a deterioração das condições econômicas nos países da Europa Central e do Leste sob o regime democratizante em comparação ao comunismo, a maioria dos indivíduos, embasada no medo do passado comunista, ainda endossaria os novos regimes políticos. Em outras palavras, como o apoio ao regime corrente era dado retrospectiva e comparativamente, suas condições econômicas deveriam ser “verdadeiramente medonhas” para que uma ampla maioria passasse a rejeitá-lo (Cf. Mishler e Rose, 1996, p.579).

Ampliando o âmbito da investigação, Mishler e Rose (1997) analisaram a confiança em instituições sociais e políticas (partidos, justiça, funcionários públicos, governo, forças armadas, mídia, parlamento, igrejas, sindicatos, presidente, sociedades patrióticas, empresas privadas, organizações ruralistas, organizações estrangeiras e conselhos do governo) na Bulgária, República Tcheca, Eslováquia, Hungria, Polônia, Romênia, Eslovênia, Belarus e Ucrânia.

Dados para 1993 e 1994 revelaram baixa confiança em qualquer das instituições em todos os países e, contrariando a expectativa de que o legado do comunismo produzisse menor confiança nas instituições políticas, o nível dessa mostrou-se semelhante ao nível de confiança nas instituições civis. Nesse momento da transição, os resultados das pesquisas apontavam ainda a unidimensionalidade da confiança nas instituições civis e políticas, o

que era coerente com o apoio público holístico aos regimes pós-comunistas revelado pela pesquisa anterior⁶².

Mishler e Rose (1997) se valeram das teorias culturais e institucionais para estudar as variações nas atitudes políticas dentro de cada país. Para as primeiras, a confiança política seria uma extensão da confiança interpessoal aprendida através da socialização primária e projetada para as instituições políticas. Para as abordagens institucionais, por sua vez, a confiança é a utilidade esperada do desempenho satisfatório das instituições políticas. Não se trata, nesse último caso, de negar as influências culturais da primeira socialização, mas, para o caso das instituições de regimes democráticos recentes, a hipótese dessa abordagem é que se as influências da socialização primária e as avaliações do desempenho institucional conflitam, essas últimas, mais próximas, prevalecerão sobre as influências primeiras das normas culturais aprendidas pela socialização primária (MISHLER & ROSE, 2001).

Embora aparentemente concorrentes, para os autores, as distinções entre as duas teorias deveriam ser nuançadas, já que ambas concebem a confiança como fruto da experiência, divergindo apenas quanto ao tempo em que essa confiança é formada. A adoção dessa perspectiva permitiu aos autores um avanço analítico: testar as origens da confiança nas instituições sociais e políticas com base no “modelo de aprendizagem através da vida” que, por entender que a confiança nas instituições sociais e políticas começa a se formar com as primeiras experiências de socialização política e evolui continuamente daí em diante conforme as primeiras atitudes e crenças são reforçadas ou desafiadas pelas experiências políticas subsequentes, integra as abordagens cultural e institucional.

Para esse momento, o modelo hipotetizou que o legado do passado comunista estaria sujeito à revisão periódica com base nas mais recentes experiências políticas e avaliações do desempenho contemporâneo do regime, de modo que a influência das memórias do passado passaria a ser apenas indireta. A confiança nas instituições também podia ser consequência: das características do *background* que refletem a posição do indivíduo na estrutura social e pertencimento a uma comunidade cívica (conforme as

⁶² Ademais, as variações na confiança entre os países mostraram-se bastante modestas, o que era explicado pelo fato de os países dividirem uma experiência passada comum, com a memória do comunismo provendo ainda uma poderosa estrutura comum de referência.

teorias culturais); das avaliações do desempenho macroeconômico e condições econômicas pessoais; das avaliações do desempenho político do regime, incluindo as percepções de liberdade individual e justiça do governo e do contexto do país (conforme as teorias institucionais). Essas variáveis foram integradas para explicar a confiança nas instituições nos países pós-comunistas cinco anos depois da queda do comunismo.

Os resultados revelaram, a essa altura, apenas pequeno impacto do legado do comunismo sobre a confiança nas instituições correntes. Todavia, tal legado continuou mostrando (em comparação ao estudo para 1996) efeito indireto sobre aquela confiança à medida que os indivíduos ainda avaliavam o desempenho das instituições políticas e econômicas de modo comparativo. As avaliações do desempenho político do regime, por sua vez, mostraram efeitos substanciais sobre a confiança política, sobretudo as percepções de liberdade e justiça, bem como as avaliações de seu desempenho econômico. Segundo Mishler e Rose (1997), entre os anos de 1993 e 1994, a confiança nas instituições sociais e políticas revelava-se contingente aos desempenhos econômico e político dos regimes correntes. Dadas as constantes oscilações dos desempenhos político e econômico dos regimes correntes, o apoio e a confiança mostraram-se também instáveis. De todo modo, naquele momento, os cidadãos nem confiavam positivamente nem desconfiavam ativamente de suas instituições e, assim, a trajetória dos níveis de confiança política não sustentava qualquer temor de que o colapso do novo regime fosse iminente naqueles países.

O fato de os níveis de apoio popular necessários para sustentar a democracia serem relativos e contingentes não era peculiar aos países ex-comunistas da Europa Central e do Leste, mas se relaciona ao fato de a democracia necessitar de outros fatores para florescer, tais como níveis de tensão política, clivagens sociais, extensão do capital social, natureza das atitudes da elite e seu comportamento, existência e desempenho de instituições democráticas (MISHLER e ROSE, 1999). Tudo o que se pode dizer sobre a relação entre níveis de apoio e estabilidade democrática, ainda segundo os autores, é que níveis estáveis ou crescentes de apoio facilitam essa estabilidade, assim como níveis declinantes a solapam.

Mishler e Rose (1999) continuaram perseguindo a trajetória desse apoio político aos novos regimes pós-comunistas e suas instituições até 1995, explorando se e em que extensão suas fontes teriam mudado através do tempo, conforme os cidadãos adquiriam

maior experiência com os novos regimes políticos. Para entender o apoio político nesses casos era necessária uma reconceitualização das medidas de análise utilizadas para captar o apoio nas democracias longamente estabelecidas, nas quais os indivíduos foram socializados desde a infância e, em consequência, tomam a natureza da democracia como “dada”. No caso dos regimes em democratização ou das democracias recentes, os cidadãos, sobretudo das coortes de idade mais velhas, viveram, ao menos, dois regimes distintos e sabem que a democracia é apenas uma dentre várias alternativas possíveis. Daí poder-se afirmar - como os autores constataram nas primeiras pesquisas para os países pós-comunistas - que seu apoio à democracia é relativo, concedido à luz das alternativas plausíveis e, portanto, historicamente condicionado. Assim, para avaliar o apoio político, era necessário e prático pedir às pessoas para avaliarem tanto o novo como o antigo regime.

Como apresentado nos estudos anteriores⁶³, embora, em termos absolutos, o apoio inicial (em 1991) aos regimes pós-comunistas tenha se esboçado de modo provisório e superficial, ele era relativamente maior do que as avaliações retrospectivas do antigo regime comunista. Os resultados adicionais para os quatro anos seguintes mostraram amplas flutuações do apoio aos novos regimes ano a ano, mas, no nível agregado, significaram que a razão desse apoio, comparada ao principal regime alternativo, foi incrementada. Porém, em 1995, as atitudes públicas em relação ao antigo regime também se mostraram menos negativas do que em 1991, assim como o otimismo econômico declinara. De acordo com os autores, há outro elemento dinâmico subjacente ao apoio político que deve ser considerado na análise, a experiência política. Ou seja, conforme os cidadãos adquirem experiência com o novo regime, os caminhos nos quais eles o avaliam e pensam são prováveis de mudar, o que tem importantes consequências para o apoio político. Dessa forma, se, nos primeiros anos de transição, o legado do comunismo pode ter sido importante, no longo prazo, as avaliações do desempenho econômico e político dos regimes correntes (as experiências mais contemporâneas) são prováveis de ter mais forte impacto sobre os níveis de apoio político aos novos regimes.

⁶³ Mishler e Rose (1996, 1997).

Tendo em vista esse cenário, os autores replicaram o modelo⁶⁴ aplicado em 1991 para cada um dos quatro anos de estudo. Consistente com os resultados encontrados para aquele primeiro momento, o apoio inicial mostrou-se influenciado tanto pela rejeição ao antigo regime comunista como pela confiança na prosperidade econômica futura. No entanto, as avaliações dos desempenhos econômico e político contemporâneos também mostraram importantes efeitos sobre o apoio aos novos regimes ao longo do tempo: especialmente, o impacto da avaliação dos níveis de liberdade foi muito forte em três dos quatro anos pesquisados, mostrando maior e crescente influência sobre o apoio político do que todos os outros fatores. Segundo Mishler e Rose (1999), esses resultados demonstravam que o apoio político aos novos regimes foi mudando em resposta às mudanças nos planos e impactos de suas fontes subjacentes. O mais notável achado para esse momento relacionou-se ao efeito do incremento das liberdades civil e política sobre o apoio político. O interessante era que os novos regimes, no momento de sua implantação, concederam uma ampla variedade de liberdades individuais e pareciam empenhados em mantê-las. No entanto, tais níveis de liberdade mantiveram-se constantes ao longo do período analisado e, apesar disso, seu impacto sobre o apoio político mostrou-se crescente no mesmo período. Essa durabilidade do impacto da liberdade sobre o apoio era inesperada; um suposto razoável, segundo os autores, seria que, com o tempo, os cidadãos começassem a tomar a liberdade como algo dado. Não obstante, “A expectativa é errada, ao que parece, o apetite por liberdade aumenta com a experiência da liberdade” (MISHLER e ROSE, 1999).

Com base nesse conjunto de resultados, Mishler e Rose (2001) testaram, uma vez mais, as abordagens culturais e institucionais para explicar as origens da confiança política, dessa vez com dados para janeiro a maio de 1998.

Os autores trataram das macro e microteorias culturais e institucionais⁶⁵ e as integraram no “modelo de aprendizagem através da vida” para explicar a confiança

⁶⁴ Retomando, o modelo incluiu as seguintes variáveis como potencialmente explicativas do apoio político: legado do comunismo, características sociais do background individual, avaliações do desempenho macroeconômico e condições financeiras pessoais, extensão das liberdades política e pessoal e avaliações de regimes alternativos.

⁶⁵ Na abordagem cultural, as macroteorias enfatizam tendências homogeneizantes das tradições nacionais para explicar a confiança política, desconsiderando a variação entre os indivíduos dentro das sociedades. A confiança nas instituições variaria antes entre países do que entre indivíduos de acordo com experiências na confiança interpessoal historicamente enraizadas e embutidas nacionalmente. As microteorias, por sua vez, focalizam as diferenças na experiência de socialização como fontes da variação na confiança política. Nesse caso, a confiança nas instituições políticas varia dentro e entre países de acordo com a confiança individual nos outros que é moldada pela posição individual na estrutura social.

política nos países da Europa Central e Oriental através do tempo. Mas, nesse momento, os autores objetivavam testar a validade e o impacto das teorias institucionais. Mishler e Rose (2001) reiteraram que o nível corrente de confiança política era uma soma balanceada das experiências individuais na vida política: produto da confiança passada modificada pelas experiências de desempenho institucional mais recentes⁶⁶.

Os baixos níveis de confiança positiva encontrados para as novas instituições democráticas nos países pós-comunistas em 1998 mostraram-se consistentes tanto com as teorias culturais como com as institucionais, embora por razões distintas⁶⁷. Os resultados encontrados contrariaram, porém, as hipóteses das duas macro-abordagens, pois, embora as diferenças na confiança entre os países tenham se mostrado grandes tanto em termos absolutos como relativos, as variações na confiança institucional dentro dos países foram consistentemente muito maiores. Os resultados também sugeriram que havia pouca evidência de que os cidadãos nas sociedades pós-comunistas tenham sido socializados em uma cultura nacional globalizante e desconfiada. Também não houve evidência substancial de que os cidadãos de um mesmo país respondiam uniformemente ao desempenho agregado do governo, econômico ou político.

Por outro lado, para avaliar o peso das microteorias, o teste incluiu variáveis de socialização política (idade, educação, tamanho da cidade e frequência à igreja) e medidas de percepção do desempenho político (índice agregado de corrupção política e percepções da liberdade pessoal, justiça do governo, corrupção política e responsividade do governo à influência dos cidadãos). As variáveis econômicas incluíram avaliações sociotrópicas e

Quanto às abordagens institucionais, as macroteorias enfatizam o papel do desempenho agregado das instituições na promoção do crescimento, do governo efetivo e em evitar a corrupção na determinação da confiança individual. A hipótese dessas teorias é que a confiança em instituições varia antes entre do que dentro dos países em proporção ao sucesso das políticas do governo e do caráter das instituições políticas. De outro lado, as teorias microinstitucionais enfatizam que as avaliações individuais do desempenho institucional são condicionadas pelas experiências dos indivíduos e pelos efeitos da corrupção ou do crescimento econômico. A hipótese nesses casos é que a confiança nas instituições varia dentro e entre países de acordo com atitudes individuais e valores e com a posição social e econômica que o indivíduo ocupa.

⁶⁶ Para estimar esse modelo, seriam, todavia, necessários dados de painel (para mensurar o apoio às instituições do passado comunista), os quais não eram disponíveis para os regimes pós-comunistas. No entanto, com base nos resultados anteriores, Mishler e Rose (2001) pressupuseram que os cidadãos eram capazes de distinguir as instituições correntes daquelas do passado comunista e avaliar as primeiras de modo independente. Assim, a confiança passada foi retirada do modelo para enfatizar que, com o passar do tempo, a confiança política nas novas instituições democráticas era influenciada, sobretudo, pelas avaliações do desempenho das instituições contemporâneas.

⁶⁷ "As teorias culturais baseiam essa previsão sobre o legado da desconfiança dos tempos comunistas combinado com as seculares culturas de autoritarismo que caracterizam muitos países na região. As teorias institucionais preveem baixos níveis de confiança inicial por causa do desempenho deficitário que instituições não testadas são prováveis de enfrentar conforme elas tentam confrontar problemas intratáveis com soluções não provadas" (MISHLER e ROSE, 2001, p.13).

egocêntricas das condições econômicas correntes e futuras e dois indicadores de circunstância econômica individual (renda e desemprego).

Os resultados do teste das microteorias mostraram que as avaliações dos desempenhos econômico e político foram substancialmente mais importantes do que outras experiências de socialização (e do que o desempenho institucional real) para moldar a confiança dos cidadãos nas instituições políticas⁶⁸. Os resultados indicaram ainda que os efeitos do desempenho em nível macro eram mediados pelas microavaliações, com o modo como os cidadãos avaliavam individualmente o desempenho das instituições tendo efeitos substanciais sobre a confiança política. Dessa forma, ainda que o peso maior para a formação da confiança política fosse dado pelas avaliações do desempenho institucional, essas avaliações foram moldadas pelos valores e prioridades dos indivíduos.

Ainda que os resultados dessa série de estudos para os países pós-comunistas tenham apontado para um maior peso das variáveis institucionais correntes na explicação do apoio político, Mishler e Rose não negaram que a socialização política inicial e as experiências passadas tivessem impacto sobre a formação daquele apoio entre indivíduos socializados em regimes políticos bastante distintos do regime corrente. Nesse sentido, ainda era necessário verificar quando, se e como os cidadãos aprendem a responder e apoiar um regime radicalmente diferente daquele em que foram anteriormente educados e governados. A ruptura entre regimes criava uma dissonância cognitiva nos indivíduos, desafiados pelos novos regimes e experiências a reaprenderem o apoio político. Essas questões nortearam a análise de Mishler e Rose (2002), que retomou dados para países da Europa Central e do Leste (Bulgária, República Tcheca, Hungria, Polônia, Romênia, Eslováquia e Eslovênia) entre 1991 e 1998 e os comparou com o apoio político na Rússia, Belarus e Ucrânia entre 1992 e 1998 (esses baseados no “New Russia Barometer”) para testar, em realidades distintas, as influências relativas da primeira socialização, do legado do passado comunista e dos desempenhos econômico e político dos novos regimes sobre os níveis de apoio político.

As considerações sobre os desempenhos econômico e político do regime mostraram o mais forte efeito sobre aquele apoio. Quanto ao legado do comunismo,

⁶⁸ A maior influência singular encontrada foi a extensão na qual as pessoas pensam que o regime trata os cidadãos com maior ou menor justiça do que as instituições do regime anterior. As avaliações do desempenho econômico também têm fortes efeitos sobre a confiança política. Aqueles que são mais otimistas com relação à economia nacional em cinco anos são mais prováveis de confiar nas instituições políticas correntes.

indivíduos que o avaliaram negativamente foram significativamente mais prováveis de apoiar os regimes pós-comunistas e vice-versa. Dentre essas variáveis, os efeitos mais importantes foram as avaliações das condições macroeconômicas correntes e as expectativas com as economias futuras. Quanto ao desempenho político, corroborando resultados anteriores, os regimes pós-comunistas foram avaliados com base no incremento da liberdade e “quanto mais os centro e leste europeus viveram em um mais livre regime pós-comunista, mais forte a influência da liberdade [sobre o apoio]” (MISHLER e ROSE, 2002). Por fim, as preferências políticas para o futuro também foram importantes: quanto mais os indivíduos rejeitaram regimes políticos não democráticos, mais se mostraram apoiativos dos regimes pós-comunistas⁶⁹. Ao mesmo tempo, os efeitos das primeiras experiências extra-políticas sobre o apoio político àqueles regimes pós-comunistas se mostraram bastante modestos e nem as coortes geracionais foram estatisticamente significantes na explicação daquele.

O conjunto de resultados indicou que o aprendizado do apoio político era dinâmico e a experiência com os novos regimes mudava as percepções e atitudes políticas dos cidadãos ao longo do tempo. Em geral, o aprendizado pós-comunista teve impacto positivo crescente sobre o apoio popular aos novos regimes: “o impacto total do desempenho político aumentava conforme as pessoas aprendiam mais sobre a nova democracia” (MISHLER e ROSE, 2002, p.26-27). Sobretudo, conforme essa nova experiência durava no tempo, maiores eram os impactos da liberdade e da rejeição a regimes alternativos sobre o apoio político. Assim, ainda que as medidas de desempenho econômico tenham explicado mais a variância no apoio político, elas mostraram menor impacto sobre o nível real de apoio aos regimes pós-comunistas em comparação ao efeito dos fatores políticos. Ademais, o impacto das perspectivas econômicas futuras sobre o apoio político caiu mais da metade ao longo do tempo.

O estudo de Mishler e Rose (2002), confirmou que, para os países pós-comunistas, o nível de apoio político é afetado, sobretudo, pelo “feedback” do desempenho político, mas o que as pessoas aprendem depende dos tipos de desempenho que valorizam, do que aprendem sobre seus novos regimes e do legado de seu passado.

⁶⁹ No entanto, a rejeição a regimes alternativos era independente da extensão na qual o regime apoiado realmente incrementou a liberdade (Cf. MISHLER e ROSE, 2002, p.24).

Ao tratarem da socialização política como um processo vitalício, Mishler e Rose destacam o papel do aprendizado contínuo dos valores políticos, no qual a mudança de conjunturas e regimes, e inclusive a passagem do tempo, na produção de novas experiências políticas, implicam processos de revisão e atualização dos valores e experiências políticas anteriores. Essa questão é especialmente importante, portanto, para países que, historicamente, experimentaram mudanças político-institucionais significativas.

Por outro lado, apesar de as evidências empíricas reunidas por aqueles autores apontarem para a superioridade da experiência político-institucional individual corrente na determinação da preferência por regimes e confiança em instituições públicas, elas não negaram o peso relativo de distintas experiências geracionais, baseadas em coortes específicas impactadas, em suas primeiras experiências cidadãs (portanto, nos anos de sua juventude), por cenários políticos, econômicos e culturais diferenciados - dito de um modo bastante superficial. No próximo capítulo, aprofundo a discussão acerca dos possíveis efeitos da coorte sobre a cultura política dos indivíduos frente aos efeitos do ciclo de vida (envelhecimento) e / ou de grandes eventos históricos (efeitos do período).

Capítulo 3

Coortes, ciclo de vida, período e seus efeitos: a análise de coortes como método

Retomando Wildavsky (1988), o filtro social e o contexto institucional no qual o indivíduo é formado ajudam-no a compreender e a formar suas preferências políticas e sociais. O apoio a diferentes objetos políticos é, portanto, fruto de processos de socialização estabelecidos desde a primeira infância: no nível mais básico - e mais enraizado - está o apoio à comunidade política (por exemplo, o orgulho nacional e o patriotismo), no qual os cidadãos são socializados praticamente desde o nascimento; o apoio ao regime é pressuposto desenvolver-se pouco mais tarde, na adolescência; por fim, o apoio às autoridades políticas e governamentais é o terceiro nível dos valores de apoio político individuais a ser desenvolvido, e é também o mais maleável (EASTON, 1965; NIEMI & HEPBURN, 1995).

Baseando-se na abordagem de Easton (*op. cit.*) e, sobretudo de Easton e Dennis (1969), que definem os marcos da socialização política desde a primeira infância, Mishler e Rose (2006), por exemplo, usaram a idade de 15 anos como a idade média que define a formação de valores políticos individuais e marca as “gerações políticas” russas, cujos valores políticos (por exemplo, o apoio a objetos políticos distintos) sofrem efeitos desse período formativo. Se os anos da juventude ou primeira idade adulta podem ser marcos importantes para a formação política de coortes específicas, não há, no entanto, consenso na literatura sobre qual o “período crítico” para essa formação. Tal definição faz, portanto, parte da arbitrariedade da pesquisa. No campo da sociologia, por exemplo, os estudos de Mannheim (1952; 1968) sobre o problema da juventude e das gerações são referência fundamental. Para esse autor, os anos jovens são o momento em que os indivíduos podem pela primeira vez confrontar os ensinamentos recebidos durante a infância e reafirmá-los ou rejeitá-los⁷⁰. Embasada sobretudo por essa referência, a pesquisa social tem utilizado o período entre “18 a 25 anos” como os anos mais importantes na formação dos

⁷⁰ Nas palavras desse autor: “Na fase da adolescência [o indivíduo], entra em contato com a vizinhança, a comunidade e certas esferas da vida pública. Assim, o adolescente não está apenas biologicamente num estado de fermentação, mas sociologicamente penetra num mundo em que os hábitos, costumes e sistema de valores são diferentes dos que até então conheceu” (MANNHEIM, 1968, p.75).

comportamentos da juventude e que, potencialmente, pode marcar os contornos de uma geração (MANNHEIM, 1952). Trata-se, nessa perspectiva, do período em que os jovens são “facilmente influenciáveis” (BUTLER e STOKES, *op.cit.*; MILLER, 1992; 1995; ALWIN e KROSNICK, *op. cit.*; SEARS e VALENTINO, 1997); vivem uma fase de “moratória política” (MÜXEL, *op.cit.*) ou ainda, idealmente, do período no qual os jovens alcançam a “maturidade política”, uma vez que suas principais referências não são mais a família e / ou a escola, e sim suas próprias experiências com o mundo público (TORCAL, 2008).

Ainda a título introdutório, é necessário estabelecer uma importante distinção entre coorte e geração. De acordo com Glenn (1977), o termo “geração”, muitas vezes, é usado como sinônimo da coorte de nascimento com limites naturais em referência a uma coorte de nascimento (ou coortes de nascimento adjacentes) internamente homogênea (s) em algum aspecto importante e diferente de pessoas nascidas antes ou depois dela. No entanto, no campo da demografia, o conceito de “geração” está associado à ideia de parentesco e, desse modo, o uso do termo “geração” enquanto “coorte” deveria ser evitado. Ou, ao menos, deve-se estar consciente desse significado para entender a literatura sobre a análise de coorte⁷¹ (GLENN, *op. cit.*, p.9).

Este capítulo aborda essas questões e se divide em três seções. A primeira delas realiza um breve apanhado histórico das “coortes” e “gerações” nas pesquisas social e política e define os principais aspectos e dificuldades da análise de coortes como método estatístico utilizado para explicar tanto a mudança como a continuidade societal e geracional. A segunda seção adentra o campo da ciência política tratando das “gerações políticas”. A partir de estudos históricos específicos, tratar-se-á das possibilidades de ocorrência de efeitos geracionais, assim como, alternativamente, de efeitos do período e do ciclo de vida. Esta seção mostra que “embora intuitivamente atraente, a pesquisa empírica sobre gerações políticas produziu achados mistos”(TESSLER et al, 2004, p.185). Finalmente, a terceira seção trata do comportamento de coortes em cenários de democratização. Esta última seção é central neste Capítulo 3 dado que retoma, empiricamente, a ideia segundo a qual há mútuas relações entre a estrutura e a cultura

⁷¹ Nesta tese, prefiro, assim, empregar o termo “coortes”. Quando, no Capítulo 5, tratar do cenário brasileiro, o termo geração será reservado a coortes que mostrem em seus valores efeitos geracionais, se for o caso.

política (conforme a abordagem da Cultura Política trazida no Capítulo precedente - 2). Os exemplos de países em democratização permitem visualizar empiricamente, a partir das coortes e através do tempo, os movimentos cíclicos entre os valores culturais, atitudes, escolhas, instituições e as mudanças políticas. E, nesse sentido, servem como introdução à análise do cenário político brasileiro a partir dos anos 1980 (Capítulo 4).

3.1- A análise de coortes na pesquisa social

Como mencionado no início deste capítulo, o termo “coorte”, conceito clássico da demografia, diz respeito a um conjunto de indivíduos que atravessam os estágios cruciais da vida aproximadamente no mesmo período. Foi Ryder (1965) quem estendeu o alcance do conceito de coortes à análise sociológica, tratando do papel das coortes na mudança social (YANG, 2006). Analisando as interdependências entre tal mudança e os processos de substituição populacional (nascimentos e mortes individuais e os “ciclos de vida” agregados dos indivíduos), aquele autor defendeu que era a substituição populacional, ou, em seus termos, o “metabolismo demográfico”, que tornava a mudança social possível (ou, pelo menos, provável).

Isso porque, para Ryder, a substituição populacional é processo que atua em dois sentidos: por um lado, cada nova coorte é, sim, intermediária de um possível processo de transformação social na medida em que renova o contato e a leitura da herança social (“cada coorte tem composição e caráter distintos, refletindo as circunstâncias de sua origem e história únicas” (RYDER, *op.cit.*, p. 845, grifo meu)). Por outro lado, a variabilidade entre gerações é minimizada pelo fato de os jovens serem moldados por instituições estabelecidas, tais como a família e a escola, que os configuram de acordo com as regras e o desenho social vigente.

Não apenas o tempo de nascimento diferenciaria as coortes, mas quaisquer outros eventos significativos e duradouros na história de vida de seus membros. Quando se fala em mudança social, o foco sobre a coorte jovem se deve a que o impacto das mudanças é sentido mais fortemente por aqueles que estão prestes a fazer suas “escolhas de vida” (ou a partir do momento em que eles “dão seus próprios passos”). Após enfatizar os estágios

no “ciclo de vida” de determinada coorte, nos quais as principais transições ocorrem (e propondo que o contexto temporal dessas mudanças diferencia coortes sucessivas), Ryder relacionou os tipos principais de mudança e a extensão em que a participação nelas era específica à idade: para ele, todos os que vivem em um mesmo período são contemporâneos, mas respondem e contribuem para a história social em modos que são específicos a suas faixas etárias.

O autor alertou, no entanto, que, embora fosse atraente comparar experiências de coortes, definidas unicamente pelo tempo histórico de seu nascimento e experiências de vida, isso podia ocultar os modos nos quais a identificação da coorte pela faixa etária é atenuada pelas diferenciações com relação à educação, ocupação, estado civil e paridade de seus membros. Há que se ter em mente, nesse sentido, que quaisquer coortes de nascimento são heterogêneas.

Ryder questionou ainda um argumento, segundo ele popular nos anos 1960, de acordo com o qual a emergência de uma nova coorte garantiria algum nível de progresso societal. Não obstante, alertou o autor, se essa nova coorte representava uma potencialidade para a mudança, esse potencial não dizia nada a priori sobre sua direção ou conteúdo⁷². Qualquer transformação societal só podia ser direcionada pelo próprio sistema social, através dos processos de socialização.

Embora, historicamente, a principal agência de socialização, em todas as sociedades, fosse a família, o advento da sociedade moderna realocou a responsabilidade pela socialização da criança para as escolas - no nível formal - e para os grupos de pares - no nível informal. Nesse sentido, a possibilidade de mudança social deveria ser buscada na transformação das contribuições relativas à socialização feitas por essas várias agências de socialização. Ainda, a coorte, a um só tempo, refletiria e implementaria a mudança social a qual ela devia(e) sua existência. Não obstante, Ryder reconheceu que, como processo de comprometer os indivíduos com “um termo de serviço em um grupo”, a socialização “...é um processo contínuo por toda a vida, partilhado por todo o grupo no qual a pessoa pode se tornar um membro” (RYDER, *op.cit.*, p. 852).

⁷² Questionou também o modelo dominante na literatura em sua época sobre o desenvolvimento humano, de acordo com o qual a vida seria “...um movimento da plasticidade amorfa através da competência madura até uma rigidez terminal”(RYDER, *op.cit.*, p.851). Para Ryder, se assim fosse, não haveria possibilidade de mudança, a qual, seguindo uma analogia biológica, dar-se-ia apenas através de um processo muito lento de seleção natural e mutação e o tempo de transformação seria estrangido pelo ritmo geracional.

Segundo Ryder, ao permitir que seus membros tivessem oportunidade de identificar-se como entidade histórica, a escola criou as coortes. Por outro lado, a socialização em todas as sociedades também era (é) função dos grupos de pares. Subconjunto de uma coorte, trata-se de pessoas da mesma idade com quem os indivíduos se relacionam formando suas atitudes. O autor localiza aqui o fenômeno social, construção também moderna, da juventude:

“o grupo de pares é um sintoma da tensão imposta sobre a juventude moderna por sua localização no fulcro da mudança. O programa de desenvolvimento inclui uma moratória psicossocial entre a preparação e a participação. É quando o jovem primeiro tem a chance de temperar com realidade os rígidos preceitos implantados na infância. Lições sofisticadas demais para a criança agora podem ser aprendidas. Há muitas respostas para as questões da idade, de fontes variadas e frequentemente contraditórias. A imprecisão da definição do papel da juventude encoraja receptividade a novas ideias. (...) A nova coorte de jovens adultos vive em uma fase do ciclo de vida quando transições dramáticas estão ocorrendo em rápidas sucessões. Talvez o ritmo da mudança pessoal incremente a sensibilidade para as possibilidades de mudança social”(RYDER, *op.cit.*, p.56).

Ao decidir entre os papéis alternativos socialmente abertos a ele, o jovem adulto faria, geralmente, escolhas congruentes com as orientações de valores aprendidos em seu processo de socialização. A ocupação de diferentes papéis em várias esferas institucionais, ao mesmo tempo, ofuscaria sua identidade de coorte: nesses, os indivíduos experimentariam uma assincronização (“tendo” idades diferentes nas várias esferas institucionais). Isso por que

“as definições da idade tornam-se predominantemente sociais mais do que categorias biológicas; elas mudam com o tempo e com os grupos a que o indivíduo se junta ou se afasta. O processo de envelhecimento intrínseco pode ser variavelmente acelerado ou retardado por diferentes arranjos institucionais” (RYDER, *op.cit.*, p.858).

Um pressuposto desse estudo era que o processo de socialização não significava rigidificação de comportamento: a experiência pode por a prova os comportamentos aprendidos e forçar sua reconstrução. Outro pressuposto, já mencionado, dizia que o

processo de socialização ocorre por toda a vida e uma socialização específica se estabelece toda vez que os indivíduos se juntam a um novo grupo. A flexibilidade da socialização seria, assim, mediadora de uma possível mudança no sistema social, pois a sociedade

“...pode controlar não apenas a substituição física dos membros, como as espécies, mas também a substituição das normas através da transmissão cultural. Em um sentido, a sociedade tem dois tipos de pertencimento: biológico, consistindo de organismos humanos, e cultural, consistindo de normas sociais. A substituição de um é, com certeza, interdependente da substituição do outro” (RYDER, *op.cit.*, p.860).

Para compreender conjuntamente as transformações no “ciclo de vida” do indivíduo, as transformações das instituições nas quais ele está inserido e, sobretudo, as interações entre os dois níveis, a análise de coorte era a técnica adequada.

Os princípios teóricos da análise de coortes para as ciências sociais foram, então, sistematizados por Glenn (1977)⁷³. Este autor também questionou a pressuposição segundo a qual as atitudes tendem a se tornar menos responsivas às influências para a mudança conforme as pessoas envelhecem. Para ele, se assim fosse, eventos do período nunca teriam impacto sobre as atitudes dos indivíduos: suas influências não poderiam ser as mesmas para todas as idades; as influências para mudança de um período a outro teriam, necessariamente, menor efeito sobre as pessoas mais velhas. Alertou ainda que os próprios efeitos do envelhecimento podem diferir substancialmente entre diferentes coortes de nascimento, pois as mudanças típicas na personalidade e no comportamento, status, papéis e nas relações com as outras pessoas que acompanham o envelhecimento cronológico variam histórica e socialmente.

Dessa forma, à relação entre envelhecimento, mudança de atitude e mudanças sociais, era necessário acrescentar a diferenciação de coortes de idade, devida não ao envelhecimento biológico, mas, aos diferentes tempos históricos de suas formação e existência. Assim, ao analisar diferenças ou semelhanças por grupos de idade nos valores e nas atitudes dos indivíduos, a técnica da análise de coortes permite identificar, portanto, três possíveis efeitos: da idade (associados ao envelhecimento); da coorte (associados ao

⁷³ Para as principais questões e desafios da análise de coortes, ver Glenn (*op.cit.*). Nesta seção, apenas resumo alguns aspectos desse trabalho que contextualizam os estudos dos efeitos de coorte, do período e do ciclo de vida.

pertencimento a uma coorte específica) e do período (associados às influências de cada período de tempo e a eventos históricos marcantes que impactariam praticamente do mesmo modo grupos etários distintos)⁷⁴. Não obstante, ressaltou Glenn que, independente de como a tabela de coortes for analisada, dois dos efeitos básicos (idade, coorte e período) são confundidos um com o outro pois “...idade é uma função perfeita do pertencimento à coorte e período de tempo, pertencimento à coorte é uma função perfeita da idade e período, e período é uma função perfeita de idade e pertencimento à coorte” (GLENN, *op.cit.*, p.13)⁷⁵.

Por essa razão, em qualquer análise estatística desenhada para estimar os efeitos de variáveis independentes sobre uma variável dependente, idade, coorte e período não poderiam, as três juntas, entrar como variáveis independentes; todavia, ainda assim, quando duas delas são usadas como variáveis independentes, a estimativa do efeito de cada uma é contaminada pela confusão de seus efeitos com aqueles da terceira variável (omitida). Nesse sentido, uma solução estritamente estatística ao problema de identificação (“idade - coorte - período”) não era possível. Qualquer resultado da análise estatística de coortes deveria, por isso, ser interpretado com base na teoria e em evidências “de fora” da tabela.

Uma importante questão a reter a partir de Glenn (*op.cit.*) é que a dimensão temporal é subjacente à análise de coortes. Ou seja, se trata de estudo diacrônico, embora isso não exclua a aplicação e a complementação por comparações sincrônicas intercoortes (a análise de coortes mais usual, aliás, abrange as duas dimensões). Para realizá-la, deve-se comparar valores, atitudes e/ou comportamentos de coortes de indivíduos através do tempo. Para tanto, deve haver perguntas rigorosamente comparáveis (no limite, através de recodificação) aplicadas a mesmos tipos de amostras em, pelo menos, dois pontos no tempo.

⁷⁴ Weil (1987) fala ainda na possibilidade de efeitos conjugados entre a coorte e o período, que chama de efeito “coorte período” e a idade (ciclo de vida) e o período (efeito “idade período”). Para suas definições e representação gráfica, ver p.312-313 do referido artigo.

⁷⁵ Não há um modo simples de identificar esses efeitos através da análise estatística da tabela, sobretudo porque: primeiro, conforme uma coorte de nascimento envelhece, ela sofre desgaste devido à morte de alguns de seus membros. Se aqueles que morreram diferirem, na média, daqueles que sobreviveram com relação ao fenômeno estudado, alguma variação intracoorte e sincrônica na tabela de coortes podia refletir essa mudança composicional da coorte. Esse tipo de mudança também pode ocorrer devido à migração da população em estudo. Para um aprofundamento dessa discussão, ver, por exemplo, Riley (1973).

O último artigo destacado nesta seção 3.1 exemplifica o uso da análise de coortes na ciência política neste momento. Em um momento em que os estudos de coortes buscavam o impacto das gerações e da juventude como protagonistas da mudança social⁷⁶, Evan (1959) mostrou, por outro lado, que quaisquer diferenças ou semelhanças de valores e comportamentos sociais e políticos associados à idade podiam se dever não apenas a efeitos do envelhecimento, mas também das experiências de coorte e / ou do período.

Com base em três *surveys* transversais para os Estados Unidos (1937, 1945 e 1953), o autor acompanhou coortes de nascimento para verificar possível “mudança de longo prazo na opinião pública” sobre a propriedade de ferrovias pelos governos. Focalizar os grupos de idade através do tempo (acompanhando seu envelhecimento em *surveys* sucessivos), equivaleria, segundo Evan (*op.cit.*), a uma técnica de “quase painel”.

Ao longo do tempo, o autor observou uma tendência geral de aumento da oposição à nacionalização das ferrovias, mas as flutuações e mudanças refletiam diferentes impactos das situações históricas sobre as opiniões das duas coortes estabelecidas: no primeiro momento, a coorte mais jovem apresentava a mais baixa proporção de oposição à propriedade das ferrovias pelo governo, mas, no curso dos 16 anos, a proporção de oposição entre esta coorte cresceu mais do que para o conjunto da população; por sua vez, a coorte mais velha mudou menos do que a população total e do que a coorte jovem.

Evan questionou, então, se e como o ingresso na vida pública em momentos históricos distintos afetava as opiniões sobre as instituições das diferentes coortes. Os resultados do autor apontaram que a idade, comparada ao fator histórico, teve efeito relativamente insignificante sobre as mudanças nas opiniões com relação à propriedade governamental das estradas de ferro. Tais resultados o levaram a questionar se o efeito do envelhecimento sobre as mudanças de opinião, correlacionado ao

“...movimento através das sequências de status e seus papéis associados, que é a dimensão sociológica do envelhecimento, é menor do que o efeito da exposição a eventos históricos particulares. Ou isso é verdadeiro apenas em certas classes de opiniões e não em outras? Se a idade,

⁷⁶ As análises de coorte deste período foram aplicadas sobretudo nos Estados Unidos, dada a disponibilidade de dados de opinião pública e eleitorais longitudinais providos, principalmente, pelo instituto de pesquisa de opinião pública Roper Center e pela Universidade de Michigan. A principal preocupação desses estudos iniciais esteve na distinção de efeitos de coorte daqueles próprios ao envelhecimento nas mudanças de atitudes, por exemplo, de tolerância política, comportamento eleitoral e identificação partidária (para exemplos dessas análises, ver Cutler e Kaufman (1975) e Klecka (1975) - este último, aliás, emprega uma metodologia distinta - empírica - para demarcar as coortes sob estudo).

uniformemente, parece ser menos importante do que a exposição a situações históricas, a que isso é devido? À desaceleração do processo de socialização com o envelhecimento? À tendência à estabilidade dos grupos de referência através do ciclo de vida? (...) Ou isso se deve à natureza da interação da idade e da história na coorte? Isto é, se idade e história têm efeitos opostos sobre a opinião, diferenças entre grupos de idade em qualquer ponto do tempo seriam canceladas” (EVAN, *op.cit.*, p.69).

Os resultados de Evan o levaram a afirmar - especificamente para o momento histórico e questão por ele analisada - a supremacia dos efeitos do período sobre efeitos de coorte ou do ciclo de vida. De fato, eventos políticos e sociais podem delimitar um período cujos efeitos se refletem em todos os indivíduos de determinada sociedade, mas é forçoso considerar as evidências de que eles podem também afetar em especial grupos de idade que, quando de sua ocorrência, vivenciam seus “anos formativos”.

Inglehart (1993, 1999), por exemplo, com base em dados de países de alto desenvolvimento econômico e democracia consolidada, observou efeitos de coorte em grupos de indivíduos que viveram, desde sua infância, em cenários de segurança econômica e maior acesso à escolaridade formal. Neste caso, mudanças geracionais foram visualizadas monotonicamente: coortes sucessivas, criadas sob condições econômicas cada vez melhores ao longo do século XX, expressaram orientações e valores políticos sustentadamente crescentes ou declinantes, ou seja, que variaram sempre em um mesmo sentido (SCHLEGEL, 2010). Mas, para além do aspecto estrutural e econômico, mesmas coortes de idade podem ser também especialmente afetadas por cenários político-institucionais, seja de modo deliberado (por exemplo, regimes políticos centralizados e autoritários que procuram socializar as coortes por ele formadas, desde a primeira infância, no papel de “súditos”) seja de modo não intencional (por exemplo, quando conjunturas políticas e o funcionamento deficitário das instituições podem explicar, pelo menos em parte, atitudes políticas de desinteresse e apatia política das coortes ingressantes no eleitorado sob essa influência).

Nos dois casos⁷⁷, e trazendo a discussão sobre comportamentos de “coortes” para o campo da política, o conceito de “gerações políticas” explicaria diferentes preferências políticas, níveis de apoio político, comportamentos político e eleitoral de grupos de idade

⁷⁷ Trata-se, aqui, certamente, de uma simplificação do argumento, que serve apenas para introduzir a noção de geração política.

distintos (p. e., BUTLER & STOKES, *op.cit.*; MILLER, 1992, 1995; MILLER & SHANKS, *op.cit.*; MISHLER e ROSE, 2006; NORRIS, 2004; TORCAL, *op.cit.*; WEIL, 1987). A próxima seção deste capítulo aborda, então, esse conceito.

3.2 – As coortes e o conceito de gerações políticas

Butler e Stokes (*op. cit.*) distinguem quatro idades do homem considerando seu “ciclo de vida político” individual: a infância⁷⁸; a adolescência e os primeiros anos adultos, período em que ele se torna consciente da política; os últimos anos da idade adulta, nos quais seu interesse por política aumenta e as atitudes políticas se cristalizam; e a velhice, quando sua atenção à política declina para a relativa indiferença. Dessas idades, os autores estudam, sobretudo, a segunda e a terceira, que definem, respectivamente, como “...os anos formativos, período que é frequentemente chamado de socialização individual na política e (...) os anos nos quais as atitudes políticas são menos suscetíveis à mudança” (BUTLER & STOKES, *op. cit.*, p.45).

De acordo com esse “ciclo de vida político” individual, durante os anos formativos de suas consciências adultas (adolescência e primeiros anos adultos), os indivíduos mostrariam maior independência, por exemplo, das influências da família e da escola (tal como propôs Mannheim, por exemplo, os indivíduos passam a confrontar criticamente, por suas próprias experiências com o mundo público, as informações aprendidas na infância), além de maior suscetibilidade às influências das ideias políticas e sociais vigentes em seu tempo. O ciclo de vida político sofre, portanto, influências das modificações dos cenários político e social, de modo que indivíduos nascidos em diferentes épocas não apresentarão semelhanças em seu envelhecimento para além do aspecto biológico.

Dessa forma, analisando mudanças no comportamento político-partidário na Grã-Bretanha dos anos sessenta, Butler e Stokes (*op.cit.*) afirmaram que era necessário superar a

⁷⁸ Apesar de, nesta tese, ser entendido que a socialização política é vitalícia, começando, portanto, já na infância, neste estudo não será tratada esta etapa do ciclo de vida político individual. Para saber mais sobre a socialização política na infância, ver, por exemplo, Connell (1971); Easton & Dennis (1967; 1969) e Hess & Torney (1967).

visão simplista (comum em sua época) de que o interesse por política e a ligação partidária dos indivíduos eram apenas uma “herança familiar”. Sem negar tal influência (e como já tratado por Almond e Verba (*op. cit.*), Jennings et al (*op.cit.*) e Allerbeck et al (*op.cit.*) – abordados no Capítulo 2 deste estudo), os autores ressaltaram que a família não era a referência mais importante nesses “anos formativos” dos jovens adultos: a mesma plasticidade que os tornava abertos às impressões de seus pais os tornava abertos às influências da escola e do trabalho, e, sobretudo, excepcionalmente abertos às influências dos eventos que dominavam a política nacional no tempo de sua entrada no eleitorado⁷⁹. Nessa perspectiva, os anos jovens, de ingresso no eleitorado, compõem o período em que os indivíduos são “facilmente influenciáveis”⁸⁰.

Assim, se as forças políticas moviam o eleitorado em direção a um dos partidos, essas forças seriam mais claramente evidentes no comportamento dos eleitores jovens, já que, para esses, o peso das lealdades partidárias prévias era ainda superficial. Nessa perspectiva, coortes de indivíduos frutos de um mesmo período político apresentariam aspectos comuns na absorção e interpretação das ideias políticas de seu tempo. Mais do que isso, as influências políticas comuns a que a coorte de jovens era exposta e que interferiam em suas próprias escolhas políticas no primeiro momento de sua trajetória política seriam conservadas como tendências conforme a coorte envelhece, disseram Butler e Stokes (*op.cit.*)⁸¹.

Partindo dessa constatação, os autores formularam o conceito de “geração política”: a coorte dos indivíduos que ingressaram no eleitorado em um mesmo período e que, por isso, apresentarão aspectos comuns em sua absorção e interpretação das ideias políticas de seu tempo, adotando, em consequência, padrões de comportamento semelhantes ao longo de suas vidas. Vale dizer, as tendências da “coorte” a acompanhariam conforme ela envelhecesse.

A ideia de que os indivíduos tenderiam a relatar os eventos a partir de sua

⁷⁹ A ideia da importância dos eventos políticos nos anos formativos dos indivíduos também aparece em Sears e Valentino (*op. cit.*).

⁸⁰ Em outras palavras, essa concepção traduz a ideia de geração de Mannheim para o cenário específico da política.

⁸¹ O que não significa, como já aponte a partir de Glenn (*op.cit.*) na seção 3.1 deste capítulo, que as coortes não mudem em resposta a mudanças nas circunstâncias políticas e sociais, mas que tais mudanças refletirão sua “situação única de coorte”.

juventude é cara também a estudos sobre memórias coletivas políticas e sociais (SCHUMAN & SCOTT, 1989; SCHUMAN & RODGERS, 2004 e SCHUMAN & CORNING, 2006). Baseados em dados para os Estados Unidos para o período entre 1985 e 2001, para esses autores, quando perguntados qual o evento político ou social da história mundial dos 50/70 anos anteriores mais importante, os indivíduos tenderiam a apontar aqueles ocorridos em seus anos formativos da juventude. Além da lembrança, o significado atribuído aos eventos também deveria se distinguir por coortes.

No primeiro momento, os autores analisaram os determinantes das memórias dos norte-americanos⁸² por “gerações” (operacionalizadas na forma de categorias de idade) e três variáveis de estratificação como controle (educação, raça e gênero) para o período de 1930 a 1985. A hipótese geracional foi fortemente apoiada para a maioria dos eventos e, em nenhum caso, as variáveis de controle afetaram substancialmente o efeito principal da idade. Esse achado não excluiu, porém, o fato de um razoável número de pessoas fora da “coorte crítica” também mencionar o evento como importante. Tratando, então, das possíveis diferenças geracionais na concepção e percepção do evento, os autores encontraram que as diferentes perspectivas geracionais de um mesmo evento também eram consequência das várias localizações das coortes no tempo histórico. Todavia, alertaram que um estudo desse tipo, com base em um único ponto no tempo, poderia levar à confusão entre os efeitos da “coorte” com a importância objetiva dos eventos naquele momento.

Por esse motivo, Schuman e Rodgers (*op.cit.*) compararam as respostas à mesma questão aberta no *survey* de 1985 a duas pesquisas para 2000 e 2001⁸³ e avaliaram possíveis mudanças nas memórias coletivas, primeiro, no intervalo entre os primeiros resultados (1985) e aqueles obtidos em 2000 (neste período, novos eventos ocorreram, p.e., o fim do comunismo soviético e da Guerra Fria); e, em seguida, após o ataque terrorista em solo americano em 11 de setembro de 2001. Nesse estudo, os autores trataram não apenas das fontes das memórias coletivas, mas também de suas possíveis mudanças (e dos

⁸² As 12 respostas mais mencionadas (a Segunda guerra mundial, a guerra do Vietnã, a exploração do espaço, o assassinato do então presidente dos Estados Unidos John Kennedy, a luta dos negros pelos direitos civis, ameaça nuclear, avanços na comunicação e nos transportes, depressão de 1930, desenvolvimento do computador, terrorismo, declínio moral e direitos das mulheres) foram selecionadas para estudo.

⁸³ A questão é (mais ou menos) a seguinte: "Houve uma porção de eventos e mudanças nacionais e mundiais nos últimos (50/70) anos - isto é, dos anos 1930 até os dias de hoje. Você mencionaria um ou dois tais eventos que lhe parecem especialmente importantes?" (SCHUMAN & RODGERS, *op.cit.*, p.219).

esquecimentos coletivos) quando da ocorrência de novos eventos que competem com os primeiros em termos da importância atribuída pelos indivíduos. A manutenção da memória de um evento se devia não apenas à experiência de coorte, mas, para as gerações mais novas, ao seu aprendizado através da educação formal e dos meios de comunicação. Não obstante, a diferença entre ter experiência direta ou indireta com determinado evento no momento de sua ocorrência e aprender sobre o mesmo após isso era que o aprendizado não conferia ao evento o mesmo impacto emocional profundo e duradouro de tê-lo “vivido”⁸⁴.

Como apontado em outro momento (SCHUMAN & SCOTT, *op. cit.*), em 1985, os eventos mais mencionados foram, em ordem decrescente: a segunda guerra mundial, a guerra do Vietnã, a exploração do espaço, o assassinato de J. F. Kennedy, as lutas pelos direitos civis, o temor da guerra nuclear, os avanços na comunicação e nos transportes, a grande depressão de 1930 e os computadores e internet. Em 2000⁸⁵, a segunda guerra mundial (mesmo em queda) continuou sendo lembrada como evento mais importante, mas o fim do comunismo foi apontado como segundo grande evento⁸⁶.

As respostas dadas seis semanas após o ataque terrorista de 11 de setembro, por sua vez, estavam ainda sob o impacto de tão recente evento, mas as menções àquele ataque, embora predominantes, não foram unânimes. Ainda, as menções à segunda guerra mundial aumentaram entre 2000 e 2001. Para os autores, isso pode ter sido estimulado pelo próprio ataque terrorista, uma vez que o ataque a Pearl Harbor durante aquela guerra foi bastante recordado pela imprensa na ocasião⁸⁷. Este achado permitia sugerir que, com a

⁸⁴ Em decorrência, explicitam os autores, há que se diferenciar entre a experiência de coorte (eventos experimentados no momento em que eles ocorrem, seja direta ou indiretamente) e as memórias coletivas (não apenas eventos experimentados pessoalmente mas também aqueles aprendidos depois de sua ocorrência). Outra diferença em termos do impacto do evento deveria haver inclusive entre aqueles que o “viveram”: devido ao “efeito de primazia”, as coortes que o experimentam (ram) em seus anos de juventude trariam-no mais fortemente em sua memória e tal serviria como um filtro para perceber a importância de eventos posteriores.

⁸⁵ Em 2000, os eventos / mudanças mais mencionados, em ordem decrescente, foram: segunda guerra mundial, fim do comunismo, computadores e internet, guerra do Vietnã, Grande Depressão de 1930, exploração do espaço, direitos civis, guerra do Golfo, assassinato de J.F. Kennedy, avanços na comunicação e nos transportes e temor de guerra nuclear.

⁸⁶ Por sua vez, a menção à categoria “computadores e internet”, embora já apontada em 1985, superou a lembrança à guerra do Vietnã, em razão das “...mudanças na experiência pessoal direta entre os dois surveys” (SCHUMAN & RODGERS, *op.cit.*, p.224). Se, em 1985, computadores pessoais eram raros, em 2000, por volta da metade dos lares norte-americanos tinham computadores pessoais (e mais de 40% acesso direto à internet).

⁸⁷ Por outro lado, ainda segundo os autores, a ocorrência do evento terrorista de 11 de setembro de 2001 parece ter contribuído para o esquecimento coletivo do fim do comunismo e da Guerra Fria, que mostraram as perdas mais significativas nas menções entre 2000 e 2001.

passagem do tempo, memórias coletivas podem perder ou ganhar importância devido à interferência de outros eventos.

Na sequência, Schuman e Rodgers (*op. cit.*) analisaram se os achados eram consistentes com a hipótese de que a adolescência e o início da idade adulta comporiam um período crítico para a formação das memórias coletivas e se isso também era válido quando a comparação longitudinal era realizada. Para testar essas hipóteses, o primeiro evento explorado foi o assassinato do presidente Kennedy em 1963, que, por ter ocorrido em um ponto preciso no tempo, era particularmente apropriado à análise.

O “período crítico” da adolescência e da primeira idade adulta para a formação de memórias foi definido pelas idades entre 12 e 29 anos⁸⁸ e as coortes dentro desta faixa etária em 1963 (ano do assassinato) foram tomadas como a “coorte crítica” contra as coortes que viveram seus “anos críticos” antes e depois daquele ano. A hipótese dos “anos críticos” como preditor da menção ao evento foi confirmada para os dois anos. Em seguida, as coortes que já tinham ultrapassado os anos críticos quando da morte de Kennedy e aquelas posteriores a esse evento foram separadas para testes adicionais de comparação com a “coorte crítica” (para verificar se essa diferia de ambas as coortes e não apenas de sua combinação). As comparações também produziram razões de chance altamente significativas nos dois casos e para os dois anos.

O terceiro *survey*, embora baseado em amostra mais limitada, possibilitou examinar o impacto do ataque terrorista de 11 de setembro de 2001 em solo norte-americano sobre as memórias coletivas de seus cidadãos captadas pelos dois *surveys* anteriores. Como já notado, esse evento tornou-se dominante nas respostas, mas não de modo unânime. Mais, aqueles que viveram seus “anos críticos” durante a Segunda Guerra Mundial a mencionaram pelo menos com a mesma frequência com que apontaram o “11 de setembro”⁸⁹.

Esse conjunto de resultados mostrou que os principais portadores da memória de determinado evento não são todos os que o viveram, mas sim aqueles que o viveram em

⁸⁸ Os autores repetiram os cálculos definindo como período crítico as idades entre 18 a 25 anos (cf. Mannheim, [1928]1952) e encontraram razões de chance ligeiramente menores mas também significativas.

⁸⁹ O contraste mais marcante entre coortes, nesse caso, se estabeleceu entre essas coortes e aquelas que estavam na adolescência e início da idade adulta em 2001, que mencionaram, em primeiro lugar, o atentado terrorista, “...sugerindo que é para essas coortes que o 11 de setembro persistirá na memória mais completamente, assim como a Segunda Guerra está para as coortes em nossa amostra que experimentaram esta guerra durante sua própria adolescência e primeira idade adulta”(SCHUMAN & RODGERS, *op.cit.*, p.244).

seus “anos críticos” (por isso também, mesmo quando a comparação no tempo mostrou diminuição do efeito de coorte, ele não desapareceu completamente). Para os autores, a adolescência e os primeiros anos adultos baseiam o “período crítico” para a formação das memórias coletivas porque os eventos experimentados pelos indivíduos nesses anos, por darem forma e conteúdo à primeira experiência pública após sua emergência do “background insular da infância”, devem lhes deixar marcas permanentes⁹⁰.

Não obstante, se a substituição geracional contribui para que eventos antigos se apaguem da memória coletiva, esses podem não cair no esquecimento, pelo menos temporariamente, quando são evocados por eventos posteriores. Ainda nesse sentido, a análise de Schuman & Rodgers (*op.cit.*) mostrou também que a manutenção das memórias coletivas se deve ao fato de que elas são parcialmente formadas por seu aprendizado secundário através da educação⁹¹.

Nas considerações finais, os autores destacaram que poderia ser frutífero explorar se e quanto as memórias coletivas (e, portanto, as experiências de coortes) moldariam atitudes e comportamentos políticos posteriores.

Nessa linha, mesmo sem referência explícita a memórias políticas e sociais coletivas, Miller (1992, 1995) e Miller e Shanks (*op.cit.*) sugeriram associação entre o cenário político nacional norte-americano a partir da segunda metade do século XX e a baixa participação eleitoral das coortes de cidadãos por ele formadas.

Recuperando o conceito de “geração política” de Butler e Stokes (*op.cit.*) para compreender o declínio do comportamento eleitoral agregado dos norte-americanos entre os anos 1960 e 1980, aqueles autores explicaram tal declínio a partir das mudanças na composição geracional desse eleitorado no período. Diante do quebra-cabeça apresentado por Brody (1978, *apud* Miller, 1992), segundo o qual a queda na participação eleitoral acompanhada do aumento nos níveis educacionais dos norte-americanos estava em

⁹⁰ Os autores destacaram, porém, que seus achados são consistentes com uma definição ampla (12 a 29) de período crítico para memórias coletivas, mas são limitadas apenas aos Estados Unidos e, mesmo neste caso, seria necessário testar a hipótese para um maior número de eventos de modo a afirmar o efeito dos “anos críticos” mais confiantemente.

⁹¹ Ainda segundo Schuman e Rodgers, não é fácil determinar qual a contribuição de cada uma, mas, os autores especulam que a educação tende a ser mais importante como determinante na memória de eventos que demandam maior perspectiva histórica, ao passo que os “anos críticos” tenderiam a ser mais importantes para eventos mais simples e dramáticos.

desacordo com as teorias do comportamento político⁹² que defendiam associação linear entre ambos, para Miller, eram os diferentes contextos que diferentes períodos desenharam para a socialização política inicial das respectivas coortes de jovens cidadãos que explicavam o decréscimo em sua participação pelo voto. Os eventos principais que podem ter produzido mudanças de comportamento no eleitorado norte-americano foram delimitados por três grandes marcos: a Guerra Civil, a Grande Depressão e a era Pós-New Deal⁹³.

Na caracterização da era Pós New Deal, Miller (1995) destacou que, desde o início dos anos 1960, o cenário político nacional norte-americano foi marcado por eventos de crise e tensão políticas, por exemplo: nos anos sessenta, o assassinato de Martin Luther King, a oposição à guerra do Vietnã e o assassinato do então presidente Kennedy; nos anos setenta, o escândalo do *Watergate* (e a renúncia do então presidente Nixon)⁹⁴ e as crises econômicas das administrações dos presidentes Ford e Carter e, finalmente, nos anos oitenta, os escândalos de corrupção sob a presidência de Reagan. Esse cenário disseminou sentimentos de cinismo, alienação, rejeição e apatia com a política nacional entre a população e, em particular, pode ter representado uma áspera introdução ao eleitorado de “jovens cidadãos que estavam crescendo e aprendendo sobre política”(MILLER, 1995, p.5). Segundo Miller, a independência política e as baixas taxas de participação eleitoral - cujo ápice ocorreu no fim dos anos oitenta - das coortes de jovens norte-americanos pareciam representar as “cicatrizes” dos eventos mencionados. E, uma vez que, entre os anos 1950 e 1980, também houve um rápido crescimento e substituição geracional do corpo de eleitores dos Estados Unidos, isso se refletiu na queda da participação eleitoral agregada nesse país.

⁹² Para um balanço crítico da literatura sobre a relação entre educação e comportamento político, ver, por exemplo, Schlegel (*op.cit.*).

⁹³ Miller defende o uso do conceito de geração e não coorte, pois esta última, em sua visão, perde significado analítico ao ser delimitada por constrangimentos implícitos à sua definição com base nas datas de nascimento. Mas, cabe aqui lembrar que, seguindo a distinção estabelecida por Glenn (*op.cit.*), uma coorte não necessariamente se define pelo nascimento, mas por quaisquer outros eventos marcantes que grupos de indivíduos atravessam juntos, como, por exemplo, o próprio ingresso no corpo de eleitores. O que Miller parece criticar na ideia de coortes é sua adjacência dado que nas gerações que localiza a partir dos eventos políticos não há uma continuidade temporal.

⁹⁴ Richard Nixon, do Partido Republicano, foi eleito presidente dos Estados Unidos para dois mandatos consecutivos, o primeiro deles em 1969. Durante a campanha pela reeleição em 1972, o Comitê do Partido Democrata, seu adversário, localizado no edifício Watergate (Washington), foi invadido e foram instaladas escutas telefônicas ilegais. No início de seu segundo mandato, em 1973, a imprensa denunciou que o presidente Nixon tinha conhecimento da operação ilegal. Após a abertura de um processo de impeachment contra ele, Nixon renunciou à presidência dos Estados Unidos em agosto de 1974.

No cenário europeu do fim do século XX, Norris (2004) também encontrou associação entre a sucessão geracional e a baixa participação eleitoral. Esse período assistiu a uma onda de retirada dos cidadãos dos canais tradicionais de participação política (sobretudo, eleições e partidos) e, embora o desengajamento tenha afetado a todos, os jovens também pareceram(em) os mais desiludidos com as instituições representativas. Assim, com base nos resultados do Survey Social Europeu de 2002⁹⁵, Norris lançou a hipótese de que, na verdade, estava em curso uma mudança geracional nas formas comuns de ativismo político: embora as formas tradicionais de engajamento político continuassem importantes, havia evidências da diversificação dos repertórios de ação política em prol de ações “tematicamente orientadas” (relacionadas a questões e temas políticos específicos, por exemplo, boicotes políticos, abaixo-assinados, manifestos, greves e protestos) e os jovens estariam na vanguarda dessa mudança.

O perfil de idade⁹⁶ dos ativistas políticos adeptos das diferentes agências e as médias de idade dos ativistas dos dois tipos de repertórios confirmaram a impressão inicial de que os mais velhos atuavam mais com base em repertórios e agências “orientados pela cidadania” e os mais jovens eram mais atraídos pelas atividades “tematicamente orientadas”⁹⁷. Mesmo modelos de regressão multivariada⁹⁸ para examinar o papel da idade na explicação dos padrões de ativismo civicamente orientados e

⁹⁵ A autora reconheceu que o uso de um único *survey* para esse tipo de estudo limita o alcance dos achados. Por outro lado, o fato de o mesmo reunir diferentes tipos de sociedade e países de democracia consolidada e recentes, incluindo países da Europa Central e do Leste, enriquece e fortalece os “insights” sugeridos por seus resultados - o de que o fim do século XX testemunhou uma mudança geracional nos repertórios da “política tradicional das lealdades” para a “política contemporânea da escolha”.

⁹⁶ Na ausência dos recursos ideais (dados longitudinais) para essa análise, Norris usou o *survey* disponível com base em duas abordagens: 1.comparou modelos de regressão com efeitos lineares e loglineares da idade para explorar qual provinha um melhor ajuste para os dados e 2.comparou padrões de ativismo relacionados à idade em diferentes sociedades europeias para verificar se experiências históricas distintas deixavam marcas distintas, sobretudo tendo em vista que os países comparados eram tanto de democracia recente como longamente estabelecidas. Nessa perspectiva, “se a experiência da democracia durante os anos formativos de cada coorte deixa uma impressão duradoura sobre as atitudes políticas e comportamento, então deveríamos esperar observar diferentes padrões de ativismo por coortes de idade em democracias estabelecidas e novas” (NORRIS, 2004, p. 10).

⁹⁷ Quebrando os indicadores em faixas etárias (jovens - 18 a 29 anos; meia idade - 30 a 59 anos e idosos - mais de 60 anos), Norris propôs modelos de regressão em que comparou os efeitos lineares e loglineares da idade: os resultados mostraram um grande e significativo impacto da idade em todos os repertórios orientados para a cidadania, com os mais velhos mais ativados nesta dimensão; e também nos repertórios tematicamente orientados (nesse caso, os mais jovens mostraram-se mais ativados). Ainda, com relação ao ajuste dos dois tipos de modelos, o loglinear mostrou-se moderadamente mais forte para as atividades cidadãs, sugerindo efeitos do ciclo de vida sobre elas e o modelo linear mostrou-se mais forte para as ações tematicamente orientadas, sugerindo mudança geracional.

⁹⁸ O modelo 1 entrou apenas com a idade; o modelo 2 adicionou os fatores sociais comumente encontrados influenciar o ativismo (gênero, educação, renda, urbanização e tamanho da residência); o modelo 3 entrou com variáveis culturais como interesse, discussão, ideologia, proximidade a partidos, satisfação com desempenho do governo e da democracia, confiança social e política, eficácias interna e externa e sentimento de dever cívico.

tematicamente orientados mostraram que a idade (em anos) permaneceu um dos mais fortes preditores dos dois tipos de ativismo.

Todavia, faltava ainda responder se essa diferença se devia a efeito geracional ou do “ciclo de vida” e se e como isso diferia por tipos de sociedade. Os resultados sugeriram a existência de diferentes padrões nas duas formas de ativismo: o ativismo “civicamente orientado” mostrou claro padrão curvilinear em todos os tipos de sociedade, refletindo, portanto, efeitos do “ciclo de vida” e excluindo o impacto de algum efeito período específico, proveniente de eventos históricos. Por sua vez, o ativismo “tematicamente orientado” mostrou outro tipo de padrão, com as coortes mais velhas menos engajadas e tendência linear com pico entre as coortes mais jovens, sobretudo nos países da Europa do Norte.

Em geral, os jovens foram particularmente mais distantes dos partidos políticos, menos interessados em política e menos satisfeitos com o governo. Por outro lado, mostraram ter maior sentimento de eficácia tanto externa como interna. Com relação ao engajamento em instituições civis, os resultados mostraram os jovens, de fato, menos engajados em vários grupos sociais, mesmo naqueles mais próximos aos novos movimentos sociais (p.e., associações humanitárias preocupadas com os direitos humanos e das minorias étnicas)⁹⁹.

Cabe ressaltar, como também fez a autora, que o uso de um único *survey* tornava difícil destrinchar clara e conclusivamente os efeitos do “ciclo de vida”, da “geração” e do “período”. Para Norris, no entanto, o conjunto de resultados sugeriu que, sobretudo as sociedades pós-industriais europeias, estão vivenciando uma importante mudança geracional, com as coortes mais jovens, na verdade, canalizando suas energias para meios alternativos aos canais tradicionais da política¹⁰⁰. Em resumo, os resultados mostraram

⁹⁹Resultados adicionais por tipo de sociedade mostraram, porém, que tanto os países mediterrâneos como os pós-comunistas mostraram mais baixos níveis de pertencimento a essas associações voluntárias independente da idade. Este parece ser também o caso do Brasil, como será apresentado no Capítulo 5.

¹⁰⁰ Norris argumentou, portanto, no mesmo sentido que Inglehart (1993). Como já mencionado, este autor observou públicos dos países democráticos avançados se tornando mais críticos das instituições tradicionais de participação, mais interessados na vida política e mais aptos a executar um papel ativo nela, mas ao lado do declínio do respeito à autoridade tradicional, observou um esmagador apoio aos princípios democráticos. Para Inglehart, essa mudança de valores se realizara através de um processo de mudança intergeracional, com os mais jovens menos propensos a respeitarem as autoridades e enfatizando a liberdade de expressão e autonomia de escolha individual na política. E essa mudança de valores e atitudes entre os mais jovens não era devida a quaisquer fatores associados ao ciclo de vida, mas a transformações estruturais do processo histórico das sociedades industriais avançadas, que possibilitaram aos públicos mais jovens maiores alcances educacionais. Ao mesmo tempo, mudanças na natureza do trabalho passaram a requerer maior autonomia individual e conhecimento especializado. Por último, esse processo de mobilização cognitiva associou-se a mudanças culturais e nas prioridades dos valores, e isso teve implicações para o comportamento político e democrático

que, de fato, quanto aos repertórios empregados pelos canais tradicionais da política, o padrão de ativismo foi curvilíneo em todos os tipos de sociedade, sugerindo efeitos do “ciclo de vida”; não obstante, os jovens foram mais prováveis de se engajar na ação política tematicamente orientada. Quanto às agências, as democracias antigas também mostraram efeitos do “ciclo de vida” no padrão de pertencimento a associações tradicionais como partidos e igreja, mas nos países de democracia recente (Europa mediterrânea e pós-comunista), por sua vez, “...onde pertencimento de massa na sociedade civil permanece mais limitado” (NORRIS, 2004, p.16), não houve diferenças por grupos de idade.

Os resultados ora descritos sugeriram, portanto, algumas diferenças no ativismo político dos cidadãos dos países de democracia consolidada e daqueles de democracia recente. Nesses últimos, a faixa etária e / ou a coorte dos indivíduos não diferenciou, por exemplo, o pertencimento individual a organizações da política tradicional. Essa dimensão permite fazer uma alusão ao caso brasileiro retomando o estudo de Ribeiro (*op.cit.*), apresentado no Capítulo 2 da presente tese. Ribeiro também não encontrou associação entre a participação em instituições como sindicatos e partidos políticos e a faixa etária dos indivíduos e uma associação apenas fraca entre essa e o ativismo voluntário. Se a participação social e política é, em geral, fraca em cenários de fraca tradição democrática, cabe investigar ainda o envolvimento de seus cidadãos com o regime democrático nascente, pois este é importante teste de sua legitimidade e garantia de sua manutenção e estabilidade no tempo. Também quanto a essa dimensão, Ribeiro não observou diferenças associadas à faixa etária no apoio à democracia dos brasileiros (ou seja, entre aqueles formados politicamente no cenário democrático e aqueles politizados, pelo menos, durante o regime militar brasileiro). Não obstante, e como advertido pelo próprio autor, sua análise, baseada em um único ponto no tempo, não permite apontar possíveis padrões de comportamentos e atitudes político-democráticos, os quais devem ser explorados longitudinalmente. Para avançar nessa discussão, a última seção deste capítulo traz justamente estudos que abordam a relação entre apoio político e idade, em perspectiva longitudinal, tratando das “coortes” em países que experimentaram a democratização política recente.

daqueles que vivenciaram esse processo. Como já mencionado, o estudo da difusão dos valores pós-materialistas não é objeto desta tese. Para uma rápida entrada nessa discussão para o cenário brasileiro, ver, por exemplo, Ribeiro (*op.cit.*).

3.3 – As coortes em cenários de democratização

Nesta seção, é apresentada a mais importante vertente de estudos sobre coortes para esta tese, a que trata dos efeitos de “coorte” e do “período” na política. Nessa vertente, “gerações políticas” são usadas para compreender a evolução do apoio a regimes políticos distintos através do tempo (MISHLER e ROSE, 2006; TESSLER et al, 2004; TORCAL, *op.cit.*; WEIL, *op.cit.*).

Para Weil (*op.cit.*), embora os argumentos geracionais tenham sido mais influentes na pesquisa empírica, os poucos estudos que testaram, por outro lado, os efeitos do envelhecimento (“ciclo de vida”) não foram capazes de excluir sua influência por completo. O autor não nega que, historicamente, formem-se, sim, gerações específicas (ligadas a eventos políticos), mas adverte que, primeiro, o impacto dos eventos sobre as coortes varia conforme a impressividade dos mesmos e, segundo, a persistência da consciência geracional (ou ao menos a distinção de suas visões das coortes adjacentes) depende da impressividade dos eventos históricos subsequentes.

O autor analisou, então, o apoio popular residual ao regime nazista alemão nos primeiros anos após sua derrocada, por considerar que esse satisfazia as condições elencadas - os eventos históricos do nazismo foram suficientemente concentrados e impressionantes para produzir efeitos de coorte - para investigar se a evolução daquele apoio era explicada por efeitos do período, de coorte, do ciclo de vida ou por uma combinação de dois ou mais deles¹⁰¹.

A hipótese de Weil era que efeitos de coorte deviam, sim, ser encontrados, com aqueles socializados inicialmente sob o Nazismo (as “coortes nazistas”) sendo mais favoráveis em apoiar o antigo regime e mais antidemocráticas e isso devia ser mais destacado em dimensões mais próximas da oposição nazismo e democracia¹⁰². Ainda de acordo com o autor,

¹⁰¹ Conforme nota 73.

¹⁰² As coortes foram “...definidas em termos do período histórico no qual o respondente alcançou a maturidade política, arbitrariamente fixada na idade de 21 anos”(WEIL, *op.cit.*, p.312); também foram definidos quatro períodos divisores da história da Alemanha ocidental no século XX que podem ter impactado suas coortes; por último, foram usadas três variáveis de controle (educação, ocupação do chefe da casa e apoio a partido).

“...os efeitos da socialização Nazi deveriam ser detectáveis por algum tempo após a transição à democracia, mas não indefinidamente, em certas opiniões das gerações originadas sob o controle Nazi. Em termos dos modelos discutidos, isso constitui um efeito período-coorte, uma vez que um fenômeno é observável em uma dada coorte através do tempo mas também encolhe através do tempo” (WEIL, *op.cit.*, p.312).

A inspeção bivariada dos dados confirmou o padrão esperado: quanto mais perto de 1945 o *survey* foi conduzido, maior a distância entre a coorte “Nazi” e as demais; uma década após a guerra, a mesma coorte se colocou quase completamente ao lado do resto da população em sua rejeição ao antigo regime e em seu apoio à democracia. Os resultados¹⁰³ sustentaram a hipótese segundo a qual a preferência por regimes e os valores correlacionados na Alemanha pós-nazista eram marcados por um efeito “período-coorte”, com a coorte “Nazi” ficando, inicialmente, para trás em abraçar a nova democracia depois de 1945, o que, segundo Weil, ocorreu quase certamente como efeito da socialização e propaganda que seus membros experienciaram em seus anos formativos sob o regime nazista. Sua convergência subsequente com as visões das outras coortes alemãs deveu-se, em parte, ao desempenho das novas instituições democráticas, da economia e das relações internacionais.

Não obstante, Weil ressaltou que efeitos “período-coorte” não são inevitáveis ou óbvios em outros exemplos de mudança de regimes políticos. Em cada caso, é necessário especificar que nível de desempenho é suficiente e que aspectos desse desempenho são efetivos para gerar tais efeitos. Comparando, por exemplo, com o cenário da transição política da Espanha pós-franquista, nesse caso, as

“...condições deterioraram rapidamente depois da introdução da democracia: a crise do óleo bateu e trouxe alto desemprego e estagnou o crescimento

¹⁰³ Primeiro, os modelos foram desagregados por ano e mostraram significância estatística para a maior parte das variáveis testadas. Em um segundo momento, o período foi incluído como variável para testar a significância da coorte sobre o período agregado e a interação entre a coorte e o período. Os resultados para o período agregado reforçaram os efeitos das tabelas com anos desagregados, mas a interação entre coorte e período mostrou que as curvas do primeiro momento não eram significativamente diferentes das curvas do segundo. Não obstante, os modelos seguintes, desenhados para testar a significância estatística dos padrões encontrados nos gráficos, sugeriram cautela na interpretação desses resultados. Uma vez que significância estatística não é idêntica à significância substantiva (a primeira é altamente sensível ao tamanho da amostra), Weil selecionou as três variáveis que mais apresentaram efeito período-coorte e, através de teste adicional, verificou qual o “tamanho” da curva para produzir a significância estatística necessária: a lacuna entre a coorte nazista e o restante da população deveria ser três vezes maior do que foi de fato (Cf. Weil, *op.cit.*, p. 317). No entanto, segundo o autor, “...uma vez que os requerimentos estatísticos do efeito de interação são tão rigorosos ao presente tamanho das amostras, alguém pode argumentar sobre a base dos testes de anos desagregados e da ‘significância substantiva’ que a maior parte da evidência apóia a hipótese” (WEIL, *op.cit.*, p.317-318).

econômico, e o conflito regional irrompeu em uma onda de terrorismo (...). No entanto, o apoio agregado para a democracia liberal cresceu fortemente da metade de 1960 ao começo dos 1980. E apesar do bom desempenho do fim do regime Franquista e sua tentativa presumida de socializar as novas gerações para apoiá-lo, um 'gap' geracional abriu-se e muitos jovens começaram a preferir a democracia; e apesar do fraco desempenho da nova democracia, esse 'gap' cresceu na primeira metade ou mais do novo regime" (WEIL, *op.cit.*, p.322).

Ainda de acordo com Weil, o exemplo espanhol se encaixava na hipótese de falha do regime existente em socializar as novas gerações. Nesse caso, efeitos "período-coorte" foram acelerados por novas coortes que passaram a expressar valores do novo regime (democrático) antes da transição e o mantiveram após essa, mesmo com as adversidades enfrentadas pela nova democracia.

Considerados conjuntamente, esses resultados sugeriam que um 'gap' geracional pode emergir depois de uma mudança de regimes, com aqueles socializados sob o antigo regime inicialmente demorando em apoiar o novo; "...mas o 'timing' e a profundidade desse 'gap' geracional variam de acordo com dois aspectos do desempenho do regime [modelos externos mais atrativos do que o doméstico e sistema partidário e estrutura de resolução de conflitos que não oferecem oportunidades suficientemente efetivas para registrar insatisfação sem desafiar o próprio regime]" (WEIL, *op.cit.*, p.322)¹⁰⁴.

O cenário espanhol é estudado por Torcal (*op.cit.*), que também aplicou a análise de coortes para compreender a origem e evolução do apoio à democracia na Espanha a partir do cenário de transição do regime Franquista¹⁰⁵. Torcal reitera a impressão de Weil (*op.cit.*) sobre a rápida mudança atitudinal dos espanhóis, fruto de suas decisões racionais e instrumentais de longa duração (por sua vez, possível devido à política de transição espanhola), a qual levou a que se produzisse um apoio majoritário e estável ao regime democrático espanhol desde o primeiro momento de sua implantação. Esse cenário permitiu afirmar a consolidação da democracia espanhola do ponto de vista atitudinal¹⁰⁶.

¹⁰⁴ Segundo Weil, esses dois aspectos parecem ter maior impacto sobre os efeitos "período-coorte" como explicativos do apoio ao regime do que o desempenho econômico e manutenção da ordem civil.

¹⁰⁵ Em artigo anterior, Torcal, juntamente com Gunther e Montero, introduzira a noção de gerações políticas espanholas para tratar, no cenário da transição democrática na Espanha, da trajetória das várias dimensões atitudinais para com a democracia (legitimidade democrática, descontentamento político e desafeição política) e encontrou distintos padrões de evolução geracional para cada uma dessas atitudes (MONTERO, GUNTHER e TORCAL, 1998).

¹⁰⁶ O efeito de consolidação atitudinal produz-se quando o apoio à democracia se torna independente de avaliações conjunturais, cálculos instrumentais e aos "vai e vens" políticos. Vale dizer, ainda segundo Torcal, através do tempo, tal

Para Torcal, os altos níveis de apoio democrático incondicional dos espanhóis foram gerados por processos de ressocialização adulta em um curto período de tempo em decorrência da natureza e da evolução da coalizão inclusiva que fundou o novo regime. Nesse cenário, uma vez que os cidadãos têm experiências diretas ou indiretas com outros regimes, o apoio à nova democracia proviria da comparação de experiências políticas, escolhendo-se a que desagrada em menor medida (tal como propôs a “hipótese de Churchill”¹⁰⁷). Para Torcal, o apoio democrático não apenas na Espanha, mas em novas democracias só pode, portanto, refletir “...uma decisão racional individual baseada na comparação e avaliação de outros sistemas a partir de experiências anteriores” (TORCAL, *op.cit.*, p.35). Ademais, embora não sejam duas faces da mesma moeda¹⁰⁸, a aprovação do novo regime e a rejeição do regime anterior variariam simultaneamente. Prossegue o autor,

“...esta variação simultânea do apoio democrático e rechaço ao governo não democrático reflete sobretudo uma mudança atitudinal que nasce da experiência política acumulada durante a transição à nova democracia (...). Neste processo de mudança, os atores e elites políticas e sociais mais importantes desempenham um papel fundamental. A ausência ou o fracasso de toda tentativa de politizar a questão da aprovação do regime anterior ou do novo por parte dos atores políticos importantes é a explicação fundamental para esta mudança atitudinal e sua posterior cristalização. Em outras palavras, a natureza inclusiva do pacto com que se instaura o novo sistema democrático e a exclusão da agenda política da questão do regime nos anos da transição e consolidação podem favorecer a mudança atitudinal rápida que gera altos níveis de apoio democrático (e rechaço ao regime anterior) e a aparição do apoio democrático incondicional” (TORCAL, *op.cit.*, p.35-36)¹⁰⁹.

Com isso, ressalta Torcal que a construção do apoio incondicional majoritário à democracia, principalmente em períodos de mudança política importante e de incertezas,

apoio mostrou-se incondicional (ou difuso, nos termos de Easton, 1965).

¹⁰⁷ É conhecida como a hipótese de Churchill a frase: “A democracia pode ter problemas, mas é o melhor sistema de governo”.

¹⁰⁸ Segundo Torcal, retomando Linz e Stepan (1996), a rejeição do regime autoritário não é condição necessária para o apoio à democracia: algumas pessoas podem valorizar a experiência autoritária e considerá-la um passo necessário no caminho da modernidade e progresso e, ao mesmo tempo, darem todo seu apoio ao novo regime democrático.

¹⁰⁹ Todavia, ressalva o autor que o próprio pacto fundacional do novo regime e / ou o desejo da elite política da transição de excluir a questão do regime da agenda são eles próprios influenciados pelo discurso legitimador do regime autoritário anterior, pelos motivos e natureza de seu término e pela percepção dos cidadãos dos êxitos e fracassos desse regime. Esse conjunto de fatores condiciona os níveis de apoio ao regime anterior e a construção do novo regime democrático.

depende dos eventos da política nacional. Nesse sentido, é a própria política que “...produz a mudança atitudinal racional rápida e instrumental que gera não só um maior apoio democrático, mas também um *apoio democrático incondicional de longa duração*” (TORCAL, *op.cit.*, p.37).

Esse cenário foi evidente nas atitudes políticas para com a democracia espanhola desde o fim dos anos 1970: os níveis de apoio àquele regime mostraram-se elevados e estáveis, com pequena tendência de crescimento, apesar das significativas flutuações das atitudes de descontentamento político e de satisfação com o funcionamento da democracia. Os dados revelaram, então, que os cidadãos espanhóis não tiveram dificuldades em diferenciar suas atitudes avaliativas do apoio normativo que outorgavam(am) à democracia: as primeiras acompanharam as fases da transição e democratização espanhola, que alternou momentos de crises política e econômica com momentos de crescimento e estabilidade política, e se associaram ao apoio ou à oposição aos “governos do dia”, enquanto o apoio fundamental à democracia mostrou-se independente das percepções do funcionamento do sistema e das preferências partidárias.

Para melhor compreender as dinâmicas envolvidas no surgimento e evolução desse apoio à democracia na Espanha e seu efeito consolidador, Torcal realizou análise longitudinal (baseado em dados transversais) e verificou a existência de efeitos do período (transição e consolidação da democracia), do ciclo de vida ou da existência de gerações políticas¹¹⁰.

As primeiras análises bivariadas mostraram que o apoio à democracia na Espanha sofreu claro efeito de coorte com uma pauta geral: quanto mais jovem era a coorte, maior o apoio ao regime democrático. Ainda assim, através do tempo, todas as gerações apoiavam o regime democrático em proporção maior do que 60%, significando que,

“...em proporção, as diferenças intergeracionais no apoio à democracia influíram muito pouco nos níveis de apoio democrático geral que atualmente exibem os espanhóis. (...) isto se deve a que este apoio à democracia é produto de uma mudança atitudinal drástica e rápida que se produziu sobretudo durante a transição espanhola” (TORCAL, *op.cit.*, p.46, grifo meu).

¹¹⁰ O autor definiu as gerações políticas espanholas com base na idade de “maturidade política”(17 a 25 anos) porque “...este período se caracteriza por uma maior abertura política à socialização através de agentes políticos não principais, e a família e a escola ficam relegadas a um papel secundário”(TORCAL, *op.cit.*, p.44). Com base nesta idade de referência e nos acontecimentos econômicos, sociais e políticos mais importantes da história recente da Espanha, o autor distinguiu seis coortes (*monarquia; Guerra Civil; pós-guerra ou autarquia; liberalização; transição e democracia*).

Entre 1980 e 2000, houve aumentos paulatinos, mas notórios, no apoio à democracia entre as várias gerações (e o padrão geral observado foi que cada nova geração política expressava um apoio ao regime democrático maior do que a geração precedente)¹¹¹. Essas diferenças não possibilitavam excluir o fato de que o apoio ao regime democrático era parcialmente condicionado pelas diversas experiências políticas pré-adultas das seis gerações. Todavia,

“...isto não significa que o atual nível de apoio à democracia seja simplesmente um efeito da socialização que se produziu no passado. Muito pelo contrário, o apoio à democracia, embora condicionado pela socialização, procede sobretudo de uma decisão instrumental tomada pela grande maioria dos espanhóis. O apoio à democracia surgiu principalmente durante a transição; esse é o motivo pelo qual as gerações mais velhas também manifestam um apoio ao regime democrático... Note-se também que a constante na equação é muito elevada (...) o que significa que a mudança intergeracional supõe uma contribuição pequena no apoio majoritário ao sistema democrático que hoje existe entre os espanhóis” (TORCAL, *op.cit.*, p.49, grifo meu)¹¹².

Na sequência, Torcal construiu modelos com o apoio democrático como variável dependente e dicotômica para três momentos (1980, 1995 e 2000)¹¹³. Como esperado, os resultados da predição do modelo para 1980 mostraram a incompletude do efeito consolidador atitudinal devido ao impacto da ideologia e à diferenciação de coortes. Ainda assim, a ausência de associação entre o apoio democrático e as variáveis avaliativas e de funcionamento do regime mostrava já existir “...uma zona de segurança importante

¹¹¹ Essa observação de que cada coorte mais nova era mais democrática faz levantar um sinal de alerta na análise de Torcal: o autor não testou a hipótese alternativa de que a diminuição do apoio com o aumento da idade fosse efeito do envelhecimento. Mishler e Rose (2006), testando o efeito geracional no apoio aos novos regimes nos países ex-comunistas incluíram, por isso, em suas equações também a variável idade - como será tratado à frente.

¹¹² Outro aspecto verificado pelo autor foi o impacto da ideologia sobre o apoio à nova democracia: se a mudança de atitudes e o efeito da consolidação atitudinal se produziram durante a transição, o apoio à democracia também devia sofrer, através do tempo, menor influência de preferências partidárias e ideológicas. Inicialmente, a ideologia relacionou-se fortemente ao apoio à democracia em todas as gerações, mostrando as marcas indeléveis do passado político espanhol (polarização ideológica nos regimes espanhóis anteriores e, inclusive, a exclusão política de uma ou outra parte da população bem como de seus representantes) e que o efeito consolidador das atitudes ainda não havia se completado. Não obstante, após dezoito anos sob o regime democrático, a correlação entre ideologia e apoio à democracia mostrou-se bastante baixa.

¹¹³ As variáveis independentes foram: avaliação do regime anterior; variáveis de socialização (gênero, coorte, educação, confiança social e a frequência de discussões políticas na infância); variáveis de experiência política (funcionamento do regime democrático, avaliação da situação econômica pessoal ou geral, avaliação da realização de certos ideais democráticos pelo regime e ideologia e distância ideológica).

para o apoio [incondicional] à democracia” (TORCAL, *op.cit.*, p.57). Os modelos para 1995 e 2000, por sua vez, mostraram que “...a mudança de atitude, a aparição da natureza incondicional do apoio e, portanto, o ‘efeito de consolidação atitudinal’ já haviam se completado” (TORCAL, *op.cit.*, p.57). Se a rápida mudança de atitudes que ocorreu durante a transição democrática não completou o processo de consolidação atitudinal, o posterior funcionamento das instituições democráticas, vale dizer, a consolidação da democracia espanhola e o “...discurso dos principais atores de todo o espectro político favoreceram e completaram esta mudança atitudinal, dando lugar à estabilização de um apoio incondicional à democracia” (TORCAL, *op.cit.*, p.60).

Baseados em exemplos distintos de mudanças de regimes, os dois estudos ora apresentados (Weil, *op.cit.* e Torcal, *op.cit.*) destacaram o papel da passagem do tempo na construção e manutenção do apoio aos novos regimes (democráticos) instituídos, o qual, através de processos de aclimatação, apagou possíveis diferenças geracionais prévias na concessão do apoio político ao regime corrente. Com base em dados¹¹⁴ sobre a transformação da Rússia pós-comunista, Mishler e Rose (2006) aprofundaram a discussão acerca do papel da passagem do tempo sob o novo regime para a “adaptabilidade” dos adultos (socializados inicialmente sob um regime bastante distinto e com evidências de ter sido criador de efeitos geracionais naqueles por ele socializados¹¹⁵) à mudança política.

Os autores estudaram, então, os impactos da “geração”, da “idade” e do “tempo” sobre a evolução das atitudes políticas na Rússia pós-comunista. Como já apresentado no Capítulo 2, em sua série de estudos sobre os países ex-comunistas, os autores se basearam no “modelo de aprendizagem através da vida” por entenderem que

“...atitudes políticas e comportamentos podem ser moldados inicialmente pelas experiências da socialização ligadas variavelmente a geração, gênero e posição da família na sociedade, mas essas orientações iniciais são reforçadas, revisadas, rejeitadas ou substituídas com o tempo, baseadas nas últimas lições da vida. (...) Em sociedades experimentando transformações políticas abruptas (...) as lições da primeira socialização podem ser consideravelmente menos

¹¹⁴ O estudo se baseou em surveys independentes (e que não formam painel), realizados com amostras nacionais de cidadãos maiores de 18 anos, e conduzidos entre janeiro de 1992 e janeiro de 2005.

¹¹⁵ Segundo Mishler e Rose, as teorias culturais, que têm nas gerações as “unidades básicas de análise” da socialização política, são bastante influentes na pesquisa com a ex-URSS, onde sempre houve um consenso virtual sobre a existência de diferenças geracionais em atitudes políticas, valores e experiências.

relevantes às atitudes políticas contemporâneas, e as últimas experiências da vida podem exercer um papel muito maior” (MISHLER e ROSE, 2006, p.4-5).

Trata-se aqui de retomar as diferenças entre os pressupostos culturais e institucionais que se integram no modelo de análise dos autores com relação ao estudo de gerações. Para as teorias culturais, diferenças geracionais produzidas por épocas históricas únicas são discretas e não relacionadas. Ainda, “quaisquer que sejam as causas das diferenças geracionais, (...) aquelas diferenças persistem substancialmente imutáveis conforme as gerações envelhecem” (MISHLER e ROSE, 2006, p.7). Para as teorias institucionais, por sua vez, os eventos históricos importantes têm efeitos similares sobre as diferentes faixas etárias. Isso não quer dizer que eventos significantes ou experiências de vida afetem a todas as coortes do mesmo modo ou no mesmo grau. Significa, porém, que características individuais são mais prováveis de condicionar as percepções e reações a experiências contemporâneas do que o pertencimento geracional:

“Porque as circunstâncias sociais e econômicas (e por isso os interesses individuais) mudam em modos previsíveis conforme as pessoas envelhecem, as teorias institucionais de aprendizagem política implicam que o aprendizado experimental variará sistematicamente através do ciclo de vida” (MISHLER e ROSE, 2006, p.8).

Embora as teorias institucionais rejeitem a ideia de imutabilidade geracional ligada a experiências históricas únicas nos anos formativos da coorte, não negam a ideia culturalista de diferenças geracionais no aprendizado político ligado à mudança macrosocietal. Por outro lado, continuam os autores, “...elas também aceitam uma possível diminuição das diferenças geracionais através do tempo” (MISHLER e ROSE, 2006, p.8)

Definidas as gerações russas¹¹⁶, os autores testaram qual ou quais teorias explicavam que atitudes políticas (apoio ao regime comunista e ao regime corrente, apoio

¹¹⁶ Para identificar gerações políticas na história russa, os autores se pautaram (com base em Easton e Dennis, 1969) na “...idade de 15 anos como um ponto médio realista no processo da primeira socialização da vida”(MISHLER e ROSE, 2006, p.10). De acordo com esse critério, foram definidas seis gerações política: a geração mais velha (sexta), nascida antes de 1932, foi formada nos anos da Grande Guerra Patriótica; a quinta geração, nascida entre 1932 e 1945, foi formada politicamente sob o impacto dos eventos posteriores à segunda guerra mundial; a quarta geração, nascida entre 1945 e 1955, foi socializada nos anos sessenta, período em que o stalinismo estava desacreditado e os primeiros desafios ao império russo ocorreram na Tchecoslováquia, Hungria e Polônia; a terceira geração, nascida entre 1956 e 1965, foi fruto de um período de relativa prosperidade e estabilidade; a segunda geração, nascida entre 1966 e 1975, alcançou a idade política nos anos oitenta, definidos como a era liberalizante da “glasnost” e “Perestroika”, mas também pelo colapso do

à democracia e adesão ao voto), verificando a existência de diferenças geracionais e mensurando possíveis mudanças naquelas atitudes através do tempo.

Primeiro, consistente com as expectativas culturais, foram encontradas relativamente grandes diferenças entre as gerações no apoio ao regime comunista e ao regime corrente. O apoio à democracia como princípio político, embora positivo, também variou geracionalmente, com os mais jovens se mostrando pouco mais apoiativos. O padrão atitudinal com relação ao voto contrariou, porém, as teorias culturais: as gerações mais velhas relatavam votar mais¹¹⁷. No entanto,

“...o exame das diferenças brutas em atitudes através das gerações não diz nada sobre o aprendizado institucional, especificamente se diferentes gerações respondem similarmente a experiências políticas similares através do tempo. Para desemaranhar esses padrões, é necessário seguir as mudanças, se alguma, nas atitudes das gerações através do tempo” (MISHLER e ROSE, 2006, p.16).

Nesse caso, os resultados mostraram que as gerações mais velhas expressaram maior apoio ao antigo regime comunista através do tempo. Todavia, também foi notável que o apoio a esse regime aumentou através do tempo em todas as gerações (exceto entre as mais jovens). Com relação ao apoio ao novo regime, em seus primeiros anos, todas as gerações o avaliavam muito negativamente, avaliação que foi melhorando através do tempo e de modo mais rápido entre os mais jovens. A persistência de diferenças entre grupos apoiava a importância dos efeitos geracionais, mas o fato de as tendências de apoio ao regime corrente fluírem paralelamente entre as gerações parecia significar que todas elas respondiam do mesmo modo às experiências comuns do novo regime com o passar do tempo.

O apoio aos valores democráticos, consistente com as teorias culturais, mostrou-se modesta, mas significativamente mais elevado entre as gerações mais novas. Com o passar do tempo, no entanto, as preferências pela democracia caíram moderadamente em todas as gerações e em trajetórias similares. Por fim, também através do tempo, as tendências de

bloco comunista e da URSS; por fim, os russos nascidos depois de 1976 foram socializados politicamente na era pós-comunista, durante a qual o poder e prestígio do Estado russo foram severamente diminuídos e aumentaram as liberdades individuais e a competição entre ideias políticas.

¹¹⁷ De acordo com os autores, “o fato de as gerações mais jovens serem menos prováveis de participar contradiz argumentos culturais e apóia a interpretação do ciclo de vida”(MISHLER e ROSE, 2006, p.15-16).

participação pelo voto não apoiaram a hipótese de efeitos do “ciclo de vida”, como se suspeitara com base nos dados de um único ponto no tempo (longitudinalmente, a razão de participação da coorte mais velha aumentou mais do que em qualquer outra coorte; enquanto isso, a coorte mais jovem registrou o maior declínio líquido, embora diminuto).

Até aqui, os resultados apontaram a persistência de efeitos geracionais sobre as atitudes políticas na Rússia, mas também indicaram que as similaridades no aprendizado institucional através das gerações foram geralmente maiores do que suas diferenças. Para os autores, não eram claras, porém, as causas daquelas diferenças geracionais (se a socialização em épocas históricas, a mudança macrossocietal, ou a combinação das duas) nem o que causava o aprendizado institucional observado em todas as gerações com o passar do tempo. Eles construíram, então, modelos baseados na “geração”, “idade” e “tempo”¹¹⁸ para prever o apoio dos cidadãos aos regimes passado e corrente¹¹⁹.

Os resultados apoiaram parcialmente cada uma das teorias (cultural e institucional): as diferenças geracionais mostraram o mais forte efeito sobre o apoio ao antigo regime. Quanto ao apoio ao regime corrente, o impacto da passagem do tempo mostrou-se maior e positivo, enquanto os efeitos da “idade” e da “geração” foram negativos: embora todas as gerações se tornassem mais apoiativas do novo regime através do tempo, as gerações mais velhas passavam a ser, consistentemente, menos apoiativas.

A inclusão de variáveis de ‘background’ social (gênero, educação, classe, religião, etnicidade e residência urbana versus rural) teve efeitos mínimos tanto sobre o apoio ao regime comunista como sobre o regime corrente (tais efeitos foram menores com relação a esse último). Ademais, os efeitos da geração sobre o apoio aos regimes passado e corrente não foram diminuídos pela adição das variáveis de estrutura social.

Para avaliar os efeitos do aprendizado institucional sobre o apoio político, foram gerados modelos com variáveis de avaliações do desempenho do novo regime (avaliações econômicas egocêntrica e sociotrópica, avaliações sobre a corrupção política, avaliações das novas liberdades individuais e justiça do governo e aprovação presidencial).

¹¹⁸ Para avaliar os efeitos da passagem do tempo sobre o apoio ao regime, os autores contaram o número de meses que passaram desde a desintegração da URSS e a realização de cada *survey*.

¹¹⁹ Os autores reconheceram que, por outro lado, tal variável enviesava a análise em favor da hipótese da socialização, pois maximizava o impacto potencial das gerações sobre o aprendizado político enquanto minimizava os efeitos potenciais do ciclo de vida. Como idade e coorte são altamente correlacionadas e não podiam ser incluídas as duas em uma única equação, os autores criaram a variável “coorte-idade”, que media a idade do indivíduo dentro de sua coorte geracional

Comparados aos efeitos das teorias culturais, os efeitos da aprendizagem institucional foram grandes em relação ao apoio aos dois regimes, sendo maiores com relação ao regime corrente. Também diferente do modelo cultural, três variáveis de desempenho (desempenho econômico, corrupção percebida e aprovação presidencial) tiveram interações significantes com o tempo em, pelo menos, um dos modelos – achado que sugeriu que o processo de aprendizagem institucional é mais dinâmico do que a socialização cultural¹²⁰. Mas, ressaltaram Mishler e Rose que, apesar da superioridade do modelo institucional, os efeitos culturais não podem ser desprezados, como revelado pela persistência dos efeitos significantes da geração.

Ao fundir as variáveis significativas dos modelos cultural e institucional, o modelo de “aprendizagem através da vida” melhorou substancialmente a explicação em relação ao modelo cultural, mas apresentou apenas pequena melhora sobre o modelo de aprendizagem institucional. No conjunto desses resultados, “geração” e “tempo” dominaram as atitudes com relação ao antigo regime (com a estrutura social e as avaliações de desempenho representando menores, mas ainda significantes papéis)¹²¹. Em contraste, as avaliações de desempenho (expectativas econômicas, percepções da corrupção e o “tempo”) dominaram as atitudes para com o regime corrente.

Para os autores, “a força do tempo como variável independente significa que há uma forte e substancial mudança no apoio russo ao regime que é independente da socialização cultural e do aprendizado político” (MISHLER e ROSE, 2006, p.33). Os achados para o caso russo apoiavam, dessa forma, sobretudo, o modelo de “aprendizagem através da vida”, sugerindo que o aprendizado político é, portanto, complexo e multifacetado. A socialização em uma cultura autoritária não era, dessa forma, obstáculo insuperável para a criação da legitimidade da democracia russa. Para os autores, não se tratava de negar o legado do comunismo russo (e de seus efeitos geracionais), mas de argumentar em favor da lógica do “aprendizado adaptativo”, segundo o qual os

¹²⁰ Entre esses resultados, foi notável como, com a passagem do tempo, a importância da aprovação presidencial para o apoio político decresceu, o que revelava uma forma de aprendizado institucional conforme o novo regime perdurava no tempo.

¹²¹“O antigo regime, com certeza, foi o que muitos russos foram socializados para apoiar consciente ou inconscientemente pela maior parte de suas vidas. Mais do que isso, uma vez que ele cessou de existir, aprendizado institucional sobre o antigo regime pode ocorrer apenas indiretamente em comparação ao desempenho do novo regime. No entanto, em termos absolutos, mesmo o apoio ao antigo regime é substancialmente mais afetado pelas avaliações contemporâneas do regime corrente do que pela geração ou cultura”(MISHLER e ROSE, 2006, p.35).

indivíduos são capazes de se acomodar a novas circunstâncias e aprender, através da experiência, lições para lidar com um mundo em transformação.

Tessler et al (2004), baseados em *survey* de 1995 para a Argélia, também objetivaram compreender as dinâmicas geracionais em países que viveram mudanças dramáticas tanto políticas como sociais. Os autores destacaram alguns desafios à procura de efeitos geracionais nessas situações: primeiro, afirmaram que, em cenários como esse, a abordagem segundo a qual as atitudes são formadas por um “modelo de abertura vitalícia” (algumas atitudes mudariam através do tempo em função do envelhecimento¹²² (não apenas pelo amadurecimento, mas devido às novas circunstâncias pessoais, papéis e responsabilidades sociais)) parece mais plausível. Com relação à busca de efeitos geracionais, sugeriram que eventos políticos nacionais ou internacionais não parecem ser os mais influentes e, no caso de terem algum efeito, eventos ou período particular podem não ter o mesmo impacto sobre todos os membros de uma mesma coorte (eventos podem dividi-las em ‘unidades de geração’¹²³); finalmente, apontaram que eventos históricos podem ter impactos similares sobre pessoas de todas as idades.

A análise de Tessler et al (*op.cit.*) estava embasada em evidências empíricas anteriores que sugeriram que apenas questões políticas de alta visibilidade (e que foram frequentemente discutidas durante os anos formativos) podiam formar opiniões duradouras. Além disso, defenderam que mesmo eventos políticos salientes podem não ter impacto duradouro sobre aqueles por ele formados se o período futuro for marcado por instabilidades ou mudanças político-econômicas dramáticas. Nessa perspectiva, a socialização política parecia ser, portanto, apenas episódica (no sentido de que gerações podem ser formadas durante certos períodos, mas não em outros)¹²⁴.

Apresentados os desafios e limites para tratar das dinâmicas geracionais, os autores dividiram a história da Argélia em cinco grandes períodos, marcados por eventos de

¹²² Outro complicador, neste caso, é que, as idades nas quais as transições ocorrem variam entre as sociedades e, inclusive, em uma mesma sociedade através do tempo.

¹²³ Conforme conceito de Mannheim. Dessa forma, as coortes devem ser consideradas em suas clivagens da estrutura familiar, educação, raça, classe e circunstâncias econômicas.

¹²⁴ Além disso, quaisquer resultados não podem ser generalizados para outros contextos, mas era necessário considerar o cenário no qual a coorte é formada.

grande importância nacional¹²⁵ e verificaram se efeitos geracionais eram discerníveis nas atitudes políticas, sociais e econômicas dos indivíduos que passaram pelo menos seis de seus anos formativos sob um daqueles períodos¹²⁶. A geração se relacionou significativamente com as variáveis dependentes em apenas três casos¹²⁷. Por outro lado, cada variável dependente associou-se a, pelo menos, uma variável de controle. Para Tessler et al,

“Com respeito às atitudes políticas, então, nossos achados indicam que efeitos geracionais são incomuns na Argélia, um país que experimentou mudança de regime frequente e significativa instabilidade política. Esses achados também sugerem que quando efeitos de coorte se formam, eles são desproporcionalmente prováveis de envolver visões sobre o caráter do sistema político” (TESSLER et al, *op.cit.*, p.202).

Efeitos geracionais também foram raros com relação às orientações econômicas (a exceção foi a geração “Boumedienne”, que tende a ter uma visão econômica mais sombria). Com relação às variáveis culturais, três se mostraram significativamente dependentes de gerações específicas e um desses achados indicou que era a geração mais jovem que estava implicada, mas, nesse caso, “...é apenas na extensão que suas predisposições e preferências persistirem e distinguirem sua geração no futuro, que será possível falar com confiança na existência de efeitos de coorte” (TESSLER et al, *op.cit.*, p.205). Baseados nesse conjunto de resultados, Tessler et al (*op.cit.*) afirmaram que, embora discerníveis, os efeitos geracionais foram raros e substantivamente limitados na Argélia.

A abordagem geracional também foi mobilizada em estudo sobre o Brasil democrático recente por Schlegel (2010), embora ela tenha sido apenas uma pequena etapa de um estudo muito mais amplo sobre a relação entre o grau de instrução, por um lado, e

¹²⁵ Os períodos são os seguintes: Colonialismo (prévio a 1954); Guerra de Independência (1954 a 1962), presidência de Boumedienne (1965 a 1978), presidência de Benjedid (1979 a 1988) e o período mais recente - Contestação e Violência -, iniciado em 1989 com uma abertura política de curta duração e foi caracterizado por intensa violência política.

¹²⁶ As coortes foram definidas com base em variáveis “...dummy representando cada uma das cinco gerações políticas hipotetizadas, com cada respondente atribuído a uma coorte particular baseado em sua idade quando entrevistado em 1995”(TESSLER et al, *op. cit.*, p.195) Como os períodos históricos estabelecidos são descontínuos, nem todos os entrevistados foram localizados em coortes, sendo, então, retirados da amostra. Nos modelos, foram também incluídas como controle as seguintes variáveis: idade, educação, gênero e padrão de vida (medido com base no número de itens de conforto que o respondente tem na casa).

¹²⁷ Primeiro, os membros da geração “Guerra de Independência” mostraram-se desproporcionalmente prováveis de ter baixa confiança política; segundo, os membros da geração “Benjedid” foram desproporcionalmente improváveis de ter atitude política desfavorável ao regime islâmico e terceiro, os membros da geração “Boumedienne” foram desproporcionalmente prováveis de ter atitude desfavorável tanto pela democracia como pelo regime islâmico.

a participação política, o apoio a princípios democráticos e a confiança nas instituições representativas, por outro. Em análise longitudinal para o período democrático recente (com base em *surveys* para os anos de 1989, 1993, 2002 e 2006)¹²⁸, Schlegel encontrou “retornos educacionais decrescentes”¹²⁹ e perguntou se, dentre outras dinâmicas, o fator geracional não estaria contribuindo para o baixo retorno político da educação. Nas palavras do autor,

“...a disposição para participar de alguém que se diploma hoje no curso superior pode ser menor do que a de um universitário do final dos anos 1980 por conta de mudanças nos retornos da instrução, mas também porque pertence a uma coorte menos participativa do que a nascida 30 anos antes. Ou porque é mais cético em relação a formas hierarquizadas de atuar na política... Em suma, educação e fator geracional podem atuar isoladamente ou em conjunto, mas na mesma direção, favorecendo a confusão entre seus efeitos” (SCHLEGEL, *op.cit.*, p.211).

Nesse sentido, tal como apurado por Inglehart e Welzel (2005 *apud* Schlegel, *op.cit.*) para países de democracia consolidada, o autor investigou se as coortes brasileiras mais novas teriam uma relação distinta (mais distante) com a política. Para tanto, o autor delimitou as possíveis “gerações políticas”¹³⁰ brasileiras com base em um critério exploratório pautado nas grandes alterações institucionais em nível nacional da história brasileira nos últimos setenta anos do século XX; com isso, o autor pretendia verificar se as gerações contribuía, eventualmente, para os resultados encontrados na análise principal. Com base nisso, quatro períodos foram elencados pelo autor:

- O Estado Novo (1937 - 1945);
- A democracia inaugurada após a Segunda Guerra Mundial (1946 - 1963);
- A ditadura militar pós-1964 (1964 - 1987);
- A democracia reinaugurada com a Constituição de 1988.

¹²⁸ Como será apresentado no Capítulo 5, três desses *surveys* são também utilizados pelo presente estudo.

¹²⁹ Em analogia ao conceito da economia de “retornos econômicos”, para o autor, “retornos educacionais decrescentes” se referem ao declínio da recompensa política entre níveis mais elevados de instrução.

¹³⁰ Gerações políticas são “...blocos de coortes que, por conta de experiências intersubjetivas singulares, configuram uma geração política com características próprias, com orientações que uma vez moldadas tendem a se manter estáveis ao longo da vida” (SCHLEGEL, *op.cit.*, p.211).

Os períodos delimitados compõem eras políticas marcantes. Influenciado por Tessler et al (*op.cit.*), Schlegel hipotetizou que possíveis efeitos geracionais apareceriam nas questões políticas mais diretamente relacionadas ao eixo ditadura-democracia. Continuou o autor, “se depender dessa dimensão, a socialização em um período deve gerar predisposições contrastantes com as do período seguinte” (SCHLEGEL, *op.cit.*, p.219). Assim, voltando à sua pergunta principal sobre a relação entre escolaridade e comportamento político dos brasileiros, Schlegel questionou se tal comportamento sofria também efeitos geracionais; se, por outro lado, o eventual padrão geracional sofria influência da escolaridade crescente em coortes sucessivas e, por último, se o padrão geracional tinha efeito independente da idade e poderia ajudar a entender os retornos decrescentes da educação. Nessa etapa, alertou Schlegel que, se já era difícil separar os efeitos da sucessão geracional daqueles da escolaridade (ainda mais levando em conta que a média de escolaridade no Brasil cresceu de forma sustentada, nos últimos anos, entre os mais jovens), havia ainda a dificuldade de separar os três possíveis fatores explicativos da mudança de valores e comportamentos associados à idade (efeitos do período, do ciclo de vida ou da mudança geracional) - como também já mencionado no presente estudo (seção 3.1).

O autor iniciou o teste de sua hipótese através da análise bivariada (representação gráfica e comparação de médias) entre as “gerações” anteriormente definidas e as variáveis políticas em perspectiva longitudinal. Sintetizando os achados desta etapa, o autor afirmou que a geração socializada politicamente durante a democracia de 1946 foi a que mais se diferenciou das demais. Ainda, “em mais de um terço das dimensões analisadas, a ordem entre as gerações teve relação com a idade das coortes que as compõem” (SCHLEGEL, *op.cit.*, p.224, grifo meu)¹³¹. Para Schlegel, então, algum possível padrão de mudança geracional no Brasil parecia se estabelecer unidirecionalmente de geração à geração. Inspirado pela análise de Miller e Shanks (*op.cit.*) para os Estados Unidos, na sequência, o autor explorou a relação entre a escolaridade e as “gerações”.

¹³¹ Com relação a esse aspecto, ressaltou o autor que era preciso estar atento à possível ocorrência de falácia temporal, ou seja, “...a diferença de comportamento político detectada nessas análises bivariadas pode ser determinada mais pelo estágio de vida do que por eventos que marcaram a geração nos anos formativos. (...) Por conta desse risco, é preciso incluir nas análises simultaneamente idade e gerações, procedimento que desenvolverei mais adiante”(SCHLEGEL, *op.cit.*, p.224).

Na procura de singularidades de gerações que fossem independentes das diferenças educacionais, Schlegel, primeiro, observou as frequências médias dos 4 anos de pesquisa de cada variável política controlando as amostras por “geração” e por nível de escolaridade. As médias do período obtidas para cada variável política apontaram traços de diferenciação de ao menos uma “geração” para a maioria das variáveis políticas. Mais do que isso,

“quando controlada a escolaridade, as diferenças entre gerações apareceram de forma até mais clara. É indicação de que a escolaridade importa para as variáveis políticas, as gerações também importam, mas não é a escolaridade que explica as diferenças geracionais. Se a escolaridade fosse decisiva para definir as gerações, deveriam ter sido encontradas discrepâncias entre os níveis de instrução, mas as comparações entre gerações dentro de cada nível de instrução tenderiam à indiferenciação. (...) Não foi o que ocorreu, indicando que há traços singulares, propriamente geracionais, que independem da escolaridade diferenciada de cada grupo de coortes”(SCHLEGEL, *op.cit.*, p.230).

O próprio autor chamou a atenção, no entanto, para as limitações do teste realizado: primeiro, médias de frequência permitem verificar a tendência central de dada geração (para os 4 anos pesquisados) dentro de cada segmento de escolaridade, mas podem mascarar flutuações em cada ponto do tempo isoladamente; em segundo lugar, não foram realizados testes para verificar se as discrepâncias entre as gerações eram, na verdade, aleatórias.

Ademais, era necessário analisar de modo mais preciso as relações entre a educação e a “geração”, pois, por questões composicionais, era plausível supor que o retorno político da educação fosse diferente para as quatro gerações propostas. Para trabalhar melhor esses limites e ao mesmo tempo controlar possíveis impactos do “ciclo de vida”, Schlegel construiu três novos modelos de regressão logística para o ano de 2006¹³² em que controlou a idade (no primeiro, medida em “gerações”; no segundo, em “faixas etárias” e, no terceiro, medida em “gerações” e pela média centralizada da idade como variável contínua); a escolaridade e outros fatores sociodemográficos (sexo, renda, trabalho, região e condição do município). Segundo o autor, “...resultados negativos para

¹³² Para esse ano, já não há mais membros da Geração Estado Novo.

impactos geracionais em um survey dispensarão novas análises, servindo como evidência de que a geração não deve ter contribuído para a queda nos retornos políticos dos níveis mais elevados de escolarização..."(SCHLEGEL, *op.cit.*, p.232).

Em apenas oito de 23 variáveis, a "geração" teve impacto importante (em três, o modelo cresceu mais de 5% do modelo 1 para os modelos 2 e 3): voto facultativo, preferência pela democracia e confiança no poder judiciário. Comparada à geração da "Democracia de 1988", a geração formada pela "Democracia de 1946" revelou maiores preferência pela democracia e disposição para votar; a geração "Ditadura de 1964" mostrou maior razão de chance de participar em manifestações, sindicatos e associação religiosa. A confiança institucional também revelou efeito geracional¹³³. Para o autor, esses resultados confirmavam a hipótese de que as variáveis políticas com maior impacto geracional eram as mais próximas do eixo ditadura X democracia. Não obstante,

"...as categorias da variável geração não tiveram significância em 21 modelos completos, quando introduzidas juntamente com o controle da idade em anos. As exceções foram participação em manifestações e preferência pela democracia. É mais um sinal de que os efeitos geracionais são bastante limitados na conformação das atitudes e dos comportamentos analisados aqui, tomados de forma independente"(SCHLEGEL, *op.cit.*, p.237, grifo meu)

Foi notável entre os resultados que, mesmo com a introdução das "gerações", as categorias de escolaridade tiveram efeitos independentes, sugerindo fortemente que as primeiras não eram cruciais, nem mesmo relevantes, para explicar os retornos políticos decrescentes da educação brasileira nas últimas décadas. Segundo Schlegel, a análise multivariada para o ano de 2006 mostrou que o impacto da "geração" na explicação das variáveis políticas foi localizado, relevante apenas para as variáveis de confiança e aquelas relacionadas à redemocratização recente (disposição de votar, participação em partidos, preferência pela democracia, defesa de governos militares e participação em associação de moradores), resultados que revelaram pouca coincidência com as variáveis em que houve claro declínio de retornos políticos da educação.

¹³³ O autor destacou que, embora a associação da confiança com as gerações tenha se estabelecido com cada geração subsequente mostrando-se menos confiante do que a antecessora, a variável "geração" foi significativa em substituição à idade.

Sem entrar no âmbito da discussão da relação entre o comportamento político e a escolaridade (essa marcada geracionalmente) dos brasileiros no período democrático recente feita por Schlegel (*op.cit.*), ressalto, todavia, que o fato de não serem observados efeitos geracionais sobre as atitudes políticas em apenas um ponto no tempo não permite generalizar esse achado para o âmbito longitudinal. Essa crítica vale também para o estudo de Tessler et al (*op.cit.*), embora, nesse caso, os autores tenham ressaltado que os (poucos) efeitos geracionais encontrados só poderiam ser confirmados na medida em que a coorte de jovens avançasse em seu ciclo de vida. Neste aspecto, concordo com a leitura de Weil (*op.cit.*) sobre a Alemanha pós-nazista, autor também tratado nesta seção, segundo a qual efeitos de coorte podem ser evidentes em determinado momento (p.e., no momento inicial de um novo regime político) e apagados pela força de eventos subsequentes. Foi o que Torcal (*op.cit.*) mostrou para o caso espanhol: no primeiro momento da democratização, gerações políticas (ligadas a eventos da história espanhola) impactaram o apoio ao novo regime (democrático), mas perderam sua importância com o desenrolar do processo político democrático e aprendizado político individual decorrente, o que deu lugar a um 'efeito consolidador' das atitudes democráticas entre a ampla maioria dos espanhóis e se impôs de modo independente ao pertencimento geracional.

Como será aprofundado nos próximos capítulos, nesta tese, também é defendida a ideia segundo a qual, ao longo da experiência democrática brasileira recente, efeitos geracionais não têm impacto sobre os valores políticos dos brasileiros: o processo de socialização política é vitalício e as experiências políticas mais recentes são as mais importantes na conformação dos valores políticos individuais. Por que, então, dedicar um capítulo da tese para tratar de estudos sobre gerações, em particular sobre sua relação com a política?

Porque a ideia de socialização política como vitalícia não é necessariamente incompatível com a hipótese geracional dos "anos influenciáveis" da juventude. As diferentes experiências de coortes podem ter, sim, algum impacto sobre algumas atitudes políticas dos cidadãos brasileiros através do tempo. Assim, a primeira seção do Capítulo recuperou estudos sobre a juventude como situações social e política que a identificaram como o período em que os indivíduos seriam mais vulneráveis a diversos tipos de influência e que, por isso, cenários políticos negativos ou positivos poderiam impactar suas atitudes em especial. A maior vulnerabilidade dos jovens significa que grupos

contemporâneos em seus anos formativos podem, de fato, mas não necessariamente, vir a compor gerações específicas. Sem negar essa potencialidade, os estudos reunidos na segunda e terceira seções deste capítulo mostraram que efeitos geracionais sobre atitudes políticas, sobretudo em países que experimentaram sucessivas mudanças políticas como é o caso do Brasil, são episódicos (e dizem respeito a alguns períodos e apenas a determinadas atitudes). As experiências de coorte são, sim, por exemplo, fontes de memórias coletivas, mas o apoio político a regimes em transição/democratização - tal como o cenário brasileiro aqui estudado e cujos dados serão apresentados no Capítulo 5 - mostrou-se, no máximo, fracamente associado às experiências de democratização aqui apresentadas. Nesses casos, o desenrolar do processo histórico-político e a passagem do tempo tiveram maior impacto sobre os valores políticos e homogeneizaram possíveis diferenças intercoortes, como mostrado inclusive por Mishler e Rose para a Rússia pós-comunista, país com evidências de efeitos geracionais anteriores (fortemente moldados pelas fases distintas do antigo regime comunista).

No próximo capítulo, apresento os cenários da transição e consolidação da democracia brasileira, com suas dificuldades, crises e avanços de modo a localizar o cenário histórico em que as coortes de jovens aqui estudadas viveram seus anos formativos (trata-se, ao mesmo tempo, do cenário que, grosso modo, repolitizou os cidadãos das coortes de idade mais velhas, dada a experiência recente do país com o regime militar (1964-1985)).

Capítulo 4

Consolidação institucional e atitudinal da democracia brasileira: hipóteses sobre os valores políticos dos jovens

O presente capítulo apresenta os principais eventos da transição política do regime militar e consolidação da democracia brasileira recente. Resumidamente, há quatro eventos politizadores centrais que, na perspectiva aqui adotada, compõem o cenário da democratização brasileira nos últimos anos: primeiro, a forte vinculação da ideia de democracia com a realização de eleições livres e diretas. Desde meados da década de 1970, a luta de oposição democrática ao regime militar brasileiro pautou-se, sobretudo, pela retórica eleitoral, a qual definiu o caminho da democratização brasileira nos anos 1980. Ainda, a intensa dinâmica eleitoral que se estabeleceu a partir de então, com eleições bianuais para cargos legislativos e executivos estaduais e municipais, calcada no exercício obrigatório do voto, parece ter favorecido que essa ideia de democracia tivesse (tenha) forte apelo entre os cidadãos brasileiros.

As expectativas socioeconômicas dos brasileiros com a democratização brasileira entre os anos 1980 e a primeira metade dos anos 1990, associadas à demanda eleitoral, compõem o segundo vetor da construção da democracia brasileira recente. Nesse período, a sociedade brasileira enfrentou, de um lado, intensas recessão econômica e hiperinflação e, de outro lado, sucessivos planos econômicos fracassados, situação que foi revertida apenas em 1994, com a adoção do Plano Real, que embasou a estabilização da moeda brasileira. Terceiro, o funcionamento deficitário das instituições representativas e os constantes escândalos de corrupção envolvendo seus membros, sobretudo do congresso nacional, e, inclusive um presidente da República, impedido de governar em 1992, levaram(am) a uma importante crise de representatividade da democracia nascente, assim como ao sentimento generalizado de desconfiança política entre os brasileiros.

O último vetor da democratização brasileira que, ainda na perspectiva aqui adotada, cabe chamar a atenção neste Capítulo, remonta à consolidação das instituições poliárquicas a partir de 2002 com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva à presidência da República. A ascensão de um partido de esquerda à presidência da República, após sua

derrota nas três eleições presidenciais democráticas anteriores (1989, 1994, 1998)¹³⁴, e a sequência completa de seu governo representaram a real alternância do poder político e comprovaram a estabilidade institucional democrática. Ao cabo desse cenário, já era possível dizer que, apesar das várias dificuldades enfrentadas, de modo geral, a democracia brasileira estava(á) razoavelmente consolidada quanto às normas, procedimentos e atitudes (ARTURI, 2001; KINZO, 2001; LINZ & STEPAN, 1999; MARENCO, 2007; MENEGUELLO, 2006; 2010; MOISÉS, 1995; 2005; 2010; RENNÓ, 2007; VÁSQUEZ, 2010).

Para descrever esse cenário, imediatamente, é necessário tratar dos eventos políticos brasileiros marcantes a partir dos anos oitenta, mas, antes disso, há que se dar um passo atrás¹³⁵ e abordar as origens da liberalização e democratização das instituições políticas do regime militar brasileiro a partir de meados dos anos 1970. Isso porque a liberalização e a democratização de um regime político autoritário¹³⁶ são condicionadas por suas próprias características e formato (O'DONNELL & SHMITTER, *op.cit.*; LINZ & STEPAN, *op.cit.*; ARTURI, *op.cit.*; KINZO, *op.cit.*). Desse modo, o presente capítulo toma a seguinte forma: a primeira seção trata brevemente das principais características político-institucionais do regime militar brasileiro (1964-1985) e de sua transição política (1974-1989) ao experimento democrático recente; a segunda seção descreve os principais eventos políticos da consolidação institucional da democracia, a terceira seção traça o cenário das atitudes de apoio e confiança política dos cidadãos brasileiros frente a esses processos políticos e, finalmente, a quarta seção, baseada nas precedentes, define as hipóteses para o estudo dos valores políticos dos jovens brasileiros no período democrático recente.

¹³⁴ Cabe lembrar que, em 2005, no final do primeiro governo Lula, também estouraram denúncias de corrupção, envolvendo membros do PT e partidos da base governista. Tais denúncias não atingiram a Presidência da República de forma que, mesmo diante delas, Lula foi reeleito em 2006.

¹³⁵ Assim como já fez Kinzo (2001), a ideia aqui não é "...oferecer uma interpretação original sobre esta temática" (KINZO, *op.cit.*, p.3). Por isso também, a primeira seção deste capítulo é parcialmente baseada em revisões bibliográficas por mim realizadas em estudo anterior (DEL PORTO, 1999; 2002).

¹³⁶ Neste texto, os conceitos de liberalização e democratização baseiam-se em O'Donnell e Schmitter (1988), a saber, a liberalização é o processo de extensão e efetivação de determinados direitos que protejam os indivíduos e grupos dos atos arbitrários do Estado (por exemplo, *habeas corpus*, respeito à privacidade, inviolabilidade de correspondências, direito à defesa em julgamento adequado baseado em leis preestabelecidas e as liberdades de expressão, movimento e associação). Já a democratização estabelece a possibilidade real de alternância no poder, estendendo os direitos de cidadania e participação política a pessoas que anteriormente não gozavam dele e realizando eleições livres. Ainda segundo essa perspectiva, esses dois processos não são nem irreversíveis nem dependentes um do outro; todavia, uma vez que medidas liberalizantes são postas em prática, pode aumentar a força das reivindicações pela democratização política de um regime autoritário.

4.1 – O regime militar brasileiro e a transição política ‘pelo alto’

O regime militar brasileiro (1964-1985) teve um caráter híbrido, combinando elementos de institucionalização, compressão do campo político, repressão e busca de legitimidade. O arranjo político adotado combinou traços autoritários com características democráticas: por exemplo, embora com poderes reduzidos e de vários de seus membros terem sido expurgados, os poderes legislativo e judiciário foram mantidos em funcionamento; também foram mantidas eleições periódicas e diretas para cargos legislativos e executivos em alguns níveis (apesar de, a cada nova onda, serem estabelecidos os mais diversos controles) e ainda foram mantidos em funcionamento os partidos políticos, mas com atividades limitadas e reduzidos a dois entre 1966 e 1979¹³⁷ (CRUZ & MARTINS, 1983; KINZO, *op.cit.*). Porém, ainda que o regime militar brasileiro não tenha se institucionalizado plenamente¹³⁸, os vinte anos em que a hierarquia militar¹³⁹ permaneceu no centro do poder foram abertamente marcados pelo abuso de poder, por prisões arbitrárias, torturas, censura e restrições à liberdade de expressão.

Manifestando publicamente a intenção de um breve retorno à democracia, os militares passaram a buscar se legitimar com base na legalidade. Os “castelistas”¹⁴⁰, no comando do golpe militar brasileiro em 1964, diziam pretender apenas um “governo de transição” para “salvar a democracia” de um suposto perigo comunista¹⁴¹. O cerceamento às liberdades e aos direitos individuais, civis e políticos foram, então, realizados, sobretudo, através de Atos Institucionais. Ainda em 1964, o primeiro desses atos permitia

¹³⁷ Uma das peculiaridades do regime militar brasileiro foi que ao extinguir o pluripartidarismo existente em 1964, não criou apenas um partido dominante (a Aliança Renovadora Nacional - ARENA), mas também permitiu um partido de oposição moderada (o Movimento Democrático Brasileiro - MDB). Sobre o quadro partidário preexistente ao regime militar e para as características do regime político de então, ver, por exemplo, Lavareda (1999), Santos (1986) e Souza (1976).

¹³⁸ Essa foi a interpretação de Linz (1973), para quem a experiência militar brasileira deveria ser denominada como “situação autoritária” e não como “regime autoritário”.

¹³⁹ Ser governado pela hierarquia militar (instituição), com generais que se alternavam na presidência da República, foi também uma característica peculiar do regime brasileiro frente a seus congêneres sulamericanos e português e espanhol, que tiveram regimes autoritários personalistas.

¹⁴⁰ Os militares “castelistas”, também conhecidos como “geiselistas” ou “sorbonistas” são o grupo moderado das forças armadas brasileiras, ligados à Escola Superior de Guerra. A este grupo se opunha a “linha dura”, facção extremista da corporação militar. É importante salientar que não é possível classificar toda a instituição militar de acordo com essa divisão; grande parte da corporação é indefinida de acordo com esse critério (STEPAN, 1986).

¹⁴¹ O suposto perigo comunista estava associado ao governo do então presidente João Goulart (setembro de 1961 a março de 1964), herdeiro político de Getúlio Vargas, nacionalista e populista. Seu governo foi marcado por uma forte polarização política e ideológica, por uma vasta mobilização política dos setores populares, notadamente dos operários e trabalhadores do campo, e pela tentativa de realizar reformas de base e, inclusive, a reforma agrária. O acirramento da luta ideológica de classes que provocou levou a frequentes crises político-institucionais e do sistema partidário. Esse cenário, aliado à intensa crise econômico-financeira, levou a que, em 1964, o golpe militar, ameaça constante em todo o período democrático desde 1946 fosse, finalmente, vitorioso (TOLEDO, 1982).

que o novo presidente, até 60 dias após sua posse, cassasse mandatos eletivos de qualquer cidadão brasileiro e demitisse ou dispensasse funcionários civis e militares, transferindo-os para a reserva ou reformando-os. Os acusados não tinham direito de defesa e as acusações nunca foram publicadas¹⁴². Apesar disso, nesse primeiro momento, a liberdade de imprensa, as associações representativas e os partidos políticos não foram atingidos institucionalmente (CRUZ & MARTINS, *op.cit.*).

Em outubro de 1965, foi decretado o Ato Institucional nº2 (AI-2), que cancelou a eleição presidencial daquele ano, tornando-a indireta¹⁴³, e extinguiu o pluripartidarismo. Com vigência até março de 1967¹⁴⁴, o ato também concedia ao presidente poderes para fechar o congresso nacional, decretar intervenção nos estados e baixar decretos-lei em matéria de “segurança nacional”¹⁴⁵. Em março de 1967, a “Lei de Imprensa” formalizou a extinção das liberdades de opinião e expressão e, em dezembro de 1968, através do AI-5 – que suspendia o *habeas corpus*, o regime militar entrava em fase de repressão desenfreada dos direitos civis e políticos. A institucionalização do regime militar se acentuaria com a adoção da Emenda Constitucional de 1969 – que incorporou o AI-5 à Constituição – e abriu caminho para a nova Lei de Segurança Nacional. Esta legislação introduziu a prisão perpétua, o banimento e a pena de morte por fuzilamento.

Na sequência, uma série de outros atos, decretos e medidas arbitrárias¹⁴⁶ impuseram ainda a censura prévia à imprensa, proibindo quaisquer críticas às autoridades governamentais e às forças armadas, bem como notícias sobre atividades políticas estudantis, movimentos de trabalhadores, pessoas privadas de seus direitos e más notícias sobre a economia. O regime militar instaurava um clima de medo, insegurança e vigília constantes à sociedade brasileira, impondo o silêncio e o terror sobre essa: todo e qualquer

¹⁴² Para Skidmore (1988), o golpe militar não foi contra rebeldes armados, mas simplesmente contra supostos “subversivos” que levariam o país ao comunismo. Entre estes, os trabalhadores sindicalizados e membros das ligas camponesas, importantes suportes do governo do presidente João Goulart (1961-1964) foram alvo privilegiado da repressão política no início da ditadura - o Comando Geral dos Trabalhadores foi fechado; os sindicatos postos sob intervenção; as ligas camponesas extintas e a UNE e outras organizações estudantis postas na ilegalidade.

¹⁴³ As eleições para governadores estaduais também foram suspensas até 1982. Como já mencionado, foi mantida, porém, a alternância de presidentes entre as facções militares internas que disputavam o poder (sorbonistas e linha-dura).

¹⁴⁴ O AI-2 era uma imposição da “linha-dura” militar aos “sorbonistas” (STEPAN, 1986).

¹⁴⁵ Para uma discussão da Doutrina de Segurança Nacional, ver Alves (1985) e Stepan (1986).

¹⁴⁶ Para um balanço dos atos institucionais do regime militar, enfatizando inclusive os atos AI-6 ao AI-17, ver Cruz e Martins, *op.cit.*

cidadão se tornava um suspeito em potencial e a mera suspeita era motivo suficiente para que os indivíduos fossem submetidos a interrogatórios, torturas, prisões e mortes. E, no entanto, o regime parecia compensar a ausência dos direitos civis e políticos com a propaganda de que se ampliavam os direitos sociais. Aliás, até o início da década de 1970, o crescimento econômico fora uma das bases da legitimidade do regime militar brasileiro (ALVES, *op.cit.*, WEISS e ALMEIDA, 1998)¹⁴⁷.

As altas taxas de crescimento econômico, os êxitos eleitorais do partido oficial e a fragmentação da oposição, sobretudo diante da dizimação da esquerda armada, forneceram apoio social e recursos políticos e econômicos importantes à elite militar dominante, compondo um cenário favorável para que o presidente Geisel, em 1974, ousasse estabelecer uma estratégia de liberalização política (ARTURI, *op.cit.*; MARENCO, *op.cit.*). Nessa perspectiva, o anúncio do projeto distensionista “lento, seguro e gradual” iniciava uma nova fase no regime militar brasileiro: mais do que uma efetiva motivação para o retorno à democracia, tratava-se da busca de um novo mecanismo legitimador (ALVES, 1985; SOARES, 1998; MATHIAS, 1995)¹⁴⁸. Mas, se há motivos para imputar a iniciativa da distensão política do regime autoritário brasileiro às elites militares, é necessário estabelecer uma importante distinção entre o projeto distensionista – ação voluntária e planejada do grupo dominante que postulava os termos da descompressão “lenta, segura e gradual”¹⁴⁹ – e o processo liberalizante¹⁵⁰ – ações que seguiram a implementação do projeto, marcadas por avanços e recuos do regime militar e das forças oposicionistas, definindo as conquistas dessas últimas bem como os limites da “abertura” e os contornos e rumos do novo regime político. Ao mesmo tempo, os próprios autores que apontam que a transição do regime militar brasileiro foi realizada de forma conservadora e teve êxito na execução de uma “abertura controlada” a um regime político-

¹⁴⁷ E este crescimento significava também alterações importantes na macromorfologia da sociedade brasileira (AVRITZER, 1994; MOISÉS, 1995). Voltarei a este ponto adiante.

¹⁴⁸ Como foi dito inicialmente, a ala moderada das forças armadas pretendia apenas uma intervenção política temporária e decidira iniciar sua retirada do centro do poder do Estado em momento em que ainda tinha legitimidade, de modo a preservar a unidade da instituição militar, além de manter sua autonomia no novo regime, de democracia tutelada.

¹⁴⁹ Apesar da iniciativa da distensão por parte da hierarquia militar no centro do poder, “... é preciso considerar que dificilmente o grupo que detém o poder deixa este poder por conta própria, sem que exista uma pressão, seja de outros grupos, seja de suas divisões internas” (MATHIAS, 1995, p.49).

¹⁵⁰ A distinção entre projeto e processo distensionista é trabalhada, por exemplo, por Mathias (*op.cit.*).

democrático também enfatizam que esse processo foi marcado por uma participação social sem precedentes na história brasileira (MOISÉS, 1987; WEFFORT, *op.cit.*)¹⁵¹

Para por em prática tal projeto, o presidente Geisel buscou aliados moderados na sociedade civil, iniciando, assim, uma dinâmica de concessões do Estado e conquistas da sociedade (LINZ & STEPAN, *op.cit.*). A transição política do regime militar brasileiro enquadrar-se-ia, então, em um caso típico de “transição por transação”, significando que, embora se pautasse em uma saída negociada dos militares do poder, não se tratava de uma negociação entre iguais. Uma liberalização que se inicia nas entranhas do poder autoritário objetiva a abertura controlada do espaço político, e os militares ainda tinham poder suficiente para deter o controle da forma e *timing* do processo e extrair alto preço de sua retirada do poder. Além de buscar recuperar a lógica hierárquica da instituição militar, o objetivo dos “sorbonistas” era controlar o processo político e evitar rupturas (LINZ & STEPAN, *op.cit.*, SHARE & MAINWARING, *op.cit.*).

Isso levou a que a transição política para a experiência democrática recente também fosse singular, marcada por um excessivo gradualismo: desde as primeiras medidas distensionistas sob a presidência do general Ernesto Geisel, transcorreram ainda 11 anos (englobando um último presidente militar, João Figueiredo (1979-1985)) para que a presidência da República fosse ocupada por um presidente civil e outros quatro para que um governo nacional democrático fosse eleito pelo voto direto e livre. Com o intuito de compreender as consequências do excessivo gradualismo do processo de mudança de regimes políticos no Brasil, acompanho a divisão proposta por Kinzo (*op.cit.*), que aponta para três fases distintas da transição política brasileira à experiência democrática recente.

A primeira fase, como já mencionado, teve início em 1974 com a posse do general Ernesto Geisel, ligado à ala moderada das forças armadas. Apesar de essa fase ter sido totalmente controlada pelos *militares enquanto governo*¹⁵², que definiram seu ritmo e escopo,

¹⁵¹ Ademais, se os movimentos de oposição ao regime militar não conseguiram mudar os rumos do processo distensionista de forma a impor seu ritmo à transição de regime político, isso também ocorreu porque foi justamente através dessa luta de oposição autoritária que a sociedade civil começa a se constituir enquanto tal no país (AVRITZER, 1994).

¹⁵² Segundo Stepan (1986), três dimensões militares conformavam o aparelho estatal durante a ditadura militar brasileira: 1. *militares enquanto governo*, ou seja, o general-presidente e seus principais assessores, mesmo civis; 2. *comunidade de segurança*, membros dos aparatos repressivo e de informações do Estado e 3. *militares enquanto instituição*, que formam a corporação militar (aparato burocrático). Ainda segundo este autor, durante o governo Geisel teria provavelmente ocorrido a seguinte situação: os *militares enquanto governo* se dispunham a liderar a liberalização do regime antes que a *comunidade de segurança* conquistasse os *militares enquanto instituição* e tomasse o governo, retrocedendo o autoritarismo. Como supôs Stepan, o grupo “sorbonista” defendera que o regime de exceção deveria ser uma “intervenção cirúrgica” para restaurar a democracia, “segura” dos perigos comunistas.

dois fatores influenciaram o curso do processo político: primeiro, a capacidade de acomodação e resposta da oposição às iniciativas do governo (o exemplo mais importante aqui, nesse sentido, foi o surpreendente desempenho eleitoral do MDB na eleição de 1974, sob condições mais livres, mostrando que o partido se tornava instrumento efetivo da oposição democrática, tendência que seria acentuada nas eleições municipais de 1976 e nas eleições legislativas de 1978 (LAMOUNIER, 1988)¹⁵³). E, segundo, os conflitos internos da instituição militar, que pioraram com a iniciativa da liberalização¹⁵⁴.

Apesar disso, através do uso frequente do casuísmo legal para barrar o crescimento eleitoral da oposição consentida e de ações de neutralização da linha-dura, os “castelistas” foram bem sucedidos em sua política distensionista, conseguindo controlar seus passos principais. Ainda assim, o avanço do processo político realizou-se, por exemplo, através da revogação do AI-5 em 1978¹⁵⁵ e, já sob o governo do general Figueiredo, da aprovação da lei de anistia em 1979 e da reforma partidária em 1980, bem como pela sucessão presidencial em 1985. A reforma partidária extinguiu o sistema bipartidário vigente e deu espaço a um pluripartidarismo moderado com a formação de seis legendas: PMDB (antigo MDB); PDS (antiga ARENA); PTB; PDT; PT e PP (que, em 1981, fundiu-se ao PMDB). Se tal reforma representou um avanço importante no processo de liberalização do regime político, fez também parte da estratégia governista para dividir a oposição e manter o controle da transição (sobretudo, para controlar a sucessão presidencial de 1985, que, de acordo com a própria estratégia militar, deveria restituir o poder civil, embora ainda via Colégio Eleitoral). Mais do que isso, tal reforma facilitou a “...reacomodação das elites políticas, permitindo que a transição ‘pactuada’ se realizasse exclusivamente em termos institucionais, sem pactos explícitos e substantivos entre os atores políticos, como no caso espanhol” (ARTURI, *op.cit.*, p.9).

¹⁵³ Ainda de acordo com Lamounier, as vitórias da oposição legal a partir do pleito de 1974 significariam a autonomização da distensão enquanto processo político que, no médio prazo, tomaria rumos não previstos pelos estrategistas do regime. Isso não significa, porém, que o governo militar estivesse perdendo o controle do processo: para conter os avanços eleitorais do MDB, o presidente Geisel editaria, em 1976, antes das eleições municipais, a Lei Falcão e, em 1977, o Pacote de Abril, que versavam sobre alterações nas eleições de modo a beneficiar a Arena (ALVES, *op.cit.*; SKIDMORE, *op.cit.*).

¹⁵⁴ Não por acaso a partir do anúncio do projeto distensionista, aumentaria a ocorrência de desaparecimentos, que funcionariam como uma espécie de advertência da *comunidade de segurança* aos *militares enquanto governo* (STEPAN, 1986).

¹⁵⁵ Pela Emenda Constitucional nº11, de 13 de outubro de 1978, era extinto o AI-5 e o Executivo não poderia mais decretar recesso ou fechamento do Congresso Nacional e das Assembleias Estaduais, assim como cassar mandatos eleitorais por decreto. Porém, foram incorporados outros mecanismos de controle como as medidas de emergência, o estado de sítio e o estado de emergência em substituição aos atos de exceção.

O governo do general Figueiredo não teve, porém, habilidade para lidar com a dimensão econômica, diante das “... evidências de que o ‘milagre econômico’ estava se esgotando” (KINZO, *op.cit.*, p.5). Ainda que não se defenda aqui a determinância da crise econômica sobre a instabilidade do regime político (aliás, retomando algo já dito, o anúncio do projeto distensionista se deu antes dos sinais da crise econômica em meados dos anos 1970), nesse momento (início da década de oitenta), a dimensão econômica passava a ser significativa, ainda mais porque aumentavam as pressões de diversos lados sobre o governo, tal como setores da burguesia nacional e diante do surgimento de novos movimentos sociais (AVRITZER, 1994; DOIMO, 1995; MARTINS, 1988; MOISÉS, 1995, SADER, 1988)¹⁵⁶.

À crise econômica somou-se o resultado das eleições de 1982, o que marcou o início da segunda fase da transição política do regime militar brasileiro: com a vigência da nova lei partidária, que reinstaurara o pluripartidarismo, a primeira eleição direta para governadores estaduais desde 1965 foi realizada em cenário de ampliação do espectro partidário e de reinclusão de antigos líderes políticos. Isso possibilitou importantes vitórias dos partidos de oposição¹⁵⁷. Assim, embora os militares continuassem no comando principal, nessa segunda fase, os partidos de oposição adquiriram maior poder de influência, “...atrapalhando os planos do governo de manter o controle total sobre o processo político” (KINZO, *op.cit.*, p.6)¹⁵⁸, que foi bastante acelerado a partir de então. Diante do novo quadro, por exemplo, e para enfrentar o crescente desgaste político, o governo militar teve que negociar diretamente com os governadores de oposição. Por sua vez, a oposição partidária e a sociedade civil organizada, cada vez mais seguras quanto à irreversibilidade da transição, multiplicaram as estratégias com vistas à sucessão presidencial (ARTURI, *op.cit.*; MOISÉS, 1995).

¹⁵⁶ Além do MDB, diversos grupos de elite da sociedade civil (OAB, ABI e CNBB) buscavam ampliar cada vez mais o espaço político e enfrentar o regime militar. Ainda, esse momento assistia a um fortalecimento do movimento operário e sindical em nível nacional, que ajudaria a pressionar o alargamento da intenção original da abertura política (ABRAMO, 1988; SADER, *op.cit.*)

¹⁵⁷ Nessas eleições, os partidos de oposição ao regime militar brasileiro conquistaram a maioria das cadeiras na Câmara dos Deputados e quase a metade dos governos estaduais, como será tratado à frente.

¹⁵⁸ Para Share e Mainwaring (*op.cit.*), a partir deste momento, a transição política brasileira aproximar-se-ia mais de um cenário de transição “por afastamento voluntário”, no qual as elites autoritárias, embora estabeleçam a forma e o *timing* do processo, afastam-se do poder por seu baixo nível de legitimidade e coesão interna. Para Arturi (*op.cit.*), diferente de Lamounier (1988), foi a partir deste momento que o processo político de abertura do regime militar se autonomizou, como retomado à frente. Em outro artigo, Lamounier (1987), caracterizara este cenário como uma diarquia.

Porém, preventivamente, no final de 1981, o presidente Figueiredo havia editado o “Pacote de Novembro”, que estabeleceu novas regras para as eleições de 1982, proibindo coligações partidárias e estabelecendo o “voto vinculado”. Com isso, ainda que os partidos de oposição tivessem conquistado o governo dos estados mais industrializados e populosos – São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Paraná – reunindo quase 60% dos votos, não obtiveram a maioria no Congresso que elegeria o sucessor de Figueiredo (LAMOUNIER, *op. cit.*). Diante do novo quadro político, o PMDB propôs uma emenda constitucional que restabelecia o voto direto para a próxima eleição presidencial (1985) e incentivou também a mobilização popular. A conjuntura política compeliu os mais diversos setores (trabalhadores, donas de casa, militantes partidários e estudantes) a participarem da campanha pelas “Diretas Já”, na maior mobilização popular da história política brasileira (RODRIGUES, 1993). Mas, se a campanha pelas “Diretas Já” tomou tamanha dimensão, parecendo (à oposição) que ela poderia mudar o curso da liberalização (MOISÉS, 1995; ARTURI, *op.cit.*; KINZO, *op.cit.*), ela não foi capaz de superar as manobras do governo para evitar a aprovação da emenda no congresso, mostrando que os militares ainda detinham o comando principal da transição política. Assim, em 25 de abril de 1984 a emenda que instaurava as eleições diretas foi derrotada e, em 1985, a sucessão presidencial ainda seria realizada pelo Colégio Eleitoral, embora o poder fosse transmitido a um político civil. Restaram à oposição democrática duas alternativas: buscar dissidentes dentro do governo para tentar alcançar o poder através das regras do jogo (posição que foi defendida pelo PMDB) ou tentar rompê-las, buscando sustentação na crescente mobilização da sociedade civil (posição que era defendida pelo PT).

A ala moderada do PMDB passou a se articular para viabilizar a candidatura de Tancredo Neves para a sucessão presidencial, o que só pôde ser feito através da busca do apoio de parlamentares dissidentes do partido governista (PDS). Formava-se, assim, a Aliança Democrática (entre o PMDB e aqueles dissidentes, que fundariam o PFL¹⁵⁹), que lançou a candidatura exitosa de Tancredo Neves, do PMDB, e José Sarney. O restabelecimento do governo civil em 1985¹⁶⁰ marcou o início da terceira fase da transição

¹⁵⁹ Os dissidentes do PDS, que se opunham ao nome de Paulo Maluf como candidato à presidência da República, formaram a Frente Liberal que, em janeiro de 1985, se tornaria o PFL (Partido da Frente Liberal). Em março de 2007, o PFL passou a se chamar “Democratas” (DEM).

¹⁶⁰ Em 15 de janeiro de 1985, a chapa de Tancredo Neves e José Sarney foi eleita indiretamente através do Colégio Eleitoral. O novo governo, civil, se iniciou em 15 de março de 1985.

político-democrática, a qual prosseguiria até 1989, quando, finalmente, foi realizada eleição livre e direta para o cargo de presidente da República (KINZO, *op.cit.*; LINZ & STEPAN, *op.cit.*; MARENCO, *op.cit.*).

Se a estratégia da oposição moderada de jogar conforme as regras estabelecidas pelo regime foi bem sucedida, trouxe duas importantes consequências para o desenrolar do processo político democrático brasileiro recente: possibilitou que dissidentes do regime autoritário se tornassem parceiros dos governos seguintes (democráticos) e abriu espaço às críticas de setores radicais da oposição, sobretudo o PT, que não participou da escolha do sucessor de Figueiredo. Embora o número de votos desse partido não fosse decisivo, de modo que sua abstenção não alterou a eleição da Aliança Democrática, “...ao denunciar as limitações da ‘transição negociada’, esta estratégia contribuiu para que a nova ordem inaugurada em 1985 desse seus primeiros passos com sua legitimidade já questionada” (KINZO, *op.cit.*, p.7)¹⁶¹. A esse questionamento somou-se um efeito do acaso: por motivo de saúde e posterior falecimento, Tancredo Neves não pôde ser empossado, levando a que seu vice, José Sarney, político que até a “véspera” fora presidente do partido oficial do regime militar e que, por isso, carregava, pessoalmente, sério déficit de legitimidade, se tornasse o novo presidente da República.

O gradualismo da transição brasileira possibilitara o transformismo político de muitos atores e reforçou práticas políticas tradicionais, constringendo a continuidade da democratização brasileira. O governo Sarney (1985-1989) teve, assim, a presença de políticos do regime militar em cargos centrais e também como base de apoio no Congresso Nacional e em governos estaduais. Aos militares também foram garantidas salvaguardas e prerrogativas políticas no novo regime (embora fora do centro do Estado, eles mantiveram sua prerrogativa de intervenção política, caso solicitados por um dos poderes). Sendo alvo de diversos tipos de pressão, cenário agravado pela adoção de sucessivos planos econômicos¹⁶² fracassados por uma sociedade política incapaz de formar coalizão

¹⁶¹ “A grande campanha pelas ‘Diretas-Já’, e sua impotência para alterar as regras impostas pelo regime autoritário, foi paradigmática da liberalização ‘pelo alto’ através de acordos e cisões no seio das elites políticas no Congresso; pois, se por um lado ela facilitou a dissidência governista e impediu um hipotético recuo político-institucional, por outro lado ela foi incapaz de dar um desfecho verdadeiramente democrático ao processo da transição, pelo simples fato de que a maioria das lideranças oposicionistas e do próprio governo estava, naquela conjuntura, satisfeitos com a ‘legalidade autoritária’ e com os ganhos políticos vislumbrados” (ARTURI, *op.cit.*, p.10).

¹⁶² Durante o governo Sarney (1985-1989), foram implementados três planos econômicos: Cruzado (1986); Bresser (1987) e Choque Verão (1989).

sustentável para formular políticas (LINZ & STEPAN, *op.cit.*), o primeiro governo civil após o regime militar foi marcado por crises de governabilidade. Não obstante, a fase inaugurada neste período intensificou a democratização das instituições representativas brasileiras através da Reforma Eleitoral e Partidária de 1985, que manteve o sistema multipartidário, e, sobretudo, pela realização da Assembleia Constituinte (1987-1988) e promulgação da Constituição de 1988¹⁶³, que reinstalou o estado democrático de direito no país¹⁶⁴.

Nesse sentido, não se pode negar que a refundação da estrutura constitucional brasileira trouxe avanços democráticos significativos: a garantia de todos os mecanismos da democracia representativa, inclusive aqueles de democracia direta (plebiscito, referendo e o direito da população de propor projeto de lei); a participação direta dos cidadãos nos Conselhos Setoriais de Políticas Públicas¹⁶⁵; a liberdade total de organização partidária; a desconcentração do poder com o fortalecimento dos poderes legislativo e judiciário; conquistas nos direitos trabalhistas e nos padrões de proteção social e inovações em relação às minorias¹⁶⁶. Ainda, em um “sentido anti-1964”, a Constituição reconheceu a todo e qualquer cidadão o direito de conhecer qualquer informação que quaisquer órgãos do governo tenham arquivado a seu respeito, aboliu a censura e enfatizou a proteção dos direitos humanos (SOUZA & LAMOUNIER, 1990). Mas, como fruto de um processo de transição controlada pelas forças do antigo regime, e negociada com os líderes democráticos moderados, “...o novo estava fadado a conviver com o velho” (KINZO, *op.cit.*, p.8). As circunstâncias restritivas em que a nova Constituição foi tecida resultaram, por exemplo, no veto ao parlamentarismo, na exclusão da discussão sobre a questão agrária da agenda da transição política e na manutenção das extremas desigualdades sociais e regionais brasileiras (SHARE & MAINWARING, *op.cit.*; LINZ & STEPAN, *op.cit.*).

¹⁶³ A Constituição democrática brasileira foi promulgada em 05 de outubro de 1988.

¹⁶⁴ Conforme o Artigo 1º da Constituição de 1988: “A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos: I - a soberania; II - a cidadania; III - a dignidade da pessoa humana; IV - os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; V - o pluralismo político. Parágrafo único. Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”.

¹⁶⁵ Conselhos Setoriais de Políticas Públicas são “... instituições híbridas, consultivas ou deliberativas, que admitem a participação de cidadãos, burocracia pública e prestadores de serviços” (ANASTASIA, CASTRO & NUNES, 2007).

¹⁶⁶ Em seu Artigo 5, a Constituição declara explicitamente que o princípio de igualdade perante a lei implica a ausência de discriminação de minorias.

A manutenção dessas desigualdades afeta tanto a qualidade da representação política cidadã como o funcionamento do processo decisório democrático, ao limitar a participação política efetiva de todos os cidadãos. A frustração das expectativas para com a democratização levou à queda da popularidade do governo Sarney. Esse cenário, aliado às dissensões ocorridas durante a Assembleia Constituinte, contribuiu para a dissidência no PMDB (que fundou o PSDB) e para a migração partidária (que beneficiaria pequenos partidos), promovendo, assim, um aumento no número de partidos.

A alta fragmentação do sistema partidário brasileiro faz com que este seja pouco nítido quanto às opções que oferece ao eleitor no processo eleitoral, dificultando que este, por sua vez, fixe as legendas e crie identidades partidárias. Assim, por um lado, no legislativo, representantes podem ser eleitos sem o menor comprometimento com seu partido e eleitores, dado que muitos conseguem se eleger com os votos excedentes dos candidatos mais votados (não necessariamente de seu partido, mas de um a ele coligado). No âmbito executivo, por outro lado, a dinâmica centrífuga da competição favorece candidatos em posições extremas do espectro partidário (MARENCO, *op.cit.*).

Foi nesse cenário partidário superpovoado de siglas que, no final de 1989, foi realizada a primeira eleição direta para presidente da República após quase trinta anos sem pleitos livres, o que marcou simbolicamente a fundação da experiência democrática brasileira recente. Não obstante, aquele cenário seria perverso sobre a dinâmica da competição eleitoral e da formação de tendências, pois, ao mesmo tempo em que traduzia a capacidade de mobilização de massa do sistema, favoreceu o surgimento de expressões carismáticas e personalistas, mostrando-se propício à formação de alternativas populistas e pouco consolidadas. Isso explica a eleição de Fernando Collor de Mello (MENEGUELLO, 2007).

Assim, haveria ainda, no período seguinte, uma sucessão de crises políticas e econômicas das instituições representativas brasileiras, que desafiariam seriamente a consolidação democrática (ARTURI, *op.cit.*, KINZO, *op.cit.*, MARENCO, *op.cit.*, MOISÉS, 1995), como será abordado na próxima seção.

4.2- Dificuldades da consolidação da democracia brasileira recente

Completada a transição política de um regime autoritário a um democrático, ainda há tarefas e condições a serem cumpridas, além de atitudes e hábitos a serem cultivados (tanto entre as elites como entre os cidadãos comuns) para que a democracia possa ser considerada consolidada. Linz e Stepan, por exemplo, apontam que, em termos estritos, a consolidação democrática “...combina dimensões comportamentais, atitudinais e constitucionais. Em essência, entendemos por democracia consolidada uma situação política onde, numa frase, a democracia passou a ser ‘o único jogo disponível na sociedade’” (LINZ & STEPAN, *op.cit.*, p.23). Para Marengo (*op.cit.*), essa situação política se estabelece quando, primeiro, é eleito chefe do governo um político de oposição ao antigo regime e, segundo, um partido de esquerda¹⁶⁷. Nessa perspectiva, no cenário brasileiro, apenas em 1995, com a posse de Fernando Henrique Cardoso como presidente da República, é possível dizer que foi dado o primeiro passo no sentido da consolidação institucional (embora aquele tenha sido eleito através da coalizão eleitoral com o PFL). O teste crítico para a estabilidade das instituições políticas brasileiras se estabeleceu, por sua vez, com a vitória eleitoral de Lula em 2002 e a sequência completa de seu primeiro governo como presidente da República.

Ao longo desse período, a regularidade e o respeito a eleições livres, o respeito aos direitos políticos básicos dos cidadãos e a ampliação do corpo eleitoral atestam a estabilidade institucional da democracia brasileira e a sua consolidação em termos político-institucionais (ANASTASIA, CASTRO & NUNES, 2007; MARENCO, *op.cit.*). Destaco, na sequência, os principais eventos que marcaram as dificuldades e os êxitos da crescente institucionalização da democracia recente rumo ao cenário de estabilidade institucional.

Uma das fragilidades institucionais do novo regime foi herdada do congresso constituinte: apesar da derrota do parlamentarismo, manteve-se um poder legislativo coerente com essa forma de governo. Assim, o presidente só poderia governar, principalmente no tocante a questões orçamentárias, com forte apoio parlamentar, a menos que agisse por decretos (KINZO, *op.cit.*; LINZ & STEPAN, *op.cit.*). Não obstante,

¹⁶⁷ Segundo Marengo (*op.cit.*), os processos de transição e consolidação das instituições poliárquicas incluem, de fato, uma sequência de passos: 1.liberalização do regime autoritário; 2.instauração de um governo civil ou pós-autoritário; 3.promoção de eleições para o preenchimento de postos governamentais e nacionais; 4.eleição para chefe de governo de políticos de oposição ao antigo regime; 5.eleição de partidos de esquerda para a chefia de governo.

dada a alta fragmentação do sistema partidário brasileiro, é impossível que um presidente se eleja juntamente a uma base parlamentar majoritária. É, assim, necessário que aquele realize um “governo de coalizão” (compondo seu ministério com diferentes forças partidárias, muitas vezes heterogêneas)¹⁶⁸.

O funcionamento do presidencialismo de coalizão brasileiro foi problemático para o governo Collor¹⁶⁹. Como seu partido, o PRN, ocupava apenas 5% das cadeiras do Congresso Nacional, para governar, Collor teve que usar mecanismos de decisão concentradores de poder e recursos clientelísticos para negociar apoio parlamentar. Tal cenário explica, por exemplo, o fato de o primeiro Plano Collor ter sido “...anunciado na televisão para uma nação perplexa, sem qualquer consulta prévia aos partidos políticos ou ao Congresso”(LINZ & STEPAN, *op.cit.*). Baseado em uma precária coalizão partidária, o presidente Collor tentou e fracassou, através de planos drásticos¹⁷⁰, conter a crise econômica. Além disso, envolveu-se pessoalmente em uma série de escândalos de corrupção¹⁷¹ – que ficaram conhecidos como *Collorgate* -, provocando uma crise de governo aguda. Em 26 de maio de 1992, o Congresso Nacional instaurou uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias contra o presidente. Tentando apoiar-se sobretudo nas classes pobres, Collor convocou os “patriotas” a saírem às ruas vestindo verde e amarelo como forma de apoio e defesa de seu mandato. Mas ele estava, de fato, isolado das sociedades civil e política¹⁷², e tal convocatória era “...o que faltava para que a campanha ‘Fora Collor’ explodisse”(RODRIGUES, p.139, 1993): com os estudantes com

¹⁶⁸ Sobre o presidencialismo de coalizão, ver Abranches (1988).

¹⁶⁹ No entanto, Meneguello (2009) destaca como, desde a eleição presidencial de 1994, portanto, desde o primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso, há uma relação positiva entre os poderes Executivo e Legislativo. Segundo a autora, a ocorrência de eleições legislativas e executivas simultâneas a partir daquele pleito foi importante para o bom funcionamento da relação entre os dois poderes (a produção de arranjos partidários reflete a correlação de forças políticas produzidas na eleição). Melo (2009) corrobora a análise positiva do funcionamento dos governos de coalizão e a estabilidade dele decorrente no mesmo período.

¹⁷⁰ Em pouco mais de 1 ano de governo, foram implantados três planos econômicos: Plano Collor 1, lançado no dia seguinte sua posse como presidente (16 de março de 1990), Plano Collor 2, lançado em janeiro de 1991 e o Plano Marcílio (arquitetado pelo então Ministro da Fazenda, Marcílio Menezes), lançado em 10 de maio de 1991.

¹⁷¹ Em 5 de maio de 1992, Pedro Collor, irmão do presidente, denunciaria os esquemas de corrupção envolvendo Fernando Collor, membros de sua família (incluindo o denunciante) e o tesoureiro de campanha (Paulo César, PC, Farias).

¹⁷² Os conceitos de sociedades civil e política são utilizados aqui no sentido de Linz & Stepan (*op.cit.*), a saber: a sociedade civil não apenas como “campo da comunidade política onde grupos, movimentos e indivíduos, auto-organizados e relativamente independentes do Estado, articulam valores e criam associações para defender seus interesses mútuos”, mas englobando os cidadãos comuns. A sociedade política democrática, por sua vez, engloba “...os partidos políticos, as eleições, as regras eleitorais, a liderança política, as alianças interpartidárias e as legislaturas” (LINZ & STEPAN, *op.cit.*, p.27).

suas “caras-pintadas” e suas entidades “na proa” das mobilizações¹⁷³, a campanha foi também protagonizada por partidos políticos, centrais sindicais, organizações profissionais e milhares de cidadãos comuns que, vestindo preto, foram às ruas exigindo a saída de Collor e em defesa da “ética na política”.

Em 29 de agosto, a Câmara dos Deputados aprovou o pedido de *impeachment* do presidente, fato amplamente saudado por novas manifestações de estudantes e populares nas ruas das principais cidades do país. Em 29 de dezembro, diante da fatalidade da condenação no Senado, Collor renunciou ao seu mandato - mas não conseguiu escapar da inelegibilidade pelos oito anos seguintes (RODRIGUES, *op.cit.*). O então vice-presidente, Itamar Franco, desconhecido da opinião pública, foi empossado para o término do mandato (LINZ & STEPAN, *op.cit.*). Se, no primeiro momento, o processo foi visto como difícil e perigoso para a democracia brasileira, o sucesso do *impeachment* ajudou “...o estado de direito em geral, no Brasil, ao menos colocando, na agenda democrática, a questão da impunidade das autoridades públicas e dos legisladores”(LINZ & STEPAN, *op.cit.*). Não impediu, porém, a eclosão de uma série de outros casos de corrupção envolvendo agentes públicos. Já no final de 1993, por exemplo, práticas de corrupção de membros da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional foram reveladas pelo ex-chefe da Assessoria de Orçamento do Senado, José Carlos Alves dos Santos¹⁷⁴.

Os primeiros meses do governo Itamar também foram marcados por um déficit fiscal elevado e altas taxas de inflação, agravando-se as crises política, moral e econômica brasileiras. Não obstante, foi nesse cenário que Fernando Henrique Cardoso, então ministro da Fazenda, arquitetou o Plano Real que, no médio prazo, finalmente, dominou a inflação. A primeira etapa do Real - vigente entre 1º de março de 1994 e 30 de junho de 1994 -, que implantou a URV, foi, na verdade, marcada por uma inflação galopante, entre 30 e 50% ao mês. Mas, em 1º de julho, com a implantação da segunda etapa do plano - que substituiu a URV por uma nova moeda, o Real, a inflação caiu abruptamente (MENDES & VENTURI, 1994).

¹⁷³ Para Rodrigues (1993), as ‘caras-pintadas’ dos estudantes foram a principal marca das mobilizações “Fora Collor” em razão da presença substancial e irreverente desse contingente de cidadãos e devido ao destaque dado a eles pela grande imprensa. Essa ideia também foi trazida por Mische (*op.cit.*), Capítulo 1 desta tese.

¹⁷⁴ A corrupção denunciada em 1993 em torno do orçamento da União (que levou à implantação da CPI do Orçamento (1993-94)) já era praticada pelo menos desde os anos 1980 por um grupo de deputados que cobravam propina das empreiteiras e pedágios de prefeitos para a liberação de recursos. O caso ficou conhecido como “Anões do Orçamento” devido às baixas estaturas de quase todos os acusados.

Tendo em vista as intensas crise e hiperinflação que marcaram a transição democrática brasileira¹⁷⁵, “a tarefa de enfrentar os problemas econômicos se transformou numa das maiores demandas da população, definindo um dos pilares do apoio político ao regime” (MENEGUELLO, 2006, p.54). Além do controle da inflação, o Plano Real foi bem sucedido na promoção relativa do poder de compra e na ampliação do acesso ao mercado de consumo de produtos básicos de segmentos antes marginalizados. O sucesso desse plano econômico renovou, então, a esperança quanto às expectativas socioeconômicas depositadas na democratização política pelos cidadãos brasileiros, compondo uma das bases de sua legitimidade (LINZ & STEPAN, *op.cit.*, MENEGUELLO, 2006). Em termos imediatos, o Plano Real transformou a eleição presidencial de 1994, a segunda no período democrático recente, em um plebiscito sobre a política econômica do governo, explicando a ampla vitória de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) logo no primeiro turno (KINZO, *op.cit.*, MENEGUELLO, 2006; MENDES & VENTURI, *op.cit.*)¹⁷⁶.

Na decisão do voto na eleição presidencial de 1998, os brasileiros repetiram os parâmetros da escolha feita em 1994:

“... a reeleição de FHC resultou, em boa medida, da experiência de estabilidade monetária desconhecida de várias gerações de brasileiros. Mesmo sem apresentar uma política de desenvolvimento capaz de produzir e enraizar as bases dessa estabilidade, a ação governamental gerou um alto grau de popularidade presidencial, baseado na avaliação prospectiva da melhora global do país, do fim da inflação e do aumento relativo do poder de compra, traduzida em uma expectativa de desempenho futuro”(MENEGUELLO, 2007, p.379-380).

A eleição e a reeleição de Fernando Henrique Cardoso em 1994 e 1998 indicam o forte impacto politizador que o Plano Real desempenhou entre os cidadãos brasileiros: na intersecção entre as esferas econômica e política, criou uma intermediação dos cidadãos com a política, formando preferências e definindo parâmetros de adesão e níveis de identificação política e de avaliação de governos. Nesses pleitos, Fernando Henrique foi

¹⁷⁵ Para uma visão da evolução da economia brasileira desde a crise dos anos 1980 à implantação do Plano Real, ver Belluzzo e Carneiro (2002).

¹⁷⁶ Mendes & Venturi (*op.cit.*) mostram, com base em surveys nacionais sobre intenção de voto para presidente realizados pelo Datafolha entre maio e outubro de 1994, a velocidade e dimensão do impacto do Plano Real sobre os vários segmentos do eleitorado brasileiro.

bem sucedido porque construiu junto aos eleitores uma credibilidade como “realizador”. Não obstante, uma sucessão de crises econômicas mundiais (no México em 1995, na Ásia em 1997 e na Rússia em 1998) começou a ter impactos sobre a economia brasileira a partir de 1998, diminuindo o sucesso do Plano Real. Conforme o impacto do Real se desvanecia e outras questões se avolumavam na agenda do governo federal, Fernando Henrique Cardoso perdia sua popularidade e encontrava dificuldade em forjar laços de identidade com seus eleitores. Dessa forma, na eleição de 2002, ele não conseguiu transferir a credibilidade anterior como realizador ao candidato de seu partido, José Serra. Nessa eleição, aliás, a tendência de voto econômico foi sobreposta por uma escolha pautada na identidade política do eleitorado com o candidato e, após três candidaturas fracassadas no período democrático recente, Luiz Inácio Lula da Silva foi eleito presidente da República (BALBACHEVSKY & HOLZHACKER, 2004).

A primeira eleição de Lula - ex-sindicalista e torneiro mecânico -, candidato do principal partido de esquerda do país, o Partido dos Trabalhadores, pode ser parcialmente explicada pelas mudanças em seu discurso e pelas transformações programáticas de seu partido, que levaram setores descontentes com o segundo governo de Fernando Henrique Cardoso à oposição¹⁷⁷. Assim, “o capital político que beneficia Lula na eleição de 2002 foi o somatório de sua trajetória política e da ampla coalizão de forças que agregou em sua aliança eleitoral” (MENEGUELLO, 2007, p.380-81). A ascensão da esquerda à Presidência da República representou uma ruptura histórica de circulação das elites e um sinal da vitalidade da experiência democrática brasileira recente (MARENCO, *op.cit.*; MOISÉS, 2005)¹⁷⁸.

O primeiro governo Lula (2003-2006) deu prosseguimento à política econômica de seu antecessor, baseada no tripé flutuação cambial, metas de inflação e austeridade fiscal, mas reduziu a taxa de juros e pagou a dívida junto ao FMI. Nos dois primeiros anos de governo, o crescimento da economia brasileira foi modesto internacionalmente, mesmo no cenário latino-americano, mas foi maior do que no segundo governo de Fernando

¹⁷⁷ A vitória de um ex-torneiro mecânico foi também possível em razão de mudanças na cultura política dos brasileiros, como por exemplo, a superação do preconceito consagrado da associação entre escolaridade e competência política (MENEGUELLO, 2007). Na próxima seção, abordo algumas mudanças atitudinais dos brasileiros que vêm ocorrendo juntamente com a democratização das instituições políticas do país.

¹⁷⁸ Ou ainda, conforme Vasquez, “... um forte indício de mudança de poder por via pacífica e democrática” (VÁSQUEZ, p.2, 2010).

Henrique (HUNTER & POWER, 2007). Aos poucos, em parte beneficiado pelo cenário internacional favorável, o país atingiu uma estabilidade macroeconômica sem precedentes, com grande queda inflacionária e com a valorização do Real. Também houve aumentos reais no salário mínimo.

Mas a marca do governo Lula foram os programas sociais, particularmente de distribuição de renda (Programas Fome Zero e Bolsa Família). Ademais, com a melhora do contexto macroeconômico e o decréscimo gradual das taxas de juros, o mercado de créditos tornou-se acessível aos consumidores de baixa renda. Tal conjunto de medidas beneficiou os setores pobres, aumentando sua renda média, mas, por outro lado, levou à estagnação da renda dos setores mais privilegiados. Houve, assim, uma importante queda na desigualdade de distribuição de renda, uma elevada mobilidade social e um decréscimo da pobreza absoluta (ANASTASIA, CASTRO & NUNES, *op.cit.*; HUNTER & POWER, *op.cit.*, MENEGUELLO, 2007)¹⁷⁹.

Todavia, se o primeiro governo Lula foi bem sucedido em termos econômicos e sociais, em seus dois últimos anos, foi abalado por "...escândalos sucessivos de desvios de recursos públicos, compra de apoio de parlamentares através do uso de sobras de campanha e propinas, envolvendo diretamente a cúpula petista do Palácio do Planalto e, em diversos momentos, resvalando no presidente Lula" (RENNÓ, 2007, p.262). Ainda que escândalos de corrupção entre os políticos sejam constantes¹⁸⁰ no cotidiano da democracia brasileira, eram, até então, inesperados "...por parte do PT que, durante as duas décadas em que se encontrou na oposição política, havia construído uma reputação baseada na idéia de um 'governo limpo'" (HUNTER & POWER, *op.cit.*, p.330).

O primeiro escândalo foi detonado em maio de 2005, envolvendo o então deputado da base governista, Roberto Jefferson (PTB), e o presidente dos Correios, que favoreceria determinadas empresas nos processos de licitação em troca de dinheiro para as campanhas políticas do PTB. Na sequência, o mesmo Roberto Jefferson denunciou que o governo, supostamente, pagava uma mesada (que ficou conhecida como "Mensalão") a

¹⁷⁹ É necessário ressaltar que os programas de distribuição de renda do governo Lula só foram possíveis e bem sucedidos no cenário de estabilidade adquirida durante o governo de Fernando Henrique Cardoso.

¹⁸⁰ Os seguintes escândalos marcaram o período democrático recente que antecede a eleição de Lula: 1987 - licitação fraudada da Rodovia Norte-Sul; 1992 - caso *Collorgate*; 1993/94 - anões do orçamento; 1995 - caso SIVAM; 1997 - caso da Reeleição; 1999 - SUDENE e 2001 - SUDAM.

parlamentares de partidos aliados ao PT – entre eles, o próprio PTB – a fim de que votassem com o governo. A onda de escândalos provocou a renúncia de figuras históricas do PT de seus cargos no governo (os assessores presidenciais José Dirceu e Luiz Gushiken, e o presidente do partido, José Genoíno) e, em 2006, a demissão de Antônio Palocci do ministério da Fazenda¹⁸¹.

Nesse ano, duas novas denúncias de corrupção continuariam a atormentar o governo Lula, já em campanha pela reeleição. Primeiro, em julho de 2006, houve o caso dos “Sanguessugas”, que envolveu deputados federais na compra de ambulâncias superfaturadas. Logo após, a duas semanas do primeiro turno, foi denunciado que assessores próximos a Lula teriam comprado um falso dossiê com informações desfavoráveis a José Serra (PSDB), então candidato ao governo do estado de São Paulo. A acusação levou à renúncia temporária do então presidente do Partido dos Trabalhadores, Ricardo Berzoini, e pode ter direcionado a disputa presidencial para o segundo turno – logo após esse escândalo dos “Dossiês”, a intenção de voto em Lula sofreu ligeira queda (HUNTER & POWER, *op.cit.*; RENNÓ, 2007).

Com essa série de escândalos políticos, a corrupção se converteu no principal tema de campanha do pleito de 2006, segundo os próprios eleitores¹⁸². Não obstante, ela não foi decisiva nas escolhas eleitorais individuais: assim, em 29 de outubro de 2006, no segundo turno, Lula foi reeleito por uma esmagadora vantagem sobre seu adversário, o tucano Geraldo Alckmin. Intrigados com a ampla vitória de um presidente cujos últimos anos do governo haviam sido marcados por escândalos de corrupção, estudos sobre as razões do voto em Lula nesta eleição mostraram que, para esta escolha¹⁸³, importaram mais a visão sobre a economia, a avaliação do governo e, sobretudo, o impacto dos programas de transferência de renda¹⁸⁴(HUNTER & POWER, *op.cit.*; MENEGUELLO, 2007). Ademais, os escândalos de corrupção afetaram a máquina partidária do PT e membros do governo,

¹⁸¹ Palocci foi demitido do ministério da Fazenda no fim de março de 2006, após denúncia de seu envolvimento na quebra do sigilo bancário de Francenildo Santos Costa, testemunha de acusação contra Palocci na CPI dos Bingos.

¹⁸² Como apurado pelo Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) de 2006 e analisado por Rennó (2007).

¹⁸³ Os estudos sobre comportamento eleitoral mostram que as motivações do voto se baseiam em três estratégias possíveis: a expressão da identidade com o candidato; a crença em seu potencial de oposição e a crença em sua capacidade administrativa. O pressuposto desses estudos é que a decisão do voto envolve uma racionalidade estratégica dos eleitores (BALBACHEVSKY & HOLZHACKER, *op.cit.*).

¹⁸⁴ Para saber mais sobre como o primeiro governo Lula alterou a geografia e as bases sociais do voto no presidente ver, por exemplo, além de Hunter & Power (*op.cit.*), Lício, Rennó & Castro (2009) e Soares & Terron (2010).

mas apenas resvalaram, de modo condicional, na figura do presidente Lula. Como os escândalos não apontaram culpa direta do presidente, ele pôde alegar sua inocência e a dúvida parece ter reduzido o impacto dos escândalos sobre sua candidatura (RENNÓ, 2007).

Em uma sociedade altamente desigual como a brasileira, o resultado da eleição presidencial de 2006 corroborou, então, as expectativas e tendências eleitorais marcantes na democratização recente: associação entre os vetores economia e adesão política e impacto da percepção do funcionamento da gestão do cotidiano através de ações públicas ou políticas sociais específicas dos governantes na decisão eleitoral. Nas palavras de Hunter e Power, “se aceitarmos que FHC ganhou a eleição presidencial de 1994 pelo Plano Real, (...) a vitória de Lula em 2006 pode ficar na história por sua associação ao Bolsa Família”(HUNTER & POWER, *op.cit.*, p.358).

A reeleição de Lula foi, então, possível devido a suas realizações como governante e com o voto maciço das classes e regiões menos favorecidas. Diante dos escândalos de corrupção que marcaram a campanha eleitoral, os indivíduos com menor segurança econômica priorizaram suas necessidades básicas em sua escolha eleitoral. Se um mais baixo nível de escolaridade e consciência política daqueles indivíduos favoreceram Lula nesse sentido e, através do Bolsa Família, ele possa parecer ter se utilizado de clientelismo, há sinais de que se trata, na verdade, de um vínculo cidadão-político florescente e totalmente representativo (HUNTER & POWER, *op.cit.*). Um sinal dessa nova relação foi o fato de que a ligação com o presidente não transferiu, por isso, votos ao seu partido naquele mesmo pleito¹⁸⁵.

Significativo nessa reeleição foi o fato de Lula ter se consolidado como representante dos setores menos favorecidos: embora o PT tenha sido formado em defesa desses setores, encontrou dificuldade para penetrá-los. Se, em 2002, ele havia sido eleito com base nos interesses organizados, em intelectuais e nas classes médias urbanas progressistas, em 2006, foram os eleitores com menor nível de escolaridade e segurança econômica que o sustentaram na presidência, os mesmos que, em 1989, elegeram Fernando Collor de Mello. As vitórias de Lula - a segunda entre as mesmas bases eleitorais que o rejeitaram em 1989 - foram acompanhadas por mudanças atitudinais dos brasileiros

¹⁸⁵ Ao contrário, como mostram ainda Hunter & Power, naquelas eleições (2006), a bancada nacional legislativa do Partido dos Trabalhadores diminuiu.

ao longo do experimento democrático recente. Este é o tema da próxima subseção deste Capítulo.

4.3- Mudanças atitudinais dos brasileiros

Para tratar das mudanças atitudinais dos brasileiros com relação à política e à democracia durante o período democrático recente, é necessário, uma vez mais, retomar alguns acontecimentos do regime militar, dessa vez, a partir da perspectiva da sociedade brasileira.

Apesar da censura e da repressão, o regime militar não conseguiu aprisionar a dinâmica social (SANTOS, 1985). Ao contrário, sobretudo no período do “milagre brasileiro”, a expansão do emprego urbano, a ampliação da divisão social do trabalho, a concentração da população nas áreas metropolitanas de portes grande e médio e o conseqüente aumento da demanda de profissionais ligados a atividades técnicas, científicas e culturais criaram novos atores sociais no sentido físico do termo. Com a criação e expansão de um sistema complexo de ensino, a introdução de hábitos urbanos e a implantação de macroestruturas empresariais e estatais, esses novos atores também se constituíram social, cultural e politicamente. Os efeitos da modernização econômica e social significaram a requalificação cognitiva de parcelas significativas da população e provocaram intensa e contínua mobilização sócio-política em busca de novas demandas sobre o papel do poder público (MOISÉS, 1995).

A constituição física não é, todavia, suficiente para explicar a adesão dos diferentes estratos sociais à democracia e à luta de oposição ao regime militar que se estabeleceu nos anos setenta. Aquela adesão se deve, em parte, às próprias dinâmicas social e do cotidiano impostas pelo regime militar: a censura e a repressão da atividade política tiveram conseqüências diretas sobre o cotidiano das pessoas, como a perda ou abandono de emprego, mudança de casa, afastamento da família e dos amigos, exílios, prisões e mortes. As experiências do medo e do terror impostos pelo regime militar e a luta pela vida levaram a que o debate sobre os acontecimentos político-institucionais se deslocasse e se restringisse ao âmbito privado (WEISS e ALMEIDA, *op.cit.*; WEFFORT, 1984). Não obstante, essas mesmas experiências levaram à formação de vínculos de identidade e solidariedade entre as pessoas, colocando-se acima de suas divergências político-

ideológicas - o que Weffort nomeou como o “mínimo denominador comum de seres humanos desprotegidos e amedrontados” (WEFFORT, 1984, p.94). O aprendizado político advindo da experiência autoritária, juntamente com mudanças no cenário internacional¹⁸⁶, levou, por exemplo, a que setores da esquerda brasileira revisassem seus valores sócio-políticos e passassem a aderir à democracia como um valor em si.

Ademais, no início dos anos setenta, o extermínio das guerrilhas revolucionárias pelas forças de segurança do regime militar transformou os prognósticos da luta de oposição ao regime militar. Derrotada a tentativa de derrubá-lo pela via insurrecional, a esquerda passou a valorizar a organização da sociedade civil e a participação no jogo eleitoral, mesmo sob limitações. É dentro dessa nova postura que deve ser compreendida, por exemplo, a expressiva adesão ao partido de oposição consentida, o MDB, que o levou às suas amplas vitórias a partir das eleições de 1974. Nesse momento, já era possível observar mudanças nas orientações políticas dos brasileiros. A renovação das ideias de participação política e a adesão à democracia como valor geral colocaram para as oposições a necessidade de aceitar a ideia de que a ditadura deveria, então, ser enfrentada pela via institucional. Tais mudanças se intensificaram no final dos anos setenta, tanto em razão da emergência de uma geração de jovens cidadãos que não viveram e que não tinham receio da democracia e que podiam considerá-la uma alternativa às mazelas do autoritarismo como (e em consequência) pelo fato de a oposição consentida conseguir se converter em alternativas reais de governo nos principais estados do país, e suas lideranças passarem a intensificar a mobilização popular contra o regime. Aos poucos, o regime militar ia perdendo a batalha de sua justificação política e ideológica e a democracia foi ganhando a afeição dos públicos de massa (LAMOUNIER, 1987; MOISÉS, 1995; SHARE & MAINWARING, *op.cit.*).

Portanto, a partir dos processos políticos ocorridos durante a transição¹⁸⁷ do regime militar brasileiro, foram desencadeadas mudanças importantes nos padrões político-culturais vigentes no país: formação de consenso democrático mínimo entre os públicos de

¹⁸⁶ Nesse momento, no mundo todo, uma crise do marxismo abriu espaço para a descoberta do valor político do cotidiano e para a disseminação do conceito de sociedade civil formulado por Antonio Gramsci.

¹⁸⁷ Além da experiência do terror do Estado, Moisés (1995) destacou as crises econômica externa e interna iniciadas no contexto da “abertura”, o que aprofundou as insatisfações com o regime e apontou como o sistema bipartidário, embora tutelado, serviu como canal para a insatisfação dos cidadãos brasileiros e meio de debate dos problemas do regime e suas alternativas.

massa, compromisso de parcelas das elites com o regime político democrático e o desenvolvimento de novas convicções políticas contrapostas à cultura política historicamente estabelecida no país, pautada no “...clientelismo, populismo, atitude deferencial diante das autoridades, manipulação, apatia política e, por último, antipartidismo e antiinstitucionalismo”(MOISÉS, 1995, p.106)¹⁸⁸.

Não obstante, diante das crises econômica, social e política que o país enfrentou desde o início dos anos 1980 e sem uma liderança política forte que se apoiasse e estimulasse as transformações atitudinais dos brasileiros, os pactos da transição brasileira foram insuficientes para provocar uma ruptura definitiva com o passado autoritário. Nesse cenário, difundiu-se “...na sociedade uma sensação generalizada de que a chegada da democracia com os ‘governos de oposição’, não tinha permitido resolver os principais problemas sentidos pela população”(MOISÉS, 1995, 113). Não podendo responder de modo eficaz às demandas da população, os governos estaduais oposicionistas encabeçaram, em uma atitude simbólica, a mobilização de massa por eleições diretas para presidente da República. Essa ação reforçou as expectativas positivas dos cidadãos para com a democracia, mas, diante das ambiguidades institucionais anteriormente descritas, paradoxais também se mostraram as atitudes e comportamentos políticos dos brasileiros.

De fato, pesquisas através do tempo (1989 a 2006) têm mostrado o crescimento paulatino da preferência pelo regime democrático entre os brasileiros. Nesse sentido, em estudo clássico da cultura política brasileira dos anos 1990, Moisés mostrou que, apesar da existência de diferentes subculturas políticas em decorrência das intensas desigualdades sociais e econômicas brasileiras, desde então, “...a adesão normativa dos públicos de massa à democracia é um aspecto central da experiência brasileira de democratização”(MOISÉS, 1995, p.126). No entanto, a construção do consenso democrático majoritário entre os brasileiros não foi rápida e também não se estabeleceu sem contradições. O apoio à democracia como um ideal foi crescendo em concomitância não à transição, mas à consolidação político-institucional brasileira – para o que a própria passagem do tempo foi um aspecto central. Por outro lado, em razão do cenário descrito na seção 4.2¹⁸⁹ e tendo em

¹⁸⁸ Para uma descrição da construção histórica da cultura política brasileira, ver o próprio Moisés (1995) e também Souza & Lamounier (*op. cit.*).

¹⁸⁹ Retomando, resumidamente, crises de governabilidade devidas ao modelo de sistema político institucionalizado pela Constituição de 1988; intensa crise econômica e sucessivos pacotes até a estabilização da moeda brasileira; escândalos recorrentes de corrupção envolvendo membros do legislativo e inclusive um presidente da República e déficit das

vista que é, predominantemente, a experiência política concreta dos cidadãos que impacta seus valores e atitudes políticas, os brasileiros mostram-se insatisfeitos com o funcionamento prático da democracia, avaliando negativamente os políticos e os governos e desconfiando das instituições representativas. Essa insatisfação e desconfiança se mantêm ao longo desse período de consolidação político-institucional e atitudinal da democracia brasileira e, grosso modo, atravessam todos os segmentos de renda, escolaridade e distribuição ecológica (MOISÉS, 1995; 2005)¹⁹⁰.

A evolução diferenciada das curvas de adesão democrática, por um lado, e de avaliação de governos e confiança política, por outro, atesta que esses indicadores são relativamente independentes e que, na sociedade brasileira, há padrão complexo de relações entre a legitimidade política, a confiança institucional e o desempenho dos governos na fase em que a democracia brasileira estava ainda se consolidando. Continuando com Moisés (1995), diante de mudanças político-institucionais (e através do tempo), os membros adultos da comunidade política se ressocializam e são capazes de reformular valores anteriores, pois eles guardam em sua memória impressões das experiências políticas que afetaram suas vidas em períodos recentes e tendem a comparar suas experiências atuais com o passado. Dessa forma, uma vez que os cidadãos brasileiros adultos experimentaram, pelo menos, o regime militar e a democracia recente, prevalecem tendências de avaliação retrospectiva do novo regime. Tal comparação se estabelece com base em um critério pragmático, não apenas tendo em vista a distribuição de bens materiais, mas também a distribuição de bens simbólicos (i.e., a apreciação da existência efetiva de contestação e participação).

A ideia de avaliação retrospectiva do novo regime já fora apresentada por Mishler e Rose, mas, no caso brasileiro, há um alcance comparativo mais limitado das experiências autoritária e democrática. A primeira (ditadura), por exemplo, pautou-se em instituições políticas semicompetitivas enquanto a segunda (democracia) – como mistura de estruturas institucionais e lideranças do passado autoritário com novas instituições democráticas –, se

instituições na capacidade de resolver as demandas pelos direitos cidadãos e de redução das intensas desigualdades sociais.

¹⁹⁰ Cumpre notar que o cenário paradoxal entre a adesão normativa à democracia, por um lado, e a insatisfação com seu funcionamento, bem como a desconfiança de suas instituições, não é peculiaridade brasileira, mas atinge, inclusive, as democracias consolidadas, como documentado, por exemplo, por Norris (1999). Isso não implica, tampouco, crise do regime democrático, mas parece apontar para uma transformação da relação dos cidadãos com a política e com o Estado.

encontrava, até a segunda metade dos anos 1990, precariamente institucionalizada. Ademais, o sucesso econômico do regime militar brasileiro na primeira metade da década de 1970 e a repressão política moderada empregada (em termos comparados aos seus congêneres do Cone Sul, Argentina, Chile e Uruguai, por exemplo) justificam "...uma atitude de maior complacência do público diante dos governos militares"(MOISES, 1995, p.170). Assim, ao mesmo tempo em que a preferência pelo regime democrático em 1993 já dava seus primeiros sinais de "lua de mel" entre os cidadãos e o novo regime, 1/3 dos brasileiros ainda eram receptivos a uma "volta dos militares ao poder". Não obstante, quando se pedia aos cidadãos para compararem as situações econômica, dos direitos humanos e da corrupção sob o regime militar e sob a democracia, mesmo para aqueles que consideravam que o primeiro era melhor, a preferência pela democracia revelou-se mais elevada. Isso mostra que a resposta às duas perguntas (preferência por regimes e a aceitação de um eventual retorno militar) seguia lógicas distintas: muito mais do que por variáveis instrumentais (p.e, comparação de governos) e estruturais (efeitos da exclusão social), a manutenção daquele nicho autoritário devia ser explicada, então e em parte, pela fraca tradição democrática no país:

"...os efeitos desiguais da modernização combinaram-se com sobrevivências do autoritarismo, com a preservação de estilos políticos tradicionais e com os déficits de funcionamento das instituições de representação. A consequência disso é a continuidade de padrões de apatia e de afastamento de amplos segmentos da população da vida política que se refletem sobre as taxas de adesão ao regime democrático"(MOISÉS, 1995, p.186-187).

Nesse sentido, um importante problema para a democracia brasileira nos anos 1990 foi que, na falta de uma liderança política que estimulasse e se apoiasse nas transformações atitudinais em curso dos públicos de massa brasileiros, os elementos do passado autoritário brasileiro poderiam ocupar o terreno onde a democracia deveria se enraizar. Se, por um lado, os resultados das pesquisas mostravam as relativas autonomias da preferência normativa pela democracia e da satisfação com seu desempenho (e, mais do que isso, apontavam que os mais críticos com o desempenho do regime eram também os mais democratas), por outro lado, um elemento preocupante era que, embora as pesquisas mostrassem um nível razoável de generalização da aceitação do regime democrático entre

os cidadãos brasileiros, a disposição para a participação eleitoral sofreu uma ligeira queda passada a “lua de mel” com o advento da democracia¹⁹¹ e, ademais, os níveis de eficácia política subjetiva (sentimento dos indivíduos de que têm influência política e que, portanto, vale a pena participar da política) mostravam-se persistentemente baixos. Mesmo que os registros também tenham indicado que esse sentimento não levava a tendências de comportamento “agressivo” (medido pela concordância com a frase “*No Brasil, as coisas só vão melhorar com uma revolução ou violência*”), a ineficácia subjetiva apareceu(e) acompanhada de tendências de distanciamento dos indivíduos da vida pública.

Moisés (1995) ressaltou, no entanto, que construir a ordem democrática (em termos institucionais, atitudinais e comportamentais) é processo longo e difícil e, no caso brasileiro, devido ao fato de que a transição política brasileira foi incerta e extremamente ambígua, em meados da década de 1990, a passagem do tempo ainda não tinha produzido os efeitos esperados para a estabilização da democracia. Nessa construção, instituições, comportamentos e atitudes compõem um complexo essencial de interações: os valores políticos são formados e reformulados a partir da interação entre o comportamento e o funcionamento das instituições políticas, como também já trabalhado em Capítulos anteriores desta tese.

Dada a transição política brasileira recente, era razoável pensar que a idade dos indivíduos tratada tanto em termos do ciclo de vida político, mas, sobretudo, em termos de experiências de coortes (ter vivido ou não o regime militar) impactasse as atitudes e comportamentos políticos dos indivíduos das distintas faixas etárias frente à democracia. Moisés (1995), no entanto, encontrou que o apoio à democracia não era fortemente determinado pelo fator etário. Porém, observou que a variação das preferências por regimes políticos entre 1989 e 1993 dividiu os entrevistados em dois grupos principais: os “democratas” eram aqueles em uma faixa etária intermediária (26 a 40 anos), com mais altos níveis de instrução e que vivenciavam um período profissional mais ativo. Foi entre esses também que, naquele intervalo, o índice de preferência pela democracia mais cresceu, sugerindo que eles eram os mais abertos às mudanças políticas. Ao contrário, os

¹⁹¹ Essa ligeira queda transpareceu na comparação das pesquisas de 1989, sob efeito da primeira eleição direta para a presidência da República, e de 1993, ainda sujeita ao impacto do *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello em 1992.

muito jovens (16 a 25 anos) e aqueles com mais de 40 anos apresentaram um índice de preferência pela democracia relativamente estável através daquele período. Nesses casos, afirmou o autor, "...a experiência democrática recente parece insuficiente para fazê-los mudar de orientação" (MOISÉS, 1995, p.133).

Em estudo recente (MOISÉS, 2008a), baseado em dados para 2002-2004, esta questão foi atualizada. O autor verificou, então, de que modo a experiência dos cidadãos com as instituições da democracia influíam sobre sua adesão ao regime democrático como um ideal e como sistema prático. Moisés perguntou ainda se aspectos geracionais (p.e., a experiência de ter atravessado o regime militar) importavam entre as dimensões determinantes daquelas adesões¹⁹². As hipóteses do autor foram que, primeiro, o apoio à democracia deveria se desdobrar nas dimensões normativa e prática e, segundo, deveria haver uma lacuna entre essas dimensões devido à influência duradoura do passado autoritário sobre aqueles que o viveram e à sua experiência limitada de participação política. Ainda, em decorrência do cenário de incertezas oriundo das mudanças e continuidades colocadas pela transição e construção da democracia brasileira recente, a última hipótese apontou que os cidadãos não estariam totalmente certos se era a democracia ou suas alternativas antidemocráticas que ofereciam a melhor solução aos problemas do país. Tal cenário teria contribuído para gerar atitudes de dúvida e de ambivalência política entre os cidadãos brasileiros, impactando seus níveis de adesão ao regime democrático.

De fato, embora tenha sido observado crescimento no tempo da preferência democrática normativa, destacou-se a presença de um grande contingente de indivíduos "ambivalentes"¹⁹³ (e autoritários) seja no que se refere à preferência por regimes, seja na associação dessa adesão normativa com modelos práticos deficitários de democracia: embora a democracia tenha se mostrado a principal opção atitudinal dos cidadãos, o contingente de indivíduos ambivalentes mostrou-se bastante elevado. Também foi notável que a opção pela democracia como ideal tenha emergido associada a modelos incompletos

¹⁹² Mas o suposto de Moisés, retomando Easton (1965), Norris (1999) e Mishler e Rose, foi que se as orientações formadas durante os processos de socialização inicial são importantes para definir as atitudes de longo prazo, elas se mesclam com os julgamentos políticos formados *a posteriori* como fruto das experiências político-institucionais mais recentes dos cidadãos.

¹⁹³ "...isto é, que embora não se oponham frontalmente à democracia não estão seguros em escolhê-la como 'the only game in town'" (MOISÉS, 2008a, p.23).

ou deficientes de seu funcionamento (como por exemplo, “democracia sem congresso” e “democracia sem partidos”). Moisés encontrou ainda que a razão de chance de ocorrência de ambivalentes (e autoritários) era, entre outros fatores, maior entre os mais jovens (indivíduos com até 39 anos)¹⁹⁴. Porém, ao mesmo tempo, resultados de modelo adicional explicativo das “atitudes autoritárias”¹⁹⁵ apontaram que eram os mais velhos (indivíduos com mais de 39 anos), “...provavelmente ainda sob influência da tradição autoritária, os que apóiam estas alternativas”(MOISÉS, 2008a, p.29).

Esse conjunto de resultados reforçou os achados anteriores de que tanto a sobrevivência de traços de cultura política autoritária como o funcionamento deficitário das instituições democráticas influem sobre as orientações políticas dos brasileiros. Vale dizer, apesar das mudanças atitudinais dos cidadãos brasileiros em direção a uma cultura política democrática, as experiências políticas negativas com as instituições representativas continuavam trazendo a tona os elementos autoritários da herança cultural do país¹⁹⁶. Ao mesmo tempo, os resultados sugeriram que, para os mais novos (portanto, para aqueles com menor experiência política – e que vivenciaram apenas o regime democrático), não são soluções autoritárias, mas modelos deficitários de democracia – sem partidos e sem congresso – que encontram maior eco.

Baquero e Gonzalez (2011) também constatarem mudanças positivas na cultura política democrática dos brasileiros, que atribuíram, em parte, à consolidação das instituições representativas e, em parte, à socialização política estabelecida desde a infância que, de geração a geração, propicia as condições psicoculturais favoráveis à persistência do sistema¹⁹⁷. Analisando dados pós-eleitorais brasileiros para 2002 a 2010, os autores apontam que há um crescimento contínuo das opiniões sobre a importância do voto e sobre se as eleições presidenciais ajudam a melhorar a vida da população e sugerem

¹⁹⁴ Em modelo para a América Latina, o autor encontrou mais uma vez que eram esses mesmos jovens - também entre outros fatores - os que mais preferiam modelos de democracia sem partidos e sem congresso.

¹⁹⁵ São as seguintes as atitudes autoritárias exploradas pelo autor: concordância com “Governo militar soluciona mais os problemas”; “Apoiaria governo militar em caso de dificuldades”; “Apoiaria governo militar que resolvesse problemas econômicos”; “Concorda com governo desrespeitar leis em dificuldades”; “Concorda com presidente não se limitar às leis em caso de dificuldades”; “Daria um cheque em branco a um líder salvador que resolvesse os problemas”; “Prefere líder que tenha todo o poder à democracia”; “Considera que a democracia tem grandes problemas / não é uma democracia”.

¹⁹⁶ Essa ideia também foi trazida por Venturi e Bokani (*op.cit.*), apresentado no Capítulo 1 desta tese.

¹⁹⁷ A esse respeito, os autores fazem uma importante ressalva: “...persistência inclui tanto estabilidade quanto mudança, e a socialização não se confunde com a reprodução do *status quo*, na medida em que pode potencializar os elementos de instabilidade”(BAQUERO & GONZALEZ, *op.cit.*, p.372).

que esse crescimento de valores políticos democráticos se deve à socialização política que se estabelece sob a democracia através de processos eleitorais contínuos e do exercício obrigatório do voto. Trata-se ainda de um crescimento relativamente estável e que afeta a todas as faixas etárias, o que é favorável à estabilidade democrática.

Apesar desse impacto politizador positivo da institucionalização da democracia, o funcionamento institucional cotidiano deficitário, marcado pelo personalismo, privatismo, clientelismo e patrimonialismo, tem impacto negativo significativo sobre os valores democráticos dos cidadãos brasileiros. No período analisado, isso transpareceu no cenário pós-eleitoral de 2006, sugerindo efeito das denúncias de corrupção ocorridas desde 2005: os valores mais afetados foram a desejabilidade de identificação partidária do presidente, a simpatia pelos partidos políticos e a disposição de votar caso o exercício do voto fosse facultativo, que oscilaram negativamente. O mais importante aqui foi que as conjunturas de crises moral e política afetaram as percepções sobre os partidos, e mesmo o exercício do voto, de modo sistêmico (e não apenas em relação ao grupo ou partido diretamente envolvido). Essas variações também afetaram a todas as faixas etárias na mesma direção.

Segundo Baquero e Gonzalez, o período de oito anos analisado é pequeno para conclusões mais definitivas em termos geracionais, mas é possível sugerir que “...o comportamento dos mais jovens reproduz os mesmos aspectos de desconfiança sobre a política dos mais velhos” (BAQUERO & GONZALEZ, *op.cit.*, p.395). Embora, através do tempo, se observe o crescimento de atitudes positivas para com o processo democrático, que sugere o efeito pedagógico das conjunturas eleitorais, as percepções sobre as instituições da democracia representativa são constantemente afetadas de modo negativo pelas conjunturas políticas do processo político brasileiro. Ao refletirem a inconsistência entre o que, de geração a geração, se aprende sobre o regime democrático e as experiências que os indivíduos têm no “mundo político real”, tais conjunturas contribuem para a manutenção de uma cultura política de contradições.

Embora ciente de ter simplificado em demasia os objetivos de Moisés (1995; 2008a) e Baquero e Gonzalez (*op.cit.*), a breve apresentação de seus estudos permite introduzir a questão central da presente tese. Os achados desses autores sugerem que vale a pena explorar em maior detalhe as relações entre a idade (tanto nos termos do “ciclo de vida” como em termos de “experiências de coortes”) e a (re)socialização e aprendizado dos valores político-democráticos dos cidadãos brasileiros através do período democrático

recente. Ao fazer isso, aprofundo discussões efetuadas por Ribeiro (*op.cit.*) e Schlegel (*op.cit.*) abordados, respectivamente, nos Capítulos 2 e 4 desta tese (embora, ao dizer isso, eu também esteja ciente de que estar simplificando as diferenças de objetivos e metodologias entre os dois autores e com o estudo aqui proposto). Na finalização deste quarto Capítulo, apresento, então, a hipótese da presente tese.

4.4 – Hipótese de estudo

Tal como propuseram Mishler e Rose para o estudo dos países ex-comunistas (conforme itens 2.3.1 e 3.3 deste texto) e Moisés para o cenário da transição à democracia brasileira (item 4.3), esta tese entende que a cultura política e a estrutura política estabelecem entre si mútuas interrelações. As ideias de racionalidade adaptativa e de “ciclos culturais” (conforme conceitos de Lane (*op. cit.*, item 2.3)) vão nessa mesma direção e, como enunciado anteriormente, parecem o modo apropriado para tratar da democratização institucional e atitudinal brasileira a partir dos anos 1980.

Com base nessas referências, defende-se aqui que embora as influências culturais e da primeira socialização exerçam impacto na formação dos valores políticos, as experiências político-institucionais, sobretudo as mais recentes, são as que mais importam nessa formação. Se os indivíduos fazem suas escolhas e formam suas preferências políticas mediados pelas orientações culturais aprendidas através de processos de socialização vividos desde a infância, suas experiências políticas (adultas) e sua racionalidade também os qualificam para fazer (e refazer) aquelas escolhas.

Assim, embora a longa e pactuada transição política do regime militar brasileiro tenha sido conduzida pelas elites autoritárias, foi acompanhada (e impulsionada), no âmbito da opinião pública, por uma valorização das liberdades democráticas. Os processos político-institucionais e atitudinais descritos neste Capítulo objetivaram apresentar (sem perder de vista o teor predominantemente conservador da transição política brasileira) como mudanças políticas, escolhas, atitudes e valores culturais ocorreram paralelamente, e com implicações mútuas, ao processo político da democratização brasileira. Este é o cenário que acolhe os anos formativos dos públicos

jovens aqui estudados, mas também o período de ressocialização e reaprendizado político das coortes de indivíduos formadas sob outros cenários políticos e influências (sobretudo, pelo regime militar brasileiro).

Nesta tese, investigo, então, se, na experiência democrática brasileira recente, a faixa etária (ou coorte) dos indivíduos impacta sua apreensão e envolvimento com a política. A hipótese da tese afirma que não há diferenças *substantivas* na adesão ao regime democrático e no interesse e envolvimento com a política dos públicos jovens em seus “anos formativos” (eleitores até 25 anos) e “adultos” ao longo do experimento político-democrático recente. Apesar de os indivíduos pertencerem a coortes com experiências políticas formativas distintas e de os jovens aqui estudados estarem em seus anos “facilmente influenciáveis”, a idade não é fator fortemente explicativo dos valores políticos na consolidação da democracia brasileira, pois, na perspectiva aqui adotada, o que importa são as experiências mais recentes. Dessa forma, se, como descrito no item 4.3, há mudanças positivas nas orientações democráticas dos brasileiros, decorrentes, sobretudo, da passagem do tempo e da aprendizagem institucional com o regime democrático, *em geral*, os jovens acompanham as mudanças positivas professadas por seus concidadãos mais velhos. Do mesmo modo, mantêm, ao longo do tempo, níveis elevados de desconfiança institucional. Se essa hipótese parece apenas reproduzir alguns achados de artigos anteriormente apresentados (VENTURI & BOKANI, *op.cit.*; RIBEIRO, *op.cit.*; BAQUERO & GONZALEZ, *op.cit.*), baseados em pesquisas em um único ponto no tempo¹⁹⁸ da democracia recente, ela propõe explorar longitudinalmente os possíveis impactos da passagem do tempo e da consolidação da democracia sobre o aprendizado político-institucional (e os valores políticos¹⁹⁹ decorrentes) de grupos de indivíduos com diferentes experiências políticas - retomando, seja por estarem em diferentes momentos do “ciclo de vida” político seja pelas distintas experiências formativas de coortes.

Ainda assim, é plausível supor que o cenário político de implantação da

¹⁹⁸ Baquero e Gonzalez (*op.cit.*), na verdade, tratam de dados para o período entre 2002, 2006 e 2010, mas, como descrito neste Capítulo, este período encobre em grande parte o cenário de uma democracia consolidada. Ademais, os autores não fazem o exercício aqui proposto de acompanhar mesmas coortes de idade através do tempo.

¹⁹⁹ Mesmo correndo o risco de ser repetitiva, reafirmo que os valores políticos explorados aqui são: adesão à democracia e à confiança em suas instituições, a indicadores individuais de eficácia e participação políticas - adesão voluntária ao voto, opiniões sobre a política e sobre a influência cidadã na política, ao acesso à informação política e à participação ativa em organizações voluntárias. Cumpre notar, inclusive, que nem todas essas variáveis foram tratadas pelos autores supramencionados.

democracia (1989) tenha impactado mais forte e negativamente a adesão à democracia e a confiança política dos jovens brasileiros, que viveram seus “anos facilmente influenciáveis” sob o cenário da transição política de regimes longa e pactuada em comparação aos seus concidadãos mais velhos. Com relação à preferência por regimes, a consolidação da democracia apagou quaisquer diferenças nos valores devidas à experiência política dos indivíduos associadas à idade, pois, com o passar do tempo, todos têm maior experiência com as instituições da democracia (e essa passa a ser o mais importante fator na avaliação da mesma). Nessa mesma direção, com relação à adesão ao regime militar, deve também haver diferenças por grupos de idade nos primeiros anos da democracia, mas em sentido inverso: dado que aquele regime foi baseado em instituições semi-competitivas, foi bem sucedido economicamente até o início dos anos setenta e teve níveis moderados de repressão, aqueles que o viveram (portanto, os mais velhos), não necessariamente em seus “anos formativos”, foram mais complacentes em sua avaliação, levando um tempo maior para sua rejeição. Mesmo esses dois exemplos não contrariam a hipótese geral de que a idade (associada às diferentes experiências políticas) não impacta a apreensão da política de modo marcante. Por outro lado, quanto à confiança política²⁰⁰, há diferenças persistentes na baixa confiança institucional por grupos de idade²⁰¹: por estarem em seus anos “facilmente influenciáveis”, os públicos mais jovens sofreram mais fortemente os efeitos negativos do cenário político-institucional da implantação e consolidação da democracia e seriam, assim, mais desconfiados. No próximo Capítulo, apresento as evidências empíricas utilizadas para demonstrar a hipótese desta tese.

²⁰⁰ Neste estudo, a confiança política é tratada como decorrente da experiência político-institucional dos indivíduos: assim como a partir dessa experiência, os cidadãos fazem suas escolhas políticas e avaliam o funcionamento cotidiano do sistema político, isso também os capacita a por ou retirar confiança em instituições específicas (OFFE, 1999). Mas essa não é a única abordagem da confiança política. Putnam (1996), por exemplo, defende que a confiança política deriva da confiança interpessoal. Esta discussão foge do objetivo da presente tese. Para uma revisão das abordagens sobre a confiança política (e, inclusive, para uma refutação da tese de Putnam para o cenário brasileiro), ver, por exemplo, Vasquez (*op.cit.*).

²⁰¹ Como apresentado no Capítulo 3 (item 3.3), Schlegel (*op.cit.*) relatou diferenças por faixas etárias na confiança institucional dos brasileiros (mais jovens mais desconfiados). Esse achado também apareceu no estudo de Vásquez (*op.cit.*) sobre o impacto da corrupção na baixa confiança política dos brasileiros. Os dois autores basearam-se em evidências para o ano de 2006.

Capítulo 5

Os jovens brasileiros na democracia recente: algumas evidências empíricas

A tese explora a evolução dos valores político-democráticos dos sucessivos grupos de jovens brasileiros que foram integrados ao eleitorado no decorrer da democratização brasileira recente e verifica se, ao longo do tempo, os jovens acompanham a consolidação atitudinal democrática (e seus paradoxos) observada entre o conjunto dos brasileiros (como descrito na seção 4.3). Nos Capítulos 2 e 3, tratei, respectivamente, da abordagem da Cultura Política sobre os processos de socialização política e de formação de preferências políticas, que embasa a hipótese central deste estudo e das abordagens sobre coortes, jovens, política e democratização, que orientam as possibilidades analíticas e os métodos empregados por esta tese.

O suposto desta tese é que o envolvimento político dos jovens brasileiros no período democrático recente reflete o processo de formação individual dos valores políticos que se estabelece juntamente com a consolidação do regime democrático. Trata-se, portanto, de um estudo segundo a abordagem da Cultura Política que utiliza “coortes” como recorte metodológico para analisar retrospectivamente os padrões de mudanças atitudinais dos brasileiros desde o advento da democracia e não de um estudo específico sobre coortes, vale dizer, não se trata de uma “análise de coorte padrão” (Cf. expressão de Glenn, *op.cit.*).

Para observar as mudanças e continuidades dos valores políticos dos jovens brasileiros ingressantes no eleitorado no período democrático recente (assim como a de seus concidadãos mais velhos), as hipóteses desta tese são testadas com base na análise de dados provenientes de três pesquisas por amostragem (*surveys*) nacionais realizadas no âmbito acadêmico²⁰², e listadas na Tabela 5.1:

²⁰²Todas as pesquisas são baseadas em levantamento por amostragem estratificada - segundo regiões, municípios e setores censitários e respeitam a distribuição segundo sexo, idade e escolaridade do IBGE - com sorteio aleatório. O universo de cada pesquisa (eleitores brasileiros) foi dividido, inicialmente, em 4 subuniversos representando as regiões sócio-políticas do país (sul, sudeste, nordeste, norte / centro-oeste). Em cada subuniverso - que na composição total da amostra participou de acordo com seu peso populacional -, os municípios foram agrupados de acordo com sua localização

Tabela 5.1 – *Surveys* utilizados na análise estatística²⁰³

| Pesquisa | Data | Instituto | Universo | Amostra |
|---|-------------|-------------------------------|---------------------|---------|
| “Intenção de voto para presidente” | set./ 1989 | CEDEC / Datafolha | eleitores do Brasil | 2083 |
| “Avaliação Itamar Franco” | mar./ 1993 | CEDEC / Datafolha | eleitores do Brasil | 2499 |
| “A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas” | jun. / 2006 | CESOP (Unicamp)/ DCP (USP) | eleitores do Brasil | 2004 |

Antes de apresentar os métodos de análise aqui empregados, cabe uma observação sobre a natureza e abrangência das fontes da tese: são dados secundários que não foram desenhados especificamente para o estudo longitudinal de coortes aqui proposto (p.e, não há intervalos de tempo homogêneos entre as pesquisas que permitam estabelecer coortes no sentido demográfico estrito), mas que constituem a melhor ferramenta disponível para sua realização²⁰⁴. Ademais, o conceito de “coortes” aqui utilizado é substantivo, ligado aos eventos políticos potencialmente marcantes em sua definição, tal como tratado no Capítulo 3. Nesse sentido, tento adequar a comparação de coortes ao longo do tempo às fontes disponíveis, seguindo, em alguns momentos, estratégias adotadas por outros autores (p.e., Mishler e Rose, 2002; Torcal, *op.cit.*, Schlegel, *op.cit.*) que também traçaram a trajetória temporal de atitudes e comportamentos de grupos específicos a partir da comparação de *surveys* independentes realizados em diferentes momentos históricos. Tais estratégias incluem, por exemplo, o uso de questões de *surveys* idênticas (no limite, a partir de recodificação) como forma de visualizar a trajetória temporal das orientações políticas

geográfica e seu nível socioeconômico. Dentro de cada grupo, foram sorteados municípios estratificados pelo tamanho da população e, através de um processo de sorteios sucessivos, chegou-se, em seguida, aos bairros, às ruas e aos indivíduos.

²⁰³ As duas primeiras pesquisas fazem parte da Coleção *Democratização e Cultura Política* - quatro *surveys* realizados entre os anos de 1989 e 1993 através de convênio envolvendo o Centro de Cultura Contemporânea (Cedec), o Departamento de Ciência Política e o Programa de Política Comparada do Núcleo de Pesquisa de Relações Internacionais e Política Comparada da Universidade de São Paulo e o Instituto Datafolha. Este conjunto de pesquisas foi coordenado pelo professor José Álvaro Moisés (Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo) e teve apoios financeiros da Fundação Ford, da agência holandesa Novib, da Finep, da Fapesp e do CNPq. A pesquisa “A Desconfiança dos Cidadãos nas Instituições Democráticas” (2004-2009) foi coordenada pelos professores José Álvaro Moisés (Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo) e Rachel Meneguello (Departamento de Ciência Política da Universidade Estadual de Campinas) e contou com o apoio financeiro da Fapesp. Todas as pesquisas estão disponibilizadas ao público no Banco de Dados do Centro de Estudos de Opinião Pública (CESOP) da Unicamp (o endereço eletrônico do Banco de Dados do CESOP é < <http://www.cesop.unicamp.br/site/html/busca.php> >.

²⁰⁴ Lembrando Evan (*op.cit.*), a comparação de coortes em *surveys* transversais equivale a um “quase painel” (cf. seção 3.1).

da população estudada e / ou de seus subgrupos e comparação de regressões para diferentes pontos no tempo para avaliar mudanças na significância e força da faixa etária dos indivíduos como preditora dos valores e atitudes políticas.

No caso do presente estudo, ainda que os *surveys* tenham diferentes desenhos amostrais, há um conjunto de questões similares aplicadas nos três anos (1989, 1993 e 2006), como será detalhado na seção 5.1, que cobrem o objeto aqui explorado. Os dados disponíveis permitem observar, em âmbito longitudinal, padrões de mudanças e continuidades em alguns valores e atitudes políticas dos cidadãos brasileiros à luz dos impactos do aprendizado institucional advindo com a democratização de regimes por grupos de indivíduos com graus distintos de experiência política (seja por sua posição no “ciclo de vida político”, seja pelas distintas experiências de “coortes”).

Há que se considerar também que os cenários políticos nos quais os *surveys* foram aplicados influem sobre seus resultados. Grosso modo, as pesquisas acolhem os cenários da implantação e consolidação da democracia brasileira mas cumpre lembrar seus contextos imediatos: a primeira pesquisa (1989) cobre um momento de euforia e expectativas com a democratização, na conjuntura que antecede a primeira eleição direta para a presidência da República no Brasil desde 1960. A segunda e a terceira pesquisas (1993 e 2006, respectivamente) sucedem dois importantes episódios das recorrentes denúncias de corrupção que marcam o experimento democrático brasileiro recente: primeiro, o *survey* de 1993 (aplicado em março) estava, possivelmente, sob impacto da renúncia do então presidente Fernando Collor de Mello no mês de dezembro do ano anterior (desfechando o escândalo do *Collorgate*), além da intensa crise econômica e incerteza com o regime democrático. Por fim, o *survey* de 2006 (junho) foi aplicado praticamente um ano depois de deflagrado o escândalo do “Mensalão” e pouco antes da campanha eleitoral que reelegeu o então presidente Lula – cobre, de todo modo, o cenário de consolidação institucional da democracia brasileira recente, tal como descrito no Capítulo 4²⁰⁵.

²⁰⁵ A lacuna a ser lamentada se refere ao período entre 1994 e o início da década de 2000, o que permitiria capturar os impactos do controle da inflação com a implantação do Real (e sua crise) no fim do segundo mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso. Cumpre mencionar que, para esse período, há, sim, o *survey Cultura Política e Cidadania I* realizado pela Fundação Perseu Abramo em novembro de 1997, que também está disponibilizado ao público no Banco de Dados do CESOP (Número da pesquisa: 01825). Esta pesquisa não foi utilizada por esta tese por não conter importantes variáveis de interesse e, mesmo no caso das variáveis disponíveis, algumas não continham categorias de respostas exatamente comparáveis (mesmo através de recodificação) para um estudo de coortes através do tempo.

Porém, ainda a título introdutório, é preciso advertir que, por não dispor de dados comparativos para o período anterior a 1989, não é possível afirmar (sobretudo para os grupos de idade mais velhos) que quaisquer diferenças nas atitudes relatadas sejam necessariamente devidas a efeitos de “coorte” ou do “ciclo de vida” (quaisquer semelhanças, por outro lado, podem ser imputadas a efeito de eventos do período, no caso a democracia, mas, também nesse caso, não é possível afirmar conclusivamente que elas sejam efeitos da democracia pelo mesmo motivo: a ausência de dados para períodos históricos anteriores não permite afirmar que a ausência de impactos da idade (tanto nas dimensões do “ciclo de vida” como da “coorte”) seja apenas devido a efeito consolidador da democracia brasileira). De todo modo, para o período democrático recente, grosso modo, os dados permitem acompanhar a evolução dos valores políticos de coortes desenhadas para 1989 nas pesquisas seguintes (1993 e 2006) – ou seja, acompanhar a relação com a política democrática dos grupos etários em seu envelhecimento ao mesmo tempo em que a democracia brasileira se consolida; comparar, em cada ano, os valores políticos reportados por grupos de jovens em seus anos formativos (18 a 25 anos) aos valores expressos pelos demais grupos etários e, finalmente, acompanhar a evolução dos valores políticos (aprendizado institucional) dos sucessivos grupos de jovens (ou seja, comparar os valores reportados pelos jovens que viveram seus anos formativos em cada conjuntura democrática pesquisada).

Nas duas próximas seções, apresento as variáveis e as estratégias analíticas utilizadas pela presente tese.

5.1 – Descrição das variáveis

As variáveis utilizadas neste estudo foram selecionadas com base em suas comparabilidade e disponibilidade nas pesquisas de 1989, 1993 e 2006.

➤ *Variáveis sociodemográficas:*

a) A variável **IDADE** foi trabalhada como variável categórica sob 2 formatos:

a 1) “ciclo de vida” – para registrar, em cada pesquisa (1989, 1993 e 2006), possíveis diferenças dos valores políticos de indivíduos de faixas etárias distintas (portanto, em diferentes estágios do ciclo de vida político), a variável idade foi categorizada em 3 níveis

(18 a 25 anos; 26 a 43 anos e 44 a 69 anos).

Tal como outros estudos destacados no Capítulo 3, nesta tese, a idade arbitrada para tratar do período formativo dos valores políticos dos jovens brasileiros do período democrático recente é o período entre “18 a 25 anos”²⁰⁶. Considerando-se esse período formativo, a rigor, o primeiro grupo de jovens destacado, de 1989, foi introduzido no eleitorado no cenário da “transição” (ingressantes no eleitorado entre 1982 a 1989); os jovens de 1993, ingressantes no eleitorado entre 1986 a 1993, foram incorporados ao eleitorado, pelo menos, já sob o primeiro governo civil após o regime militar e os mais novos já sob a democracia (portanto, têm em comum, como experiência política formativa, a “democratização”). O grupo de jovens captado pela pesquisa de 2006, ingressantes no eleitorado entre 1999 e 2006, é, nos limites dos dados aqui utilizados, o primeiro grupo inteiramente formado politicamente sob o regime democrático recente e que, ademais, não viveu a inflação, acompanhando o segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso e o primeiro governo Lula (portanto, têm em comum a experiência da estabilidade econômica).

Esses recortes temporais são esboçados neste momento para explicar o porquê da exclusão do público com idades entre 16 e 17 anos: apesar de, desde a Constituição de 1988, os indivíduos terem sido incorporados ao eleitorado através do voto facultativo já nessa faixa etária, nas pesquisas de 1989 e 1993, os “jovens mais velhos” (então com 25 anos) não haviam sido beneficiados pelo voto opcional, o que invalidaria as comparações dos dados²⁰⁷. A distribuição percentual das faixas etárias ao longo das pesquisas é apresentada na Tabela 5.2:

²⁰⁶ Embora, também no Capítulo 3, tenha sido apontado que o “ciclo de vida político” abrange 4 períodos de idade, começando desde a infância até a velhice, não foi possível trabalhar também com esta última faixa etária devido ao baixo número de casos que ela teria (por exemplo, se fosse criada a categoria “60 a 69 anos” para capturar o fim do ciclo de vida político, nesse grupo haveria apenas 6,3%; 6,6% e 8,8% de indivíduos em 1989, 1993 e 2006, respectivamente).

²⁰⁷ Ademais, os jovens entre 16 e 17 anos representam apenas em torno de 5% (6,1% (1989); 3,3% (1993) e 4,0% (2006)) dos entrevistados e um cruzamento preliminar dos dados para cada ano não mostrou diferenças substantivas entre os valores desta parte do eleitorado e o grupo de jovens entre 18 a 25 anos. Também foram excluídos os eleitores facultativos com 70 anos ou mais.

Tabela 5.2 - Faixas Etárias (%)

| Faixa Etária | 1989 a 2006 | | |
|--------------|-------------|--------|---------|
| | 1989* | 1993** | 2006*** |
| 18 a 25 anos | 26,3 | 29,3 | 22,2 |
| 26 a 43 anos | 46,6 | 44,9 | 43,6 |
| 44 a 69 anos | 27,1 | 25,8 | 34,2 |

*n=1917; **n=2367; ***n=1815

a 2) “coortes” - as 3 faixas etárias (18 a 25 anos; 26 a 43 anos e 44 a 69 anos) utilizadas na pesquisa de 1989 são também potenciais coortes políticas²⁰⁸ (associadas a eventos políticos). Dessa forma, nos 2 *surveys* seguintes (1993 e 2006), a idade foi categorizada também em 4 níveis para acompanhar as coortes utilizadas na pesquisa de 1989 em seu envelhecimento (a quarta categoria / coorte reúne os indivíduos integrados ao eleitorado a partir de 1990).

As coortes são recortadas com base na idade dos entrevistados (definindo a idade de 18 anos como marco definidor das sucessivas coortes) e nos períodos históricos potencialmente impactantes nos anos formativos das mesmas. Com base na combinação desses dois critérios, quatro são as coortes aqui definidas:

- A Coorte 1, mais velha, reúne os indivíduos que ingressaram no eleitorado no máximo entre 1938 e 1963, formados politicamente, portanto, sob os eventos marcantes do Estado Novo e da democracia de 1946-1963²⁰⁹ (esta última é a experiência política comum a seus membros). A evolução percentual desta coorte mostra sua diminuição (devida à morte ou ao envelhecimento de seus membros) ao longo do período estudado;
- A Coorte 2 reúne os indivíduos introduzidos no eleitorado juntamente com o golpe militar e implantação da ditadura no país, sua fase mais autoritária e a primeira fase da transição política, ainda no âmbito da liberalização política do regime militar (1964-1981), como descrito no Capítulo 4;

²⁰⁸ O fato de a maioria legal ser utilizada para demarcar as coortes também explica a exclusão do público com idades entre 16 e 17 anos da análise aqui proposta.

²⁰⁹ Para uma descrição dos eventos políticos marcantes do Estado Novo e da democracia de 1946, ver, por exemplo, Skidmore (1982).

- A Coorte 3 reúne os indivíduos ingressantes no eleitorado nas duas fases seguintes²¹⁰ da transição à democracia brasileira (1982-1989). A ideia de distinguir uma coorte da transição leva em conta a análise de Moisés (2008a), que apontou que a longa e conservadora transição política à democracia pode ter originado atitudes de ambivalência entre os brasileiros. Este período, sob as consequências da reforma partidária e da anistia política (além da intensa crise econômica), aprofundou a democratização política propriamente dita.
- A Coorte 4, mais nova, é composta por aqueles que foram incorporados ao eleitorado a partir de 1990, após a inauguração do período democrático recente com a primeira eleição direta para presidente após o regime militar em dezembro de 1989. A evolução percentual desta coorte mostra que ela cresce ao longo do período estudado.

O desenho aqui proposto (frequências e recortes das faixas de idade) é esboçado na Tabela 5.3 (para facilitar a visualização das coortes e acompanhá-las em seu envelhecimento, a tabela está disposta – de cima para baixo - da coorte mais nova a mais velha²¹¹):

Tabela 5.3 - Coortes (%) - 1989 a 2006

| | 1989* | 1993** | 2006*** |
|----------|---------------------|---------------------|---------------------|
| Coorte 4 | - | 18 a 21 anos (14,2) | 18 a 34 anos (45,0) |
| Coorte 3 | 18 a 25 anos (26,3) | 22 a 29 anos (26,7) | 35 a 42 anos (18,5) |
| Coorte 2 | 26 a 43 anos (46,6) | 30 a 47 anos (38,9) | 43 a 60 anos (29,3) |
| Coorte 1 | 44 a 69 anos (27,1) | 48 a 69 anos (20,3) | 61 a 69 anos (7,3) |

*n=1917; **n=2367; ***n=1815

b) A **ESCOLARIDADE** é aqui usada como a variável que estratifica as coortes ao longo do tempo e como variável de controle nos testes estatísticos²¹². A variável original “grau de instrução” foi apresentada como variável categórica nos 3 *surveys*, mas, para comparação, foi necessário, em cada ano, reduzi-la e recodificá-la em quatro níveis de instrução (*Até primeiro grau incompleto; Primeiro grau completo / segundo grau incompleto; Segundo grau*

²¹⁰ Cf. distinção de Kinzo (*op.cit.*), apresentada no Capítulo 4 desta tese.

²¹¹ Cabe lembrar que, em todos os anos, a coorte mais velha termina nos 69 anos porque a tese utiliza apenas os eleitores compulsórios.

²¹² O sexo dos entrevistados também foi utilizado como variável de controle em alguns testes estatísticos. A distribuição por sexo das amostras para cada ano está reproduzida na Parte I do Anexo do Capítulo 5.

completo e Superior incompleto ou mais). A Tabela 5.4 traz os índices de escolaridade dos brasileiros entre 1989 e 2006 por faixas etárias:

Tabela 5.4 - Grau de instrução por faixas etárias (%) - 1989 a 2006

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989* | 1993** | 2006*** |
|--------------|---------------------------------------|-------|--------|---------|
| 18 a 25 anos | Até 1º grau incompleto | 44,4 | 34,6 | 25,3 |
| | 1º grau completo / 2º grau incompleto | 26,4 | 31,4 | 27,0 |
| | 2º grau completo | 17,2 | 21,5 | 24,8 |
| | Superior incompleto ou mais | 12,0 | 12,5 | 22,8 |
| 26 a 43 anos | Até 1º grau incompleto | 51,1 | 41,9 | 46,4 |
| | 1º grau completo / 2º grau incompleto | 13,9 | 20,5 | 18,8 |
| | 2º grau completo | 15,9 | 20,5 | 25,2 |
| | Superior incompleto ou mais | 19,1 | 17,0 | 9,6 |
| 44 a 69 anos | Até 1º grau incompleto | 75,4 | 65,8 | 62,1 |
| | 1º grau completo / 2º grau incompleto | 12,2 | 14,4 | 12,4 |
| | 2º grau completo | 7,2 | 11,5 | 10,0 |
| | Superior incompleto ou mais | 5,2 | 8,3 | 5,5 |
| Total | Até 1º grau incompleto | 55,9 | 45,9 | 50,5 |
| | 1º grau completo / 2º grau incompleto | 16,7 | 22,1 | 18,5 |
| | 2º grau completo | 13,9 | 18,5 | 19,9 |
| | Superior incompleto ou mais | 13,5 | 13,5 | 11,1 |

*n=1902; **n=2367; ***n=1815

Em termos de “coortes” (Tabela 5.3), enquanto nas pesquisas de 1989 e 1993, os maiores percentuais eram de cidadãos introduzidos no eleitorado no período da ditadura militar (*coorte 2*, 46,6% em 1989 e 38,9% em 1993), na pesquisa de 2006, a coorte de cidadãos introduzida no eleitorado sob a democracia recente torna-se majoritária (*coorte 4*, 45,0%).

As Tabelas 5.2 e 5.4 apresentam quantos são os jovens e como eles se distribuem em termos de escolaridade ao longo do tempo. Pela Tabela 5.2, observa-se que, entre 1989 e 2006, os jovens em “anos politicamente formativos” (*18 a 25 anos*) representam entre 20 a 30% dos eleitores brasileiros. A Tabela 5.4 registra que, entre 1989 e 2006, houve um

aumento dos níveis de instrução desses sucessivos grupos de jovens - tal como já foi demonstrado por Schlegel (*op.cit.*): por exemplo, se em 1989, pouco mais de 40% deles tinham o primeiro grau incompleto, em 2006, esse percentual caiu para ¼. Nesse ano, os dados mostram que aqueles jovens distribuem-se quase em iguais proporções entre as 4 faixas de escolaridade. Por outro lado, pelo menos em torno de 50% das faixas etárias 26 a 43 anos e 44 a 69 anos, ao longo dos 3 anos pesquisados, têm apenas até o primeiro grau incompleto²¹³.

➤ *Variáveis políticas:*

Quatro dimensões da cultura política dos brasileiros foram cobertas de modo rigorosamente comparável (ainda que a partir de recodificação) nas 3 pesquisas utilizadas, perfazendo um total de 12 variáveis que puderam ser aqui utilizadas. São elas:

1. Apoio a regimes políticos - três variáveis permitem avaliar a adesão à democracia e à suas alternativas (e quaisquer ambiguidades no conjunto das escolhas):

1.1. Com qual das frases concorda: a) “A democracia é sempre melhor do que qualquer outro regime”; b) “Em certas circunstâncias, é melhor uma ditadura” e c) “Tanto faz o regime”.

1.2. Opinião sobre a frase: “O país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder” - em 1989, as categorias de respostas foram *Concorda e Discorda*. Em 1993 e 2006, as 4 categorias de respostas originais (*Concorda muito, Concorda pouca, Discorda muito e Discorda pouco*) foram agrupadas em 2 categorias (*Concorda e Discorda*) para comparação.

1.3. Opinião sobre a frase: “O país seria bem melhor se houvesse apenas um partido político” - em 1989, as categorias de respostas foram *Concorda e Discorda*. Em 1993 e 2006, as 4 categorias de respostas originais (*Concorda muito, Concorda pouca, Discorda muito e Discorda pouco*) foram agrupadas em 2 categorias (*Concorda e Discorda*) para comparação.

²¹³ Na Parte I dos Anexos do Capítulo 5 está reproduzida a Tabela do Grau de Instrução por coortes (1989 a 2006).

2. Confiança em instituições representativas – a confiança nas instituições relacionadas ao funcionamento do regime democrático brasileiro foi avaliada a partir das seguintes variáveis²¹⁴:

2.1. *poder judiciário*;

2.2. *governo federal*;

2.3. *congresso nacional*.

Para este bloco de variáveis, as questões foram as seguintes: em 1989, a pergunta foi “Você tem ou não tem confiança nos tribunais de justiça / no governo federal, isto é, na presidência da República e nos ministérios / no Congresso Nacional, isto é, nos deputados e senadores?” com 3 categorias de respostas (*Sim, tem*; *Mais ou menos / um pouco* e *Não tem*). As duas primeiras respostas foram agrupadas em uma só categoria (“*Sim, confia*”) contra a resposta “*Não confia*”. Em 1993, a pergunta foi “Você acha que pode confiar totalmente, até certo ponto, pouco ou não pode confiar nada na justiça e juízes / no governo federal / nos deputados e senadores?” e as 4 categorias de respostas originais foram agrupadas em 2 (*Totalmente + Até certo ponto = “Sim, confia”* e *Pouco + Nada = “Não confia”*). Finalmente, em 2006, a pergunta foi “Você diria que tem muita confiança, alguma confiança, pouca confiança ou nenhuma confiança no poder judiciário / no Congresso Nacional / no governo?” e as 4 categorias de respostas originais foram agrupadas em 2 (*Muita + Alguma = “Sim, confia”* e *Pouca + Nenhuma = “Não confia”*).

3. Eficácia política subjetiva – 2 variáveis captam o sentimento dos indivíduos sobre se vale a pena participar da política porque podem influir nas decisões relevantes de sua comunidade:

3.1. *Opinião sobre a dificuldade da política* – em 1989, a pergunta foi “Vou ler algumas frases e gostaria que você me dissesse, sobre cada uma, se concorda ou discorda: ‘A política é uma coisa tão complicada que a população não entende o que acontece’” e as

²¹⁴ Para alguns testes também foram utilizadas as confianças nos partidos políticos e nos militares (essas variáveis não constam no *survey* de 1989 - seguem esta mesma recodificação).

categorias de respostas foram *Concorda e Discorda*. Em 1993, a pergunta foi “Vou ler outras frases sobre política e gostaria de saber se você concorda ou discorda de cada uma, muito ou pouco? ‘Às vezes, a política e o governo parecem tão complicados que uma pessoa como eu não pode realmente entender o que está acontecendo’” e as 4 categorias de respostas originais (*Concorda muito, Concorda pouca, Discorda muito e Discorda pouca*) foram agrupadas em 2 categorias (*Concorda e Discorda*) para comparação. Em 2006, a pergunta foi “Vou ler algumas frases sobre política e gostaria de saber se você concorda muito, concorda pouco, discorda muito, discorda pouco de cada uma delas: ‘Às vezes, a política e o governo parecem tão complicados que uma pessoa como você não pode realmente entender o que está acontecendo’” e as 4 categorias de respostas originais (*Concorda muito, Concorda pouca, Discorda muito e Discorda pouca*) também foram agrupadas em 2 (*Concorda e Discorda*) para comparação.

3.2. *Opinião sobre a influência cidadã na política* - Em 1993, a pergunta foi “Vou ler outras frases sobre política e gostaria de saber se você concorda ou discorda de cada uma, muito ou pouco? ‘Pessoas como eu não tem como influir no que o governo faz’” e as 4 categorias de respostas originais (*Concorda muito, Concorda pouca, Discorda muito e Discorda pouca*) foram agrupadas em 2 categorias (*Concorda e Discorda*) para comparação. Em 2006, a pergunta foi “Vou ler algumas frases sobre política e gostaria de saber se você concorda muito, concorda pouco, discorda muito, discorda pouco de cada uma delas: ‘Pessoas como você não tem como influenciar no que o governo faz’” e as 4 categorias de respostas originais (*Concorda muito, Concorda pouca, Discorda muito e Discorda pouca*) também foram agrupadas em 2 (*Concorda e Discorda*) para comparação. Para 1989, foi utilizada como *proxy* a pergunta “E você, influi ou não na política?” tendo como categorias de respostas “*Sim, influi*” e “*Não influi*.”. É importante notar que as categorias de respostas para 1989 estão têm sentido invertido das categorias de 1993 e 2006 (ou seja, a concordância com as frases em 1993 e 2006 equivale a responder que “não influi na política” na variável para 1989).

4. Acesso à informação e participação política - 2 variáveis captam, de modo aproximado, o interesse dos indivíduos pela política (busca de informações políticas e hábitos de

conversa sobre política) e outras 2 cobrem formas de participação política democrática e cotidiana (voto e participação em comunidades locais para resolução de objetivos coletivos):

4.1. *Hábitos de informação política através da mídia* – em 1989, a pergunta foi “Você costuma ler ou assistir o noticiário sobre política?” com 3 categorias de resposta (*Sim, costuma; Não costuma; De vez em quando / raramente*), recodificadas em 2 categorias (*Sim* e *Não* = *Não costuma* + *De vez em quando / raramente*). Em 1993, a pergunta foi “Lê ou assiste o noticiário sobre política?” com 4 categorias de resposta (*Frequentemente, Algumas vezes, Raramente, Nunca*), também recodificadas em 2 (*Sim* = *Frequentemente* + *Algumas vezes* e *Não* = *Raramente* + *Nunca*). Em 2006, a pergunta “Na semana passada, você diria que prestou muita atenção, alguma atenção, pouca atenção ou nenhuma atenção nas notícias que deram na televisão sobre política” foi utilizada como *proxy* e suas 4 categorias originais de resposta foram recodificadas em 2 (*Sim* = *Muita* + *Alguma* e *Não* = *Pouca* + *Nenhuma*).

4.2. *Hábitos de conversa sobre política* - em 1989, a pergunta foi “Você costuma conversar sobre política com outras pessoas?” com 3 categorias de resposta (*Sim, costuma; Não costuma; De vez em quando / raramente*), recodificadas em 2 categorias (*Sim* e *Não* = *Não costuma* + *De vez em quando / raramente*). Em 1993, a pergunta foi “Conversa com outras pessoas sobre política?” com 4 categorias de resposta (*Frequentemente, Algumas vezes, Raramente, Nunca*), também recodificadas em 2 (*Sim* = *Frequentemente* + *Algumas vezes* e *Não* = *Raramente* + *Nunca*). Por fim, em 2006, a pergunta foi “Gostaria de saber com que frequência você conversa sobre política com amigos?” com 4 categorias de resposta (*Muito frequentemente, Frequentemente, Quase Nunca, Nunca*) agrupadas em 2 (*Sim* = *Muito frequentemente* + *Frequentemente* e *Não* = *Quase nunca* + *Nunca*).

4.3. *Participação em reuniões de associações ou comunidades de bairro* - em 1989, a pergunta foi “Você costuma frequentar reuniões de associações, comunidades de base, etc. para resolver os problemas de seu bairro ou de sua cidade?” com 3 categorias de resposta (*Sim, costuma; Não costuma; De vez em quando / raramente*), recodificadas em 2 categorias (*Sim* e *Não* = *Não costuma* + *De vez em quando / raramente*). Em 1993, a pergunta foi “Frequenta reuniões de associações ou comunidades para resolver problemas do seu

bairro ou cidade?” com 4 categorias de resposta (*Frequentemente, Algumas vezes, Raramente, Nunca*), também recodificadas em 2 (*Sim= Frequentemente + Algumas vezes e Não = Raramente + Nunca*). Por fim, em 2006, a pergunta foi “Gostaria de saber com que frequência você participa de reuniões de associações ou comunidades para tentar resolver problemas do seu bairro ou da cidade?” com 4 categorias de resposta (*Muito frequentemente, Frequentemente, Quase Nunca, Nunca*) agrupadas em 2 (*Sim= Muito frequentemente + Frequentemente e Não = Quase nunca + Nunca*).

4.4. *Adesão ao voto facultativo* – em 1989, a pergunta foi “Se o voto não fosse obrigatório, você votaria para presidente na eleição de 15 de novembro?” Em 1993 e 2006, a pergunta foi “Se o voto não fosse obrigatório, você votaria nas próximas eleições para presidente da República?” Nos 3 anos, as respostas foram “sim” e “não”.

As variáveis políticas são variáveis categóricas dicotômicas²¹⁵ (ou foram assim transformadas para viabilizar a comparação das 3 pesquisas (1989, 1993 e 2006)). A Tabela 5.8 apresenta as frequências das respostas de cada *survey*:

²¹⁵ A variável preferência por regimes é a única com 3 categorias de respostas (além do “não sabe”). A exceção se justifica porque o objetivo aqui não é destacar apenas os indivíduos “democratas”, mas justamente observar a evolução das preferências pela democracia e pela ditadura - e também da indiferença em relação ao regime – à luz das experiências de coortes distintas e da passagem do tempo sob a democracia, bem como do aprendizado institucional decorrente. A variável é utilizada neste formato nas Análises de Correspondência e de Agrupamentos empregadas a frente. Quando os testes estatísticos exigem variável dicotômica, a variável preferência por regimes é também operacionalizada como variável binária (com cada categoria de resposta originando uma variável *dummy*: preferem democracia, preferem ditadura e tanto faz).

Tabela 5.8 – Frequências das Variáveis Políticas (%) - 1989 a 2006

| Variáveis | 1989 | 1993 | 2006 |
|---|------|------|------|
| Preferem a democracia | 45,4 | 58,5 | 65,6 |
| Preferem a ditadura | 19,1 | 13,9 | 13,4 |
| Tanto faz o regime | 20,8 | 13,9 | 16,1 |
| Não sabem qual melhor regime | 14,7 | 13,8 | 4,9 |
| Discordam da volta dos militares | 55,8 | 59,5 | 76,7 |
| Discordam de partido único | 52,0 | 51,0 | 66,4 |
| Desconfiam do poder judiciário | 53,3 | 51,0 | 55,7 |
| Desconfiam do congresso nacional | 72,6 | 70,4 | 73,6 |
| Desconfiam do governo federal | 70,7 | 63,2 | 66,3 |
| Desconfiam dos partidos políticos | - | 69,7 | 81,8 |
| Desconfiam dos militares | - | 62,9 | 38,5 |
| Aderem ao voto facultativo | 60,7 | 50,8 | 49,1 |
| Discordam que não influem na política | 35,1 | 32,0 | 26,2 |
| Discordam que a política e o governo são complicados | 15,9 | 20,3 | 12,2 |
| Informam-se sobre política | 57,1 | 64,6 | 29,6 |
| Conversam sobre política | 37,0 | 51,9 | 27,9 |
| Participam de associações para tentar resolver problemas do bairro ou da cidade | 20,5 | 20,4 | 7,2 |

Repetindo achados sobretudo de Moisés (1995; 2005; 2008), reportados no Capítulo 4, a preferência pela democracia é crescente nos 3 anos de pesquisa, acompanhando a consolidação institucional do regime democrático recente. Isso se estabelece principalmente pela queda dos que “não sabem” pois, no mesmo período, mantêm-se nichos em torno de 15% de cidadãos que ou “sob certas circunstâncias, preferem a ditadura” ou que são indiferentes quanto ao regime político. De todo modo, a adesão crescente à democracia ao longo do tempo é reforçada pela rejeição (também crescente no período) tanto à volta dos militares ao poder como da existência de um único partido político (que, em 2006, correspondem, respectivamente, a 3/4 e 2/3 dos entrevistados).

Tendo em vista os cenários de crises morais institucionais que antecederam os *surveys* de 1993 e 2006, os resultados das três pesquisas também sugerem que o

conhecimento e a experiência política dos cidadãos com o regime democrático através do período (1989 a 2006) não alteram a relação de desconfiança que eles têm com as instituições representativas, sobretudo para com os partidos políticos (entre 1993 e 2006, a desconfiança aumenta), o governo federal e o congresso nacional. É também notável que entre 1993 e 2006, com o afastamento do regime militar, os cidadãos brasileiros passem a confiar nas forças armadas. Com relação à cidadania, a experiência democrática recente parece também não modificar o sentimento de ineficácia política subjetiva dos brasileiros: ao longo dos 17 anos de vivência sob o regime democrático, não mais do que 30% dos cidadãos acreditam em seu poder de influência na política e no mínimo 80% concordam que “a política e o governo são tão complicados que pessoas como eles não podem entender o que acontece”. Finalmente, os hábitos de conversa e informação políticas, de participação em associações de bairro e a disposição de votar caso o exercício do voto fosse facultativo sofreram queda entre os cenários de implantação (1989-1993) e consolidação da democracia brasileira recente (2006)²¹⁶.

Como essas características do envolvimento político e democrático dos brasileiros se relacionam entre si nos 3 momentos da democracia recente? Quais são as características mais marcantes desse envolvimento? Ao longo da consolidação da democracia brasileira há mudanças na associação entre essas características (variáveis)? Para responder a essas indagações, foi usada a técnica da análise de correspondência múltipla²¹⁷, técnica exploratória e descritiva, que “gera gráficos onde os atributos categóricos de uma variável são dispostos num plano bidimensional. A associação, ou não, entre as categorias é dada pela proximidade entre elas no gráfico” (FERREIRA, 2003, p.178).

A partir da decomposição das inércias totais das amostras estudadas para cada ano²¹⁸, foi definida a utilização das duas primeiras dimensões para compor os planos

²¹⁶ Com relação às variáveis *informação política, conversa sobre política e participação em associação de moradores* é preciso considerar que as variações nas perguntas originais interferem nas comparações temporais. De todo modo, os dados são claros através do tempo em mostrar que a consolidação da democracia não foi acompanhada da “formação” dos cidadãos democratas ideais (que se informam sobre política, debatem e que utilizam, de fato, os canais disponíveis ao exercício de sua cidadania, tal como já descrito por Schlegel, *op.cit.*). É possível que essa apatia reflita o funcionamento deficitário das instituições representativas.

²¹⁷ Sobre a análise de correspondência, ver a Parte II dos Anexos do Capítulo 5. Nesta análise, foram usadas apenas as variáveis existentes para as 3 pesquisas (foram excluídas, portanto, a confiança nos partidos e nos militares).

²¹⁸ Tabelas reproduzidas na Parte II do Anexo do Capítulo 5.

fatoriais para cada pesquisa. Nelas, estão projetadas todas as variáveis analisadas, mas cada uma apresenta uma contribuição distinta para a geração da inércia total.

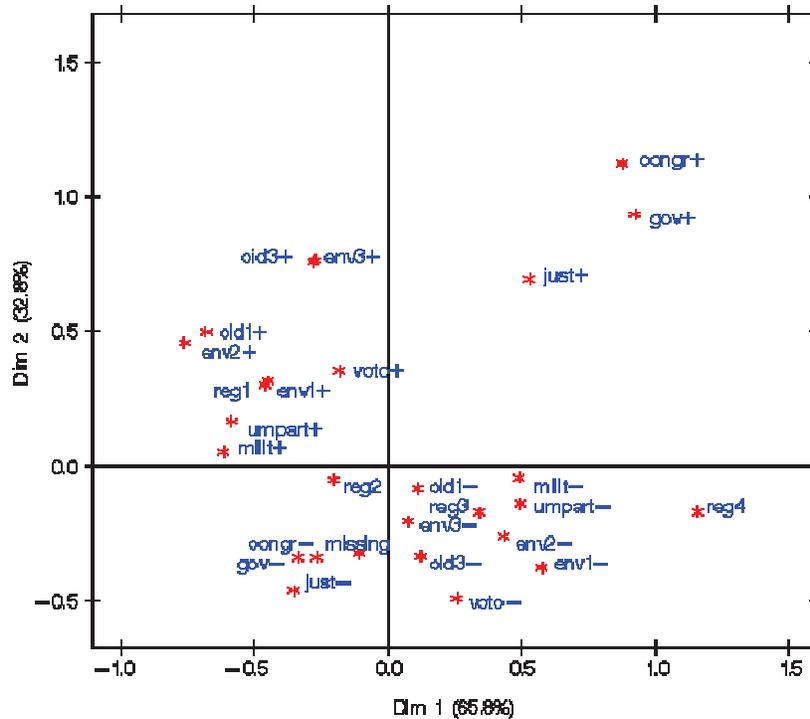
Para 1989, as duas primeiras dimensões são responsáveis por 98,6% da variabilidade total dos dados. Considerando-se as contribuições de cada categoria na composição de cada fator (Contribuição Parcial para Inércia - Tabela reproduzida na Parte II do Anexo do Capítulo 5), é possível dizer que a primeira dimensão é formada prioritariamente pelas categorias 'conversa sobre política'(env2+), 'não sabe qual o melhor regime'(reg4)²¹⁹, 'rejeita a volta dos militares ao poder'(milit+) e 'rejeita partido único'(umpart+). As categorias que mais contribuem para a formação do segundo fator são, nessa ordem, 'confia no congresso'(congr+); 'confia no governo' (gov+); 'confia na justiça (just+) e 'discorda que pessoas como você não influem na política'(cid3+).

A Figura 5.1 mostra a representação gráfica das categorias das variáveis nas duas primeiras dimensões do plano fatorial.

²¹⁹ Como apresentado na Tabela 5.8, a "preferência por regimes" comporta 3 categorias de respostas (democracia, ditadura e tanto faz). Para a análise de correspondência, como os *missing cases* formam uma categoria própria, optou-se por dele separar a categoria "não sei" para observar seu comportamento através do tempo. Como essa categoria não mostrou impacto significativo na análise de correspondência, é uma categoria de resposta espontânea e, ademais, não significativa entre os jovens, foi decidido não trabalhar com ela nas análises bivariadas, dado que isso geraria uma discussão, não coberta por esta tese, sobre a não resposta em *surveys*. Para uma introdução a esse debate, ver, por exemplo, Converse (1964) e Henkel (2011).

Figura 5.1

Mapa perceptual das categorias das variáveis políticas - 1989



A primeira dimensão, que explica 65,8% da variabilidade dos dados, separa as categorias segundo as opiniões sobre a volta dos militares e partido único; hábitos de informação e conversa sobre política; preferência por regimes e percepção da eficácia política. No lado negativo do Eixo 1, estão aqueles que rejeitam a volta dos militares (milit+), rejeitam partido único (umpart+), conversam sobre política (env1+), informam-se sobre política (env2+), preferem a democracia (reg1)²²⁰ e discordam que “às vezes, a política e o governo são tão complicados que uma pessoa como você não pode compreender o que acontece”(cid1+). Posicionadas no lado positivo do Eixo 1, estão características opostas: concordam com a volta dos militares (milit-), concordam com partido único (um part-), não se informam sobre política (env1-), não conversam sobre política (env2-), concordam que “às vezes, a política e o governo são tão complicados que uma pessoa como você não pode compreender o que acontece” (cid1-), ‘não sabem que regime preferem’(reg4) e ‘tanto faz o regime’(reg3).

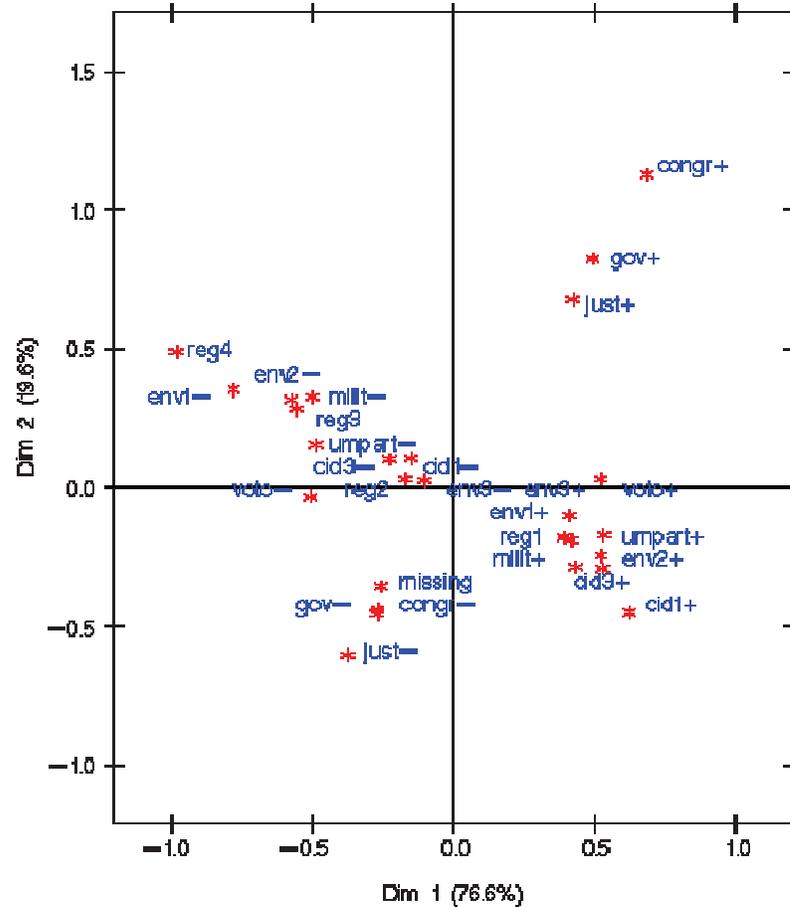
A segunda dimensão, que explica 32,8% da variabilidade dos dados, separa as categorias segundo a confiança nas instituições representativas, percepção da eficácia política, participação em reuniões de associações ou comunidades para tentar resolver problemas do bairro ou da cidade e adesão facultativa ao voto. No lado positivo, destacam-se as categorias: confiam nas instituições (congr+, gov+, just+), discordam que “pessoas como você não têm como influenciar na política”(cid3+), participam de reuniões de associações ou comunidades para tentar resolver problemas do bairro ou da cidade (env3+) e votariam se o voto não fosse obrigatório (voto+). No lado negativo, estão aqueles que não votariam se o voto não fosse obrigatório (voto-), desconfiam das instituições (just-, congr-, gov-), concordam que “pessoas como você não têm como influenciar na política” (cid3-) e não participam de reuniões de associações ou comunidades para tentar resolver problemas do bairro ou da cidade (env3-).

Para 1993, as duas primeiras dimensões são responsáveis por 96,2% da variabilidade total. Considerando-se as contribuições de cada categoria na composição de cada fator (Contribuição Parcial para Inércia - Tabela reproduzida na Parte II do Anexo do Capítulo 5), pode-se dizer que a primeira dimensão é formada, nessa ordem, pelo acesso à informação política categorias negativa - ‘não se informam sobre política’(env1-) - e positiva - ‘informam-se sobre política’ (env1+) - e ‘não conversam sobre política’(env2+). As categorias que mais contribuem para a formação do segundo fator são ‘confia no congresso’(congr+); ‘confia no governo’ (gov+) e ‘confia na justiça (just+). A Figura 5.2 mostra a representação gráfica das categorias das variáveis nas duas primeiras dimensões do plano fatorial.

²²⁰ É notável que a preferência pela ditadura esteja também no Eixo 1 e no lado positivo, mas contribui muito pouco para a formação desse fator.

Figura 5.2

Mapa perceptual das categorias das variáveis políticas - 1993



A primeira dimensão, que explica 76,6% da variabilidade dos dados, separa as categorias segundo os hábitos de informação e conversa sobre política; opiniões sobre partido único e volta dos militares, preferência por regimes e voto facultativo. No lado positivo do Eixo 1, estão aqueles que rejeitam partido único (um part+), conversam sobre política (env2+), rejeitam a volta dos militares (milit+), se informam sobre política (env1+), votariam se o voto não fosse obrigatório (voto+) e preferem a democracia (reg1). Posicionadas no lado negativo do Eixo 1, estão as características opostas: não sabem que regime preferem (reg4), concordam com a volta dos militares (milit-), concordam com partido único (um part-), não se informam sobre política (env1-), não conversam sobre política (env2-) e não votariam se o voto não fosse obrigatório (voto-).

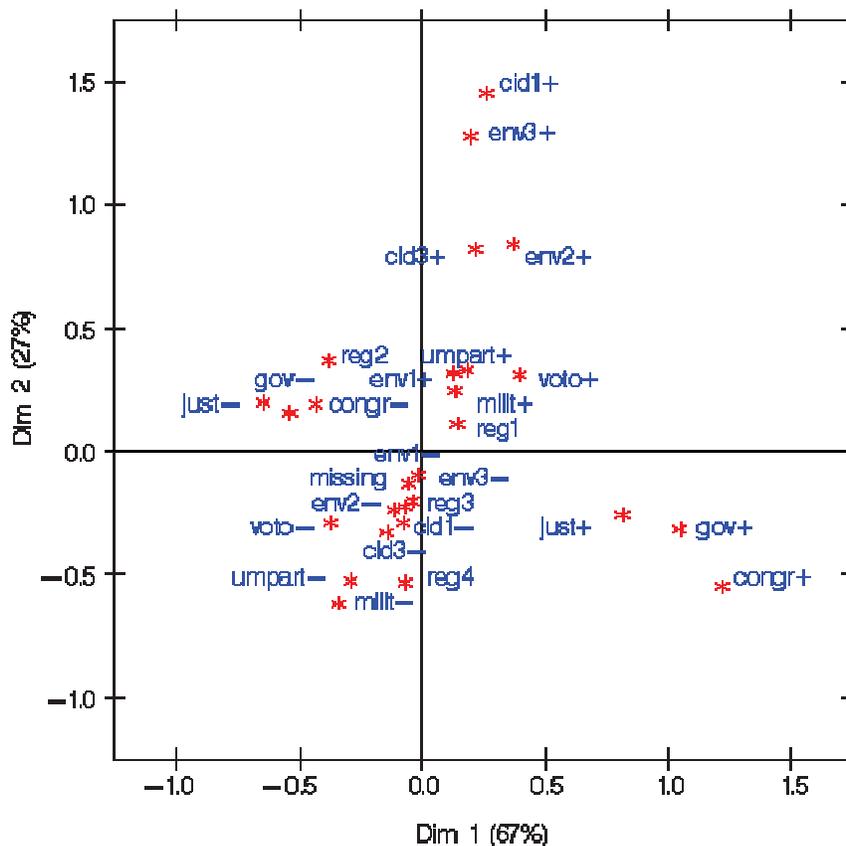
A segunda dimensão, que explica 19,6% da variabilidade dos dados, separa as categorias segundo a confiança nas instituições representativas. No lado positivo, estão as categorias: confiam nas instituições (just+, congr+, gov+) e, no lado negativo, está a desconfiança nas instituições (just-, congr-, gov-).

Para 2006, as duas primeiras dimensões são responsáveis por 95% da variabilidade total. Considerando-se as contribuições de cada categoria na composição de cada fator (Contribuição Parcial para Inércia - Tabela reproduzida na Parte II do Anexo do Capítulo 5), é possível afirmar que a primeira dimensão compõe-se, prioritariamente, pelas categorias 'confia no congresso' (congr+); confia no governo (gov+) e 'confia na justiça' (just+). As categorias que mais contribuem para a formação do segundo fator são 'discorda que às vezes, a política e o governo são tão complicados que uma pessoa como você não pode entender o que está acontecendo' (cid1+), 'conversa sobre política (env2+) e 'discorda que pessoas como você não influem na política' (cid3+).

A Figura 5.3 mostra a representação gráfica das categorias das variáveis nas duas primeiras dimensões do plano fatorial.

Figura 5.3

Mapa perceptual das categorias das variáveis políticas - 2006



Para 2006, a primeira dimensão, que explica 67% da variabilidade dos dados, separa as categorias segundo a confiança nas instituições representativas (congresso, governo e justiça), voto facultativo e escolha entre democracia e ditadura. No lado positivo do Eixo 1, estão a confiança no congresso (cong+); a confiança no governo (gov+) e a confiança na justiça (just+). Ainda estão neste lado do Eixo 1, mais distantes da confiança e com menor contribuição ao fator, estão a adesão voluntária ao voto (voto+) e a preferência pela democracia (reg1). No lado negativo do Eixo, destacam-se as categorias opostas: desconfiam da justiça (just-); do governo (gov-) e do congresso (cong-); a opção por não votar (voto-) e a preferência pela ditadura (reg2).

A segunda dimensão, que explica 27% da variabilidade dos dados, separa as categorias segundo as opiniões sobre partido único, sobre a volta dos militares ao poder, sobre “a política e o governo são tão complicados que pessoas como você não entendem o que acontece” e sobre a influência cidadã na política, sobre a participação em associações e

comunidades de bairro e hábitos de informação e conversa sobre política e ainda, com relação à preferência por regimes, as opções “tanto faz” e “não sabem”. No lado positivo do Eixo 2, sobressaem-se as características positivas cidadãs: discordam que “a política e o governo são tão complicados que pessoas como você não entendem o que acontece” (cid1+), participam de reuniões de associações ou comunidades de bairro (env3+), discordam que não influem na política (cid3+), conversam sobre política e se informam sobre política (env2+ e env1+, respectivamente). Também estão nesse lado (positivo) do Eixo 2, as rejeições a partido único (umpart+) e à volta dos militares ao poder (milit+). No lado negativo do Eixo 2, destacam-se as aceitações da volta dos militares ao poder (milit-) e de partido único (umpart-); aqueles que não sabem qual o melhor regime (reg4) ou para quem ‘tanto faz o regime’(reg3) e características cidadãs negativas: não se informam nem conversam sobre política (env1- e env2-, respectivamente), não acreditam que influem na política (cid3-), concordam que “a política e o governo são tão complicados que pessoas como você não entendem o que acontece” (cid1-) e que não participam de reuniões de associações ou comunidades de bairro (env3-).

Resumindo os achados da análise de correspondência para cada ano, a Tabela 5.9 apresenta os ‘scores’ das 3 categorias que mais contribuem para a formação dos fatores 1 e 2 para as pesquisas de 1989, 1993 e 2006:

Tabela 5.9 – Contribuição parcial para inércia

| | 1989 | 1993 | 2006 |
|-------------------|--|--|--|
| Dimensão 1 | ‘conversam sobre política’(env2+)=0,0882 | ‘não se informam sobre política’(env1-)=0,0897 | ‘confiam no congresso’(cong+)=0,1965 |
| | ‘não sabem qual o melhor regime’(reg4)= 0,075 | ‘não conversam sobre política’(env2-)=0,0671 | ‘confiam no governo’(gov+)=0,1882 |
| | ‘rejeitam a volta dos militares ao poder’(milit+)=0,0709 | ‘conversam sobre política’(env2+)=0,0618 | ‘confiam na justiça’(just+)=0,1488 |
| Dimensão 2 | ‘confiam no congresso’(cong+)=0,1485 | ‘confiam no congresso’(cong+)=0,2104 | ‘discordam que a política e o governo são complicados’(cid1+)=0,1549 |
| | ‘confiam no governo’(gov+)=0,1184 | ‘confiam no governo’(gov+)=0,1425 | ‘conversam sobre política’(env2+)=0,122 |
| | ‘confiam na justiça’(just+)=0,0981 | ‘confiam na justiça’(just+)=0,1278 | ‘discordam que não influem na política’(cid3+)=0,1075 |

Esses dados mostram, ao longo do tempo, a importância da confiança institucional: suas categorias constituem uma dimensão separada das outras categorias em todos os anos e, em 2006, passam a compor o primeiro fator. Por outro lado, com exceção da categoria 'não sabem qual o melhor regime' em 1989, é notável que, ao longo do experimento democrático recente, e com base nos dados aqui explorados, as categorias da variável preferência por regimes (reg1= 'preferem democracia'; reg2='preferem ditadura'; reg3='tanto faz' e reg4= 'não sabem') contribuem pouco para a formação do fator em que se encontram (impactos que, aliás, decrescem no tempo). Apesar dos baixos impactos, também deve ser notado que, em 1989, as categorias 'preferem a democracia' e 'preferem a ditadura' se posicionam no mesmo lado (negativo) do Eixo 1, em oposição às categorias 'tanto faz' e 'não sabem' (que se destaca naquele ano também no Eixo 1). Em 1993, apenas a categoria 'preferem a democracia' permanece no lado negativo do Eixo 1, mostrando uma separação da preferência pela democracia das outras três categorias de respostas referentes à preferência de regimes. Em 2006, a preferência por regimes em suas 4 categorias quase não contribui para a formação de nenhum dos dois fatores, mas é notável que a preferência pela democracia e pela ditadura, de um lado, e o tanto faz e não sabem qual o melhor regime, de outro, se oponham nas dimensões 1 e 2, respectivamente. Ainda com relação à preferência de regimes, mesmo em 1989, a categoria 'preferem a ditadura' é bastante inexpressiva na composição dos fatores²²¹.

O mapeamento exploratório do conjunto de variáveis através da análise de correspondência múltipla permite visualizar o cenário do estudo aqui proposto. Com base nele, é possível afirmar que, na experiência democrática recente, mais do que a preferência por regimes, é a confiança institucional o aspecto central no mapa dos valores políticos dos cidadãos brasileiros. A partir desses resultados, trata-se ainda de visualizar se há diferenças (e, se sim, como elas se comportam através do tempo) nas tendências atitudinais do conjunto dos brasileiros que se associem à idade (operacionalizada como "coorte" e como "ciclo de vida"). Em uma linguagem comum, vale perguntar, como se estabelecem as mudanças e continuidades nos valores políticos dos brasileiros de "geração em geração" através do período democrático recente? Na próxima seção, descrevo os

²²¹ No mais, com relação às variáveis de eficácia e participação políticas, o mapeamento geométrico mostra que elas se distribuem de modo coerente: categorias de envolvimento positivo próximas entre si e categorias negativas também se aproximando umas das outras.

processamentos estatísticos empregados na demonstração das hipóteses da tese.

5.2 – Análise estatística²²²

A demonstração da tese aqui proposta processa as variáveis apresentadas na seção 5.1 a partir de técnicas estatísticas descritivas e exploratórias bivariadas (cruzamentos, testes de associação - qui-quadrado e coeficiente de contingência - e regressões logísticas binomiais) e multivariadas (cruzamentos tri variados (duas variáveis controladas por uma terceira) e análise de agrupamentos) para realizar três objetivos:

1. tendo como referência o grupo de *jovens da transição*, acompanhar os grupos de idade (18 a 25 anos, 26 a 43 anos e 44 a 69 anos) da pesquisa de 1989 como *coortes* em seu envelhecimento de modo a, verificar se e como se estabelecem as mudanças nos valores políticos dos cidadãos brasileiros através do tempo e sob os impactos do processo político (ou seja, se as mudanças, quando se estabelecem, se expressam no conjunto dos cidadãos ou se refletem efeitos de coortes);
2. comparar os valores políticos dos públicos jovens (18 a 25 anos) com os de seus concidadãos mais velhos de modo a mostrar que, em cada ano, a idade como “ciclo de vida” também não impacta substantivamente os valores políticos. As comparações transversal e longitudinal dos dados por faixas etárias (18 a 25 anos, 26 a 43 anos e 44 a 69 anos) também objetiva mostrar que eventuais mudanças da “cultura política” jovem acompanham mudanças também observadas para o conjunto dos brasileiros dentro do período estudado;
3. a partir dos resultados da análise de correspondência, identificar grupos de indivíduos com mesmas características do envolvimento político e democrático na democracia brasileira recente. Em seguida, verificar se esses agrupamentos diferem por idade, sexo e escolaridade.

²²² Esta etapa da análise foi assessorada por José Vilton Costa.

5.2.1 – A ‘coorte da transição’

Os dados apresentados na Tabela 5.10, referentes ao ano de 1989, são o ponto de partida do exercício analítico aqui proposto. A divisão por grupos etários representada nesta Tabela permite captar variações (ou semelhanças) na expressão das variáveis políticas de indivíduos em diferentes fases de seu “ciclo de vida” e, ao mesmo tempo, corresponde a “coortes” com experiências políticas formativas distintas (introduzidas no eleitorado, respectivamente nos períodos de transição à democracia recente (Coorte 3), do regime militar (Coorte 2) e da democracia de 1946 (Coorte 1) – como descrito na seção 5.1).

Das 14 variáveis políticas descritas para a pesquisa de 1989, 10 mostram associação com a faixa etária / coorte dos indivíduos tanto em sentido positivo (“preferem a democracia”, “informam-se sobre política”, “conversam sobre política” e “participam de associações de bairro”) - o aumento da idade corresponde a aumento em diferentes níveis na adesão a essas dimensões - como em sentido negativo (“tanto faz o regime”, “discordam da volta dos militares”, “discordam de partido único” e “desconfiam da justiça”, “desconfiam do governo”, “desconfiam do congresso”,) - o aumento da idade corresponde à diminuição na adesão a essas dimensões).

Tabela 5.10 – Atitudes e opiniões políticas segundo a idade (1989)

| Variáveis | Frequências (%) | | | | Associação* | |
|----------------------------------|-----------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|--------------------|-------------|
| | Todos | 18 a 25 anos (Coorte 3) | 26 a 43 anos (Coorte 2) | 44 a 69 anos (Coorte 1) | “Gap” ** Faixas | Sig. |
| Preferem a democracia | 52,4 | 47,2 | 52,3 | 58,4 | -11,2 | ,005 |
| Preferem a ditadura | 23,2 | 22,1 | 22,7 | 25,4 | -3,3 | ,469 |
| Tanto faz o regime | 16,1 | 30,7 | 25,0 | 16,2 | 14,5 | ,000 |
| Discordam da volta dos militares | 55,8 | 61,4 | 56,3 | 49,2 | 12,2 | ,002 |
| Discordam de partido único | 52,0 | 54,6 | 55,0 | 43,7 | 10,9 | ,000 |
| Desconfiam da justiça | 53,3 | 62,6 | 56,8 | 38,5 | 24,1 | ,000 |
| Desconfiam do congresso nacional | 72,6 | 81,8 | 74,7 | 59,5 | 22,3 | ,000 |
| Desconfiam do governo federal | 70,7 | 77,6 | 73,7 | 58,8 | 18,8 | ,000 |

*Teste do qui-quadrado. Em negrito, associações significantes (nível de significância adotado 5%)

** O sinal negativo indica que a variável política aumenta entre a coorte / faixa mais nova para a mais velha. Em negrito, diferenças substantivas.

Tabela 5.10 CONT.- Atitudes e opiniões políticas segundo a idade (1989)

| Variáveis | Frequências (%) | | | | Associação* | |
|--|-----------------|-------------------------------|-------------------------------|-------------------------------|--------------------|------|
| | Todos | 18 a 25 anos (Coorte 3) | 26 a 43 anos (Coorte 2) | 44 a 69 anos (Coorte 1) | "Gap" ** Faixas | Sig. |
| Votariam se o voto não fosse obrigatório | 60,7 | 58,3 | 61,1 | 62,3 | -4,0 | ,402 |
| Discordam que não influem na política | 35,1 | 32,6 | 36,9 | 34,4 | -1,8 | ,299 |
| Discordam que a política e o governo são complicados | 15,9 | 13,9 | 18,0 | 14,4 | -0,5 | ,090 |
| Informam-se sobre política | 57,1 | 48,9 | 61,2 | 58,1 | -9,2 | ,000 |
| Conversam sobre política | 37,0 | 36,1 | 41,6 | 29,8 | 6,3 | ,000 |
| Participam de reuniões de associações... | 20,5 | 15,9 | 22,0 | 22,7 | -6,8 | ,016 |

*Teste do qui-quadrado. Em negrito, associações significantes (nível de significância adotado 5%)

** O sinal negativo indica que a variável política aumenta entre a coorte / faixa mais nova para a mais velha. Em negrito, diferenças substantivas.

Apesar disso, ainda na Tabela 5.10, coluna "gap" por faixas etárias (diferença das colunas '18 a 25 anos' e '44 a 69 anos'), mostra que para apenas sete delas ("preferem a democracia", "tanto faz o regime", "discordam da volta dos militares", "discordam de partido único", "desconfiam da justiça", "desconfiam do governo" e "desconfiam do congresso") há diferenças substantivas²²³ entre as faixas / coortes. Mesmo nesses casos, as tendências atitudinais da coorte de jovens acompanham as tendências das duas outras faixas de idade, diferindo apenas em intensidade²²⁴. A impressão de que a idade (seja como ciclo de vida seja como coorte), isoladamente, tem pouco impacto sobre as variáveis políticas na pesquisa de 1989 é reforçada pelo Coeficiente de Contingência²²⁵, que mostra a força das associações (Tabela 5.11).

²²³ Diferença substantiva é aqui definida como ≥ 10 pontos percentuais.

²²⁴ A exceção é a desconfiança na justiça: os mais velhos (44 a 69 anos / "coorte 1") confiam nessa instituição.

²²⁵ O Coeficiente de contingência verifica a força de associação significante pelo Qui-quadrado de duas variáveis nominais. O critério de força adotado foi: abaixo de 0,10= muito fraca; entre 0,10 e 0,15=fraca; entre 0,15 e 0,20= moderada; acima de 0,20= forte.

Tabela 5.11 – Força das associações entre grupo de idade e variáveis políticas

1989

| Variáveis | Coefficiente de Contingência* |
|--|-------------------------------|
| Preferem a democracia | ,081 |
| Preferem a ditadura | ,031 |
| Tanto faz o regime | ,122 |
| Discordam da volta dos militares | ,090 |
| Discordam de partido único | ,098 |
| Desconfiam da justiça | ,185 |
| Desconfiam do congresso nacional | ,186 |
| Desconfiam do governo federal | ,161 |
| Votariam se o voto não fosse obrigatório | ,031 |
| Discordam que não influem na política | ,038 |
| Discordam que a política e o governo são complicados | ,052 |
| Informam-se sobre política | ,102 |
| Conversam sobre política | ,101 |
| Participam de reuniões de associações ou comunidades para tentar resolver problemas do bairro ou da cidade | ,069 |

*Em negrito, coeficientes significativos (cf. significância Teste Qui-Quadrado – Tabela 5.12)

Os coeficientes da Tabela 5.11 mostram que, ainda para 1989, mesmo quando há associação entre faixas etárias /coortes e determinada variável política, ela é muito fraca (“preferem a democracia”; “discordam da volta dos militares”; “discordam de partido único” e “participam de associações de moradores”); fraca (“tanto faz o regime”; “informam-se sobre política” e “conversam sobre política”) e, no máximo, moderada (“desconfiam da justiça”; “desconfiam do congresso” e “desconfiam do governo”).

Como esses indicadores evoluem através do tempo? O grupo de jovens em “anos formativos” aqui destacado ‘carrega’ essas diferenças através do tempo, à medida que ‘envelhece’? Diferenças de contexto e/ou composicionais explicam essas associações? Ou as diferenças são devidas ao “ciclo de vida” (p.e., ser mais desconfiado e desinteressado da política é uma característica da juventude?). Essas questões devem ser respondidas por comparação longitudinal. Para poder avançar na explicação das (pequenas) diferenças ora encontradas, em primeiro lugar, realizo um exercício de análise de coortes: se os grupos de idade anteriormente definidos se aproximarem das coortes propostas na seção 5.1, as diferenças substantivas e associações encontradas para 1989, ainda que fracas, **em geral**, devem se reproduzir quando as mesmas coortes são acompanhadas em seu

envelhecimento (no caso, nas pesquisas de 1993 e 2006)²²⁶. Para verificar em que medida as associações se mantêm através do tempo (e lembrando que a divisão em coortes para esses dois anos engloba uma nova coorte (Coorte 4), formada pelos indivíduos integrados ao eleitorado a partir de 1990, após a implantação da democracia brasileira recente), a Tabela 5.12 traz os Coeficientes de Contingência das associações entre essas mesmas coortes e as variáveis políticas para 1993 e 2006, bem como, para cada variável, reproduz a maior diferença entre as coortes²²⁷:

**Tabela 5.12 – Associações entre coortes e variáveis políticas
1993 e 2006**

| Variáveis | Ano | Coeficiente Contingência* | Maior diferença entre coortes** |
|-----------------------------------|------|---------------------------|-------------------------------------|
| Preferem a democracia | 1993 | ,048 | coorte 3 com coorte 4= +5,5 |
| | 2006 | ,076 | coorte 4 com coorte 1= -12,8 |
| Preferem a ditadura | 1993 | ,023 | coorte 3 com coorte 4= -2,5 |
| | 2006 | ,061 | coorte 3 com coorte 1= +4,1 |
| Tanto faz o regime | 1993 | ,052 | coorte 3 com coorte 1= +3,5 |
| | 2006 | ,063 | coorte 3 com coorte 1= +4,7 |
| Discordam da volta dos militares | 1993 | ,138 | coorte 4 com coorte 1= +20,6 |
| | 2006 | ,072 | coorte 4 com coorte 1= +6,0 |
| Discordam de partido único | 1993 | ,058 | coorte 4 com coorte 1= +7,0 |
| | 2006 | ,048 | coorte 4 com coorte 1= +8,2 |
| Desconfiam da justiça | 1993 | ,067 | coorte 3 com coorte 1= 9,4 |
| | 2006 | ,089 | coorte 4 com coorte 1= 15,7 |
| Desconfiam do congresso nacional | 1993 | ,103 | coorte 4 com coorte 1= 11,1 |
| | 2006 | ,109 | coorte 4 com coorte 1= 13,0 |
| Desconfiam do governo federal | 1993 | ,130 | coorte 4 com coorte 1= 20,4 |
| | 2006 | ,099 | coorte 4 com coorte 1= 13,6 |
| Desconfiam dos partidos políticos | 1993 | ,051 | coorte 4 com coorte 1= 7,4 |
| | 2006 | ,097 | coorte 4 com coorte 1= 8,3 |
| Desconfiam dos militares | 1993 | ,136 | coorte 3 com coorte 1= 19,0 |
| | 2006 | ,061 | coorte 4 com coorte 1= 8,7 |

*Em negrito, coeficientes significativos (cf. significância Teste Qui-Quadrado em parêntese. Nível de significância adotado=5%).

** Em negrito, diferenças substantivas (>=10 pontos percentuais). Cálculo das diferenças da 'coorte x com coorte y' = coorte x-coorte y.

²²⁶ Cabe aqui, portanto, a ressalva de que o período de tempo é curto: aqueles com "18 a 25 anos" em 1989 terão em 2006 "35 a 42 anos", ou seja, serão ainda jovens. Essa é uma limitação dos dados disponíveis, de todo modo, terão já ultrapassado a vulnerabilidade de seus "anos formativos" e o período de moratória política, tal como descrito por Butler e Stokes (*op.cit.*) e Müxel (*op.cit.*).

²²⁷ As tabelas com os cruzamentos entre as coortes e as variáveis políticas para os dois anos estão reproduzidas na Parte III do Anexo do Capítulo 5.

Tabela 5.12 (CONT.) - Associações entre coortes e variáveis políticas

1993 e 2006

| Variáveis | Ano | Coefficiente Contingência* | Maior diferença entre coortes** |
|--|------|----------------------------|-------------------------------------|
| Discordam que não influem na política | 1993 | ,097 | coorte 4 com coorte 1= +15,4 |
| | 2006 | ,120 | coorte 4 com coorte 1= +11,4 |
| Discordam que a política e o governo são complicados | 1993 | ,060 | coorte 3 com coorte 4= -6,6 |
| | 2006 | ,061 | coorte 3 com coorte 4= -3,3 |
| Informam-se sobre política | 1993 | ,068 | coorte 3 com coorte 4= +7,2 |
| | 2006 | ,035 | coorte 3 com coorte 2= -3,6 |
| Conversam sobre política | 1993 | ,083 | coorte 3 com coorte 1= +10,1 |
| | 2006 | ,048 | coorte 3 com coorte 1 = +3,0 |
| Participam de reuniões de associações... | 1993 | ,086 | coorte 3 com coorte 1= -8,3 |
| | 2006 | ,033 | coorte 3 com coorte 1 = +3,0 |
| Votariam se o voto não fosse obrigatório | 1993 | ,104 | coorte 3 com coorte 4= -15,4 |
| | 2006 | ,076 | coorte 3 com coorte 1= -10,0 |

*Em negrito, coeficientes significativos (cf. significância Teste Qui-Quadrado em parêntese. Nível de significância adotado=5%).

** Em negrito, diferenças substantivas (>=10 pontos percentuais). Cálculo das diferenças da 'coorte x com coorte y' = coorte x-coorte y.

Para 1993, há 10 variáveis políticas associadas às “coortes”, com algumas diferenças em relação ao ano de 1989²²⁸. Em sentido positivo (significando que a variável em questão tende a aumentar da coorte mais jovem para a coorte mais velha), as variáveis associadas são “informam-se sobre política”, “conversam sobre política” e “participam de associações de bairro”²²⁹ e, em sentido negativo (significando que a variável em questão tende a diminuir da coorte mais jovem para a mais velha), as variáveis “discordam da volta dos militares”, “desconfiam da justiça”, “desconfiam do governo”, “desconfiam do congresso” e, **adicionalmente a 1989**, “desconfiam dos militares”, “votariam se o voto não fosse obrigatório”, “discordam que não influem na política” e “discordam que a política e o governo são complicados” associam-se às coortes. Nesses casos, as associações são, no máximo, fracas (“discordam da volta dos militares”, “confiam no congresso”, “confiam no governo” e “votariam se o voto não fosse obrigatório”)²³⁰.

²²⁸ É importante ressaltar que tanto em 1993 como em 2006 foram utilizadas mais duas variáveis - a desconfiança nos partidos políticos e nos militares - inexistentes para 1989.

²²⁹ Nesse ano, **não** há associação entre a preferência pela democracia e as coortes.

²³⁰ As associações entre as coortes e as variáveis de eficácia política subjetiva e de participação política são muito fracas.

Nos dados para 2006, apenas 8 variáveis políticas mostram algum nível de associação com as “coortes”. São elas: “preferem democracia”, “discordam da volta dos militares”, “desconfiam da justiça”, “desconfiam do governo”, “desconfiam do congresso”, “desconfiam dos partidos”, “votariam se o voto não fosse obrigatório” e “discordam que não influem na política”. Com exceção desse último indicador de eficácia política, que revela uma associação fraca com as coortes, para as outras 6 variáveis as associações são muito fracas, como demonstrado pelos respectivos coeficientes de contingência²³¹.

A Tabela 5.13 sumaria os resultados para esta etapa. É possível dizer que, dos 42 testes de associação entre as coortes e as variáveis políticas realizados (total para os 3 anos), 27 mostraram associação significativa, mas para menos da metade das variáveis, houve diferenças substantivas entre as “coortes”. E, sobretudo, para apenas 3 delas, a associação se mostrou moderada (confiança no congresso, governo e justiça em 1989).

Tabela 5.13

Significância e força das associações entre coortes e variáveis políticas

| Variáveis | 1989 | 1993 | 2006 |
|--|-----------------|-------------|-------------|
| Preferem a democracia | muito fraca | N/S | muito fraca |
| Preferem a ditadura | N/S | N/S | N/S |
| Tanto faz o regime | fraca | N/S | N/S |
| Discordam da volta dos militares | muito fraca | fraca | muito fraca |
| Discordam de partido único | muito fraca | N/S | N/S |
| Desconfiam da justiça | moderada | fraca | muito fraca |
| Desconfiam do congresso nacional | moderada | fraca | muito fraca |
| Desconfiam do governo federal | moderada | fraca | muito fraca |
| Desconfiam dos partidos | N/T | N/S | muito fraca |
| Desconfiam dos militares | N/T | fraca | N/S |
| Votariam se o voto não fosse obrigatório | N/S | fraca | muito fraca |
| Discordam que não influem na política | N/S | N/S | fraca |
| Discordam que a política e o governo são complicados | N/S | muito fraca | muito fraca |
| Informam-se sobre política | fraca | muito fraca | N/S |
| Conversam sobre política | fraca | muito fraca | N/S |
| Participam de reuniões de associações... | muito fraca | muito fraca | N/S |

N/S= não significativa N/T= não tem

²³¹ Como será visto com a regressão logística que testa as diferenças entre as coortes em cada ano (Tabela 5.16), as associações são fracas em 2006 porque, em geral, a diferença que se destaca é entre a “coorte 1”(mais velha) com todas as outras coortes.

Embora a associação entre a confiança institucional e as coortes perca sua força ao longo do período, é notável que ela se mantenha nos três anos (1989, 1993 e 2006)²³². Essa associação será aprofundada adiante. Antes disso, para continuar a demonstrar que, através do tempo, “coortes políticas”, tal como aqui definidas, não podem ser imputadas como determinantes do envolvimento político dos cidadãos com a democracia brasileira recente, é necessário acompanhar as mudanças e continuidades de um ano para o outro. Assim, o passo seguinte é realizar uma comparação longitudinal das coortes entre 1989 e 2006²³³. Desse modo, na sequência, gráficos bivariados longitudinais (1989, 1993 e 2006) representam as coortes e alguns valores políticos para compreender melhor as mudanças e continuidades geracionais na cultura política dos brasileiros com relação às preferências políticas, à percepção do funcionamento do regime democrático, à participação pelo voto e à eficácia política cidadã sob o impacto da democracia. Acompanhando Mishler e Rose (2006), através desse procedimento, busca-se tratar, primeiro, da natureza e da extensão das similaridades e diferenças entre as coortes tanto no início do novo regime como através do tempo; segundo, dos efeitos do envelhecimento sobre o apoio político e, finalmente, dos efeitos das mais recentes experiências políticas em moldar e adaptar atitudes iniciais no comportamento político corrente.

Esses gráficos (*Preferem a democracia* – Gráfico 5.1, *Preferem a ditadura* – Gráfico 5.2, *Tanto faz o regime* – Gráfico 5.3, *Discordam da volta dos militares ao poder* – Gráfico 5.4, *Aderem ao voto facultativo* – Gráfico 5.5, *Desconfiam da justiça* – Gráfico 5.6, *do congresso* – Gráfico 5.7, *do governo* – Gráfico 5.8, *dos partidos* – Gráfico 5.9 e *dos militares* – Gráfico 5.10 e *Discordam que A política e o governo são complicados* – Gráfico 5.11) permitem melhor visualizar, para cada ano, as diferenças e semelhanças entre as coortes e sua evolução através da consolidação da democracia brasileira recente. Os gráficos também permitem acompanhar como cada uma das coortes “se comporta” através do tempo (conforme, a um só tempo,

²³² A associação entre as coortes e a discordância da frase “O país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder” também aparece nos 3 anos mas é, no máximo, fraca (e diminui entre 1989 e 2006, conforme a rejeição ao retorno militar se generaliza entre os brasileiros).

²³³ Procedimento similar foi empregado por Schlegel (*op.cit.*), mas com periodização distinta para a definição de suas “gerações políticas” brasileiras, tal como descrito no Capítulo 3 desta tese. Outras diferenças entre a abordagem daquele autor e a aqui realizada se referem à forma de comparação das coortes e à nomenclatura utilizada: como deve ter ficado claro a partir da descrição das variáveis utilizadas, caracterizo os grupos de idade que foram introduzidos no eleitorado sob diferentes regimes políticos brasileiros da segunda metade do século XX como coortes; na perspectiva aqui adotada, a mera contemporaneidade não permite chamá-las de gerações. Este termo é reservado se, porventura, forem encontradas diferenças entre coortes que possam ser imputadas às distintas experiências formativas dos grupos em questão.

elas (coortes) envelhecem e a democracia brasileira se consolida) com relação a cada uma das variáveis políticas.

Gráfico 5.1
Preferem a democracia por coortes de idade (%)

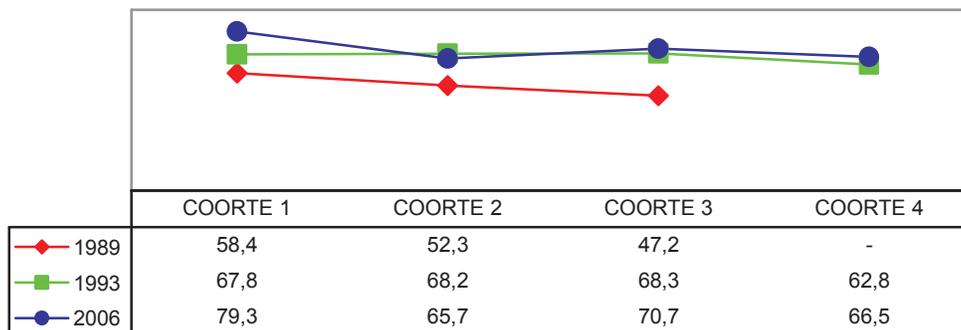


Gráfico 5.2
Preferem a ditadura por coortes de idade (%)

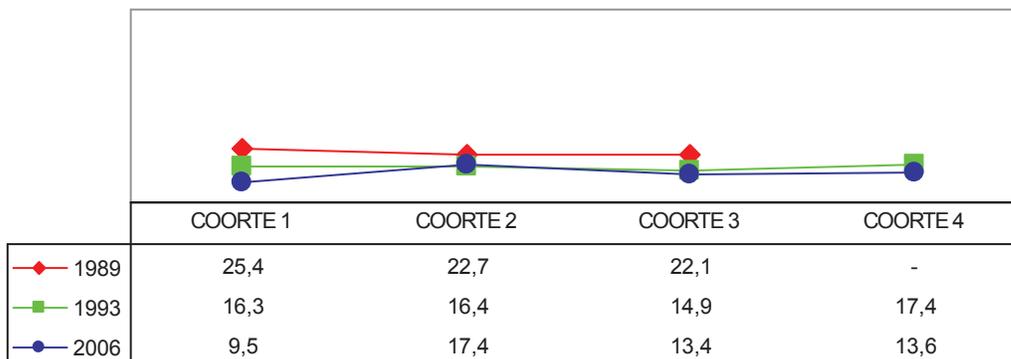


Gráfico 5.3
Tanto faz o regime por coortes de idade (%)

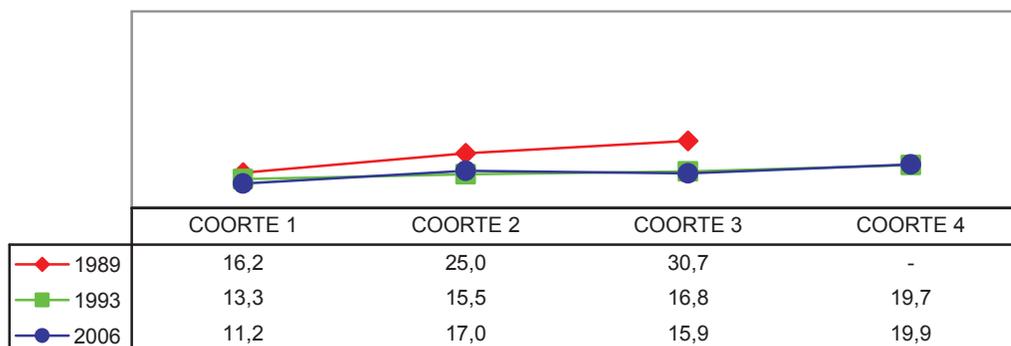


Gráfico 5.4
Discordam da frase: "O país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder por coortes de idade" (%)

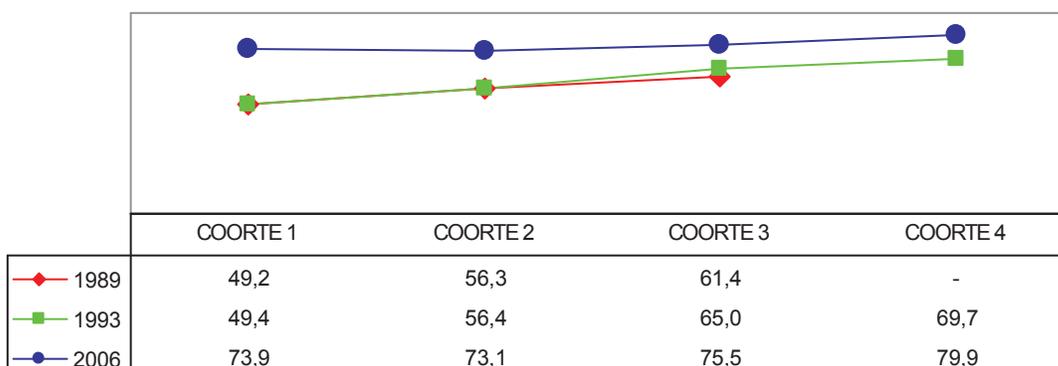


Gráfico 5.5
Aderem ao voto facultativo por coortes de idade (%)

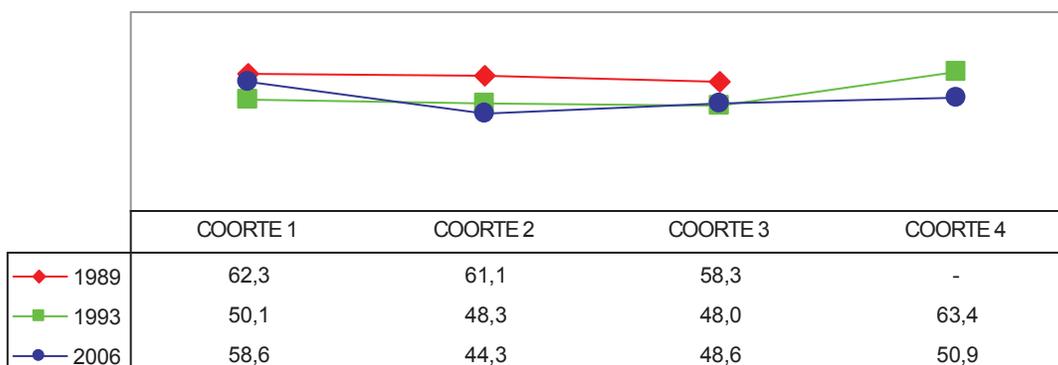


Gráfico 5.6
Desconfiam do congresso por coortes de idade (%)

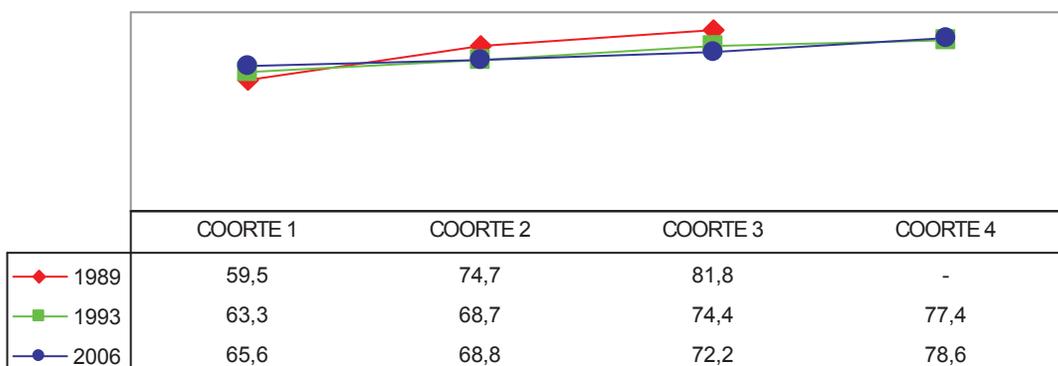


Gráfico 5.7
Desconfiam do governo por coortes de idade (%)

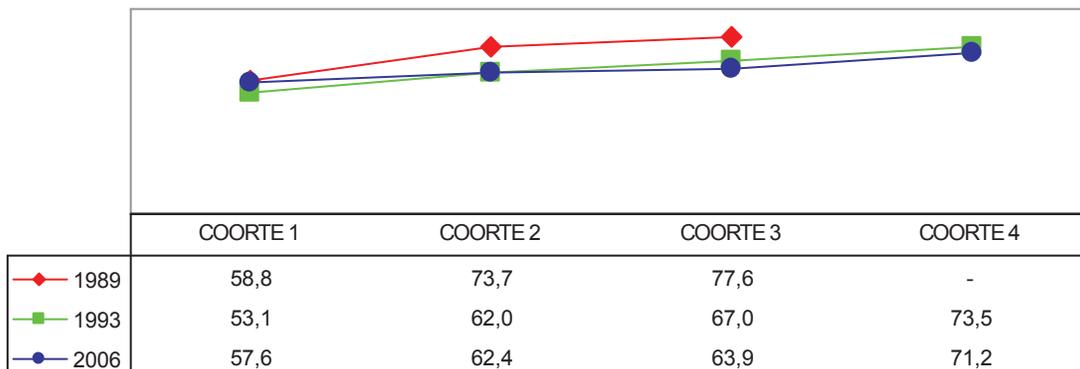


Gráfico 5.8
Desconfiam da justiça por coortes de idade (%)

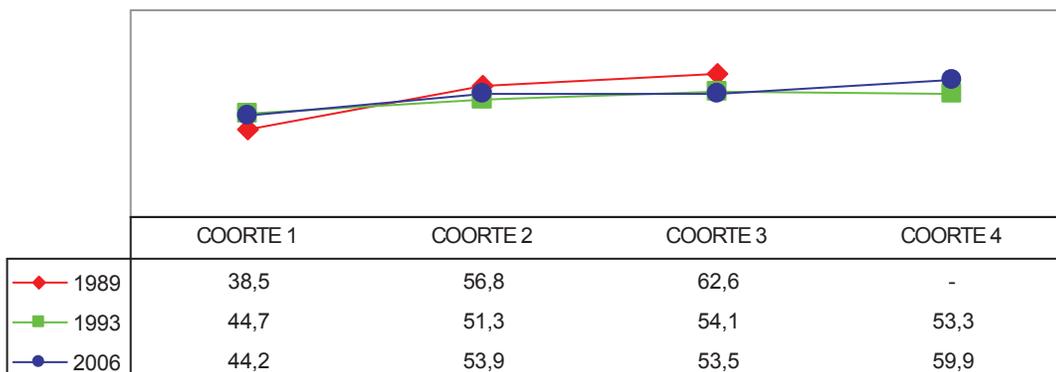


Gráfico 5.9
Desconfiam dos partidos políticos por coortes de idade (%)

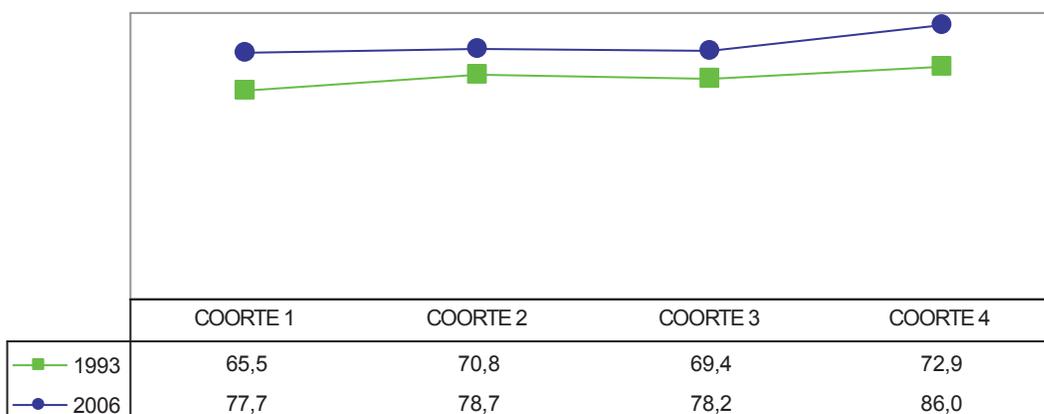


Gráfico 5.10
Desconfiam dos militares por coortes de idade (%)

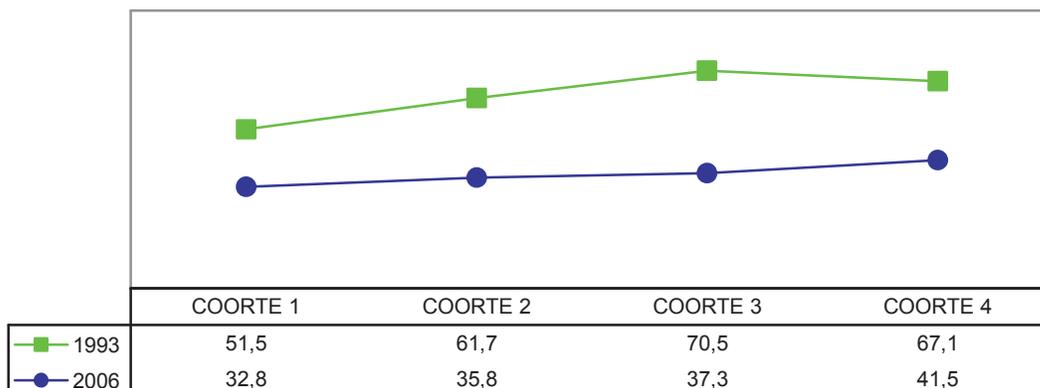
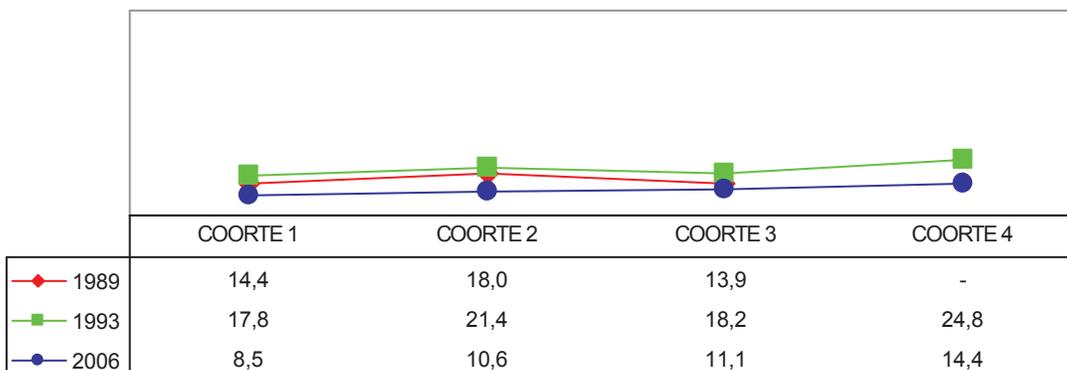


Gráfico 5.11
Discordam da frase: “A política e o governo são tão complicados que uma pessoa como você não entende o que acontece” por coortes de idade (%)



Com uma exceção, a visualização desse conjunto de gráficos reforça a ideia segundo a qual, na democracia brasileira recente, coortes com distintas experiências políticas formativas e prévias – pelo menos na divisão aqui proposta – não se distinguem sobremaneira, seja quando são comparadas entre si em cada ponto no tempo seja quando seus valores são comparados longitudinalmente. Grosso modo, a primeira impressão que se tem é que (com relação aos valores políticos aqui utilizados e que permitem a realização desse tipo de comparação) as coortes mudaram pouco sob os impactos do processo político democrático brasileiro entre 1989 e 2006 e, quando o fizeram, caminharam em

mesmas direção e intensidade²³⁴. Uma primeira inspeção visual gráfica dá, portanto, pouca margem à existência de efeitos isolados de coortes no período democrático recente.

A exceção mencionada no parágrafo anterior remete ao comportamento através do tempo da coorte aqui tomada como referência, a “coorte 3”, composta pelo grupo de jovens ingressantes no eleitorado no cenário político da transição do regime militar à democracia. Em 1989, quando seus componentes - então na faixa etária entre “18 a 25 anos” - viviam seus anos politicamente formativos, a coorte, por um lado, acompanhava o elevado sentimento de ineficácia política subjetiva de seus concidadãos mais velhos (Gráfico 5.11), mas, aparentemente, expressava menores preferências pela democracia (Gráfico 5.1) e adesão voluntária ao voto (Gráfico 5.5), maior desconfiança das instituições representativas (Gráficos 5.6 a 5.10), maior rejeição à volta dos militares ao poder (Gráfico 5.4) e maior indiferença quanto ao regime político (Gráfico 5.3). Lembrando do conceito de geração política (Capítulo 3) e do cenário político da transição à democracia brasileira descrito no Capítulo 4, estar-se-ia diante de um efeito coorte? Continuando a especulação, como esses mesmos gráficos também sugerem que, nos anos de 1993 e 2006, a mesma coorte 3 passou a acompanhar os valores políticos das demais coortes, seria possível sugerir tratar-se, alternativamente, de um efeito “coorte-período”, tal como propôs Weil (*op.cit.*).

Essa especulação serve apenas para introduzir as próximas tarefas a serem aqui realizadas. Para dizer algo sobre as comparações dos valores políticos entre as coortes em cada ano e através do tempo, é necessário realizar análise estatística confirmatória com os dados expostos nos gráficos para confirmar (ou não) as impressões visuais. Para tanto, as 3 pesquisas foram reunidas em um único banco de dados (N=6099) e modelos de regressão logística binária múltipla²³⁵ foram estimados tendo como variáveis independentes as

²³⁴ Vale aqui o comentário de Mishler e Rose para os países pós-comunistas: coortes com experiências políticas distintas prévias respondem do mesmo modo às mudanças da democracia.

²³⁵ A regressão logística binária múltipla tem seu uso mais comum quando a variável dependente é dicotômica, não havendo restrições para o tipo das variáveis independentes e pretende-se analisar simultaneamente o efeito de vários fatores (HOSMER, LEMESHOW, 2000). No modelo de regressão logística binária, a exponencial do parâmetro fornece as “razões de chance” (odds ratio= OR) que medem a força da associação entre determinada característica e a variável dependente. A razão de chance menor que um (1) significa que a variável atua reduzindo o risco do evento em estudo. Dessa forma, seu coeficiente (OR) deve ser interpretado em relação à outra categoria da resposta a partir da fórmula 1/OR. Por sua vez, quando a razão de chance é maior do que um (1), a variável está atuando como fator de risco para o evento de interesse. A significância estatística de cada medida de razão de chance foi avaliada a partir de intervalos de confiança de 95%. Estimativas cujos intervalos contêm o valor 1 **não** são consideradas significativas. Na análise dos dados, foi utilizado o software SAS (versão 9.1.3, SAS Institute Inc., Cary, NC, USA, 2002-2003).

“coortes” (categoria de referência: “coorte 3”) e o “ano da pesquisa”(categoria de referência: “1993”)²³⁶. Estimando coeficientes OR, os modelos mostram a evolução dos valores políticos para o conjunto dos entrevistados (Tabela 5.14) e para cada uma das coortes (mudanças intracoortes) ano a ano (Tabela 5.15) e, em cada ano, as diferenças e semelhanças intercoortes (Tabela 5.16)²³⁷.

Tabela 5.14
Coeficientes das diferenças* nos valores políticos para 1989 e 2006
comparados a 1993

| Variável | 1989 | 1993 | 2006 |
|--|-------------|------------|-------------|
| Preferem a democracia | 0,51 | 1,0 (Ref.) | 1,08 |
| Preferem a ditadura | 1,53 | 1,0 (Ref.) | 0,89 |
| Tanto faz o regime | 1,8 | 1,0 (Ref.) | 1,0 |
| Discordam da volta dos militares | 0,93 | 1,0 (Ref.) | 1,96 |
| Desconfiam do congresso | 1,22 | 1,0 (Ref.) | 0,98 |
| Desconfiam do governo | 1,57 | 1,0 (Ref.) | 0,96 |
| Desconfiam da justiça | 1,16 | 1,0 (Ref.) | 1,11 |
| Desconfiam dos partidos | - | 1,0 (Ref.) | 1,7 |
| Desconfiam dos militares | - | 1,0 (Ref.) | 0,34 |
| Discordam que a política e o governo são complicados | 0,77 | 1,0 (Ref.) | 0,5 |
| Aderem ao voto facultativo | 1,54 | 1,0 (Ref.) | 0,89 |

* Em negrito, coeficientes significativos.

²³⁶ Foi escolhido o ano de “1993” como referência, dado que em 1989, a “coorte 4” ainda não era formada. Cabe observar que o ano, na verdade, capta a mudança ou continuidade total da amostra no período e não efeito da passagem do tempo.

²³⁷ Os modelos completos estão reproduzidos na Parte III do Anexo do Capítulo 5.

Tabela 5.15 - Coeficientes das diferenças* INTRACOORTES nos valores políticos para 1989 e 2006 comparados a 1993

| Variável | Coorte | 1989 | 1993 | 2006 |
|--|-----------------|-------------|------------|-------------|
| Preferem a democracia | <i>coorte 1</i> | 0,61 | 1,0 (Ref.) | 1,42 |
| | <i>coorte 2</i> | 0,51 | 1,0 (Ref.) | 0,89 |
| | <i>coorte 3</i> | 0,42 | 1,0 (Ref.) | 1,12 |
| | <i>coorte 4</i> | - | 1,0 (Ref.) | 1,17 |
| Preferem a ditadura | <i>coorte 1</i> | 1,67 | 1,0 (Ref.) | 0,61 |
| | <i>coorte 2</i> | 1,5 | 1,0 (Ref.) | 1,07 |
| | <i>coorte 3</i> | 1,62 | 1,0 (Ref.) | 0,88 |
| | <i>coorte 4</i> | - | 1,0 (Ref.) | 0,75 |
| Tanto faz o regime | <i>coorte 1</i> | 1,25 | 1,0 (Ref.) | 0,91 |
| | <i>coorte 2</i> | 1,82 | 1,0 (Ref.) | 1,12 |
| | <i>coorte 3</i> | 2,19 | 1,0 (Ref.) | 0,93 |
| | <i>coorte 4</i> | - | 1,0 (Ref.) | 1,01 |
| Discordam da volta dos militares | <i>coorte 1</i> | 0,97 | 1,0 (Ref.) | 2,42 |
| | <i>coorte 2</i> | 1,0 | 1,0 (Ref.) | 2,1 |
| | <i>coorte 3</i> | 0,86 | 1,0 (Ref.) | 1,66 |
| | <i>coorte 4</i> | - | 1,0 (Ref.) | 1,72 |
| Desconfiam do congresso | <i>coorte 1</i> | 0,88 | 1,0 (Ref.) | 1,01 |
| | <i>coorte 2</i> | 1,35 | 1,0 (Ref.) | 1,0 |
| | <i>coorte 3</i> | 1,55 | 1,0 (Ref.) | 0,89 |
| | <i>coorte 4</i> | - | 1,0 (Ref.) | 1,08 |
| Desconfiam do governo | <i>coorte 1</i> | 1,33 | 1,0 (Ref.) | 1,14 |
| | <i>coorte 2</i> | 1,72 | 1,0 (Ref.) | 1,02 |
| | <i>coorte 3</i> | 1,7 | 1,0 (Ref.) | 0,87 |
| | <i>coorte 4</i> | - | 1,0 (Ref.) | 0,89 |
| Desconfiam da justiça | <i>coorte 1</i> | 0,81 | 1,0 (Ref.) | 1,09 |
| | <i>coorte 2</i> | 1,24 | 1,0 (Ref.) | 1,09 |
| | <i>coorte 3</i> | 1,42 | 1,0 (Ref.) | 0,97 |
| | <i>coorte 4</i> | - | 1,0 (Ref.) | 1,31 |
| Desconfiam dos partidos | <i>coorte 1</i> | - | 1,0 (Ref.) | 1,49 |
| | <i>coorte 2</i> | - | 1,0 (Ref.) | 1,53 |
| | <i>coorte 3</i> | - | 1,0 (Ref.) | 1,58 |
| | <i>coorte 4</i> | - | 1,0 (Ref.) | 2,27 |
| Desconfiam dos militares | <i>coorte 1</i> | - | 1,0 (Ref.) | 0,46 |
| | <i>coorte 2</i> | - | 1,0 (Ref.) | 0,35 |
| | <i>coorte 3</i> | - | 1,0 (Ref.) | 0,25 |
| | <i>coorte 4</i> | - | 1,0 (Ref.) | 0,25 |
| Discordam que a política e o governo são complicados | <i>coorte 1</i> | 0,75 | 1,0 (Ref.) | 0,59 |
| | <i>coorte 2</i> | 0,8 | 1,0 (Ref.) | 0,43 |
| | <i>coorte 3</i> | 0,72 | 1,0 (Ref.) | 0,56 |
| | <i>coorte 4</i> | - | 1,0 (Ref.) | 0,51 |
| Aderem ao voto facultativo | <i>coorte 1</i> | 1,61 | 1,0 (Ref.) | 1,42 |
| | <i>coorte 2</i> | 1,68 | 1,0 (Ref.) | 0,85 |
| | <i>coorte 3</i> | 1,51 | 1,0 (Ref.) | 1,02 |
| | <i>coorte 4</i> | - | 1,0 (Ref.) | 0,6 |

* Em negrito, coeficientes significativos.

Tabela 5.16
Coeficientes das diferenças* INTERCOORTES nos valores políticos (1989-2006)

| Variável | Coorte | 1989 | 1993 | 2006 |
|--|-----------------|-------------|-------------|-------------|
| Preferem a democracia | <i>coorte 1</i> | 1,63 | 1,11 | 1,4 |
| | <i>coorte 2</i> | 1,23 | 1,0 | 0,79 |
| | <i>coorte 3</i> | 1,0 (Ref.) | 1,0 (Ref.) | 1,0 (Ref.) |
| | <i>coorte 4</i> | - | 0,79 | 0,82 |
| Preferem a ditadura | <i>coorte 1</i> | 1,13 | 1,17 | 0,77 |
| | <i>coorte 2</i> | 1,12 | 1,03 | 1,36 |
| | <i>coorte 3</i> | 1,0 (Ref.) | 1,0 (Ref.) | 1,0 (Ref.) |
| | <i>coorte 4</i> | - | 1,21 | 1,02 |
| Tanto faz o regime | <i>coorte 1</i> | 0,42 | 0,74 | 0,73 |
| | <i>coorte 2</i> | 0,75 | 0,90 | 1,08 |
| | <i>coorte 3</i> | 1,0 (Ref.) | 1,0 (Ref.) | 1,0 (Ref.) |
| | <i>coorte 4</i> | - | 1,21 | 1,32 |
| Discordam da volta dos militares | <i>coorte 1</i> | 0,62 | 0,54 | 0,79 |
| | <i>coorte 2</i> | 0,81 | 0,7 | 0,88 |
| | <i>coorte 3</i> | 1,0 (Ref.) | 1,0 (Ref.) | 1,0 (Ref.) |
| | <i>coorte 4</i> | - | 1,24 | 1,29 |
| Desconfiam do congresso | <i>coorte 1</i> | 0,32 | 0,56 | 0,64 |
| | <i>coorte 2</i> | 0,66 | 0,76 | 0,85 |
| | <i>coorte 3</i> | 1,0 (Ref.) | 1,0 (Ref.) | 1,0 (Ref.) |
| | <i>coorte 4</i> | - | 1,18 | 1,42 |
| Desconfiam do governo | <i>coorte 1</i> | 0,39 | 0,5 | 0,66 |
| | <i>coorte 2</i> | 0,8 | 0,81 | 0,94 |
| | <i>coorte 3</i> | 1,0 (Ref.) | 1,0 (Ref.) | 1,0 (Ref.) |
| | <i>coorte 4</i> | - | 1,36 | 1,4 |
| Desconfiam da justiça | <i>coorte 1</i> | 0,38 | 0,66 | 0,73 |
| | <i>coorte 2</i> | 0,79 | 0,90 | 1,0 |
| | <i>coorte 3</i> | 1,0 (Ref.) | 1,0 (Ref.) | 1,0 (Ref.) |
| | <i>coorte 4</i> | - | 0,97 | 1,3 |
| Desconfiam dos partidos | <i>coorte 1</i> | - | 0,81 | 0,77 |
| | <i>coorte 2</i> | - | 1,07 | 1,03 |
| | <i>coorte 3</i> | - | 1,0 (Ref.) | 1,0 (Ref.) |
| | <i>coorte 4</i> | - | 1,19 | 1,71 |
| Desconfiam dos militares | <i>coorte 1</i> | - | 0,41 | 0,75 |
| | <i>coorte 2</i> | - | 0,68 | 0,94 |
| | <i>coorte 3</i> | - | 1,0 (Ref.) | 1,0 (Ref.) |
| | <i>coorte 4</i> | - | 0,85 | 1,19 |
| Discordam que a política e o governo são complicados | <i>coorte 1</i> | 1,0 | 0,97 | 1,02 |
| | <i>coorte 2</i> | 1,36 | 1,22 | 0,94 |
| | <i>coorte 3</i> | 1,0 (Ref.) | 1,0 (Ref.) | 1,0 (Ref.) |
| | <i>coorte 4</i> | - | 1,48 | 1,34 |
| Aderem ao voto facultativo | <i>coorte 1</i> | 1,24 | 1,17 | 1,61 |
| | <i>coorte 2</i> | 1,12 | 1,01 | 0,84 |
| | <i>coorte 3</i> | 1,0 (Ref.) | 1,0 (Ref.) | 1,0 (Ref.) |
| | <i>coorte 4</i> | - | 1,87 | 1,1 |

* Em negrito, coeficientes significativos

A comparação das Tabelas 5.14 e 5.15 permite precisar as mudanças e continuidades nos valores políticos do conjunto dos brasileiros entre 1989 e 2006 observadas nos Gráficos 5.1 a 5.11 e como cada uma das coortes “se posiciona” frente a essas mudanças. Melhor dizendo, a comparação mostra se, quando mudanças ocorrem, há coortes mais ou menos envolvidas nelas.

O comentário mais geral que pode ser feito acerca do conjunto das comparações é que, ao longo do período, as mudanças dos valores políticos pesquisados foram de pequena monta: retornando à visualização dos gráficos, as linhas para cada ano são bastante próximas e, em alguns casos, se sobrepõem. Com base nos coeficientes (OR) gerados pelas regressões logísticas, as especificidades são descritas na sequência.

Com exceção da rejeição da volta dos militares ao poder (Gráfico 5.4) e do sentimento de eficácia política subjetiva (Gráfico 5.9), que são diferentes (em todas as coortes) apenas no ano de 2006, as outras modificações que se estabeleceram para o conjunto das coortes se localizam entre 1989 e 1993, mantendo-se mais ou menos estáveis entre 1993 e 2006. Para facilitar a compreensão do que quero extrair dessas comparações, comento o comportamento das coortes através do tempo por blocos de variáveis: primeiro, com relação à *preferência por regimes (democracia, ditadura e tanto faz)*, todas as coortes aumentam - em proporções apenas ligeiramente distintas - a adesão ao regime democrático entre 1989 e 1993 e essa adesão mantém-se estável desde então. Nessa trajetória, é notável o comportamento da coorte dos “jovens da transição” que, como mencionado anteriormente, em 1989, mostrava uma preferência pela democracia significativamente menor do que o restante da amostra. Tanto em 1993 como em 2006, aquela diferença intercoortes desaparece porque aquela coorte de jovens foi a que mais se modificou no aumento da preferência pela democracia entre 1989 e 1993. Isso se estabeleceu às expensas da escolha da ditadura que, novamente entre 1989 e 1993, caiu em todas as coortes (sobretudo na “coorte 1”), mas, no caso daquela coorte de jovens, “coorte 3”, (e, em menor escala, da “coorte 2”), a mudança positiva em prol da democracia ocorreu, sobretudo, às custas da indiferença que, em 1989, professavam quanto ao regime político.

Apesar da queda da escolha da ditadura entre 1989 e 1993 quando perguntados

pela preferência por regimes, apenas em 2006, houve aumento significativo e generalizado da *rejeição a uma eventual volta dos militares ao poder* (Gráfico 5.4), que passa a atingir em torno de 70% dos cidadãos brasileiros de todas as coortes. Aqui, é notável que ocorre o inverso do relatado para a preferência democrática: a maior contribuição para a mudança positiva (ou seja, para a rejeição a um novo governo militar) entre 1989 e 2006 vem da coorte mais velha (“coorte 1”), que, até 1993, mostrou-se bastante dividida com relação a essa questão e só em 2006 (sempre no limite dos dados aqui trabalhados) passa a rejeitar a volta dos militares ao poder.

Com relação à *desconfiança nas instituições políticas* (congresso - Gráfico 5.6; governo - Gráfico 5.7; justiça - Gráfico 5.8; partidos políticos - Gráfico 5.9 e militares - Gráfico 5.10), há três tipos de evolução das atitudes. Primeiro, com relação à desconfiança no congresso, no governo e na justiça, os coeficientes das diferenças intracoortes ano a ano mostram que na implantação do regime democrático, em 1989, os cidadãos de todas as coortes eram apenas muito pouco mais desconfiados delas em comparação a 1993 e 2006: embora haja aqui diferenças significativas para cada uma das coortes ano a ano, essas diferenças (intracoortes) não se mostram, ao mesmo tempo, substantivas. Para os partidos políticos e os militares, é preciso levar em conta que há apenas informação para o período entre 1993 e 2006, ainda assim, é notável que, nesse intervalo, a desconfiança nos partidos aumente de modo significativo para todas as coortes ao passo que, com relação aos militares, também entre 1993 e 2006, os cidadãos brasileiros de todas as coortes mudam a direção de suas atitudes, passando a confiar nas forças armadas. Nesse sentido, cabe aqui mencionar duas coisas: primeiro, esses resultados complementam achados de, por exemplo, Moisés (2010) para o conjunto dos brasileiros: através do experimento democrático recente, mantêm-se elevados índices de desconfiança nas instituições representativas (congresso, governo, justiça e partidos políticos), aqui discriminados coorte a coorte. Por outro lado, a mudança de atitude dos cidadãos com relação às forças armadas sugere efeito do afastamento do regime militar.

Finalmente, é possível observar se e quando se estabelecem mudanças nos valores políticos referentes ao comportamento cidadão (Adesão voluntária ao voto - Gráfico 5.4 - e Opinião sobre se a política e o governo são complicados - Gráfico 5.9) sob os impactos da passagem do tempo sob a democracia e de suas diferentes conjunturas. Com relação a essa

última, o teste estatístico apenas certifica com o devido rigor o que já era bastante claro pela impressão visual do gráfico: através do tempo, e mesmo sob a consolidação da democracia política recente no país, a concordância com a frase *“A política e o governo são tão complicados que uma pessoa como você não entende o que acontece”* mantém-se bastante elevada de coorte a coorte.

Para a *adesão voluntária ao voto*, tal como já foi reportado por Moisés (1995) para o conjunto dos brasileiros, em 1989, no cenário de implantação da democracia recente e às vésperas da primeira eleição direta para a presidência da República após o regime militar, em torno de 60% dos cidadãos brasileiros declararam votar ainda que o exercício do voto não fosse um dever obrigatório. Discriminado por coortes, esse resultado se reproduz nos 3 grupos neste ano. Em 1993, esse contingente caiu para em torno da metade dos cidadãos – fato que Moisés (1995) associou à proximidade da crise política e do afastamento do então presidente Fernando Collor de Mello no fim de 1992, três meses antes da realização da pesquisa (aqui também explorada) para 1993. Essa queda foi reproduzida para as coortes 1,2 e 3 em iguais proporções. Mas o Gráfico 5.4 traz ainda os índices para a “coorte 4”, composta por um novo agrupamento de jovens, integrado ao eleitorado brasileiro justamente sob esse cenário: essa nova coorte mostrou adesão ao voto em torno de 60% para, apenas em 2006, também cair para em torno da metade do grupo. A evolução dos resultados para os sucessivos grupos de jovens em “anos formativos” será abordada na próxima seção deste capítulo.

Cabe agora mensurar, em cada ponto no tempo (1989, 1993 e 2006), as diferenças entre as coortes (Tabela 5.16). O procedimento escolhido para a comparação (regressão logística binária) não permite comparar, duas a duas, todas as coortes entre si; compara somente a “coorte 3” (categoria de referência) com cada uma das outras coortes (1, 2 e 4). No entanto, esse formato da comparação pareceu o mais adequado para tratar os dados disponíveis (dicotômicos) e, além disso, coloca no centro da análise o grupo de interesse desta tese: acompanhar através do tempo o grupo de jovens que viveram seus anos “facilmente influenciáveis” nos cenários da transição e democratização brasileira e verificar se esse cenário impacta em especial suas características e preferências políticas.

Novamente, as comparações confirmam a impressão visual de que, em cada ano,

são pequenas as diferenças intercoortes²³⁸. Ainda assim, é notável que a “coorte 1”, mais velha e que, portanto, acompanhou as várias mudanças de regimes políticos brasileiros da segunda metade do século XX (período democrático 1946-1964, ditadura militar e o período democrático recente) é a que mais se diferencia da “coorte 3” (e também das coortes 2 e 4 ao longo do período). Resumindo as diferenças entre as “coortes”, é possível dizer que:

- Em 1989, a “coorte 3” (da transição - 1982 a 1989) difere em vários aspectos da “coorte 1” (introduzida no eleitorado, no máximo, na democracia 1946-1963): **menor** preferência pela democracia e **maior** indiferença (“tanto faz”) quanto ao regime político; pela **maior** discordância do retorno dos militares e pelas **maiores** desconfianças na justiça, no governo e no congresso. As diferenças da “coorte 3” para com a “coorte 2” (introduzida no eleitorado durante a ditadura militar, desde sua fase mais repressiva até a primeira fase da transição política - 1964-1981) localizam-se apenas na indiferença quanto ao regime político (a “coorte 3” é **mais indiferente**) e na confiança no congresso (a “coorte 3” é **mais** desconfiada).
- Em 1993, a “coorte 3” continua se diferenciando da “coorte 1” pela **maior** discordância do retorno dos militares e pelas **maiores** desconfianças na justiça, no governo e no congresso (neste ano, difere ainda pela **maior** desconfiança nos militares). Com relação à “coorte 2”, a “coorte 3” mantém apenas a **maior** desconfiança no congresso (e também desconfia mais dos militares). A “coorte 4” (introduzida no eleitorado com a democracia recente - a partir de 1990) difere da “coorte 3” pela **maior** adesão voluntária ao voto, pela **maior** discordância da ideia de que *“A política e o governo são tão complicados que uma pessoa como você não entende o que acontece”* e pela **maior** desconfiança do governo.
- Em 2006, a “coorte 1” difere da “coorte 3” apenas pelas **maiores** confianças na justiça, no governo e no congresso e por uma **maior** adesão voluntária ao voto. A “coorte 4” continua se diferenciando da “coorte 3” apenas pela **maior** desconfiança

²³⁸ Embora tenham sido feitas comparações apenas com a “coorte 3”, a partir dessas, é possível inferir se há diferenças entre as outras coortes. Por exemplo, se apenas a “coorte 1” difere da “coorte 3”, as “coortes 2 e 4” também diferem da primeira.

do governo (neste ano, difere ainda pelas **maiores** desconfianças no congresso, na justiça e nos militares).

O conjunto desses resultados traz novamente a desconfiança institucional para o centro do debate, pois, mesmo que as distinções elencadas sejam pouco expressivas (como atestado pelos coeficientes - Tabela 5.16), é notável que a desconfiança nas instituições representativas (exceto a desconfiança nos partidos) figure entre elas, para o conjunto das coortes e através de toda a consolidação da democracia brasileira recente em um mesmo sentido: a desconfiança aumenta da coorte mais velha para a coorte mais jovem²³⁹. Dessa forma, a partir de 1993, a “coorte 4” passa a ser a coorte mais desconfiada. Ela é também a coorte de jovens que, já sob o processo político democrático, está em seu período politicamente formativo.

Como a desconfiança política, em geral, diminui coorte a coorte (ou seja, com o aumento da idade) cabe perguntar se se trata de um efeito coorte (refletindo o funcionamento institucional deficitário no qual esses grupos são introduzidos na política, como descrito no Capítulo 4), de uma característica de juventude (explicada, assim, pelo ciclo de vida), ou ainda de efeito de diferenças composicionais entre as faixas etárias (uma vez que, como apresentado na Tabela 5.4, os sucessivos grupos de jovens são mais escolarizados do que seus concidadãos mais velhos²⁴⁰). Assim, para complementar as considerações feitas até aqui sobre a democratização brasileira a partir do exercício de análise de coortes, é necessário comparar, para os mesmos pontos no tempo (1989, 1993 e 2006), os valores políticos de indivíduos nas mesmas faixas etárias (no caso, observar o comportamento dos sucessivos grupos de jovens em seus anos “facilmente influenciáveis” frente ao de seus concidadãos mais velhos) e estratificar os resultados por escolaridade de modo a verificar se há padrões atitudinais associados ao “ciclo de vida” dos indivíduos e

²³⁹ Como foi visto pelos gráficos e tabelas, nem todas as variáveis aumentam (ou diminuem) entre as sucessivas coortes: a preferência pela democracia, por exemplo, opõe apenas a coorte mais velha (“coorte 1”) a mais nova, tanto em 1989 (“coorte 3”) como em 2006 (no caso, a “coorte 4”).

²⁴⁰ E como relatado, por exemplo, por Norris (1999), para o cenário das democracias consolidadas, há associação negativa entre a escolaridade e a confiança política: os mais instruídos são também mais desconfiados das instituições representativas e críticos do funcionamento do regime democrático.

os possíveis impactos das desigualdades educacionais sobre tais padrões²⁴¹. É o que faço na próxima seção deste capítulo.

5.2.2 – Valores políticos dos jovens nos anos ‘facilmente influenciáveis’ sob o regime democrático recente – 1989, 1993 e 2006

Ainda que os dados indiquem não haver efeitos de coortes políticas na democracia brasileira recente, cabe ainda demonstrar que a idade como “ciclo de vida” também não afeta sobremaneira as variáveis políticas. Lembrando do ciclo de vida político (cf. apresentado no Capítulo 3), o período entre o fim da adolescência e a primeira idade adulta, definido entre “18 a 25 anos”, é aqui tomado como o período “politicamente formativo” dos jovens brasileiros juntamente com a formação da democracia brasileira recente. Nesta seção, comparo tanto os valores políticos dos sucessivos grupos de jovens em seus anos politicamente formativos com os de seus concidadãos mais velhos nos 3 momentos da democracia brasileira recente (1989, 1993 e 2006) como, através do tempo, os valores políticos dos jovens brasileiros introduzidos no eleitorado nesses mesmos anos para verificar semelhanças e diferenças entre os jovens formados politicamente sob diferentes conjunturas da democratização brasileira e seus concidadãos mais velhos (em outras palavras, trata-se de acompanhar a evolução da cultura política dos jovens brasileiros do período democrático à luz da evolução da cultura política do conjunto dos brasileiros).

As Tabelas 5.17 a 5.32 expõem os cruzamentos das variáveis políticas com as faixas etárias (18 a 25 anos, 26 a 43 anos e 44 a 69 anos) para 1989²⁴², 1993 e 2006 de modo a observar as semelhanças e diferenças nos grupos etários e os possíveis efeitos isolados do

²⁴¹ Embora, no Capítulo 3, tenha-se afirmado que possíveis diferenças entre coortes possam ser recortadas por diferenças composicionais, como, por exemplo, pelo grau de instrução, nesta tese, fez-se a opção de introduzir o controle da escolaridade apenas nos dados divididos por “ciclos de vida” (18 a 25 anos, 26 a 43 anos e 44 a 69 anos), pois, como dito na introdução, as bases aqui utilizadas não foram projetadas para o exercício de análise de coortes aqui proposto e um dos limites para percorrer esse caminho foi que o cruzamento das coortes, grau de instrução e variáveis políticas teve muitas caselas das tabelas cruzadas com baixo número de casos, interferindo na acuidade dos testes e comparações estatísticas.

²⁴² Como explicado na seção anterior, os grupos de idade para 1989 se repetem nas duas comparações (coortes e ciclo de vida). Os dados para este ano são, portanto, os mesmos testados na comparação entre coortes (seção 5.2.1). Neste momento, o intuito é comparar possíveis variações na apreensão do processo político-democrático associadas ao ciclo de vida dos indivíduos.

ciclo de vida através do tempo. A leitura das **colunas** das Tabelas permite comparar os mesmos grupos de idade nos 3 pontos no tempo enquanto a leitura das **linhas** permite comparar a evolução dos valores políticos democráticos dos 3 grupos etários (18 a 25 anos, 26 a 43 anos e 44 a 69 anos) nos 3 pontos do tempo e sob os impactos do processo político democrático. Tal como o procedimento empregado para as coortes, essas Tabelas mostram, para 1989, 1993 e 2006, as associações (teste do qui-quadrado) entre as variáveis políticas e as faixas etárias.

Tabela 5.17 - Preferência pela democracia por FAIXAS ETÁRIAS (%)

| Ano | Frequências (%) | | | | Associação | |
|------|-----------------|--------------|--------------|--------------|--------------|-------------|
| | Todos | 18 a 25 anos | 26 a 43 anos | 44 a 69 anos | "Gap" idade | Sig**. |
| 1989 | 52,4 | 47,2 | 52,3 | 58,4 | -11,2 | ,005 |
| 1993 | 67,8 | 66,9 | 67,2 | 70,2 | -3,3 | ,723 |
| 2006 | 67,9 | 64,2 | 69,5 | 68,2 | -4,0 | ,194 |

* Em negrito, diferenças substantivas (≥ 10 pontos percentuais)

** Teste do qui-quadrado. Em negrito, associações significantes (nível de significância: 5%)

Tabela 5.18 - Preferência pela ditadura por FAIXAS ETÁRIAS (%)

| Ano | Frequências (%) | | | | Associação | |
|------|-----------------|--------------|--------------|--------------|-------------|--------|
| | Todos | 18 a 25 anos | 26 a 43 anos | 44 a 69 anos | "Gap" idade | Sig**. |
| 1989 | 23,2 | 22,1 | 22,7 | 25,4 | -3,3 | ,469 |
| 1993 | 16,1 | 15,1 | 16,6 | 16,5 | -0,6 | ,723 |
| 2006 | 14,4 | 14,8 | 12,8 | 16,2 | -1,8 | ,216 |

* Em negrito, diferenças substantivas (≥ 10 pontos percentuais)

** Teste do qui-quadrado. Nível de significância adotado: 5%

Tabela 5.19 - Tanto faz o regime por FAIXAS ETÁRIAS (%)

| Ano | Frequências (%) | | | | Associação | |
|------|-----------------|--------------|--------------|--------------|-------------|-------------|
| | Todos | 18 a 25 anos | 26 a 43 anos | 44 a 69 anos | "Gap" idade | Sig**. |
| 1989 | 16,1 | 30,7 | 25,0 | 16,2 | 14,5 | ,000 |
| 1993 | 16,1 | 18,0 | 16,2 | 13,3 | 2,8 | ,110 |
| 2006 | 17,7 | 21,0 | 17,7 | 15,7 | 5,3 | ,105 |

* Em negrito, diferenças substantivas (≥ 10 pontos percentuais)

** Teste do qui-quadrado. Em negrito, associações significantes (nível de significância: 5%)

**Tabela 5.20 – Discordam da volta dos militares ao poder
por FAIXAS ETÁRIAS (%)**

| Ano | Frequências (%) | | | | Associação | |
|------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------------------|---------------------|
| | Todos | 18 a 25 anos | 26 a 43 anos | 44 a 69 anos | “Gap” ^{**} idade | Sig ^{**} . |
| 1989 | 55,8 | 61,4 | 56,3 | 49,2 | 12,2 | ,002 |
| 1993 | 59,5 | 68,3 | 58,5 | 50,1 | 18,2 | ,000 |
| 2006 | 76,7 | 78,8 | 79,0 | 72,2 | 6,6 | ,008 |

* Em negrito, diferenças substantivas (>=10 pontos percentuais)

** Teste do qui-quadrado. Em negrito, associações significantes (nível de significância: 5%)

Tabela 5.21- Discordam de partido único por FAIXAS ETÁRIAS (%)

| Ano | Frequências (%) | | | | Associação | |
|------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------------------|---------------------|
| | Todos | 18 a 25 anos | 26 a 43 anos | 44 a 69 anos | “Gap” ^{**} idade | Sig ^{**} . |
| 1989 | 52,0 | 54,6 | 55,0 | 43,7 | 10,9 | ,000 |
| 1993 | 51,0 | 51,7 | 52,9 | 49,8 | 4,9 | ,066 |
| 2006 | 66,4 | 65,3 | 69,9 | 62,6 | 2,7 | ,019 |

* Em negrito, diferenças substantivas (>=10 pontos percentuais)

** Teste do qui-quadrado. Em negrito, associações significantes (nível de significância: 5%)

Tabela 5.22 – Desconfiam da justiça por FAIXAS ETÁRIAS (%)

| Ano | Frequências (%) | | | | Associação | |
|------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------------------|---------------------|
| | Todos | 18 a 25 anos | 26 a 43 anos | 44 a 69 anos | “Gap” ^{**} idade | Sig ^{**} . |
| 1989 | 53,3 | 62,6 | 56,8 | 38,5 | 24,1 | ,000 |
| 1993 | 51,0 | 55,3 | 51,5 | 45,4 | 9,9 | ,002 |
| 2006 | 55,7 | 58,1 | 58,3 | 50,7 | 7,4 | ,010 |

* Em negrito, diferenças substantivas (>=10 pontos percentuais)

** Teste do qui-quadrado. Em negrito, associações significantes (nível de significância: 5%)

Tabela 5.23 – Desconfiam do congresso nacional por FAIXAS ETÁRIAS (%)

| Ano | Frequências (%) | | | | Associação | |
|------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------------------|---------------------|
| | Todos | 18 a 25 anos | 26 a 43 anos | 44 a 69 anos | “Gap” ^{**} idade | Sig ^{**} . |
| 1989 | 72,6 | 81,8 | 74,7 | 59,5 | 22,3 | ,000 |
| 1993 | 70,4 | 76,2 | 70,3 | 63,8 | 12,4 | ,000 |
| 2006 | 73,6 | 78,0 | 76,0 | 67,8 | 10,2 | ,000 |

* Em negrito, diferenças substantivas (>=10 pontos percentuais)

** Teste do qui-quadrado. Em negrito, associações significantes (nível de significância: 5%)

Tabela 5.24 – Desconfiam do governo federal por FAIXAS ETÁRIAS (%)

| Ano | Frequências (%) | | | | Associação | |
|------|-----------------|--------------|--------------|--------------|---------------------------|---------------------|
| | Todos | 18 a 25 anos | 26 a 43 anos | 44 a 69 anos | “Gap” ^{**} idade | Sig ^{**} . |
| 1989 | 70,7 | 77,6 | 73,7 | 58,8 | 18,8 | ,000 |
| 1993 | 63,2 | 71,0 | 63,4 | 53,8 | 17,2 | ,000 |
| 2006 | 66,3 | 71,5 | 67,7 | 61,1 | 10,4 | ,001 |

* Em negrito, diferenças substantivas (>=10 pontos percentuais)

** Teste do qui-quadrado. Em negrito, associações significantes (nível de significância: 5%)

Tabela 5.25 – Desconfiam dos partidos políticos por FAIXAS ETÁRIAS (%)

| Ano | Frequências (%) | | | | Associação | |
|------|-----------------|--------------|--------------|--------------|---------------------------|---------------------|
| | Todos | 18 a 25 anos | 26 a 43 anos | 44 a 69 anos | “Gap” ^{**} idade | Sig ^{**} . |
| 1993 | 69,7 | 72,6 | 69,5 | 66,5 | 6,1 | ,061 |
| 2006 | 81,8 | 85,3 | 82,6 | 78,5 | 6,8 | 0,17 |

* Em negrito, diferenças substantivas (>=10 pontos percentuais)

** Teste do qui-quadrado. Em negrito, associações significantes (nível de significância: 5%)

Tabela 5.26 – Desconfiam dos militares por FAIXAS ETÁRIAS (%)

| Ano | Frequências (%) | | | | Associação | |
|------|-----------------|--------------|--------------|--------------|---------------------------|---------------------|
| | Todos | 18 a 25 anos | 26 a 43 anos | 44 a 69 anos | “Gap” ^{**} idade | Sig ^{**} . |
| 1993 | 62,9 | 70,2 | 64,0 | 52,2 | 18,0 | ,000 |
| 2006 | 38,5 | 41,6 | 40,0 | 34,4 | 7,2 | ,035 |

* Em negrito, diferenças substantivas (>=10 pontos percentuais)

** Teste do qui-quadrado. Em negrito, associações significantes (nível de significância: 5%)

Tabela 5.27 – Votariam se o voto não fosse obrigatório por FAIXAS ETÁRIAS (%)

| Ano | Frequências (%) | | | | Associação | |
|------|-----------------|--------------|--------------|--------------|---------------------------|---------------------|
| | Todos | 18 a 25 anos | 26 a 43 anos | 44 a 69 anos | “Gap” ^{**} idade | Sig ^{**} . |
| 1989 | 60,7 | 58,3 | 61,1 | 62,3 | -4,0 | ,402 |
| 1993 | 50,8 | 55,0 | 49,0 | 48,9 | 6,1 | ,030 |
| 2006 | 49,1 | 49,7 | 50,6 | 46,8 | 2,9 | ,349 |

* Em negrito, diferenças substantivas (>=10 pontos percentuais)

** Teste do qui-quadrado. Em negrito, associações significantes (nível de significância: 5%)

**Tabela 5.28 – Discordam que não influem na política
por FAIXAS ETÁRIAS (%)**

| Ano | Frequências (%) | | | | Associação | |
|------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------------------|---------------------|
| | Todos | 18 a 25 anos | 26 a 43 anos | 44 a 69 anos | “Gap” ^{**} idade | Sig ^{**} . |
| 1989 | 35,1 | 32,6 | 36,9 | 34,4 | -1,8 | ,299 |
| 1993 | 26,2 | 37,6 | 24,0 | 21,6 | 16,0 | ,000 |
| 2006 | 32,0 | 36,8 | 32,4 | 25,2 | 11,6 | ,000 |

* Em negrito, diferenças substantivas (≥ 10 pontos percentuais)

** Teste do qui-quadrado. Em negrito, associações significantes (nível de significância: 5%)

**Tabela 5.29 – Discordam que a política e o governo são complicados
por FAIXAS ETÁRIAS (%)**

| Ano | Frequências (%) | | | | Associação | |
|------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------------------|---------------------|
| | Todos | 18 a 25 anos | 26 a 43 anos | 44 a 69 anos | “Gap” ^{**} idade | Sig ^{**} . |
| 1989 | 15,9 | 13,9 | 18,0 | 14,4 | -0,5 | ,090 |
| 1993 | 20,3 | 21,1 | 20,5 | 19,1 | 2,0 | ,681 |
| 2006 | 12,2 | 17,7 | 11,6 | 9,5 | 8,2 | ,000 |

* Em negrito, diferenças substantivas (≥ 10 pontos percentuais)

** Teste do qui-quadrado. Em negrito, associações significantes (nível de significância: 5%)

Tabela 5.30 – Informam-se sobre política por FAIXAS ETÁRIAS (%)

| Ano | Frequências (%) | | | | Associação | |
|------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------------------|---------------------|
| | Todos | 18 a 25 anos | 26 a 43 anos | 44 a 69 anos | “Gap” ^{**} idade | Sig ^{**} . |
| 1989 | 57,1 | 48,9 | 61,2 | 58,1 | -9,2 | ,000 |
| 1993 | 64,6 | 64,3 | 67,2 | 60,5 | 3,8 | ,021 |
| 2006 | 29,6 | 27,9 | 29,5 | 30,8 | -2,9 | ,604 |

* Em negrito, diferenças substantivas (≥ 10 pontos percentuais)

** Teste do qui-quadrado. Em negrito, associações significantes (nível de significância: 5%)

Tabela 5.31 – Conversam sobre política por FAIXAS ETÁRIAS (%)

| Ano | Frequências (%) | | | | Associação | |
|------|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|------------------------------|---------------------|
| | Todos | 18 a 25 anos | 26 a 43 anos | 44 a 69 anos | “Gap” ^{**} idade | Sig ^{**} . |
| 1989 | 37,0 | 36,1 | 41,6 | 29,8 | 6,3 | ,000 |
| 1993 | 51,9 | 53,5 | 54,9 | 44,9 | 8,6 | ,000 |
| 2006 | 27,9 | 31,3 | 28,3 | 25,3 | 6,0 | ,112 |

* Em negrito, diferenças substantivas (≥ 10 pontos percentuais)

** Teste do qui-quadrado. Em negrito, associações significantes (nível de significância: 5%)

Tabela 5.32 – Participam de reuniões de associações ou comunidades de bairro por FAIXAS ETÁRIAS (%)

| Ano | Frequências (%) | | | | Associação | |
|------|-----------------|--------------|--------------|--------------|--------------------------|---------------------|
| | Todos | 18 a 25 anos | 26 a 43 anos | 44 a 69 anos | “Gap” [*] idade | Sig ^{**} . |
| 1989 | 20,5 | 15,9 | 22,0 | 22,7 | -6,8 | ,010 |
| 1993 | 20,4 | 15,4 | 21,2 | 24,6 | -9,2 | ,000 |
| 2006 | 7,2 | 5,2 | 8,3 | 6,9 | -1,5 | ,134 |

* Em negrito, diferenças substantivas (>=10 pontos percentuais)

** Teste do qui-quadrado. Em negrito, associações significantes (nível de significância: 5%)

Como diferentes grupos etários (grupos de indivíduos em fases distintas do ciclo de vida político) se comportam sob as mesmas conjunturas políticas? Como grupos diferentes de indivíduos, mas nas mesmas fases desse ciclo de vida se comportam frente a diferentes conjunturas políticas? Como o foco deste estudo são os sucessivos grupos de jovens em “anos formativos” sob a democracia brasileira recente, a ideia é verificar como esses jovens se comportam em cada ano, tendo como referência seus concidadãos mais velhos. Na sequência, baseada na análise das Tabelas 5.17 a 5.32, trabalho essas questões por blocos temáticos de variáveis políticas.

Primeiro, com relação à *preferência por regimes*, já foi observado na última seção que o grupo de jovens em “anos formativos” em 1989 era significativa e substantivamente mais indiferente e menos aderido ao regime democrático. Não obstante, quando as “coortes” foram comparadas duas a duas, a “coorte 2” - daqueles formados pela ditadura militar - foram apenas menos indiferentes do que os jovens em “anos formativos”, demonstrando, no entanto, a mesma adesão à democracia do que esses. Essas diferenças entre “coortes” não se repetiram nas pesquisas para 1993 e 2006, como também tratado na última seção. A diferença observada para as faixas etárias / coortes em 1989 pode, então, ser atribuída a efeito do “ciclo de vida”? Ou seja, através do tempo, jovens em seu ingresso na política pensam que “tanto faz” o regime? Os dados observados para 1993 e 2006 (Tabela 5.18) sugerem que não; sugerem ainda que a maior indiferença política dos jovens que viveram seus anos formativos durante a transição à democracia recente foi efeito daquela conjuntura política (do mesmo modo, as conjunturas de 1993 e 2006 parecem ter favorecido a politização dos grupos de jovens em sua formação política, que nos dois

momentos, passam a acompanhar a preferência democrática de seus concidadãos mais velhos). Com relação à preferência pela ditadura (Tabela 5.18), como já notado, ela cai entre 1989 e 1993, e se mantém estável desde então. Nesse caso, em nenhum ano, há diferença por faixas etárias.

Não obstante, nas três pesquisas, mantêm-se diferenças significativas por grupos de idade na discordância da frase “*O país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder*” (Tabela 5.20): ao longo do tempo, são os mais jovens os que mais rejeitam essa alternativa e apenas em 2006 a ampla maioria geral passa a rejeitar a volta dos militares e as diferenças entre as faixas etárias mais nova e mais velha deixam de ser substantivas²⁴³.

Com relação à *desconfiança nas instituições representativas*, o comentário mais geral que pode ser feito é que ela, de fato, sofre influência da faixa etária dos indivíduos: em todos os anos e para todas as instituições, há diferenças significativas mais ou menos expressivas entre os grupos etários. As maiores diferenças dizem respeito à justiça (Tabela 5.22), ao congresso nacional (Tabela 5.23) e ao governo federal (Tabela 5.24). Aqui é notável que os índices gerais de desconfiança (totais das amostras) parecem relativamente estáveis ao longo do tempo: embora, em cada ponto no tempo ao longo da consolidação da democracia brasileira recente, os sucessivos grupos de jovens ingressantes no eleitorado sejam mais desconfiados do que seus concidadãos mais velhos, as diferenças entre as faixas etárias caem no mesmo período (tal como aparecera na comparação intercoortes).

Ainda com relação às instituições representativas, cabe um comentário distinto sobre a desconfiança nos partidos (Tabela 5.25): nesse caso, as diferenças por faixas etárias são pouco expressivas; ademais, entre 1993 e 2006, tal desconfiança aumenta praticamente na mesma proporção em todos os grupos de idade. É notável, portanto, que ao longo da consolidação da democracia brasileira recente, a descrença para com os partidos políticos aumente e seja disseminada entre os grupos.

A relação de (des)confiança com as forças armadas (Tabela 5.26) também merece um comentário a parte - tal como também fora enunciado nas diferenças inter e intracoortes -: ao mesmo tempo em que, entre 1993 e 2006, o conjunto dos brasileiros passa

²⁴³ Com relação à rejeição ao partido único (Tabela 5.21), apenas em 1989 ela diminui significativa e substantivamente com o aumento da faixa etária. Nos outros anos, não há diferença por faixas etárias.

a confiar nos militares, caem as diferenças entre as faixas etárias. Essa evolução positiva da atitude para com as forças armadas se deve, sobretudo, a mudanças dos sucessivos grupos de jovens formados sob a democracia que, ao que parece, quanto mais distantes do regime militar, têm com ele uma relação distinta.

As Tabelas 5.27 a 5.32 mostram a evolução do envolvimento político cidadão por faixas etárias, vale dizer, a percepção da eficácia política (Tabelas 5.28 e 5.29) e indicadores de participação política (adesão voluntária ao voto - Tabela 5.27; hábitos de informação - Tabela 5.30 - e conversa sobre política - Tabela 5.31 - e participação em associações de moradores - Tabela 5.32). Nesse caso, ainda que haja diferenças estatisticamente significativas entre as faixas etárias em alguns casos (adesão voluntária ao voto em 1993 - Tabela 5.27; percepção de influência cidadã na política em 1993 e 2006 - Tabela 5.28; percepção de que a política e o governo são complicados em 2006 - Tabela 5.29; informam-se e conversam sobre política em 1989 e 1993 - Tabelas 5.30 e 5.31 - e participam de associações de moradores - Tabela 5.32 - também nesses 2 anos), somente a percepção na capacidade de influir na política mostra, em 1993 e 2006, diferenças substantivas entre as faixas etárias: embora a maioria dos sucessivos grupos de jovens acompanhem seus cidadãos mais velhos na percepção negativa de sua eficácia política, é notável que mais de 1/3 dos jovens em “anos formativos” nos dois momentos acreditem que podem influir na política. Esse achado se combina com o comentário feito sobre a preferência democrática nesses dois anos: as conjunturas políticas parecem ter influenciado positivamente a politização desses jovens.

Também como foi feito para as coortes ano a ano, cabe observar a força das associações (Tabela 5.33) e se as diferenças estatísticas significativas são também substantivas²⁴⁴.

²⁴⁴ As diferenças substantivas aparecem em negrito nas Tabelas 5.17 a 5.32.

Tabela 5.33 – Força das associações entre grupo de idade e variáveis políticas (1989 a 2006)

| Variáveis | Coeficiente de Contingência* | | |
|--|------------------------------|------|------|
| | 1989 | 1993 | 2006 |
| Preferem a democracia | ,081 | ,029 | ,043 |
| Preferem a ditadura | ,031 | ,018 | ,042 |
| Tanto faz o regime | ,122 | ,047 | ,051 |
| Discordam da volta dos militares | ,090 | ,136 | ,075 |
| Discordam de partido único | ,098 | ,049 | ,069 |
| Desconfiam da justiça | ,185 | ,073 | ,071 |
| Desconfiam do congresso nacional | ,186 | ,100 | ,097 |
| Desconfiam do governo federal | ,161 | ,131 | ,085 |
| Desconfiam dos partidos políticos | - | ,049 | ,067 |
| Desconfiam dos militares | - | ,138 | ,061 |
| Votariam se o voto não fosse obrigatório | ,031 | ,055 | ,034 |
| Discordam que não influem na política | ,038 | ,091 | ,140 |
| Discordam que a política e o governo são complicados | ,052 | ,019 | ,093 |
| Informam-se sobre política | ,102 | ,057 | ,024 |
| Conversam sobre política | ,101 | ,083 | ,049 |
| Participam de reuniões de associações ou comunidades para tentar resolver problemas do bairro ou da cidade | ,069 | ,083 | ,047 |

*Em negrito, coeficientes significativos (cf. significâncias Teste Qui-Quadrado)

Assim, é possível observar que:

- Em 1989, como já notado na seção 5.1, das 14 variáveis, 10 mostram-se associadas às faixas etárias, mas em apenas 7 delas (“tanto faz o regime”, “discordam da volta dos militares”, “discordam de partido único”, “desconfiam da justiça”, “desconfiam do governo” e “desconfiam do congresso”) há diferenças substantivas entre elas. Sobretudo, quanto à força da associação, ela é, no máximo, moderada – para a desconfiança na justiça, no congresso e no governo²⁴⁵.
- Em 1993, também 10 variáveis mostram ter associação significativa com a faixa etária, inclusive com algumas diferenças substantivas entre as faixas (“discordam da volta dos militares”, “discordam que não influem na política”, “desconfiam do governo”, “desconfiam do congresso” e “desconfiam dos militares”), mas elas são fracas (“discordam da volta dos militares”, “desconfiam do governo”, “desconfiam do congresso” e “desconfiam dos militares”) e muito fracas (“discordam que não influem na política”, “votariam se não fosse obrigatório”, “conversam sobre política” e “participam de associações de bairro”, “desconfiam da justiça” e “desconfiam dos partidos”).

²⁴⁵ Quanto às outras 7 associações, ela é muito fraca (“preferem a democracia”; “discordam da volta dos militares”; “discordam de partido único” e “participam de associações de moradores”) e fraca (“tanto faz o regime”; “informam-se sobre política” e “conversam sobre política”), como já apontado na seção 5.1.

- Em 2006, finalmente, 9 variáveis políticas mostram associação com a faixa etária, mas para 6 delas as associações são muito fracas (“discordam da volta dos militares”, “discordam de partido único”, “discordam que não influem na política” e, inclusive, “desconfiam do governo” “do congresso”, da “justiça”, “desconfiam dos partidos” e, inclusive, “desconfiam dos militares”: há diferenças substantivas apenas nas variáveis “desconfiam do governo” e “desconfiam do congresso”).

Com base nesses resultados, parece ser possível afirmar que, entre a implantação e a consolidação da democracia, com exceção da desconfiança do governo e do congresso, as poucas (e pequenas) diferenças entre as faixas etárias tornam-se mínimas²⁴⁶. É possível explicar o porquê da mudança nos graus de associações entre as faixas etárias e as variáveis políticas a partir do processo político democrático recente? Vale dizer, tal como mostrou Torcal (*op.cit.*) para a transição espanhola (cf. tratado no Capítulo 3 desta tese) com relação à preferência incondicional à democracia, que a consolidação do regime democrático e o (re)aprendizado político dela decorrente dissolvem o impacto da faixa etária, pensada tanto em termos de diferentes experiências geracionais como em termos de experiência política (associada ao lugar no “ciclo de vida” político). Ainda, como evoluem através do período democrático recente, as diferenças e semelhanças entre os indivíduos em seus “anos formativos” e o restante da população? Para avaliar essa questão, foram realizadas regressões logísticas binárias para apurar a significância das diferenças e semelhanças dos jovens em seus anos “facilmente influenciáveis” frente a seus concidadãos mais velhos através do tempo. Tal como foi feito com as “coortes”, esse procedimento visa confirmar, através da significância estatística e dos coeficientes das diferenças, os comentários feitos para a comparação das faixas etárias a partir das Tabelas 5.17 a 5.32. Como o interesse está em compreender os sucessivos grupos de jovens em “anos formativos” através do período democrático recente à luz de seus concidadãos mais velhos, as faixas etárias “26 a 43 anos” e “44 a 69 anos” foram agrupadas na categoria “maiores de 25 anos” que, nas regressões, foi contrastada aos jovens entre “18 a 25 anos”²⁴⁷.

²⁴⁶ Tabelas anexas trazem os coeficientes de regressões logísticas binárias das mesmas variáveis políticas com a idade operacionalizada em anos. Elas também mostram que a idade quase não explica a variação / diferença nas variáveis políticas, denotando também não haver efeitos significativos do envelhecimento sobre aquelas atitudes (Anexo do Capítulo 5 – Parte IV).

²⁴⁷ Venturi e Bokani (*op.cit.*) também utilizam essas duas categorias de idade para tratar dos valores da juventude brasileira em 2003.

As variáveis dependentes utilizadas nesta etapa são a preferência por regimes, a opinião sobre a volta dos militares ao poder, a desconfiança nas instituições representativas, a adesão facultativa ao voto e a opinião sobre se a política e o governo são complicados. Neste momento, os modelos de regressão logística binária²⁴⁸ empregados objetivam descrever: 1. como os sucessivos grupos de jovens em anos formativos (da transição à consolidação da democracia brasileira recente) se diferenciam ou se assemelham ao longo do tempo; 2. como esses jovens se comportam em comparação ao conjunto de eleitores “com mais de 25 anos” em cada ano (1989, 1993 e 2006) e 3. como essas duas comparações evoluem através do tempo. As variáveis independentes de cada modelo, dicotômicas, são o “ano da pesquisa” (1989, 1993 e 2006) e “grupo de idade” (*18 a 25 anos e maiores de 25 anos*) e as categorias de referência são, respectivamente, ‘1989’²⁴⁹ e ‘maiores de 25 anos’.

Os coeficientes (OR) das comparações entre os anos (1993 e 2006 com referência a 1989), das comparações dos jovens em “anos formativos” nos 3 momentos (1989, 1993 e 2006) da democracia brasileira recente e das diferenças entre as duas faixas de idade (“18 a 25” e “maiores de 25 anos”) em cada um desses momentos são apresentados, respectivamente, nas Tabelas 5.38, 5.39 e 5.40²⁵⁰.

²⁴⁸ Sobre a regressão logística binária e a interpretação dos coeficientes OR, ver nota 34.

²⁴⁹ Para as variáveis “confiança nos partidos” e “confiança nos militares”, o ano de ‘1993’ foi utilizado como referência.

²⁵⁰ Os modelos completos estão na Parte IV do Anexo do Capítulo 5.

Tabela 5.38 - Coeficientes das diferenças* nos valores políticos para 1993 e 2006 comparados a 1989

| Variáveis | 1989 | 1993 | 2006 |
|--|------------|-------------|-------------|
| Preferem a democracia | 1,0 (Ref.) | 1,93 | 1,90 |
| Preferem a ditadura | 1,0 (Ref.) | 0,64 | 0,55 |
| Tanto faz o regime | 1,0 (Ref.) | 0,59 | 0,68 |
| Discordam da volta dos militares | 1,0 (Ref.) | 1,15 | 2,66 |
| Desconfiam do congresso | 1,0 (Ref.) | 0,89 | 1,08 |
| Desconfiam do governo | 1,0 (Ref.) | 0,70 | 0,83 |
| Desconfiam da justiça | 1,0 (Ref.) | 0,9 | 1,11 |
| Desconfiam dos partidos políticos | - | 1,0 (Ref.) | 1,99 |
| Desconfiam dos militares | - | 1,0 (Ref.) | 0,38 |
| Discordam que a política e o governo são complicados | 1,0 (Ref.) | 1,34 | 0,74 |
| Aderem ao voto facultativo | 1,0 (Ref.) | 0,67 | 0,63 |

* Em negrito, coeficientes significativos.

Tabela 5.39 - Coeficientes das diferenças* nos valores políticos dos GRUPOS DE IDADE para 1993 e 2006 comparados a 1989

| Variáveis | Grupos | 1989 | 1993 | 2006 |
|--|---------|------------|-------------|-------------|
| Preferem a democracia | 18 a 25 | 1,0 (Ref.) | 2,26 | 2,01 |
| | > 25 | 1,0 (Ref.) | 1,8 | 1,86 |
| Preferem a ditadura | 18 a 25 | 1,0 (Ref.) | 0,63 | 0,61 |
| | > 25 | 1,0 (Ref.) | 0,64 | 0,54 |
| Tanto faz o regime | 18 a 25 | 1,0 (Ref.) | 0,5 | 0,60 |
| | > 25 | 1,0 (Ref.) | 0,64 | 0,72 |
| Discordam da volta dos militares | 18 a 25 | 1,0 (Ref.) | 1,36 | 2,34 |
| | > 25 | 1,0 (Ref.) | 1,08 | 2,73 |
| Desconfiam do congresso | 18 a 25 | 1,0 (Ref.) | 0,71 | 0,79 |
| | > 25 | 1,0 (Ref.) | 0,95 | 1,17 |
| Desconfiam do governo | 18 a 25 | 1,0 (Ref.) | 0,71 | 0,72 |
| | > 25 | 1,0 (Ref.) | 0,70 | 0,86 |
| Desconfiam da justiça | 18 a 25 | 1,0 (Ref.) | 0,74 | 0,83 |
| | > 25 | 1,0 (Ref.) | 0,97 | 1,22 |
| Desconfiam dos partidos políticos | 18 a 25 | - | 1,0 (Ref.) | 2,18 |
| | > 25 | - | 1,0 (Ref.) | 1,94 |
| Desconfiam dos militares | 18 a 25 | - | 1,0 (Ref.) | 0,3 |
| | > 25 | - | 1,0 (Ref.) | 0,4 |
| Discordam que a política e o governo são complicados | 18 a 25 | 1,0 (Ref.) | 1,66 | 1,34 |
| | > 25 | 1,0 (Ref.) | 1,25 | 0,6 |
| Aderem ao voto facultativo | 18 a 25 | 1,0 (Ref.) | 0,88 | 0,71 |
| | > 25 | 1,0 (Ref.) | 0,6 | 0,6 |

* Em negrito, coeficientes significativos.

**Tabela 5.40 - Diferenças* nos valores políticos por GRUPOS DE IDADE
(1989, 1993 e 2006)**

| Variáveis | 1989 | 1993 | 2006 |
|--|------|------|------|
| Preferem a democracia | 0,75 | 0,94 | 0,81 |
| Preferem a ditadura | 0,92 | 0,9 | 1,04 |
| Tanto faz o regime | 1,58 | 1,22 | 1,31 |
| Discordam da volta dos militares | 1,37 | 1,72 | 1,17 |
| Desconfiam do congresso | 2,01 | 1,51 | 1,35 |
| Desconfiam do governo | 1,62 | 1,64 | 1,36 |
| Desconfiam da justiça | 1,67 | 1,27 | 1,14 |
| Desconfiam dos partidos políticos | - | 1,23 | 1,38 |
| Desconfiam dos militares | - | 1,59 | 1,19 |
| Discordam que a política e o governo são complicados | 0,8 | 1,7 | 1,8 |
| Aderem ao voto facultativo | 0,87 | 1,27 | 1,03 |

* Em negrito, coeficientes significativos.

Em linhas gerais, esses resultados confirmam a análise das Tabelas 5.17 a 5.32 de que, quando ocorrem, as diferenças entre as faixas etárias nos valores políticos são pouco substantivas. A comparação temporal (Tabelas 5.38 e 5.39) também permite verificar a evolução da cultura política dos jovens em “anos formativos” à evolução da cultura política do conjunto de seus concidadãos mais velhos.

Corroborando a ideia de que cada grupo de jovens formado na experiência da democracia brasileira recente, em linhas gerais, acompanha as preferências e os valores políticos de seus concidadãos mais velhos, a Tabela 5.41 destaca as diferenças (também apuradas na forma de coeficientes (OR) por regressão logística) nos indicadores de envolvimento e participação política (hábitos de conversar e se informar sobre política e participar de associações ou comunidades de bairros) pelos 2 grupos de idade (“18 a 25 anos” e “mais de 25 anos”) ora contrastados, os quais permitem confirmar como, em cada ano, também não há diferença entre os jovens e os cidadãos mais velhos nessas atitudes (esses resultados acompanham o padrão descrito por Norris (*op.cit.*) para os países mediterrâneos e pós-comunistas de baixos níveis de participação e capital social, onde, com isso, não há diferenças por grupos de idade²⁵¹).

²⁵¹ Com relação aos jovens brasileiros, cabe retomar aqui a conclusão de Nazzari (*op.cit.*), apresentada no Capítulo 1, de que o baixo envolvimento dos jovens reflete sua formação pelas agências socializadoras, que não estão cumprindo o papel

Tabela 5.41

Diferenças no envolvimento político por GRUPOS DE IDADE (1989, 1993 e 2006)

| Variáveis | 1989 | 1993 | 2006 |
|--|------|------|------|
| Informam-se sobre política | 0,64 | N/S | N/S |
| Conversam sobre política | N/S | N/S | N/S |
| Participam de reuniões de associações ou comunidades | 0,66 | 0,63 | 0,66 |

Apesar de algumas diferenças comentadas a partir da análise das Tabelas 5.17 a 5.32 (sobretudo, com relação à indiferença política e sobre a percepção de eficácia política) como tendo efeito politizador sobre os jovens, a análise do conjunto dos resultados dessas regressões mostra, então, que os grupos de jovens em seus “anos formativos” no período democrático brasileiro recente (abrangidos pelas 3 pesquisas aqui estudadas) razoavelmente acompanham as preferências e atitudes políticas dos eleitores adultos através do período, bem como suas mudanças, quando elas se realizaram. Considerando apenas a posição no “ciclo de vida político” dos grupos de indivíduos, as comparações parecem sugerir que, dentro dos dados aqui reunidos, os jovens em seus anos formativos não são mais “facilmente influenciáveis” em suas preferências políticas pelas diferentes conjunturas políticas da democracia brasileira. Em uma palavra, é possível repetir, agora comparando em cada ano os sucessivos grupos de jovens em seus anos “facilmente influenciáveis” com seus concidadãos mais velhos que, através da consolidação da democracia brasileira, os jovens estão “anteados” (para usar a expressão de Venturi e Bokani (*op.cit.*)) nas tendências daqueles.

Todavia, se, como dito na introdução, importa a esta tese investigar não uma pretensa juventude brasileira, mas os jovens em suas clivagens sociais, cabe ainda investigar como em cada ano as diferenças e semelhanças entre as faixas etárias se comportam controlados seus níveis de instrução. Essa tarefa também se explica dado que, através do período democrático recente, o grau de instrução dos brasileiros é crescente, sobretudo nos sucessivos grupos mais jovens (como descrito na seção 5.1, Tabela 5.4) e diversas das variáveis políticas são associadas ao “grau de instrução” – como descrito pela Tabela 5.42.

de formar níveis elevados de capital social entre aqueles. O aprofundamento desta questão foge, porém, aos objetivos do presente estudo. Cabe mencionar apenas que os jovens acompanham os baixos índices de participação e associação dos brasileiros já destacados por outros estudos.

Tabela 5.42

Associação* entre Grau de Instrução e Variáveis Políticas

| Variáveis | 1989 | 1993 | 2006 |
|---|---|---|---|
| Preferem a democracia | ,125 (,000) - aumenta pouco com aumento escolaridade. | ,135 (,000) - aumenta pouco com aumento escolaridade. | ,091 (,002) - aumenta apenas no Superior. |
| Preferem a ditadura | ,049 (,287) | ,035 (,486) | ,020 (,881) |
| Tanto faz o regime | ,188 (,000) - diminui com aumento da escolaridade. | ,199 (,000) - diminui com aumento da escolaridade. | ,110 (,000) - diminui apenas no Superior. |
| Discordam da volta dos militares | ,315 (,000) - aumenta com aumento da escolaridade. | ,200 (,000) - aumenta com aumento da escolaridade. | ,124 (,000) - aumenta pouco com aumento da escolaridade. |
| Discordam de partido único | ,345 (,000) - aumenta com aumento da escolaridade. | ,302 (,000) - aumenta com aumento da escolaridade. | ,106 (,000) - aumenta pouco com aumento da escolaridade. |
| Desconfiam da justiça | ,225 (,000) - aumenta com aumento da escolaridade. | ,023 (,750) | ,093 (,001) - 2º grau pouco mais desconfiado. |
| Desconfiam do congresso | ,242 (,000) - aumenta com aumento da escolaridade. | ,021 (,798) | ,086 (,004) - aumenta pouco com aumento da escolaridade. |
| Desconfiam do governo | ,290 (,000) - aumenta com aumento da escolaridade. | ,057 (,057) | ,085 (,005) - aumenta pouco com aumento da escolaridade até 2º grau completo. |
| Desconfiam dos partidos | N/T | ,116 (,000) - diminui apenas no Superior. | ,063 (,063) |
| Desconfiam dos militares | N/T | ,030 (,576) | ,054 (,154) |
| Votariam se o voto não fosse obrigatório | ,183 (,000) - aumenta com aumento da escolaridade a partir do 2º grau completo. | ,184 (,000) - aumenta com aumento da escolaridade a partir do 2º grau completo. | ,128 (,000) - aumenta apenas no Superior. |
| Discordam que não influem na política | ,124 (,000) - apenas no Superior a discordância é maior. | ,143 (,000) -- apenas no Superior a discordância é maior. | ,156 (,000) - aumenta pouco com aumento da escolaridade. |
| Discordam que a política e o governo são complicados | ,226 (,000) - diminui com aumento da escolaridade. | ,186 (,000) - apenas no Superior aumenta. | ,118 (,000) - aumenta pouco com aumento da escolaridade. |
| Informam-se sobre política | ,223 (,000) - aumenta com aumento da escolaridade. | ,297 (,000) - aumenta com aumento da escolaridade. | ,035 (,527) |
| Conversam sobre política | ,294 (,000) - aumenta com aumento da escolaridade | ,280 (,000) - aumenta com aumento da escolaridade. | ,204 (,000) - aumenta com aumento da escolaridade. |
| Participam de reuniões de associações ou comunidades... | ,084 (,004) - quase não muda com a escolaridade. | ,048 (,137) | ,040 (,409) |

* Coeficiente de contingência.

Em negrito, coeficientes **não** significativos (teste do Qui-Quadrado - nível de significância adotado: 5%).

Como tratado no Capítulo 3, Schlegel (*op.cit.*) mostrou, grosso modo, que o impacto da escolaridade sobre o comportamento político dos brasileiros decresceu entre 1989 e 2006. Mostrou ainda, com base em médias para o período, que há diferenças geracionais sobre atitudes que não se explicam por seus diferentes níveis de escolaridade (p.e., diferenças na desconfiança política). Com base nesses achados, são duas as tarefas aqui colocadas: primeiro, explorar se as diferenças por faixas etárias ora apontadas persistem quando tais faixas são comparadas nos mesmos níveis de escolaridade. E segundo, observar em que medida o impacto da escolaridade se modifica nos 3 pontos do tempo sobre os mesmos grupos etários (em particular, sobre os sucessivos grupos de jovens com "18 a 25 anos"). As Tabelas 5.43 a 5.45 apresentam o resumo das associações²⁵² entre as variáveis políticas e as faixas etárias controlado o grau de instrução para os anos de 1989, 1993 e 2006, respectivamente²⁵³.

Para 1989 (Tabela 5.43), tanto a preferência pela democracia como a indiferença quanto ao regime - que têm, no máximo, fracas associações com a faixa etária dos indivíduos -, com o controle da escolaridade, reproduzem essa associação entre faixas etárias e "preferência democrática" e "tanto faz o regime" apenas nas faixas de escolaridade mais baixas (*Até 1º grau incompleto e Até 2º grau incompleto*). As muito fracas associações entre a rejeição à volta dos militares ao poder e à existência de um único partido e a faixa etária dos indivíduos desaparecem com a introdução do controle do grau de instrução. Como esse, por sua vez, tem forte efeito sobre as duas opiniões, esse resultado sugere que as pequenas diferenças entre as faixas de idade se deviam a efeitos de suas desigualdades educacionais. Com relação à desconfiança institucional, que, como visto, tem associação moderada com as faixas etárias (diminui a desconfiança com o aumento da idade) em 1989, a introdução do controle da escolaridade também mostra que a diferença na desconfiança entre as faixas etárias é significativa apenas nos dois níveis mais baixos da escolaridade. Finalmente, todas as variáveis de participação e de eficácia política, que tem, no máximo, fracas associações com a faixa etária dos indivíduos, não

²⁵² Para essa e todas as próximas associações apresentadas tanto entre a faixa etária e as variáveis políticas com o controle do grau de instrução e entre o grau de instrução e as variáveis políticas com o controle da faixa etária, os testes de significância e força das associações são, respectivamente, o Qui-Quadrado e o Coeficiente de Contingência. Na interpretação dos resultados, foram desprezadas as caselas com menos de 5 casos pela falta de consistência decorrente do baixo número de informações.

²⁵³ As Tabelas com esses cruzamentos estão reproduzidas na Parte IV do Anexo do Capítulo 5.

mudam seu comportamento com a introdução do controle da escolaridade.

Tabela 5.43
Variáveis políticas X faixas etárias, controlado o grau de instrução (1989)

| Variáveis | Associação com faixa etária | Associação com grau de instrução | Comportamento das faixas controlada a escolaridade |
|--|-----------------------------|----------------------------------|--|
| Preferem a democracia | muito fraca | Fraca | Até 1º grau incompleto (fraca) / até 2º grau incompleto (moderada): aumenta pouco com aumento da idade. Nos outros níveis de instrução não há diferença entre os grupos de idade. |
| Preferem a ditadura | N/S | N/S | N/S |
| Tanto faz o regime | fraca | Moderada | Até 1º grau incompleto (moderada) / até 2º grau incompleto (moderada): diminui com aumento da idade. Nos outros níveis de instrução não há diferença entre os grupos de idade. |
| Discordam da volta dos militares | muito fraca | Forte | Controlada escolaridade, não há diferença entre as faixas etárias. |
| Discordam de partido único | muito fraca | Forte | Controlada escolaridade, não há diferença entre as faixas etárias. |
| Desconfiam da justiça | moderada | Forte | Até 1º grau incompleto (moderada): diminui com o aumento da idade (apenas "18 a 25 anos" desconfia). Em todos os níveis de instrução, a desconfiança diminui com o aumento da idade, mas não de modo significativo. |
| Desconfiam do congresso nacional | moderada | Forte | Até 1º grau incompleto (moderada) / até 2º grau incompleto (moderada): diminui com o aumento da idade. |
| Desconfiam do governo federal | moderada | Forte | Até 1º grau incompleto (fraca): diminui com o aumento da idade. Nos outros níveis de instrução não há diferença entre os grupos de idade. |
| Desconfiam dos partidos | N/T | N/T | - |
| Desconfiam dos militares | N/T | N/T | - |
| Votariam se o voto não fosse obrigatório | N/S | Moderada | Até 1º grau incompleto (muito fraca): "sim" aumenta pouco entre as faixas etárias. Nos outros níveis de instrução não há diferença entre os grupos de idade. |
| Discordam que não influem na política | N/S | Fraca | Não há diferença significativa entre as faixas etárias mesmo controlada a escolaridade. |
| Discordam que a política e o governo são complicados | N/S | Forte | Não há diferença significativa entre as faixas etárias mesmo controlada a escolaridade. |
| Informam-se sobre política | fraca | Forte | Até 1º grau incompleto (fraca) / até 2º grau incompleto (moderada): aumenta com o aumento da idade. Nos outros níveis de instrução não há diferença entre os grupos de idade. |
| Conversam sobre política | fraca | Forte | Não há diferença significativa entre as faixas etárias mesmo controlada a escolaridade. |
| Participam de reuniões de associações... | muito fraca | N/S | Não há diferença significativa entre as faixas controlada a escolaridade |

Tabela 5.44
Variáveis políticas X faixas etárias, controlado o grau de instrução (1993)

| Variáveis | Associação com faixa etária | Associação com grau de instrução | Comportamento das faixas controlada a escolaridade |
|--|-----------------------------|----------------------------------|--|
| Preferem a democracia | N/S | Fraca | Não há diferença significativa entre as faixas mesmo controlada a escolaridade (embora aqueles com entre '44 a 69 anos' prefiram pouco mais a democracia em quase todos os níveis de instrução - exceto 2º grau completo). |
| Preferem a ditadura | N/S | N/S | 2º grau completo (fraca) : aqueles com entre '44 a 69 anos' preferem pouco mais a ditadura |
| Tanto faz o regime | N/S | Moderada | Até 1º grau incompleto (muito fraca): diminui na faixa '44 a 69 anos' |
| Discordam da volta dos militares | fraca | Forte | Até 1º grau incompleto (fraca) / Até 2º grau incompleto (moderada) / 2º grau completo (fraca): discordância diminui com aumento da idade. |
| Discordam de partido único | N/S | Forte | Não há diferença entre as faixas mesmo controlada a escolaridade |
| Desconfiam da justiça | muito fraca | N/S | Até 1º grau incompleto (muito fraca) / Superior incompleto ou + (fraca): diminui pouco entre '44 a 69 anos' |
| Desconfiam do congresso nacional | fraca | N/S | Até 1º grau incompleto (muito fraca) / Até 2º grau incompleto (fraca) / 2º grau completo (fraca): diminui com aumento da idade. |
| Desconfiam do governo federal | fraca | N/S | Até 1º grau incompleto (muito fraca) - diminui pouco entre '44 a 69 anos' / Até 2º grau incompleto (fraca) / 2º grau completo (moderada): diminui com aumento da idade. |
| Desconfiam dos partidos | muito fraca | Fraca | Até 2º grau incompleto (fraca) / 2º grau completo (fraca): diminui pouco com aumento da idade |
| Desconfiam dos militares | fraca | N/S | Até 1º grau incompleto (fraca) / Até 2º grau incompleto (moderada) / 2º grau completo (moderada) / Superior incompleto ou + (moderada): diminui com aumento da idade |
| Votariam se o voto não fosse obrigatório | muito fraca | Moderada | Até 1º grau incompleto (muito fraca): diminui com aumento da idade (em todos os níveis de escolaridade o 'sim' diminui com o aumento da idade, mas não de modo significativo). |
| Discordam que não influem na política | muito fraca | Fraca | Até 1º grau incompleto (muito fraca) / 2º grau completo (moderada): diminui com aumento da idade. |
| Discordam que a política e o governo são complicados | N/S | Moderada | Não há diferença significativa entre as faixas mesmo controlada a escolaridade |
| Informam-se sobre política | N/S | Forte | Não há diferença significativa entre as faixas mesmo controlada a escolaridade. |
| Conversam sobre política | muito fraca | Forte | Não há diferença significativa entre as faixas mesmo controlada a escolaridade |
| Participam de reuniões de associações... | muito fraca | N/S | 2º grau completo (moderada) / Superior incompleto ou + (moderada): aumenta pouco com aumento da escolaridade. |

Tabela 5.45
Variáveis políticas X faixas etárias, controlado o grau de instrução (2006)

| Variáveis | Associação com faixa etária | Associação com grau de instrução | Comportamento das faixas controlada a escolaridade |
|--|-----------------------------|----------------------------------|---|
| Preferem a democracia | N/S | Muito fraca | Até 2º grau incompleto (fraca): aumenta pouco com aumento da idade (no 2º grau completo também aumenta, mas não de modo significativo). |
| Preferem a ditadura | N/S | N/S | não há diferença significativa entre as faixas controlada a escolaridade. |
| Tanto faz o regime | N/S | Fraca | Até 2º grau incompleto (moderada): diminui pouco com aumento da idade (no 2º grau completo também diminui, mas não de modo significativo). |
| Discordam da volta dos militares | muito fraca | Fraca | Até 2º grau incompleto (moderada): aumenta com aumento da idade. |
| Discordam de partido único | muito fraca | Fraca | Até 1º grau incompleto (muito fraca) – diminui com aumento da idade / 2º grau completo (fraca) – aumenta com aumento da idade |
| Desconfiam da justiça | muito fraca | Muito fraca | não há diferença significativa entre as faixas mesmo controlada a escolaridade |
| Desconfiam do congresso nacional | muito fraca | Muito fraca | Até 1º grau incompleto (muito fraca): diminui com aumento da idade. Com exceção do Superior, nos outros níveis de instrução, a desconfiança cai entre '44 a 69' mas não de modo significativo. |
| Desconfiam do governo federal | muito fraca | Muito fraca | não há diferença significativa entre as faixas mesmo controlada a escolaridade (com exceção do Superior, a faixa '44 a 69 anos' desconfia pouco menos). |
| Desconfiam dos partidos | muito fraca | N/S | Também não há diferença significativa entre as faixas controlada a escolaridade. |
| Desconfiam dos militares | muito fraca | N/S | Até 1º grau incompleto (muito fraca): cai entre '44 a 69 anos'. |
| Votariam se o voto não fosse obrigatório | N/S | Fraca | Não há diferença significativa entre as faixas mesmo controlada a escolaridade. |
| Discordam que não influem na política | fraca | Moderada | 2º grau completo / Superior incompleto ou + (moderada): diminui com aumento da idade (também diminui nos outros níveis de instrução mas não significativo). |
| Discordam que a política e o governo são complicados | muito fraca | Fraca | Até 1º grau incompleto (fraca): diminui pouco com aumento da idade. |
| Informam-se sobre política | N/S | N/S | Superior incompleto ou + (moderada): '26 a 43 anos' é que mais se informa. |
| Conversam sobre política | N/S | Forte | não há diferença significativa entre as faixas mesmo controlada a escolaridade. |
| Participam de reuniões de associações... | N/S | N/S | Superior incompleto ou + (moderada): '26 a 43 anos' participa pouco mais. |

Para 1993, retomando, não há associação entre a preferência por regimes e a rejeição à existência de um único partido e a faixa etária; no máximo, muito fracas associações entre as variáveis de eficácia e participação políticas e a faixa etária e, finalmente, no melhor, fracas associações entre a discordância da volta dos militares ao poder e a faixa etária e também entre a desconfiança política e a faixa etária. A introdução do controle da escolaridade não muda essas relações, exceto para a desconfiança nos partidos políticos, cuja associação muito fraca com a faixa etária se reproduz apenas entre aqueles que atingiram o 2º grau (incompleto e completo)²⁵⁴.

Por fim, para 2006, embora não haja associações entre a faixa etária e a preferência pela democracia e a indiferença quanto ao regime político, a introdução do controle da escolaridade mostra que, para aqueles que atingem o 2º grau (incompleto ou completo), a preferência democrática tende a aumentar com o aumento da faixa etária e o “tanto faz”, por sua vez, a diminuir. Com relação à rejeição à volta dos militares ao poder e à existência de um único partido, que quase não se diferenciam por faixas etárias, a introdução do controle da escolaridade também mostra diferenças significativas apenas para aqueles que atingiram o 2º grau, mas, nesse caso, as duas rejeições (volta dos militares e partido único) tendem a aumentar com o aumento da idade. De todo modo, embora significativos, tais impactos são, no máximo, fracos.

Ainda em 2006, tendo em vista que, nesse ano, o grau de instrução quase não impacta a desconfiança política, a introdução do controle da escolaridade na associação entre a desconfiança nas instituições políticas e a faixa etária dos indivíduos não afeta as fracas associações existentes. Por último, com relação às variáveis de participação e eficácia políticas, apenas a discordância da ideia de que não influem na política se sobressai com o controle do grau de instrução: a fraca associação entre a faixa etária e a discordância dessa ideia se torna moderada entre aqueles que atingiram o 2º grau completo e o nível Superior: os mais jovens que, independente de seu grau de instrução, já são mais enfáticos do que seus concidadãos mais velhos na discordância da ideia de que não podem influir na política, distanciam-se ainda mais deles.

²⁵⁴ E cumpre notar que, neste ano, o impacto da escolaridade ainda era forte sobre a rejeição à volta dos militares e à existência de um único partido, no acesso à informação política e conversa sobre política e moderado sobre o voto facultativo, sobre a indiferença quanto ao regime político e sobre a discordância da ideia de que os cidadãos não podem influir na política.

Cabe agora retomar a segunda questão anteriormente exposta sobre os efeitos das desigualdades educacionais sobre os cidadãos brasileiros: há diferentes impactos do grau de instrução por faixas etárias em cada ano e nas mesmas faixas etárias longitudinalmente? (nesse caso, a ideia é comparar, sobretudo, o impacto das diferenças educacionais sobre os valores políticos dos sucessivos grupos de jovens em seus “anos formativos” (1989, 1993 e 2006)).

O conjunto dos dados mostra que além de haver distintos impactos da escolaridade sobre os valores políticos para o conjunto da amostra em cada ponto no tempo, há distintos impactos da escolaridade sobre os valores políticos controlada a faixa etária dos indivíduos. Não é possível generalizar essa situação, melhor dizendo, afirmar que jovens em “anos formativos” são mais (ou menos) afetados pelo grau de instrução em seus valores políticos, e, sim, há relações específicas para as diferentes variáveis políticas investigadas. Para tornar essa afirmação mais clara, as Tabelas 5.46 e 5.47 mostram, respectivamente, o cruzamento da “Preferência pela democracia” e da “Desconfiança no congresso” com o Grau de Instrução controlada a faixa etária dos indivíduos para 1989, 1993 e 2006 (o conjunto das Tabelas e os respectivos Testes de Associação são reproduzidos na Parte IV do Anexo do Capítulo 5):

Tabela 5.46

Preferência democrática por Grau de Instrução por Faixas Etárias (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989 | 1993 | 2006 |
|---------------------|--------------------------|-------------|-------------|-------------|
| 18 a 25 anos | Até 1º grau incompleto | 38,8 | 57,3 | 66,0 |
| | Até 2º grau incompleto | 45,0 | 65,9 | 54,9 |
| | 2º grau completo | 56,8 | 73,8 | 59,2 |
| | Superior incompleto ou + | 65,5 | 78,2 | 78,3 |
| | Total | 47,2 | 66,9 | 64,2 |
| 26 a 43 anos | Até 1º grau incompleto | 46,4 | 59,4 | 65,9 |
| | Até 2º grau incompleto | 47,4 | 65,1 | 70,5 |
| | 2º grau completo | 57,0 | 74,4 | 70,4 |
| | Superior incompleto ou + | 64,4 | 75,8 | 81,6 |
| | Total | 52,4 | 67,2 | 69,5 |
| 44 a 69 anos | Até 1º grau incompleto | 54,6 | 66,3 | 67,4 |
| | Até 2º grau incompleto | 69,5 | 73,7 | 64,5 |
| | 2º grau completo | 65,7 | 70,6 | 73,3 |
| | Superior incompleto ou + | 61,5 | 83,6 | 76,5 |
| | Total | 58,3 | 70,2 | 68,2 |

Tabela 5.47

Desconfiança no Congresso por Grau de Instrução por Faixas Etárias (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989 | 1993 | 2006 |
|--------------|--------------------------|------|------|------|
| 18 a 25 anos | Até 1º grau incompleto | 77,0 | 75,1 | 77,8 |
| | Até 2º grau incompleto | 79,6 | 76,2 | 76,1 |
| | 2º grau completo | 92,5 | 77,0 | 79,0 |
| | Superior incompleto ou + | 88,7 | 77,9 | 79,3 |
| | Total | 81,7 | 76,2 | 78,0 |
| 26 a 43 anos | Até 1º grau incompleto | 62,5 | 72,5 | 72,5 |
| | Até 2º grau incompleto | 86,3 | 71,3 | 75,8 |
| | 2º grau completo | 86,4 | 65,4 | 81,3 |
| | Superior incompleto ou + | 87,4 | 69,6 | 78,9 |
| | Total | 74,6 | 70,3 | 76,0 |
| 44 a 69 anos | Até 1º grau incompleto | 54,6 | 65,9 | 66,7 |
| | Até 2º grau incompleto | 65,4 | 57,6 | 67,5 |
| | 2º grau completo | 77,4 | 59,4 | 69,4 |
| | Superior incompleto ou + | 91,3 | 64,7 | 79,4 |
| | Total | 59,6 | 63,8 | 67,8 |

Esses dados sugerem que, quando os jovens preferem menos a democracia (como ocorre em 1989), é porque são mais impactados pelas desigualdades educacionais (e não, como a expectativa descrita pela hipótese da tese que, para este ano, a menor preferência democrática entre os jovens se devia apenas ao cenário de sua introdução na política). Isso não aparece no cruzamento da desconfiança no congresso com a escolaridade controlada a faixas etária dos indivíduos: os jovens em “anos formativos” são, de fato, mais desconfiados através do tempo (embora as diferenças por grupos diminuam significativamente entre 1989 e 2006, como já demonstrado), corroborando o desdobramento da tese especificamente com relação à desconfiança e o achados anteriores do cruzamento das faixas etárias e variáveis políticas apenas. No entanto, mesmo em 1989, os jovens são menos impactados em sua desconfiança pelas desigualdades educacionais do que seus concidadãos mais velhos. As Tabelas 5.48 a 5.50 resumem o comportamento das associações entre as variáveis políticas e o grau de instrução por faixas etárias para o período entre 1989 e 2006.

Tabela 5.48 – Preferência regimes X Grau de instrução, controlada a faixa etária (1989 a 2006)

| Variáveis | 1989 | 1993 | 2006 |
|----------------------------------|--|---|---|
| Preferem a democracia | 18 a 25 anos - preferência pela democracia aumenta 30pp do primeiro ao último nível de escolaridade. 26 a 43 anos - preferência pela democracia aumenta 20pp apenas a partir do 2º grau completo. 44 a 69 anos - não há diferença significativa na preferência democrática com o aumento da escolaridade. | Em todas as faixas etárias, a preferência aumenta com o aumento da escolaridade (na faixa '18 a 25' anos vai aumentando a cada novo nível de instrução; nas outras duas, aumenta sobretudo no Superior incompleto ou +). | Apenas na faixa '18 a 25 anos', a preferência aumenta 12pp com o aumento da escolaridade. ('26 a 43' também há ligeiro aumento, mas não de modo significativo). |
| Preferem a ditadura | Não há diferença na preferência pela ditadura entre as faixas etárias e nem controlado o grau de instrução. | Não há diferença na preferência pela ditadura entre as faixas etárias e nem controlado o grau de instrução. | Não há diferença na preferência pela ditadura entre as faixas etárias e nem controlado o grau de instrução. |
| Tanto faz o regime | 18 a 25 anos - a indiferença diminui mais de 30pp do primeiro ao último nível de instrução. 26 a 43 anos - a indiferença diminui pouco mais de 20pp do primeiro ao último nível de instrução. 44 a 69 anos - indiferença (menor que nas outras faixas) diminui pouco com o aumento da instrução (menos de 10pp). | 18 a 25 anos - a indiferença diminui a cada novo nível de instrução (mais de 25pp do primeiro ao último nível). 26 a 43 anos - a indiferença cai em torno de 20pp do primeiro ao último nível de instrução. 44 a 69 anos - indiferença (menor que nas outras faixas) diminui pouco com apenas a partir do 2º grau completo (menos de 10pp). | 18 a 25 anos - a indiferença oscila um pouco mas diminui 11pp do primeiro ao último nível de instrução. 26 a 43 anos - a indiferença diminui apenas no nível "Superior". 44 a 69 anos - a indiferença cai apenas a partir do "2º grau completo". |
| Discordam da volta dos militares | Em todas as faixas etárias, a discordância aumenta mais de 40pp do nível mais baixo ao mais alto de instrução. | 18 a 25 anos - discordância aumenta a cada nível de escolaridade (total=20pp). 26 a 43 anos - discordância aumenta a cada nível de escolaridade (total=30pp). 44 a 69 anos - discordância aumenta sobretudo no nível Superior (discordância aumenta a cada nível de escolaridade (total=30pp)). | 18 a 25 anos - discordância aumenta pouco com aumento da escolaridade e só a partir do "2º grau completo" (total=13pp). 26 a 43 anos - discordância aumenta apenas do primeiro ao segundo nível de escolaridade e se mantém (total=10pp). 44 a 69 anos - não há diferença por nível de instrução. |
| Discordam de partido único | Em todas as faixas etárias, a discordância aumenta pelo menos 40pp do nível mais baixo ao mais alto de instrução. | Em todas as faixas, a discordância aumenta pelo menos 30pp do primeiro ao último nível de instrução. | 18 a 25 anos - não há diferença por nível de instrução. 26 a 43 anos - discordância aumenta apenas a partir do 2º grau completo (total=14pp). 44 a 69 anos - discordância aumenta pouco entre os níveis de instrução. |

Tabela 5.49 – Desconfiança instituições representativas X Grau de instrução, controlada a faixa etária (1989 a 2006)

| Variáveis | 1989 | 1993 | 2006 |
|----------------------------------|---|---|---|
| Desconfiam da justiça | 18 a 25 anos – desconfiança aumenta sobretudo a partir do 2º grau completo. 26 a 43 anos – desconfiança aumenta no primeiro degrau de instrução (2º grau incompleto) e se mantém elevada.. 44 a 69 anos – desconfiança aumenta sobretudo a partir do 2º grau completo. | A desconfiança diminui pouco na faixa '44 a 69', que confia na justiça. Em nenhuma faixa etária, há diferença na desconfiança que se associe ao grau de instrução. | Cai apenas pouco entre '44 a 69'. 18 a 25 anos – não há diferença na desconfiança por grau de instrução. 26 a 43 anos - a desconfiança aumenta pouco com o aumento da escolaridade. 44 a 69 anos – não há diferença na desconfiança por grau de instrução. |
| Desconfiam do congresso nacional | 18 a 25 anos – desconfiança aumenta sobretudo a partir do 2º grau completo (total=11pp). 26 a 43 anos – desconfiança aumenta no primeiro degrau de instrução (2º grau incompleto) e se mantém elevada (total=14pp). 44 a 69 anos – desconfiança aumenta a cada nível de instrução (quase 40pp). | A desconfiança diminui muito pouco na faixa '44 a 69'. Em nenhuma faixa etária, há diferença na desconfiança que se associe ao grau de instrução. | Cai apenas pouco entre '44 a 69'. Em nenhuma faixa etária, há diferença na desconfiança que se associe ao grau de instrução. |
| Desconfiam do governo federal | 18 a 25 anos – desconfiança aumenta sobretudo a cada nível de instrução (total=30pp). 26 a 43 anos – desconfiança aumenta a cada nível de instrução (total=30pp). 44 a 69 anos – desconfiança aumenta a cada nível de instrução (quase 40pp). | A desconfiança diminui pouco com o aumento da idade. Em nenhuma faixa etária, há diferença na desconfiança que se associe ao grau de instrução. | Cai apenas pouco entre '44 a 69'. Em nenhuma faixa etária, há diferença na desconfiança que se associe ao grau de instrução. |
| Desconfiam dos partidos | - | A desconfiança diminui muito pouco com o aumento da idade. 18 a 25 anos – não há diferença na desconfiança com o aumento da escolaridade. Nas faixas '26 a 43' e '44 a 69', a desconfiança diminui pouco com o aumento da escolaridade. | Cai apenas pouco entre '44 a 69'. Em nenhuma faixa etária, há diferença na desconfiança que se associe ao grau de instrução. |
| Desconfiam dos militares | - | A desconfiança diminui pouco com o aumento da idade (sobretudo na faixa '44 a 69'). Em nenhuma faixa etária, há diferença na desconfiança que se associe ao grau de instrução. | Cai apenas pouco entre '44 a 69'. Em nenhuma faixa etária, há diferença na desconfiança que se associe ao grau de instrução. |

Tabela 5.50 - Participação e eficácia políticas X Grau de instrução, controlada a faixa etária (1989 a 2006)

| Variáveis | 1989 | 1993 | 2006 |
|--|---|---|--|
| Votariam se o voto não fosse obrigatório | Em todas as faixas, o voto voluntário aumenta com o aumento da escolaridade (sobretudo 18 a 25 anos e 26 a 43 anos). | Nas faixas 18 a 25 anos e 26 a 43 anos, o voto aumenta em torno de 30pp do primeiro ao último nível de instrução. 44 a 69 anos - voto não muda com a escolaridade. | Nas faixas 18 a 25 anos e 26 a 43 anos, o voto aumenta com o aumento da escolaridade (a partir do 2º grau completo, a maioria votaria). 44 a 69 anos - só votam aqueles que atingiram o Superior incompleto ou + (mas diferença não significativa com outros níveis). |
| Discordam que não influem na política | 18 a 25 anos - discordância aumenta sobretudo no nível Superior (em torno de 20pp). 26 a 43 anos - discordância aumenta com aumento da escolaridade (20pp). 44 a 69 anos - não há diferença por grau de instrução. | Em todas as faixas de idade, discordância aumenta apenas no nível Superior (pelo menos 15pp). | 18 a 25 anos e 26 a 43 anos - discordância aumenta em torno de 20pp a partir do 2º grau completo. 44 a 69 anos - não há diferença por grau de instrução. |
| Discordam que a política e o governo são complicados | 18 a 25 anos - discordância aumenta sobretudo no nível Superior (total=20pp). 26 a 43 anos - discordância aumenta a partir do 2º grau completo (em torno de 30pp). 44 a 69 anos - discordância aumenta a partir do 2º grau completo (em torno de 20pp). | Em todas as faixas etárias a discordância se torna expressiva (embora não majoritária) apenas no nível Superior incompleto ou + (em torno de 40%). | Apenas na faixa 44 a 69 anos, a discordância aumenta (pouco) com o aumento da escolaridade. |
| Informam-se sobre política | 18 a 25 anos - hábito aumenta com aumento da instrução. 26 a 43 anos - hábito aumenta com aumento da instrução. 44 a 69 anos - hábito aumenta pouco com aumento da instrução (sobretudo no Superior). | Em todas as faixas, o hábito de se informar sobre política aumenta pelo menos 35pp do primeiro ao último nível de instrução. | Apenas na faixa 44 a 69, há diferença no hábito de se informar por grau de instrução (aumenta a partir do 2º grau completo). |
| Conversam sobre política | Hábito de conversar sobre política aumenta em torno de 35pp desde o primeiro ao último nível de instrução em todas as faixas etárias. | Em todas das faixas etárias, o hábito de conversar sobre política aumenta em torno de 35pp entre os níveis mais baixo e mais alto de instrução. | Em todas as faixas, o hábito de conversar aumenta com o aumento da escolaridade, sobretudo a partir do 2º grau completo. |
| Participam de reuniões de associações... | 18 a 25 anos e 26 a 43 anos - não há diferença na baixa participação por nível de instrução. 44 a 69 anos - maiores participações estão nos níveis mais baixo e mais alto. | Apenas na faixa 18 a 25 anos há pequena diferença na participação por grau de instrução (diminui pouco com o aumento da escolaridade). | Apenas na faixa 26 a 43 anos, essa participação aumenta um pouco com o aumento da escolaridade. |

A partir das comparações dos impactos do grau de instrução sobre as distintas faixas etárias através do tempo, é possível destacar que:

- Primeiro, com relação às opiniões sobre o regime: para a *preferência democrática*, embora o impacto da escolaridade vá de “fraco” (1989 e 1993) a “muito fraco” (2006) para o conjunto da amostra²⁵⁵, entre os jovens com idades entre “18 a 25 anos” esse impacto permanece “moderado” ao longo do mesmo período, como sugerido anteriormente²⁵⁶. Quanto à opinião de que *“Tanto faz o regime”*, o impacto da escolaridade sobre a amostra total é “moderado” (1989 e 1993) e “fraco” (2006) enquanto entre os sucessivos grupos de jovens em “anos formativos” ele é “forte” em 1989 e 1993 e diminui apenas um pouco em 2006 (“moderado”)²⁵⁷.
- Embora a *preferência pela ditadura* não seja impactada nem pela faixa etária e nem pelo grau de instrução em nenhum ano, a discordância da ideia segundo a qual *“O país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder”* tem “forte” impacto do aumento da escolaridade em 1989 e 1993 para o conjunto da amostra, o qual se torna “fraco” em 2006. Para os jovens em “anos formativos”, o impacto do grau de instrução é “forte” apenas em 1989, mas se torna “moderado” em 1993 e assim se mantém em 2006 (neste ano, os grupos intermediário (26 a 43 anos) e mais velho (44 a 69 anos) quase não sofrem efeito das diferenças educacionais sobre a rejeição da volta dos militares ao poder).
- Por sua vez, a discordância da ideia de que *“O país seria melhor se houvesse apenas um partido político”* era fortemente associada ao grau de instrução em 1989 e 1993 e apenas fraca em 2006. Nesse caso, os sucessivos grupos de jovens em “anos formativos” acompanham a relação das preferências e grau de instrução de seus concidadãos mais velhos (diminuição do impacto da escolaridade sobre a rejeição a essa variável política através do tempo).

²⁵⁵ Em 2006, o impacto do grau de instrução sobre a preferência democrática do conjunto da amostra é “muito fraco” porque não é significativo nas faixas “26 a 43 anos” e “44 a 69 anos”.

²⁵⁶ Comparando os sucessivos grupos de jovens (“18 a 25 anos” em 1989, 1993 e 2006), embora o impacto da escolaridade sobre a preferência democrática permaneça o mesmo (“moderado”) nos 3 anos, a diferença entre as faixas de instrução cai através do período.

²⁵⁷ O impacto da escolaridade também é forte em 1989 e 1993 naqueles em idade intermediária (“26 a 43 anos”).

- Com relação à *desconfiança institucional*, para o conjunto da amostra, ela era fortemente associada à escolaridade em 1989, não significativa em 1993 (com exceção dos partidos, cuja associação era “fraca”) e “muito fraca” em 2006 (novamente, com exceção da associação com a desconfiança nos partidos, que não é significativa)²⁵⁸. Nesse caso, é notável que entre os jovens com “18 a 25 anos”, a associação entre a desconfiança e o grau de instrução em 1989 era “forte” apenas no governo federal (e “moderada” na justiça e no congresso), se tornando “não significativa” tanto em 1993 como em 2006 para todas as instituições. Nesse sentido, em 1989, o impacto da escolaridade era até um pouco mais elevado nas faixas etárias “26 a 43 anos” e “44 a 69 anos” do que nos jovens com “18 a 25 anos; nos anos seguintes, a escolaridade não impacta nenhuma das 3 faixas etárias em sua desconfiança institucional. Esse achado exclui a ideia segundo a qual as diferenças na desconfiança política por faixas etárias se devem por diferenças composicionais.
- Para as variáveis de *participação política* (“conversa sobre política”, “informação política” e voto facultativo)²⁵⁹, o impacto do grau de instrução é razoavelmente similar entre as faixas etárias através do tempo: para os hábitos de conversa e informação, eles são forte ou moderadamente associados ao grau de instrução em todas as faixas etárias nos 3 anos (exceto para o acesso à informação política em 2006, cuja associação com a escolaridade não é significativa em nenhum dos grupos de idade). Com relação ao voto facultativo, o impacto do grau de instrução sobre o conjunto da amostra vai de “moderado” (1989 e 1993) a “fraco” (2006). Nesse caso, os sucessivos grupos de jovens em “anos formativos” são um pouco mais impactados pelas diferenças educacionais em 1989 e 2006 (mas não em 1993).
- Finalmente, para as variáveis de *Eficácia Política*, o impacto do grau de instrução é o mesmo tanto entre os jovens como entre seus concidadãos mais velhos nos 3 anos com relação à eficácia política interna (opinião sobre a frase: “pessoas como você não influem na política”) – “fraco” em 1989 e 1993 e “moderado” em 2006. Para a

²⁵⁸ Com relação à desconfiança nos militares (1993 e 2006), não há associação com o grau de instrução em nenhum dos anos.

²⁵⁹ Não é comentada a participação em associações de bairro, pois o impacto da escolaridade é “muito fraco” (1989) e “não significativo” (1993 e 2006).

eficácia política externa (opinião sobre a frase: “a política e o governo são tão complicados que uma pessoa como você não entende o que acontece”), há diferenças por faixas etárias através do tempo: apenas em 1989, os jovens em “anos formativos” sofrem o mesmo forte impacto da escolaridade que seus concidadãos mais velhos sobre essa opinião. O impacto das diferenças educacionais cai através do tempo sobretudo entre os sucessivos grupos de jovens: em 2006, ele não é significativo sobre os jovens (e naqueles em idade intermediária), mas permanece “moderado” entre os mais velhos (44 a 69 anos) nos 3 anos.

O que a introdução do controle do grau de instrução acrescenta na análise até aqui realizada sobre a evolução dos valores políticos dos jovens brasileiros à luz daqueles reportados por seus concidadãos mais velhos?

Primeiro, no cenário inaugural da democracia brasileira recente (1989), o impacto do grau de instrução sobre os valores políticos de adesão à democracia, discordância da volta dos militares e partido único e desconfiança política das distintas faixas etárias mostrou-se mais forte. Mais do que isso, nesse ano, o impacto das diferenças das faixas etárias nesses valores com a introdução do controle do grau de instrução se reproduziu apenas nos níveis mais baixos de instrução tanto na preferência democrática, tanto faz o regime quanto na desconfiança nas instituições representativas. No caso da discordância da volta dos militares e da existência de um único partido, a forte associação entre as faixas etárias desapareceu com o controle do grau de instrução dos grupos etários. Ainda nesse ano, os dados mostraram que o grupo de jovens foi o mais impactado em sua preferência por regimes pelas desigualdades educacionais – quando a relação entre grau de instrução e valores políticos foi observado com o controle da faixa etária dos indivíduos. Nesse caso, com relação à desconfiança institucional, os jovens foram até pouco menos afetados pelas diferenças educacionais.

Em 1993, as no máximo fracas associações entre a faixa etária e a preferência por regimes, as discordâncias da volta dos militares ao poder e da existência de um único partido e a desconfiança nas instituições representativas não se alteraram quando se introduz o controle do grau de instrução. Por outro lado, quando se observam as associações entre as variáveis políticas e a escolaridade controlada a faixa etária dos indivíduos, novamente, os jovens em “anos formativos” (18 a 25 anos) foram mais

impactados pelos efeitos do grau de instrução sobre sua preferência política do que seus concidadãos mais velhos.

Em 2006, finalmente, a preferência democrática e a alternativa “tanto faz o regime”, embora não associadas à faixa etária dos cidadãos, mostram diferenças nesse sentido nos níveis mais altos de escolaridade (aumento da preferência democrática e diminuição da indiferença com o aumento da idade). O mesmo ocorre para as discordâncias da volta dos militares ao poder e da existência de um único partido: entre aqueles que atingiram pelo menos o 2º grau, a discordância umenta com o aumento da idade. Neste ano, a desconfiança das instituições representativas tem apenas associação fraca com a faixa etária dos entrevistados, o que não se altera com a introdução do controle da escolaridade dos indivíduos (uma vez que a instrução não afeta a desconfiança política neste ano (assim como em 1993), esse resultado era esperado). Do outro lado da relação, ou seja, no que se refere ao impacto do grau de instrução sobre as faixas etárias, novamente, os jovens são mais afetados em suas escolhas pelas desigualdades educacionais no caso da preferência democrática, tanto faz o regime e da discordância da volta dos militares ao poder.

É notável nesses resultados que, através da consolidação democrática brasileira recente - no limite dos dados aqui analisados (1989, 1993 e 2006) -, há distintos impactos do grau de instrução tanto sobre grupos etários específicos (nesse caso, destacando-se a comparação entre jovens em “anos formativos” e seus concidadãos mais velhos) como sobre as distintas variáveis políticas. Como os sucessivos grupos de jovens não viveram (ou vivenciaram pouco) o regime militar brasileiro, a manutenção de um mais forte impacto do grau de instrução sobre sua preferência por regimes (em comparação a seus concidadãos mais velhos) sugere que dependem mais da mediação do aprendizado indireto para a realização de sua escolha (que depende da comparação retrospectiva). Essa relação não aparece na desconfiança nas instituições representativas, sugerindo que, na atribuição desta, eles utilizam sua própria experiência política com o regime corrente.

A ideia de evolução dos valores políticos de grupos etários com distintas experiências políticas prévias baseia-se no suposto de que há um (re)aprendizado político institucional que se estabelece sob a vivência do regime democrático (tal como também descreveram Mishler e Rose (2002; 2006) para os países ex-comunistas e Moisés (2008a) para o cenário brasileiro recente, apresentados, respectivamente, nas seções 3.3 e

4.3 desta tese). Com base nesse suposto, a última seção deste Capítulo descreve como os cidadãos brasileiros diferem através do tempo com relação ao conjunto de características do envolvimento político democrático (preferência por regimes, confiança política, participação e eficácia políticas) aqui analisado e se e como a faixa etária dos indivíduos impacta esses agrupamentos.

5.2.3 – *Perfis do envolvimento político dos brasileiros na consolidação da democracia recente (1989, 1993 e 2006)*

Nesta última seção, utilizo a técnica de *clusters* (agrupamentos)²⁶⁰ para verificar como os indivíduos se distribuem com relação às variáveis políticas anteriores conjuntamente e se, através do tempo (em cada uma das 3 pesquisas em separado), há um aprendizado político sob a democracia que modifica (ou não) os agrupamentos. Nesta análise, também verifico o impacto da idade – como “ciclo de vida” e como “coorte”²⁶¹ – bem como do grau de instrução e do sexo sobre os agrupamentos formados.

5.2.3.1 – Agrupamentos para 1989

Em 1989, a primeira divisão separa aqueles que desconfiam das instituições representativas (Grupo I= 60,6%) daqueles que nelas confiam (Grupo II= 39,4%). Os Grupos I e II, por sua vez, dividem-se, cada um, em outros 2 subgrupos (Grupos 1 e 2 e Grupos 3 e 4, respectivamente), que se distinguem por algumas características sociodemográficas e por outros atributos políticos²⁶².

²⁶⁰ Sobre a metodologia empregada na Análise de Agrupamentos, ver a Parte II do Anexo do Capítulo 5.

²⁶¹ Os dados para as coortes estão reproduzidos apenas na Parte II do Anexo do Capítulo 5.

²⁶² As Figuras que representam os agrupamentos para os 3 anos (dendogramas de classificação dos indivíduos) estão reproduzidos na Parte II do Anexo do Capítulo 5.

Tabela 5.51 - Agrupamentos para 1989

| Variáveis | | Grupo 1=32,8% | Grupo 2=27,8% | Grupo 3=14,0% | Grupo 4=25,3% |
|-----------------------------------|--|--|--|---|--|
| REGIME | Preferência por regimes | respostas inválidas (24,2%); democracia (23,6%); tanto faz (23,4%) | democracia (60,7%) | democracia (52,4%) | não sabem (29,3%); tanto faz (21,2%); democracia (21,2%) |
| | Opinião sobre volta dos militares | concordam (60,1%) | discordam (78,6%) | concordam (59,2%) | concordam (79,7%) |
| | Opinião sobre partido único | concordam (65,1%) | discordam (81,1%) | discordam (52,8%) | concordam (78,2%) |
| CONFIANÇA POLÍTICA | Confiança na justiça | desconfiam (93,4%) | desconfiam (78,8%) | confiam (85,0%) | confiam (74,3%) |
| | Confiança no governo | desconfiam (98,1%) | desconfiam (99,4%) | confiam (70,0%) | confiam (57,1%) |
| | Confiança no congresso | desconfiam (99,5%) | desconfiam (97,2%) | confiam (67,4%) | desconfiam (54,1%) |
| PARTICIPAÇÃO POLÍTICA | Adesão facultativa ao voto | não (66,2%) | sim (79,6%) | sim (80,1%) | sim (55,2%) |
| | Hábito de se informar sobre política | não (63,0%) | sim (89,8%) | sim (80,1%) | não (67,0%) |
| | Hábito de conversar sobre política | não (83,8%) | sim (75,4%) | sim (56,9%) | não (90,2%) |
| | Participa de comunidades de bairro | não (92,0%) | não (72,0%) | não (55,1%) | não (84,9%) |
| EFICÁCIA POLÍTICA | Pessoas como você influem na política | discordam (90,2%) | discordam (52,6%) | concordam (64,0%) | discordam (78,6%) |
| | A política e o governo são complicados | concordam (94,7%) | concordam (71,1%) | concordam (77,2%) | concordam (93,4%) |
| CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS | Sexo | feminino (57,4%) | masculino (60,3%) | masculino (60,3%) | feminino (58,9%) |
| | Faixa etária | 26 a 43 anos (43,9%); 18 a 25 anos (33,3%) | 26 a 43 anos (53,5%) | 26 a 43 anos (45,3%); 44 a 69 anos (36,7%) | 26 a 43 anos (42,9%); 44 a 69 anos (36,1%) |
| | Escolaridade | até 1º grau incompleto (58,2%) | superior inc. ou mais (33,3%); 2º grau completo (23,4%) | até 1º grau incompleto (68,9%) | até 1º grau incompleto (78,8%) |

As características dos agrupamentos para 1989 são descritas a seguir.

O **Grupo 1**, com 32,8% da amostra, além da desconfiança política, se caracteriza por uma forte percepção negativa de sua eficácia política e pela não participação: não participa de reuniões de associações ou comunidades de bairro; não conversa nem se informa sobre política. Destaca-se, inclusive, por ser, em 1989, o único grupo que não votaria caso o voto fosse facultativo. Quanto ao regime de sua preferência, os indivíduos não respondem ou acreditam que “tanto faz”, embora em sua maioria também concorde que “o país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder” e se houvesse apenas um partido político. Em termos sociodemográficos, é composto por uma pequena maioria de mulheres, com baixa escolaridade, mas há apenas fraca associação do grupo com a faixa etária, concentrando apenas um pouco mais de jovens (18 a 25 anos) do que o conjunto da amostra.

O **Grupo 2**, com 27,8% da amostra, assemelha-se ao Grupo 1 apenas na desconfiança política e, parcialmente, pela percepção negativa de sua eficácia política: embora concorde que “a política e o governo são tão complicados que uma pessoa como você não pode entender o que acontece”, o grupo está dividido quando se pergunta sobre sua capacidade de influência política. Difere do Grupo 1 por ser bastante participativo - pelo menos $\frac{3}{4}$ conversam sobre política, informam-se sobre o assunto e votariam se o voto não fosse obrigatório, ainda que não participem de reuniões de associações ou comunidades de bairro - e pela adesão à democracia e, ao mesmo tempo, pela rejeição a um regime de partido único ou à volta dos militares ao poder. Esse Grupo, em termos sociodemográficos, é formado por uma pequena maioria de homens em faixa etária intermediária (26 a 43 anos) e com média alta escolaridade.

Os agrupamentos 3 e 4, formados a partir do Grupo II (ou seja, dos indivíduos confiantes nas instituições representativas em 1989), se distinguem entre si por suas outras características políticas, mas apenas pouco em termos sociodemográficos.

O **Grupo 3**, diminuto em seu tamanho (apenas 14% da amostra de 1989) é participativo - votaria se o voto não fosse obrigatório, informa-se e conversa sobre política, mas não pertence a associações ou comunidades de bairro - e se destaca, entre todos os grupos para 1989, por uma visão pouco menos negativa de sua eficácia política: embora a maioria concorde que “a política e o governo são tão complicados que uma pessoa como você não pode entender o que acontece”, quase $\frac{2}{3}$ do grupo concordam que podem, sim,

influir na política. Com relação ao regime, em torno de 50% preferem a democracia e discordam da existência de um único partido, mas percentual pouco maior também concorda que “o país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder”. O Grupo é marcado pela baixa escolaridade e está, sobretudo, nas faixas etárias intermediária (26 a 43 anos) e mais velha (44 a 69 anos) e se trata de uma pequena maioria de homens.

Finalmente, o **Grupo 4**, formado por $\frac{1}{4}$ da amostra para 1989, embora confiante nas instituições, está dividido quanto à confiança no congresso nacional. O Grupo tem uma percepção bastante negativa de sua eficácia política e também não se informa nem conversa sobre política nem participa de associações ou comunidades de bairro, muito embora pouco mais da metade do grupo adira ao voto facultativo. Quanto ao regime político, os maiores percentuais apontam “não saber” ou que “tanto faz” quando perguntados pela preferência, mas em torno de 80% concordam com a volta dos militares ao poder e que o país seria melhor se houvesse apenas um partido. Em termos sociodemográficos, o Grupo 5 difere do Grupo 4 apenas quanto ao sexo, sendo composto por uma pequena maioria de mulheres (nas faixas etárias intermediária (26 a 43 anos) e mais velha (44 a 69 anos)) com baixa escolaridade.

5.2.3.2 - Agrupamentos para 1993

Em 1993, a primeira divisão separa os desconfiados (Grupo I =66,5%) dos confiantes nas instituições (Grupo II =33,5%). Os dois grupos se subdividem em novos agrupamentos (Grupo I nos Grupos 1, 2 e 3 e Grupo II nos Grupos 4 e 5), originando um grande grupo (Grupo 3), dois grupos medianos (2 e 5) e dois pequenos agrupamentos (1 e 4), todos distintos por outros atributos políticos e por suas características sociodemográficas.

Tabela 5.52 - Agrupamentos para 1993

| Variáveis | | Grupo 1=13,7% | Grupo 2=20,0% | Grupo 3=32,8% | Grupo 4=13,4% | Grupo 5=20,1% |
|-----------------------------------|--|--|---------------------------------------|--------------------------------|---|---|
| REGIME | Preferência por regimes | democracia (88,6%) | não sabem (36,3%); tanto faz (26,6%) | democracia (60,2%) | democracia (39,2%); não sabem (23,4%) | democracia (80,0%) |
| | Opinião sobre volta dos militares | discordam (90,5%) | concordam (78,7%) | discordam (56,4%) | concordam (75,0%) | discordam (72,3%) |
| | Opinião sobre partido único | discordam (88,6%) | concordam (84,0%) | concordam (56,1%) | concordam (73,4%) | discordam (72,3%) |
| CONFIANÇA POLÍTICA | Confiança na justiça | desconfiam (73,8%) | desconfiam (78,1%) | desconfiam (74,7%) | confiam (92,7%) | confiam (93,7%) |
| | Confiança no governo | desconfiam (83,1%) | desconfiam (88,2%) | desconfiam (84,8%) | confiam (71,5%) | confiam (81,5%) |
| | Confiança no congresso | desconfiam (93,8%) | desconfiam (96,8%) | desconfiam (98,2%) | confiam (76,6%) | confiam (80,7%) |
| PARTICIPAÇÃO POLÍTICA | Adesão facultativa ao voto | sim (84,6%) | não (79,5%) | não (60,3%) | não (59,8%) | sim (75,4%) |
| | Hábito de se informar sobre política | sim (97,8%) | não (78,9%) | sim (70,9%) | não (58,9%) | sim (89,3%) |
| | Hábito de conversar sobre política | sim (91,7%) | não (90,3%) | sim (57,0%) | não (76,9%) | sim (74,8%) |
| | Participa de comunidades de bairro | não (66,8%) | não (90,7%) | não (80,5%) | não (84,2%) | não (73,5%) |
| EFICÁCIA POLÍTICA | Pessoas como você influem na política | concordam (52,9%) | discordam (87,8%) | discordam (71,4%) | discordam (84,2%) | discordam (56,5%) |
| | A política e o governo são complicados | concordam (57,8%) | concordam (93,5%) | concordam (82,6%) | concordam (91,8%) | concordam (73,9%) |
| CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS | Sexo | masculino (59,7%) | feminino (63,7%) | feminino (50,6%) | masculino (50,6%) | masculino (58,8%) |
| | Faixa etária | 18 a 25 anos (36%); 26 a 43 anos (48,9%) | 26 a 43 anos (43,0%) | 26 a 43 anos (44,3%) | 26 a 43 anos (41,8%); 44 a 69 anos (36,4%) | 26 a 43 anos (46,8%) |
| | Escolaridade | sup. inc. ou + (36,3%); 2º grau comp. (26,5%) | até 1º grau incompleto (69,2%) | até 1º grau incompleto (44,3%) | até 1º grau incompleto (63,3%) | até 1º grau completo (33,8%); sup. inc. ou + (21,0%) |

As características dos agrupamentos para 1993 são descritas a seguir.

O **Grupo 1**, com 13,7% da amostra, é desconfiado das instituições representativas e bastante homogêneo na preferência pela democracia; na rejeição à volta dos militares ao poder e à existência de um único partido; na adesão voluntária ao voto e na informação política e no hábito de conversar sobre política (é homogêneo também no não pertencimento a associações de bairro). Embora concorde majoritariamente que “a política e o governo são tão complicados que uma pessoa como você não pode entender o que acontece”, mostram-se divididos quando perguntados sobre sua capacidade de influir na política. Em termos sociodemográficos, compõe-se de uma pequena maioria de homens, moderadamente concentrados nas faixas etárias jovem (18 a 25 anos) e intermediária (26 a 43 anos) e com elevada escolaridade.

O **Grupo 2**, que reúne 1/5 da amostra de 1993, além de desconfiado das instituições, é bastante homogêneo na percepção negativa de sua eficácia política (concorda que “a política e o governo são tão complicados que uma pessoa como você não pode entender o que acontece” e que não tem como influir na política) e no não envolvimento político (não votaria se o voto não fosse obrigatório; não se informa nem conversa sobre política e não pertence a associações de bairro). Concorda majoritariamente que “o país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder” e com a existência de um único partido político, mas, quando indagados pelo regime que preferem, não escolhem a ditadura e sim “não sabem” responder ou acreditam que “tanto faz”. O Grupo compõe-se por uma pequena maioria de mulheres com baixa escolaridade, mas não se distingue por faixas etárias.

O **Grupo 3**, com quase 1/3 da amostra, comporta não apenas o maior agrupamento de cidadãos desconfiados, como representa o maior agrupamento para 1993. Seus componentes também são bastante homogêneos na percepção negativa de sua eficácia política. Não votariam se o voto não fosse obrigatório e não participam de associações ou comunidades de bairro; no entanto, se informam sobre política através da mídia e também costumam conversar sobre o assunto. Em torno de 60% preferem a democracia e discordam da volta dos militares ao poder, mas em torno do mesmo percentual concorda que o país seria melhor se houvesse apenas um partido político. O grupo não sofre impacto de nenhuma característica sociodemográfica (i.e., é representativo da amostra nacional para 1993).

O Grupo II, dos confiantes nas instituições representativas, se divide em dois agrupamentos menores, um médio e um pequeno grupo de 1993 (Grupos 4 e 5).

O **Grupo 4**, com em torno de 13% da amostra para 1993, também é bastante homogêneo na percepção negativa de sua eficácia política, não votaria se o voto não fosse obrigatório e não tem os hábitos de conversar e de se informar sobre política, além de não participar de associações ou comunidades de bairro. Em torno de $\frac{3}{4}$ concordam tanto que “o país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder” como com a existência de um único partido político. Não obstante, quando indagados sobre o regime político que preferem, pouco menos da metade do agrupamento aponta a democracia enquanto $\frac{1}{4}$ apontam “não saber”. Em termos sociodemográficos, não se distinguem por sexo; estão nas faixas etárias intermediária (26 a 43 anos) e mais velha (44 a 69 anos) e têm baixa escolaridade.

O **Grupo 5**, finalmente, concentra $\frac{1}{5}$ da amostra para 1993. Além da confiança nas instituições, o agrupamento se caracteriza pelo envolvimento com a política (através da adesão voluntária ao voto e dos hábitos de conversar e de se informar sobre política através da mídia, embora também não participe de associações ou comunidades de bairro). Com relação à eficácia política, embora concorde majoritariamente que “a política e o governo são tão complicados que uma pessoa como você não entende o que acontece”, está dividido sobre se pessoas comuns têm como influir na política. Também preferem a democracia, discordam da volta dos militares ao poder e da existência de um único partido. Trata-se de uma pequena maioria de homens com escolaridade média alta e não se distingue de modo significativo por faixas etárias.

5.2.3.3 – Agrupamentos para 2006

Em 2006, a primeira divisão separa novamente os desconfiados (Grupo I= 60,1%) dos confiantes (Grupo II= 39,9%). O Grupo I sofre duas divisões, originando três agrupamentos (Grupos 1, 2 e 5), e se estabiliza a partir de então. Suas características políticas e sociodemográficas são descritas a seguir.

Tabela 5.53 - Agrupamentos para 2006

| Variáveis | | Grupo 1=17,0% | Grupo 2=30,5% | Grupo 3=11,0% | Grupo 4=28,9% | Grupo 5=12,6% |
|-----------------------------------|--|--|--------------------------------|---|--|--|
| REGÍME | Preferência por regimes | democracia (36,6%), resp.inválidas (30,1%) | democracia (50,1%) | democracia (71,5%) | democracia (50,7%) | democracia (57,9%) |
| | Opinião sobre volta dos militares | concordam (66,0%) | discordam (79,9%) | discordam (91,0%) | discordam (69,1%) | discordam (91,2%) |
| | Opinião sobre partido único | concordam (78,6%) | discordam (66,9%) | discordam (85,5%) | discordam (57,7%) | discordam (89,5%) |
| CONFIANÇA POLÍTICA | Confiança na justiça | desconfiam (72,8%) | desconfiam (95,1%) | confiam (94,5%) | confiam (80,4%) | desconfiam (66,2%) |
| | Confiança no governo | desconfiam (90,3%) | desconfiam (99,3%) | confiam (87,5%) | confiam (68,2%) | desconfiam (80,7%) |
| | Confiança no congresso | desconfiam (95,5%) | desconfiam (99,6%) | confiam (68,5%) | confiam (59,2%) | desconfiam (95,6%) |
| PARTICIPAÇÃO POLÍTICA | Adesão facultativa ao voto | não (85,4%) | não (56,6%) | sim (75,5%) | não (50,1%) | sim (78,1%) |
| | Hábito de se informar sobre política | não (84,8%) | não (67,8%) | não (54,0%) | não (74,9%) | não (62,3%) |
| | Hábito de conversar sobre política | não (96,1%) | não (76,1%) | sim (66,5%) | não (87,6%) | sim (72,4%) |
| | Participa de comunidades de bairro | não (99,4%) | não (93,3%) | não (86,0%) | não (98,5%) | não (75,9%) |
| EFICÁCIA POLÍTICA | Pessoas como você influem na política | discordam (97,1%) | discordam (73,6%) | concordam (50,5%) | discordam (86,5%) | concordam (61,4%) |
| | A política e o governo são complicados | concordam (99,0%) | concordam (90,4%) | concordam (74,5%) | concordam (98,1%) | concordam (55,7%) |
| CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS | Sexo | masculino (57,9%) | feminino (52,6%) | masculino (55,0%) | feminino (53,1%) | masculino (57,9%) |
| | Faixa etária | 26 a 43 anos (42,1%) | 26 a 43 anos (45,0%) | 26 a 43 anos (41,0%) | 26 a 43 anos (41,1%); 44 a 69 anos (41,0%) | 26 a 43 anos (50,0%) |
| | Escolaridade | até 1º grau incompleto (60,5%) | até 1º grau incompleto (45,2%) | até 1º grau inc.(45%); sup. inc. ou + (17,5%) | até 1º grau incompleto (60,2%) | até 1º grau inc.(32,5%); 2º grau comp.(27,6%); sup. inc. ou + (25,0%) |

As características dos agrupamentos para 2006 são descritas a seguir.

O **Grupo 1**, com 17% da amostra para 2006, tem elevado sentimento negativo de eficácia política; não se envolve com a política, seja por não se informar ou conversar sobre política e não participar de associações ou comunidades de bairro, seja por não aderir ao voto voluntário. Com relação ao apoio ao regime, se destaca por ter apenas pouco mais de 1/3 que preferem a democracia (enquanto outros 30% não respondem qual o melhor regime) e, sobretudo, por concentrar pelo menos 2/3 de indivíduos que concordam com a volta dos militares ao poder e com a existência de um único partido (é o único grupo em 2006 que concorda com qualquer das alternativas autoritárias). Em termos sociodemográficos, representa uma pequena maioria de homens com baixa escolaridade (60% têm até o primeiro grau incompleto) e não difere por faixas etárias.

O **Grupo 2**, com 30,5% da amostra, é o maior agrupamento de indivíduos desconfiados das instituições representativas em 2006. Além da desconfiança política, também tem elevado sentimento negativo de eficácia política e também não se envolve com a política (não se informam nem conversam sobre política, não participam de associações ou comunidades de bairro e não votariam se o exercício do voto lhes fosse facultado). Difere do Grupo 1 pela preferência majoritária pela democracia e pelo fato de pelo menos 2/3 de seus membros discordarem que o país seria melhor se houvesse um único partido político ou se os militares voltassem ao poder. O Grupo não se distingue da amostra para 2006 por nenhum atributo sociodemográfico (i.e., são divididos quanto ao sexo; estão em faixa etária intermediária (26 a 43 anos) e têm até o primeiro grau incompleto).

O **Grupo 5**, com apenas pouco mais de 10% da amostra para 2006, também desconfia das instituições representativas mas, diferente dos Grupos 1 e 2, adere majoritariamente ao voto facultativo e tem o hábito de conversar sobre política (embora também não se informe sobre o assunto nem participe de associações de bairro). Esse pequeno agrupamento se destaca ainda por sua percepção um pouco menos negativa de sua eficácia política: apenas pouco mais da metade do agrupamento concorda que “a política e o governo são tão complicados que uma pessoa como você não pode entender o que acontece” e em torno de 60% inclusive concordam que podem, sim, influenciar na política. Prefere majoritariamente a democracia e rejeita tanto a volta dos militares ao poder como a existência de um único partido. Em termos composicionais, trata-se de uma

pequena maioria de homens, na faixa etária intermediária - 26 a 43 anos (i.e., representativo da amostra nacional para 2006) e que tem escolaridade média alta (1/4 do grupo têm, pelo menos, nível superior incompleto).

O Grupo II, dos confiantes, realiza apenas uma primeira subdivisão (originando os Grupos 3 e 4) e se estabiliza a partir de então.

O **Grupo 3**, também com apenas pouco mais de 10% da amostra para 2006, se destaca pelas elevadas preferências pelo regime democrático e rejeição tanto da volta dos militares ao poder quanto da existência de um único partido. Em torno de $\frac{3}{4}$ votariam se o voto não fosse obrigatório e $\frac{2}{3}$ têm o hábito de conversar sobre política, mas não se informam sobre o assunto e nem pertencem a associações ou comunidades de bairro. Em termos sociodemográficos, o agrupamento concentra uma pequena maioria de homens com média escolaridade, mas não difere da amostra total (2006) pela distribuição etária.

O **Grupo 4**, por fim, é o maior agrupamento de indivíduos que confiam nas instituições representativas em 2006 (30% da amostra). Apesar disso, tem uma percepção bastante negativa de sua eficácia política (mais de 85% discordam que têm como influir na política e concordam que “a política e o governo são tão complicados que uma pessoa como você não entende o que acontece”); pelo menos $\frac{3}{4}$ não se informam nem conversam sobre política e quase a totalidade não participa de associações ou comunidades de bairro). Ainda assim, pelo menos 50% continuariam votando se o voto deixasse de ser obrigatório; preferem a democracia e rejeitam a existência de um único partido e quase 70% discordam que “o país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder”. O agrupamento não se distingue por sexo, mas se concentra moderadamente na faixa etária mais velha (44 a 69 anos) e tem baixa escolaridade.

As Tabelas 5.54 a 5.56 resumem os agrupamentos para cada ano, destacando-os em ordem de importância percentual.

Tabela 5.54 - Resumo dos agrupamentos para 1989

| Desconfiados | Confiantes |
|---|---|
| <p><u>Grupo 1</u> (32,8%)</p> <ul style="list-style-type: none"> • tanto faz / não respondem qual o melhor regime; • concordam com a volta dos militares e com partido único; • não participativos; • sentem-se ineficazes políticos; • mulheres/ +jovens/baixa escolaridade | <p><u>Grupo 4</u> (25,3%)</p> <ul style="list-style-type: none"> • não sabem / tanto faz qual o melhor regime; • concordam com a volta dos militares e com partido único; • não participativos (mas votam); • sentem-se ineficazes políticos; • mulheres/ +velhas/baixa escolaridade |
| <p><u>Grupo 2</u> (27,8%)</p> <ul style="list-style-type: none"> • preferem democracia; • rejeitam volta dos militares e partido único; • participativos; • ineficazes políticos; • homens / faixa etária intermediária / escolaridade média alta | <p><u>Grupo 3</u> (14,0%)</p> <ul style="list-style-type: none"> • preferem democracia; • rejeitam partido único mas concordam com volta dos militares; • participativos; • parcialmente eficazes políticos; • homens/+ velhos/ baixa escolaridade |

Tabela 5.55 - Resumo dos agrupamentos para 1993

| Desconfiados | Confiantes |
|---|--|
| <p><u>Grupo 3</u> (32,8%)</p> <ul style="list-style-type: none"> • preferem democracia; • rejeitam volta dos militares mas concordam com partido único; • parcialmente participativos; • ineficazes políticos; • não diferem por características sociodemográficas | <p><u>Grupo 5</u> (20,1%)</p> <ul style="list-style-type: none"> • preferem democracia; • rejeitam volta dos militares e partido único; • participativos; • ineficazes políticos; • homens / escolaridade média alta |
| <p><u>Grupo 2</u> (20,0%)</p> <ul style="list-style-type: none"> • não sabem / tanto faz qual o melhor regime; • concordam com a volta dos militares e com partido único; • não participativos; • sentem-se ineficazes políticos; • mulheres / baixa escolaridade | <p><u>Grupo 4</u> (13,4%)</p> <ul style="list-style-type: none"> • democracia / não sabem qual melhor regime; • concordam com a volta dos militares e com partido único; • não participativos; • ineficazes políticos; • faixas etárias intermediária e +velha / baixa escolaridade |
| <p><u>Grupo 1</u> (13,7%)</p> <ul style="list-style-type: none"> • preferem democracia; • rejeitam partido único e volta dos militares; • participativos; • parcialmente eficazes políticos; • homens/+jovens/escolaridade média alta | |

Tabela 5.56 – Resumo dos agrupamentos para 2006

| Desconfiados | Confiantes |
|--|---|
| <p><u>Grupo 2</u> (30,5%)</p> <ul style="list-style-type: none"> • preferem democracia; • rejeitam volta dos militares e partido único; • não participativos; • ineficazes politicamente; • não diferem por características sociodemográficas. | <p><u>Grupo 4</u> (28,9%)</p> <ul style="list-style-type: none"> • preferem democracia; • rejeitam volta dos militares e partido único; • não participativos; • ineficazes politicamente; • + velhos / baixa escolaridade. |
| <p><u>Grupo 1</u> (17,0%)</p> <ul style="list-style-type: none"> • preferem democracia / não respondem; • concordam com volta dos militares e com partido único; • não participativos; • ineficazes politicamente; • homens / baixa escolaridade. | <p><u>Grupo 3</u> (11,0%)</p> <ul style="list-style-type: none"> • preferem democracia; • rejeitam volta dos militares e partido único; • parcialmente participativos; • parcialmente eficazes; • homens / escolaridade média alta |
| <p><u>Grupo 5</u> (12,6%)</p> <ul style="list-style-type: none"> • preferem democracia; • rejeitam volta dos militares e partido único; • parcialmente participativos; • parcialmente eficazes; • homens / faixa etária intermediária / escolaridade média alta | |

Em resumo, os agrupamentos mostram que, através do período, aumenta a proporção de democratas sobre indivíduos que podem ser considerados “ambivalentes”²⁶³ (em nenhum ano, aliás, há um agrupamento de indivíduos autoritários). Fora isso, são poucas as mudanças na combinação das variáveis de envolvimento político que se estabelecem entre 1989 e 2006: em todo o período, embora os indivíduos mostrem-se desconfiados das instituições representativas, são as atitudes de confiança e desconfiança que separam os grupos. Quanto a essa dimensão, é notável que a desconfiança política não se associe, necessariamente, a atitudes de não participação política (assim como a confiança não leva à participação política). Ademais, a passagem do tempo sob o experimento democrático recente não melhora o envolvimento político dos cidadãos

²⁶³ Cf. expressão de Moisés (2008a). Aqui são considerados ambivalentes aqueles que: 1. escolhem “tanto faz” ou não sabem que regime preferem e rejeitam uma ou as duas frases: “O país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder” e “O país seria melhor se houvesse apenas um partido político” e 2. preferem a democracia mas aceitam pelo menos uma das duas frases acima.

brasileiros nem a percepção negativa de sua eficácia política (os grupos se diferenciam muito pouco com relação a ela, também para o período todo). Em termos de características sociodemográficas, os grupos mostram, no máximo, fracas associações com a faixa etária dos indivíduos. Ao longo do tempo, sexo e grau de instrução (sobretudo o primeiro) impactam mais os agrupamentos de indivíduos com relação a esse conjunto de características políticas.

O efeito da faixa etária dos indivíduos, acompanhado do impacto do grau de instrução, foi mais significativo sobre os agrupamentos para 1989. Esse resultado acompanha outros achados deste capítulo (e está em consonância com a hipótese) desta tese de que a faixa etária dos indivíduos exerce, no máximo, pequeno impacto sobre as atitudes políticas dos cidadãos brasileiros no experimento democrático recente, mesmo consideradas as diferentes experiências políticas prévias. Para desenvolver essa hipótese, na primeira seção deste capítulo, foram delimitadas coortes políticas potenciais (baseadas nas distintas experiências políticas formativas acompanhando a alternância de regimes políticos na história brasileira da segunda metade do século XX) e seus valores políticos foram comparados em cada ponto no tempo (1989, 1993 e 2006) e longitudinalmente. Neste momento, os testes estatísticos realizados apontaram não haver diferenças substantivas (e mesmo significativas) nos valores políticos das várias “coortes”, sugerindo que as experiências geracionais formativas distintas (em termos estritamente políticos) não impactam de modo significativo o envolvimento com a política democrática brasileira recente, sobretudo no decorrer de sua consolidação (sempre no limite dos dados aqui estudados).

Diferenças marcantes, mas com queda de significância através do tempo, apareceram apenas na comparação da desconfiança política das distintas coortes / faixas etárias. Ainda na primeira parte, os dados através do tempo sugeriram que a desconfiança diminuía em patamares sustentados da coorte mais nova a mais velha. Esse resultado levou a perguntar se as diferenças etárias na desconfiança política não eram, dessa forma, efeitos do ciclo de vida dos cidadãos. Então, na segunda seção, foram comparados os valores políticos de mesmos grupos etários (18 a 25 anos, 26 a 43 anos e 44 a 69 anos) nos 3 momentos da democracia brasileira recente aqui estudados (1989, 1993 e 2006). Nesses 3

anos, as diferenças na desconfiança política por faixas etárias se mantiveram significativas, mas diminuíram através do período.

Com a introdução do controle do grau de instrução, esse impactou a desconfiança política apenas em 1989. Mais, a associação moderada entre as faixas etárias e a desconfiança política se reproduziu apenas entre os níveis mais baixos de escolaridade. Inclusive, quando se comparou o impacto da escolaridade sobre a desconfiança nas faixas etárias, o impacto sobre os jovens em anos formativos foi até menor do que sobre seus concidadãos mais velhos. Através do tempo, o controle do grau de instrução também não afetou a relação entre a participação, a eficácia políticas e a faixa etária dos indivíduos. Ele afetou, no entanto, a preferência por regimes dos indivíduos, em especial os sucessivos grupos de jovens: em 1989, quando escolhem menos a democracia e se destacam por uma maior indiferença política do que seus concidadãos mais velhos, ao que parece, é por serem mais afetados pelas desigualdades educacionais e não pelas distintas experiências de coorte. Essa sugestão é reforçada pelo fato de que, através do período, os jovens em “anos formativos” ainda sofrem os impactos da escolaridade em sua preferência democrática e indiferença política, impactos que não são significativos para seus concidadãos mais velhos em 2006 (e foram fracos já em 1993). Nesse caso, os dados aqui explorados sugerem que os sucessivos grupos de jovens passam a “se antenar” nas preferências políticas dos mais velhos, sobretudo, em razão de seus crescentes níveis de escolaridade, que superam o de seus concidadãos mais velhos, como descrito no início do Capítulo.

Considerações Finais

Em julho de 2005, em meio às denúncias de corrupção que atingiam o Congresso Nacional – referentes ao “Mensalão”-, a reportagem de capa do caderno dedicado aos jovens do jornal *Folha de São Paulo* procurava pistas sobre as visões desses jovens sobre os acontecimentos políticos publicizados a partir das denúncias feitas pelo deputado Roberto Jefferson. Eram destacadas a apatia e alienação política dos jovens brasileiros de então:

“Nos anos 60, havia um inimigo comum, a ditadura. Em 1992, o vilão era o próprio presidente, o primeiro eleito pelo voto direto. Mas parece que, depois disso, os motivos que levavam o jovem a se engajar politicamente acabaram. Ocupou esse lugar a visão, por um lado bem realista, de que política é um negócio chato demais e de que tudo o que se defende em Brasília são interesses particulares, bem distantes dos da juventude.

Entra em campo o jovem individualista... os jovens têm bons motivos para perder totalmente o interesse em política” (Individualismo afasta participação, *Folha de São Paulo*, 04.jul.2005, Caderno “Folhateen”).

No mesmo caderno, o colunista Demétrio Magnoli também defendia essa visão, destacando que, diferente dos “jovens politizados” dos anos sessenta (“hoje seus pais”), os jovens “não gostam de política em 2005”. Apesar dessa comparação da reação dos jovens em 2005 frente aos escândalos do “Mensalão” com uma idealização do movimento dos jovens “cara-pintadas” em 1992, como foi retratado no Capítulo 1, nos anos 1990, a grande imprensa e o senso comum também tratavam os jovens como alienados e se espantaram com sua irrupção nas ruas junto ao “Movimento pela Ética na Política” (MISCHE, 1997). Por outro lado, como destacaram essa autora e Rodrigues (1993) - Capítulo 4 -, isso não significa que aqueles jovens “cara-pintadas” tenham sido a vanguarda no movimento pelo *impeachment* do então presidente Fernando Collor de Mello, mas sim, que eles parecem ter acompanhado a indignação da sociedade brasileira diante da corrupção política nos anos Collor e as decepções com a democratização brasileira.

Com base na análise de dados provenientes de *surveys* nacionais para o período entre 1989 e 2006, a tese descreveu a trajetória do envolvimento político e democrático dos jovens brasileiros formados, pelo menos, no cenário da transição à democracia dos anos

1980 à luz do envolvimento político das coortes mais velhas de cidadãos e “mais experientes”, pelo menos no tempo, no exercício formal da cidadania política, e procurou demonstrar, parafraseando uma vez mais Venturi e Bokani (2005), que os jovens brasileiros estão, de modo geral, “anteados” nas tendências atitudinais do conjunto dos brasileiros. Duas ideias inspiraram essa investigação: por um lado, verificar empiricamente a ideia em voga na mídia e no senso comum brasileiro sobre a qual se baseia a citação que introduz essas Considerações Finais – a de que os jovens brasileiros são alienados da vida política e distantes das instituições democráticas – e, por outro lado, a ideia de que as experiências da ditadura ou da democracia nos “anos formativos” da cidadania política impactam sobremaneira os grupos de indivíduos contemporâneos, deixando sobre eles marcas que serão reproduzidas conforme as coortes envelhecem.

A hipótese da tese apontou que, apesar de, na democracia brasileira recente, indivíduos de faixas etárias distintas (em especial, a oposição de “jovens em formação” a adultos que viveram, pelo menos, o regime militar brasileiro (1964-1984)) terem experiências formativas distintas e também estarem em momentos diferentes do “ciclo de vida político”, a idade não é fator explicativo dos valores políticos de adesão à democracia e a suas alternativas e de envolvimento com a política institucional. Nesse sentido, a tese questionou, para o cenário da democracia brasileira recente, a ideia de que eventos históricos e políticos impactariam, em especial, os valores, preferências e atitudes dos indivíduos que o viveram em seus “anos formativos”. O pressuposto aqui é que a socialização política é vitalícia e as experiências políticas mais recentes, com o regime corrente, importam mais na avaliação e adesão a esse regime. A idade como “coorte” ou como “ciclo de vida” não tem impacto independente sobre a apreensão da política, levando a sugerir que a democratização brasileira não afetou os jovens em especial.

No desenvolvimento do argumento, o Capítulo 1 sumariou estudos recentes sobre o comportamento social e político dos jovens brasileiros desde os anos 1980 de modo a localizar o relativo ineditismo do objeto aqui explorado: estudos acadêmicos brasileiros anteriores se dedicaram a comportamentos e / ou movimentos juvenis específicos e localizados temporalmente (e ao papel das instituições socializadoras dos jovens brasileiros). Mesmo os estudos sobre valores políticos e culturais da massa de jovens

brasileiros, como o caso da pesquisa “Perfil da Juventude Brasileira” (2003) – cujos principais resultados foram aqui tratados a partir de Krischke (2005); Venturi e Bokani (2005) e Singer (2005) – foram baseados em um único ponto no tempo e em amostra específica para o público de jovens brasileiros (15 a 24 anos), o que permitiu que seus resultados fossem apenas cotejados com aqueles dos públicos mais velhos. Ainda assim, ao fazerem esse exercício comparativo, tais estudos foram importantes referências para direcionar a hipótese aqui investigada. Ainda neste Capítulo, foi exposto o fato de que a investigação sobre a relação entre a idade e os valores políticos na democracia brasileira recente, e justamente com o enfoque sobre o primeiro grupo de jovens cidadãos criados sob o regime democrático, não é pioneiro. Não obstante, salvo engano, o único estudo anterior (RIBEIRO, 2007) foi também restrito a um único ponto no tempo, e retratou um momento em que a democracia brasileira ainda não estava consolidada.

O Capítulo 2 sumariou questões teóricas da abordagem da Cultura Política, como as influências recíprocas da cultura e da estrutura políticas, a formação endógena dos valores e preferências políticas individuais por processos vitalícios de socialização dos indivíduos, a “racionalidade cultural” (LANE, 1992) e o “modelo de aprendizagem através da vida” (Mishler e Rose) como referenciais para compreender a evolução dos valores políticos dos grupos de jovens brasileiros formados pelo menos sob a democratização brasileira recente. No tratamento da primeira dimensão, a relação entre cultura e estrutura políticas, foram comparadas as abordagens de Inglehart e de Muller e Seligson: para o primeiro autor, era a cultura política democrática que levaria ao desenvolvimento da democracia (i.e, os públicos que, desde a primeira infância, viveram em cenários de elevado desenvolvimento e estabilidade econômicos, e que também tiveram maiores oportunidades educacionais, eram mais prováveis de expressar valores políticos e culturais congruentes com o regime democrático). Muller e Seligson, por sua vez, demonstraram empiricamente que era a experiência com instituições democráticas que produzia nos indivíduos valores congruentes com elas. Na continuidade do capítulo, foi argumentado que as análises de Inglehart, de um lado, e de Muller e Seligson, de outro, não eram (são) totalmente antagônicas e que o ponto comum entre elas estava(á) na ideia de que os valores e preferências políticas individuais refletem experiências institucionais específicas. Tratando, na última seção do Capítulo, da formação endógena das

preferências políticas, concluiu-se que, se os indivíduos fazem suas escolhas e formam suas preferências políticas mediados pelas relações sociais e por orientações culturais aprendidas através de processos de socialização vividos desde a infância, suas experiências políticas (adultas) e sua racionalidade também os qualificam para fazer (e refazer) aquelas escolhas. A ideia de “ciclos culturais” (nos quais valores culturais, atitudes, escolhas, instituições e mudanças políticas implicar-se-iam mutuamente) pareceu, então, o modo apropriado para entender a democratização institucional e atitudinal brasileira a partir dos anos oitenta.

As diretrizes metodológicas da tese foram tratadas no Capítulo 3 a partir dos limites e possibilidades da análise de coortes como método estatístico para estudar a relação entre a idade, - como “coorte” e como “ciclo de vida” - e os valores políticos. A primeira parte do capítulo procurou historicizar as abordagens de “coorte” e da “juventude” que procuraram explicar tanto a mudança como a continuidade societal e geracional desde os anos sessenta do século XX. Com base, sobretudo, nos estudos de Mannheim (1952), que apontaram que os “anos jovens” são fundamentais para a formação dos indivíduos pois, ao ingressarem na vida pública e cidadã, eles podiam, pela primeira vez, confrontar os ensinamentos recebidos durante a infância e, assim, reafirmá-los e rejeitá-los, aqueles estudos procuraram mostrar que eventos históricos e políticos impactam, em especial, os valores, preferências e atitudes dos indivíduos naquele período de juventude, ou em seus “anos formativos”. Também com base nessa discussão, a segunda e a terceira seções do Capítulo abordaram o conceito de “gerações políticas” e estudos históricos específicos que verificaram a ocorrência de efeitos geracionais (e, alternativamente, de efeitos do período e do ciclo de vida). Na primeira dessas seções, efeitos geracionais foram verificados por Butler e Stokes (1969) na Grã-Bretanha dos anos sessenta (com relação à identificação partidária); nos Estados Unidos (por Miller, 1992 e 1995) desde os anos 1950 (com relação ao comparecimento eleitoral e à independência partidária), por Norris (2004) para o cenário europeu político europeu no fim do século XX (envolvimento com os canais tradicionais da política) e por Schuman et al (1989; 2004) com relação às memórias coletivas políticas e sociais dos norte-americanos entre os anos 1980 e 2001. Não obstante, na terceira e última seções do Capítulo, que abordou as coortes e sua relação com a política em cenários de democratização, os efeitos geracionais sobre as

atitudes de apoio, confiança e avaliação políticas foram parcimoniosos e “decrecentes” com o desenvolvimento dos novos regimes políticos (democráticos). Mesmo em casos de mudanças abruptas e drásticas de regimes, como os países ex-comunistas, o desenrolar do processo histórico-político e a passagem do tempo tiveram maiores impactos sobre aqueles valores, neutralizando e homogeneizando quaisquer diferenças intercoortes prévias. Nessa mesma linha, o estudo de Schlegel (*op.cit.*) para a democracia brasileira recente, embora limitado pela análise de apenas um ponto no tempo (2006), sinalizou que efeitos geracionais, tomados de forma independente, são bastante limitados na conformação das atitudes políticas dos brasileiros.

Em busca de compreender os “jovens em formação” juntamente com a “democracia em formação” (cf. expressões de Mische (2007)), o Capítulo 4 identificou os eventos politizadores da transição, implantação e consolidação da democracia política brasileira recente, assim como a trajetória temporal das atitudes de apoio e confiança política do conjunto dos brasileiros frente a esses processos da democratização brasileira. Foram quatro os eventos politizadores centrais descritos por esse capítulo: primeiro, a pauta da luta de oposição democrática ao regime militar brasileiro baseada na retórica eleitoral, que definiu o caminho da democratização brasileira nos anos 1980 (e a forte vinculação da ideia de democracia com a realização de eleições livres e diretas no mapa dos valores e orientações dos brasileiros); segundo, as expectativas e demandas socioeconômicas dos brasileiros com a democratização e o longo percurso de hiperinflação e planos econômicos fracassados nos anos 1980 até a estabilidade econômica com o Plano Real em 1994; terceiro, os sucessivos escândalos de corrupção envolvendo membros sobretudo do congresso nacional (e, inclusive, um presidente da República em 1992) e o funcionamento deficitário das instituições representativas e, finalmente, a consolidação das instituições poliárquicas com a eleição e o cumprimento do mandato do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ex-metalúrgico e sindicalista e representante do principal partido de esquerda do país, sinalizando a real alternância no poder e a estabilidade das instituições democráticas recém instituídas. Este é o cenário que acolhe os “anos formativos” dos jovens aqui estudados, mas também o período de ressocialização política dos grupos de indivíduos formados sob outras influências políticas (sobretudo por concepções autoritárias da política). Diante desse cenário institucional, pesquisas

mostraram que a construção do consenso democrático majoritário entre os brasileiros se estabeleceu lentamente e com base em um paradoxo: o apoio à democracia como um ideal normativo cresceu não em concomitância à transição, mas à consolidação político-institucional brasileira. Para isso, a passagem do tempo, e os processos de aclimatação decorrente, foram fundamentais. Ao mesmo tempo, a insatisfação com o funcionamento prático da democracia e a desconfiança das instituições representativas são disseminadas na sociedade e se mantêm ao longo de todo o período democrático recente. Esse cenário levou a investigar os paradoxos nos valores políticos dos brasileiros (construção do consenso democrático normativo majoritário, junto com o apoio inicial a um governo militar e a desconfiança nas instituições representativas) através da democracia recente bem como as atitudes de participação e percepção subjetiva da eficácia política. Construído esse cenário atitudinal dos brasileiros, a estratégia analítica pautou-se na visualização de seus padrões de transmissão geracional (i.e, se e quais “coortes” poderiam ter contribuído mais para as mudanças e continuidades) e, na sequência, em que medida os jovens em seus “anos formativos” durante a democratização brasileira acompanharam as tendências atitudinais de seus concidadãos mais velhos.

Então, o Capítulo 5, finalmente, analisou os resultados das pesquisas para 1989, 1993 e 2006, explorando as relações entre a idade (tanto em termos das ‘experiências de coortes’ como nos termos do ‘ciclo de vida’) e os valores políticos dos cidadãos brasileiros e sua trajetória longitudinal. Seguindo estudos anteriores, as coortes foram recortadas com base na idade dos entrevistados (definindo a idade de 18 anos como seu marco definidor) e nos períodos da história brasileira potencialmente impactantes sobre os “anos formativos” das mesmas. A partir desses critérios, foram definidas 4 coortes – coorte 1, daqueles que viveram seus anos formativos durante o período democrático 1946-1963; coorte 2 – daqueles que viveram seus anos formativos durante os anos iniciais e primeira fase do regime militar brasileiro (1964-1981); coorte 3 – formados nos eventos finais da transição política brasileira (1982-1989) e coorte 4 – indivíduos introduzidos no eleitorado após a implantação da democracia recente (1990 em diante). As variáveis políticas selecionadas foram aquelas que puderam, através do tempo, ser rigorosamente comparadas, ainda que a partir de recodificação das categorias de respostas. Questões como interesse por política, satisfação e avaliação do regime não fizeram parte da pesquisa

de 1989 de modo comparável com as outras bases de dados, sendo assim, dimensões levantadas por outros estudos nos quais a presente tese se inspirou não puderam ser aqui contempladas. Apesar disso, pôde ser analisada a trajetória temporal das variáveis *preferência por regimes, opiniões sobre a volta dos militares ao poder e sobre a existência de um único partido, confiança nas instituições representativas, voto facultativo, hábitos de conversa e informação política, participação em associações de moradores e percepções sobre a influência cidadã na política e se a política e o governo são complicados.*

Na análise dos dados, foi feita a opção pelo uso de técnicas descritivas e exploratórias, pois, como destacado na introdução da tese, trata-se de um campo pouco trabalhado pela ciência política brasileira. O estudo investigou o impacto da idade sobre os valores políticos na democracia brasileira recente e procurou demonstrar que indivíduos de faixas etárias distintas e com distintas experiências políticas, grosso modo, “responderam” de modos similares através de suas atitudes às transformações do regime democrático recente quanto à implantação e à consolidação das instituições políticas.

Na primeira e segunda seções, foram realizados testes de associação entre as variáveis políticas e a faixa etária dos entrevistados, regressões logísticas com essas duas variáveis e com o ano da pesquisa para verificar a significância e o tamanho das diferenças entre grupos e sua evolução temporal e, na terceira seção, análise de agrupamentos para verificar como, através da consolidação da democracia brasileira recente, os indivíduos se distribuem por conjuntos de características do envolvimento político-democrático e se e como a faixa etária (além do sexo e da escolaridade) impacta essa distribuição através do tempo.

Os testes estatísticos realizados apontaram não haver diferenças substantivas nos valores políticos das várias “coortes”, sugerindo que as experiências geracionais formativas distintas aqui desenhadas (em termos estritamente políticos) não impactam de modo significativo o envolvimento com a política democrática brasileira recente, sobretudo no decorrer de sua consolidação (sempre com base nas pesquisas aqui analisadas). Diferenças marcantes, mas com queda de significância através do tempo, apareceram apenas na comparação da desconfiança política das distintas faixas etárias. Ainda nessa primeira parte, os dados através do tempo sugeriram que a desconfiança

diminuía em patamares sustentados da “coorte” mais nova a mais velha. Esse resultado levou a perguntar se as diferenças etárias na desconfiança política não eram, então, efeitos do ciclo de vida dos cidadãos. Então, na segunda seção, foram comparados os valores políticos de mesmos grupos etários (18 a 25 anos, 26 a 43 anos e 44 a 69 anos) nos 3 momentos da democracia brasileira recente aqui estudados (1989, 1993 e 2006). Nesses 3 anos, as diferenças na desconfiança política por faixas etárias se mantiveram significativas, mas também diminuíram através do período.

A introdução do controle do grau de instrução impactou a desconfiança política apenas em 1989: a associação moderada entre as faixas etárias e a desconfiança política se reproduziu apenas entre os níveis mais baixos de escolaridade. Mais do que isso, ainda para este ano, quando se comparou o impacto do grau de instrução sobre a desconfiança nas faixas etárias, o impacto sobre os jovens em “anos formativos” foi até menor do que sobre seus concidadãos mais velhos - nesse caso, ao que parece, são todos guiados pela racionalidade que os qualifica para avaliar suas experiências político-institucionais com as instituições correntes. Através do tempo, o controle do grau de instrução também não afetou a relação entre a participação e a eficácia políticas e a faixa etária dos indivíduos. Ele afetou, no entanto, a preferência por regimes, em especial dos sucessivos grupos de jovens, confirmando, através do tempo, uma associação sugerida por Moisés (1995), mencionado no Capítulo 4 desta tese, segundo a qual os jovens escolheram menos a democracia em 1989 por suas menores escolaridade e experiência política.

No detalhamento da hipótese desta tese, inspirada por esse autor e pela ideia de “consolidação atitudinal” para a democratização espanhola (TORCAL, 2008), sugeri que os jovens foram menos democráticos em 1989 por sua menor experiência política, mas que através do tempo, a democracia homogeneizaria as experiências e escolhas políticas das distintas faixas etárias. Os cruzamentos realizados com o grau de instrução aqui realizados sugeriram, no entanto, que, em 1989, aqueles jovens escolheram menos a democracia e se destacaram por uma maior indiferença política do que seus concidadãos mais velhos por serem mais afetados pelas desigualdades educacionais e não pelas distintas experiências políticas de coortes. Isso foi reforçado quando foi observado, através do período, que os sucessivos grupos de jovens em “anos formativos” ainda continuaram sofrendo os

impactos da escolaridade em sua preferência democrática e indiferença política, impactos que perderam força e se tornaram não significativos para seus concidadãos mais velhos em 2006. Nesse caso, os dados aqui explorados sugeriram que os sucessivos grupos de jovens passaram a “se antenar” nas preferências políticas dos mais velhos, sobretudo, em razão de seus níveis crescentes de instrução. A manutenção do impacto do grau de instrução sobre a escolha democrática dos sucessivos grupos de jovens através do tempo sugere que eles dependem da mediação do aprendizado escolar para a construção de suas preferências políticas, dado que não viveram a alternativa antidemocrática. Isso não invalida, mas demanda que se qualifique a ideia de que as faixas etárias não diferem sobremaneira na experiência democrática recente.

Finalmente, as análises de correspondência e de agrupamentos mostraram que, através do tempo, foram poucas as mudanças na combinação das variáveis de envolvimento político: em todo o período, embora os indivíduos sejam mais desconfiados, são as atitudes de confiança e desconfiança nas instituições representativas que separam os grupos. Quanto a essa dimensão, é notável que a desconfiança política não se associe, necessariamente, a atitudes de não participação política (assim como a confiança não leva à participação política). Ademais, a passagem do tempo sob o experimento democrático recente não melhora o envolvimento político dos cidadãos brasileiros nem a percepção negativa de sua eficácia política (os grupos se diferenciam muito pouco com relação a ela, também para todo o período). Ao longo do tempo, a faixa etária dos indivíduos – como “ciclo de vida” ou como “coorte” – também diferenciou muito pouco os agrupamentos.

Os dados aqui reunidos sugerem que, na democracia brasileira recente, a idade, como “ciclo de vida” ou como “coorte”, não impacta de modo independente a apreensão da política pelos indivíduos. Dessa forma, esta tese procurou contribuir para o debate sobre o envolvimento político dos jovens brasileiros “da democratização” recente e demonstrar que a experiência democrática não afetou os sucessivos grupos de jovens em anos formativos em específico, tornando-os mais democráticos e participativos por que criados em cenário de maiores liberdades políticas. Do mesmo modo, não se observou também o inverso, ou seja, a democracia, o voto e o mundo da política não se mostraram valores mais caros para aqueles que foram criados na vigência da política autoritária.

Referências Bibliográficas

- ABRAMO, H. *Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano*. São Paulo: Scritta (em coedição com a ANPOCS), 1994.
- _____. "Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil". *Revista Brasileira de Educação*. ANPED, nº5 e 6, 1997.
- ABRAMO, L. *O resgate da dignidade: greve metalúrgica e subjetividade operária*. Campinas /São Paulo: Ed. Unicamp / Imprensa Oficial, 1997.
- ABRAMSON, P. and INGLEHART, R. "Generational Replacement and the Future of Post-Materialist Values". *The Journal of Politics*, vol.49, 1987.
- ABRANCHES, S. "O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro". *Dados*, vol.31, nº1, 1988.
- ALLERBECK et al. *Generations and Families: Political Action*. In: BARNES, S. e KAASE, M. *Political Action: Mass participations in five western democracies*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1979.
- ALMOND, G. e VERBA, S. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- _____. *The civic culture revisited*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1980.
- ALMOND, G. The intellectual history of the civic culture concept. In: ALMOND, G. & VERBA, S. *The civic culture revisited*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1980.
- ALVES, M. H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- ANASTASIA, F.; CASTRO, M. M. M. & NUNES, F. De lá pra cá. As condições e as instituições da democracia depois de 1988. In: MELO, C. R. & SÁEZ, M. A. (orgs.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- ARTURI, C. "O debate teórico sobre mudança de regime político: o caso brasileiro". *Revista de Sociologia e Política*, nº17, 2001.
- AVRITZER, L. (org.). *Sociedade Civil e Democratização*. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.
- BALBACHEVSKY, E. & HOLZHACKER, D. O. "Identidade, oposição e pragmatismo: o conteúdo estratégico da decisão eleitoral em 13 anos de eleições". *Opinião Pública*, vol.X, nº2, out. 2004.
- BAQUERO, M. e GONZALEZ, R. S. "Eleições, estabilidade democrática e socialização política no Brasil: análise longitudinal da persistência de valores nas eleições presidenciais de 2002 a 2010". *Opinião Pública*, vol.17, nº2, nov.2011.
- BARNES, S. e KAASE, M. *Political Action: Mass participations in five western democracies*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1979.
- BARTELS, L. "A generational model of political learning". Text prepared for presentation at the annual meeting of the American Political Science Association, San Francisco, Sept.2001.
- BELLUZZO, L. G. de M; ALMEIDA, J. S. G. de. *Depois da queda: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do Real*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.
- BUTLER, D. e STOKES, D. *Political Change in Britain*. New York: St. Martin's Press, 1969.
- CAMPBELL et al. *The American Voter*. New York: John Wiley & Sons, Inc., 1960.
- CARDOSO, I. "A geração dos anos de 1960: o peso de uma herança". *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, vol.17, nº2, nov.2005.

- CARLSON, G. e KARLSSON, K. "Age, cohorts and generation of generations". *American Sociological Review*, vol.35, nº4, 1970.
- CASSEL, C. "Cohort Analysis of Party Identification Among Southern Whites, 1952-1972". *Public Opinion Quarterly*, vol.41, 1977.
- _____. "Testing the Converse Party Support Model in Britain". *Comparative Political Studies*, 1999.
- CONNELL, R. W. *The Child's Construction of Politics*. Melbourne: Melbourne University Press, 1971.
- CONVERSE, P. "The Nature of Belief Systems in the Mass Publics. In: APTER, D. (ed.). *Ideology and Discontent*. New York: The Free Press, 1964.
- CRUZ, S. V. & MARTINS, C. E. De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da 'abertura'. In: SORJ, B. E ALMEIDA, M. H. T. *Sociedade e Política no Brasil pós-64*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- CUTLER, S.J. and KAUFMAN, R. "Cohort changes in political attitudes: tolerance of ideological nonconformity". *Public Opinion Quarterly*, vol. XXXIX, nº1, 1975.
- DALTON, R. Political support in advanced industrial democracies. In: NORRIS, P. (org.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- DEL PORTO, F. B. "A anistia de 1979". *Cadernos de Pesquisa do Núcleo de Estudos Estratégicos*, nº1, mar.1999.
- _____. *A luta pela anistia no regime militar brasileiro: a constituição da sociedade civil no país e a construção da cidadania*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2002.
- DINIZ, E. "A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica da abertura". *Dados*, vol.28, nº3, 1985.
- EASTON, D. *A system analysis of political life*. New York: Willey Press, 1965.
- EASTON, D. and DENNIS, J. "The child's acquisition of regime norms: political efficacy". *American Political Science Review*, vol.61, nº1, mar.1967.
- _____. *Children in the Political System*. New York: McGraw-Hill, 1969.
- ECKSTEIN, H. "A culturalist theory of political change". *American Political Science Review*, vol.82, nº3, 1988.
- ELKINS, Z. "Quem iria votar? Conhecendo as consequências do voto obrigatório no Brasil". *Opinião Pública*, Campinas, vol.VI, nº1, abr.2000.
- EVAN, W. "Cohort analysis of survey data: a procedure for studying long-term opinion change". *Public Opinion Quarterly*, vol.33, 1959.
- FERREIRA, M.C. "Consumo cultural e espaços sociais: os vestibulandos das universidades públicas na cidade do Rio de Janeiro, 1990". *Opinião Pública*, vol. IX, nº1, 2003.
- FIELDHOUSE, E. et al. "Something about young people or something about elections? Electoral participation of young people in Europe". *European Journal of Political Research*, 22, 2007.
- FLORENTINO, R. "Democracia liberal: uma novidade desbotada entre jovens". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 14, nº1, jun.2008.
- FORACCHI, M. *A juventude na sociedade moderna*. São Paulo: Pioneira, 1972.
- FUCHS, D. e KLINGEMANN, H. *Citizens and the State*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

- GLENN, N. *Cohort Analysis*. Beverly Hills: Sage Publications, 1977.
- GREENACRE, M.J. *Theory and Applications of Correspondence Analysis*. London: Academic Press, 1984.
- HAIR Jr., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J., & ANDERSON, R. E. *Multivariate data analysis*. 6th Edition. New Jersey: Pearson Prentice Hall, 2010.
- HENKEL, K. "Análise da não resposta em *surveys* políticos". *Mimeo*, 2011.
- HESS, R. D.; TORNEY, J. V. *The Development of Political Attitudes in Children*. Chicago: Aldine Publishing Company, 1967.
- HUNTER, W. & POWER, T. Recompensando Lula. Poder Executivo, Política Social e as eleições brasileiras de 2006. In: MELO, C. R. & SÁEZ, M. A. (orgs.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- IANNI, O. O jovem radical. In: BRITTO, S. de. *Sociologia da juventude I – Da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- INGLEHART, R. "Democratização em Perspectiva Global". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 1, nº1, jul/ago 1993.
- _____. "The renaissance of political culture". *American Political Science Review*, vol.82, 1988.
- _____. "Postmodernization Erodes Respect for Authority, But Increases Support for Democracy". In: NORRIS, P. (org.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- JENNINGS et al. Generations and Families: general orientations. In: BARNES, S. e KAASE, M. (orgs.). *Political Action: Mass participations in five western democracies*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1979.
- KAASE, M. and MARSH, A. Political Action: a theoretical perspective. In: BARNES, S. e KAASE, M. (orgs.). *Political Action: Mass participations in five western democracies*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1979.
- KAVANAGH, D. Political Culture in Great Britain: the decline of the Civic Culture. In: ALMOND, G. & VERBA, S. *The civic culture revisited*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1980.
- KINZO, M. D. "A democratização brasileira: um balance do processo político desde a transição". *São Paulo em Perspectiva*, vol.15, nº4, 2001.
- KLECKA, W. "Applying political generations to the study of political behavior: a cohort analysis". *Public Opinion Quarterly*, vol.35, nº3, 1975.
- KRISCHKE, P. "Questões sobre juventude, cultura política e participação democrática". In: ABRAMO, H. e BRANCO, P. (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2005.
- LAITIN, D. & WILDAVSKY, A. "Political Culture and Political Preferences". *American Political Science Review*, vol. 82, nº2, 1988.
- LAMOUNIER, B. "Perspectivas da consolidação democrática: o caso brasileiro". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 2, nº4, jun.1987.
- _____. "O 'Brasil autoritário' revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura". In: STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- LANE, R. "Political Culture: residual category or general theory". *Comparative Political Studies*, vol.25, nº3, 1992.

- LAVAREDA, A. *A democracia nas urnas. O processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964)*. Rio de Janeiro: Iuperj/Revan, 1999.
- LICIO, E.; RENNÓ, L. & CASTRO, H. C. O. "Bolsa Família e voto nas eleições presidenciais de 2006: em busca do elo perdido". *Opinião Pública*, vol.15, nº1, jun. 2009.
- LIJPHART, A. The Structure of Inference. In: ALMOND, G. & VERBA, S. *The civic culture revisited*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1980.
- LINZ, J. The future of an authoritarian situation or the institutionalization of an authoritarian regime: the case of Brazil. In: STEPAN, A. (ed.). *Authoritarian Brazil: origins, policies and future*. New Haven: Yale University Press, 1973.
- LINZ, J. e STEPAN, A. *A Transição e Consolidação da Democracia: a experiência do Sul da Europa e da América do Sul*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999.
- LYONS, W. and ALEXANDER, R. "A Tale of Two Electorate: generational replacement and the decline of voting in presidential elections". *The Journal of Politics*, vol.62, n.4, 2000.
- MANNHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITTO, S. de. (org.). *Sociologia da juventude: v. 1 - da Europa de Marx à América Latina de hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- _____. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M. M. (Org.). *Mannheim: Sociologia*. São Paulo: Ática, 1982.
- MARENCO, A. Devagar se vai ao longe? A transição para a democracia no Brasil em perspectiva comparada. In: MELO, C. R. & SÁEZ, M. A. (orgs.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- MARSH, A. and KAASE, M. Measuring Political Action. In: BARNES, S. e KAASE, M. (orgs.). *Political Action: Mass participations in five western democracies*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1979.
- MASON, W. and WOLFINGER, N. *Cohort Analysis*. Online Work Paper Series. Los Angeles: University of California, California Center for Population Research, 2001.
- MATHIAS, S. K. *Distensão no Brasil: o projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papirus, 1995.
- MELO, C. R. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra. Elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: MELO, C. R. & SÁEZ, M. A. (orgs.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007.
- _____. Redemocratização, arranjos partidários e pactos políticos: desafios à construção das instituições e da cidadania no Brasil (Capítulo 8). In: CARDOSO JR., J. C. e SIQUEIRA, C. H. (orgs.). *Diálogos para o desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.
- MELO, C. R. e SÁEZ, M. A. *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- MENDES, A. M. T. & VENTURI, G. "Eleição presidencial: o Plano Real ma sucessão de Itamar Franco". *Opinião Pública*, Campinas, vol.II, nº2, dez. 1994.
- MENEGUELLO, R. "Reeleições: Do poder em dose dupla". *Insight*, out.-dez.2006.
- _____. "Bases da Adesão Democrática: Brasil, 2002-2006". Workshop on *Democracy and Citizen Distrust of Public Institutions: Brazil in Comparative Perspective*. Centre for Brazilian Studies, University of Oxford, 2007a.

- _____. Tendências eleitorais ao fim de 21 anos de democracia. In: MELO, C. R. & SÁEZ, M. A. (orgs.). *A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2007b.
- _____. Redemocratização, arranjos partidários e pactos políticos: desafios à construção das instituições e da cidadania no Brasil (Capítulo 7). In: CARDOSO JR., J. C. e SIQUEIRA, C. H. (orgs.). *Diálogos para o desenvolvimento*. Brasília: Ipea, 2009.
- _____. Aspectos do desempenho democrático: estudo sobre a adesão à democracia e avaliação do regime. In: MOISÉS, J. A. (org.). *Democracia e confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010a.
- MILLER, W. "The Puzzle Transformed: Explaining Declining Turnout". *Political Behavior*, vol.14, nº1, 1992.
- _____. "Mudanças geracionais e identificação partidária". *Opinião Pública*, Campinas, vol. III, nº3, dez. 1995.
- MILLER, W. and SHANKS, J. M. *The New American Voter*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1996.
- MISCHE, A. "De estudantes a cidadãos. Redes de jovens e participação política". *Revista Brasileira de Educação*. ANPED, nº5 e 6, 1997.
- _____. *Partisan Publics: communication and contention across Brazilian youth activist networks*. Princeton: Princeton University Press, 2008.
- MISHLER, W. and ROSE, R. "Trajectories of Fear and Hope. Support for Democracy in Post-Communist Europe". *Comparative Political Studies*. Vol. 28, nº4, Jan. 1996.
- _____. "Trust, distrust and skepticism: popular evaluations of civil and political institutions in post-communist societies". *The Journal of Politics*, vol.59, n.2, May, 1997.
- _____. "Five Years After the Fall: Trajectories of Support for Democracy in Post-Communist Europe". In: NORRIS, P. (org.). *Critical Citizens*. Global Support for Democratic Governance. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- _____. "What are the Origins of Political Trust? Testing Institutional and Cultural Theories in Post-Communist Societies". *Comparative Political Studies*, 34(1), February, 2001.
- _____. "Learning and re-learning regime support: the dynamics of post-communist regimes". *European Journal of Political Research*, 41 (1), 2002.
- _____. "Generations through time: the dynamics of political learning during Russia's transformation". *Studies in Public Policy*, 412, Centre for the Study of Public Policy, University of Aberdeen, 2006.
- MOISÉS, J. A. Sociedade civil, cultura política e democracia: descaminhos da transição política. In: COVRE, M.L. (org.). *A cidadania que não temos*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.
- _____. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. In: MOISÉS, J. A. & ALBUQUERQUE, J. A. G. *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1989.
- _____. *Os brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática*. São Paulo: Editora Ática, 1995.
- _____. "A desconfiança nas instituições democráticas." *Opinião Pública*, Campinas, vol. XI, nº1, mar. 2005.
- _____. "Cultura política, instituições e democracia: lições da experiência brasileira". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol.23, nº66, fev.2008a.

_____. (org.). *Democracia e confiança: Por que os Cidadãos Desconfiam das Instituições Públicas?* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2010a.

_____. "Os significados da democracia segundo os brasileiros". *Opinião Pública*, vol.16, nº2, nov. 2010b.

_____. Civic Culture. In: Bertrand BADIE, B. Dirk BERG-SCHLOSSER, D. e Leonardo MORLINO, L. (Orgs.). *International Encyclopedia of Political Science*. v. 2, 1a. ed. Thousand Oak, CA, USA: SAGE PUBLICATIONS, INC, 2011.

MONTERO, J. R.; GUNTHER, R. e TORCAL, M. "Actitudes hacia la democracia em España: legitimidade, descontento y desafección". *Revista Española de Investigaciones Sociológicas*, 83, Sept. 1998.

MULLER, E. E SELIGSON, M. "Civic Culture and Democracy: the question of causal relationship". *American Political Science Review*, vol.88, nº3, 1994.

MÜXEL, A. "L'âge des choix politiques: une enquête longitudinale auprès des 18-25 ans". *Revue Française de Sociologie*, XXXIII-2, avril-juin 1992.

_____. "Jovens dos anos noventa. À procura de uma política sem rótulos". *Revista Brasileira de Educação*. ANPED, nº5 e 6, 1997.

NAZZARI, R. *Juventude brasileira: capital social, cultura e socialização política*. Cascavel: Edunioeste, 2006.

NIEMI, R. & HEPBURN, M. "The rebirth of political socialization". *Perspectives on Political Science*, vol.24, nº1, 1995.

NORRIS, P. (org.). *Critical Citizens: Global Support for Democratic Governance*. Oxford: Oxford University Press, 1999.

_____. "Young People & Political Activism: from the politics of loyalties to the Politics of choice?" *Report for the Council of Europe Symposium*, 2003, Harvard University, 2004.

NOVAES, R. e VANUCHI, P. (orgs.). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004.

O'DONNELL, G. & SCHMITTER, P. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões*. São Paulo: Vértice, 1986.

OFFE, C. How can we trust our fellow citizens? In: WARREN, M. (ed.). *Democracy and Trust*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

OLIVEIRA, E.R. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia*. Campinas: Papirus, 1994.

PERCHERON, A. La formation politique de l'individu. In: PARODI, J. L. (org.). *La Politique*. Paris: Hachette, 1971.

PATEMAN, C. The Civic Culture: a philosophic critique. In: ALMOND, G. & VERBA, S. *The civic culture revisited*. Beverly Hills, CA: Sage Publications, 1980.

POCHMANN, M. Juventude em busca de novos caminhos no Brasil. In: NOVAES, R. e VANUCHI, P. (orgs.). *Juventude e Sociedade: Trabalho, Educação, Cultura e Participação*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2004.

POWER, T. e JAMISON, G. "Desconfiança Política na América Latina". *Opinião Pública*, Campinas, vol. XI, nº1, mar. 2005.

PUTNAM, R. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

- RENNÓ, L. "Teoria da Cultura Política: vícios e virtudes". *BIB*, nº45, 1998
- _____. "Escândalos e voto: as eleições presidenciais brasileiras de 2006". *Opinião Pública*, Campinas, vol. 13, nº2, nov. 2007.
- RIBEIRO, E. A. "Cultura política, instituições e experiência democrática no Brasil". *Revista de Sociologia e Política*, nº28, 2007.
- RODRIGUES, A. T. "Estudantes na política, em tempos de mobilização e crise". *São Paulo em Perspectiva*, vol.7, nº1, jan./mar. 1993.
- ROSE, R. "Medidas de democracia em surveys". *Opinião Pública*, Campinas, vol. VIII, nº1, 2002.
- RUBENSON, D. et al. "Accounting for the age gap in turnout". *Acta Política*, 39, 2004.
- RYDER, N. "The cohort in the study of social change". *American Sociological Review*, 1965.
- RYLEY, M. "Aging and Cohort Succession: Interpretations and Misinterpretations". *Public Opinion Quarterly*, vol. XXXVII, nº1, 1973.
- SADER, E. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.
- SANTOS, W. G. *Sessenta e quatro: Anatomia da crise*. São Paulo: Ed. Vértice, 1986.
- _____. *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1979.
- SHARE, D. & MAINWARING, S. "Transição pela transação: democratização no Brasil e na Espanha". *Dados*, vol.29, nº2, 1986.
- SCHLEGEL, R. *Educação e Comportamento Político*. Os retornos políticos decrescentes da escolarização brasileira recente. Tese de Doutorado, Departamento de Ciência Política, Universidade de São Paulo, 2010.
- SCHUMAN, H. and SCOTT, J. "Generations and collective memories". *American Sociological Review*, vol.54, nº3, 1989.
- SCHUMAN, H. and RODGERS, W. "Cohorts, chronology and collective memories". *American Sociological Review*, vol.68, nº2, 2004.
- SEARS, D. and VALENTINO, N. "Politics matters: political events as catalysts for preadult socialization". *American Political Science Review*, vol.91, nº1, 1997.
- SELIGSON, M. "The renaissance of Political Culture or the renaissance of the ecological fallacy?" *Comparative Politics*, vol.34, nº3, 2002.
- SINGER, P. "A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social". In: ABRAMO, H. e BRANCO, P. (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2005.
- SKIDMORE, T. A lenta via brasileira para a democratização: 1974-1985. In: STEPAN, A. (org.). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988a.
- _____. *Brasil: De Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1982.
- _____. *Brasil: De Castelo a Tancredo*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988b.
- SOARES, G. A. D. & TERRON, S. "As bases eleitorais de Lula e do PT: do distanciamento ao divórcio". *Opinião Pública*, vol.16, nº2, nov. 2010.
- SOUZA, M. C. C. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930-1945)*. São Paulo: Ed. Alfa Ômega, 1976.

- SOUZA, A. & LAMOUNIER, B. A feitura da nova constituição: um reexame da cultura política brasileira. In: LAMOUNIER, B. (org.). *De Geisel a Collor: o balanço da transição*. São Paulo: Editora Sumaré, 1990.
- SOUZA MARTINS, H. H. e AUGUSTO, O. "Juventude e transições". *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, vol.17, nº2, nov.2005.
- STEPAN, A. *Os militares: da Abertura à Nova República*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1986.
- _____ (org). *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1988.
- STREET, J. "Political Culture – From Civic Culture to Mass Culture". *British Journal of Political Science*, vol.24, n.1, 1994.
- TESSLER, M.; KONOLD, C. and REIF, M. "Political generations in developing countries: evidence and insights from Algeria". *Public Opinion Quarterly*, vol.68, no.2, 2004.
- TOPF, R. Electoral Participation. In: KLINGEMANN, H.D. and FUCHS, D. (orgs.). *Citizens and the State*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- TOLEDO, C. N. *O governo Goulart e o golpe de 64*. Coleção "Tudo é História", vol.48. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1982.
- TORCAL, M. "El origen y la evolución del apoyo a la democracia en España. La construcción del apoyo incondicional en las nuevas democracias". *Revista Española de Ciencia Política*, nº18, 2008.
- VASQUEZ, R. A. *Confiança institucional e corrupção política no Brasil pós-1985*. Dissertação de Mestrado em Ciência Política, Unicamp, 2010.
- VENTURI, G. e BOKANI, V. "Maiorias adaptadas, minorias progressistas". In: ABRAMO, H. e BRANCO, P. (orgs.). *Retratos da juventude brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2005.
- WASS, H. "Generations and socialization in electoral participation in Finland". *Scandinavian Political Studies*, vol.30, nº1, 2007.
- WEFFORT, F. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.
- _____. *Por que democracia?* São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.
- WEISS, L. & ALMEIDA, M. H. Carro-zero e pau-de-arara: o cotidiano da oposição de classe média ao Regime Militar. In: SCHWARTZ, L. M. O. (org.). *História da vida privada no Brasil: contrastes da intimidade contemporânea*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WEIL, F. "Cohorts, regimes and the legitimation of democracy: West Germany since 1945". *American Sociological Review*, vo.52, nº3, 1987.
- WHITEFIELD, S. e EVANS, G. "Political Culture versus Rational Choice: explaining responses to transition in the Czech Republic and Slovakia". *British Journal of Political Science*. Cambridge: Cambridge University Press, vol. 29, part 1, 1999.
- WILDAVSKY, A. "Choosing Preferences by Constructing Institutions". *American Political Science Review*, 81, 1987.
- YANG, Y. "Book review: Cohort Analysis". *Sociological Methods Research*, vol.35, nº1, Aug.2006.

ANEXOS DO CAPÍTULO 5

Parte I

DESCRIÇÃO DAS VARIÁVEIS

Sexo por faixas etárias (%) - 1989 a 2006

| Faixa Etária | Sexo | 1989* | 1993** | 2006*** |
|--------------|-----------|-------|--------|---------|
| 18 a 25 anos | Masculino | 27,0 | 29,2 | 22,6 |
| | Feminino | 25,6 | 29,5 | 21,8 |
| 26 a 44 anos | Masculino | 46,1 | 44,5 | 44,9 |
| | Feminino | 47,2 | 45,2 | 42,4 |
| 45 a 69 anos | Masculino | 26,9 | 26,3 | 32,5 |
| | Feminino | 27,3 | 25,3 | 35,8 |

*n=1917; **n=2367; ***n=1815

Grau de instrução por coortes (%) - 1989 a 2006

| Coorte | Escolaridade | 1989* | 1993** | 2006*** |
|----------|--|-------|--------|---------|
| Coorte 4 | Até 1º. grau incompleto | - | 31,8 | 31,6 |
| | 1º. grau completo / 2º grau incompleto | - | 37,5 | 23,3 |
| | 2º. grau completo | - | 19,6 | 28,0 |
| | Superior incompleto ou mais | - | 11,0 | 17,1 |
| Coorte 3 | Até 1º. grau incompleto | 44,4 | 34,9 | 57,0 |
| | 1º. grau completo / 2º grau incompleto | 26,4 | 26,1 | 18,8 |
| | 2º. grau completo | 17,2 | 23,8 | 17,0 |
| | Superior incompleto ou mais | 12,0 | 15,2 | 7,2 |
| Coorte 2 | Até 1º. grau incompleto | 51,1 | 47,6 | 67,0 |
| | 1º. grau completo / 2º grau incompleto | 13,9 | 17,4 | 14,1 |
| | 2º. grau completo | 15,9 | 18,6 | 12,6 |
| | Superior incompleto ou mais | 19,1 | 16,4 | 6,2 |
| Coorte 1 | Até 1º. grau incompleto | 75,4 | 67,1 | 84,8 |
| | 1º. grau completo / 2º grau incompleto | 12,2 | 15,2 | 5,3 |
| | 2º. grau completo | 7,2 | 10,4 | 6,1 |
| | Superior incompleto ou mais | 5,2 | 7,3 | 3,8 |
| Total | Até 1º. grau incompleto | 55,9 | 45,9 | 50,5 |
| | 1º. grau completo / 2º grau incompleto | 16,7 | 22,1 | 18,5 |
| | 2º. grau completo | 13,9 | 18,5 | 19,9 |
| | Superior incompleto ou mais | 13,5 | 13,5 | 11,1 |

*n=1902; **n=2367; ***n=1815

Parte II

ANÁLISES DE CORRESPONDÊNCIA E DE AGRUPAMENTOS

Metodologia

Para resumir a complexa estrutura de relacionamentos entre os indivíduos entrevistados, definiu-se uma tipologia de **comportamento político** a partir do emprego conjunto das técnicas estatísticas multivariadas de análise de correspondência múltipla (ACM) e análise de cluster (AC).

A aplicação da ACM possibilitou a redução da estrutura de relacionamentos entre as variáveis de interesse. Isto foi possível a partir da agregação de características relativamente homogêneas para constituição dos grupos de **comportamento político**.

A partir de uma tabela de contingência com múltiplas combinações de categorias qualitativas, a análise de correspondência elimina o uso de informações redundantes e determina o número de dimensões pertinentes a serem consideradas para se compreender a estrutura de associações entre as categorias de análise (GREENACRE, 1984). A análise de correspondência se baseia na técnica de componentes principais para simplificar a estrutura dos dados, explicando em um número reduzido de dimensões a maior parcela de informação presente nos dados. Após identificar as principais dimensões (componentes) representativas da variação dos dados, a análise de correspondência facilita a compreensão da estrutura de associações existente entre as categorias.

Baseando-se em princípios algébricos da decomposição em valores singulares, segundo os quais a estrutura básica de uma matriz pode ser decomposta em valores e vetores básicos, a técnica decompõe a estrutura das distâncias entre as categorias de interesse (distâncias χ^2) em (i) autovalores que representam as contribuições parciais de cada dimensão na variabilidade total, e (ii) autovetores que representam planos de projeção geométrica dos perfis linhas das subpopulações (GREENACRE, 1984). A inércia total corresponde ao grau de distanciamento médio das múltiplas combinações de freqüências em relação ao comportamento médio da população. Os K autovalores $\lambda_1, \dots, \lambda_K$ obtidos pela decomposição da inércia total são chamados de *inércias principais* e correspondem às contribuições parciais das respectivas dimensões.

A dispersão geométrica das categorias no espaço definido pelas dimensões da análise de correspondência mostrará a natureza das associações entre as variáveis

qualitativas do problema. Grupos de categorias próximas revelam similaridades nas associações, enquanto grupos distantes significam dissimilaridades entre as categorias. Categorias próximas à origem de uma dimensão (*centróide*) significam baixas contribuições para a respectiva inércia principal, ou seja, suas freqüências pouco se distinguem em relação à estrutura representada pela dimensão (GREENACRE, 1984).

Após identificar as principais dimensões (componentes) representativas da variação dos dados, a ACM viabiliza a representação gráfica da estrutura de associações e o emprego de técnicas de agrupamento para definir a tipologia de associações existentes entre as categorias

As duas principais dimensões resultantes dessa técnica foram utilizadas pela AC para classificar os entrevistados em grupos relativamente homogêneos.

A aplicação da AC, por sua vez, procurou definir grupos hierárquicos de observações dentro de um conjunto de dados. O método de agrupamento adotado neste trabalho foi o de Ward, uma estratégia de agregação baseada na análise das variâncias dentro e entre os grupos formados. O objetivo deste método é criar grupos hierárquicos de tal forma que as variâncias dentro dos grupos sejam mínimas e as variâncias entre os grupos sejam máximas (HAIR et al, 2006).

Podemos visualizar a agregação dos grupos através de um *dendograma* (ou árvore de classificação), que revela os índices de similaridade (distâncias euclidianas) em que ocorrem as junções dos indivíduos para formar os grupos. Um grande salto nesses índices indica que a fusão se realizou usando dois grupos muito dissimilares e, por isto, deve-se reter o número de grupos anterior a este salto. O critério de agregação adotado foi o R2 semiparcial, que representa uma proporção da variabilidade máxima obtida dentro dos grupos (HAIR et al, 2006).

**Inércias do modelo de análise de correspondência múltipla - 1989
(método de Benzecri)**

| Inércia Principal | Inércia Ajustada | Percentual | Percentual Acumulado | 13 26 39 52 65 ----+----+----+----+----+--- |
|-------------------|------------------|--------------|----------------------|--|
| 0.19794 | 0.01563 | 65.78 | 65.78 | ***** |
| 0.16426 | 0.00779 | 32.80 | 98.57 | ***** |
| 0.09989 | 0.00033 | 1.37 | 99.95 | * |
| 0.08664 | 0.00001 | 0.05 | 100.00 | |
| Total | 0.02376 | 100.00 | | |

**Inércias do modelo de análise de correspondência múltipla - 1993
(método de Benzecri)**

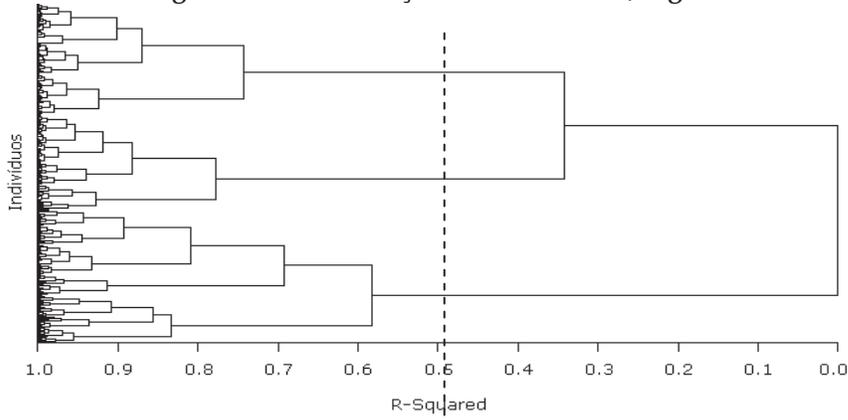
| Inércia Principal | Inércia Ajustada | Percentual | Percentual Acumulado | 15 30 45 60 75 ----+----+----+----+--- |
|-------------------|------------------|--------------|----------------------|---|
| 0.19766 | 0.01555 | 76.63 | 76.63 | ***** |
| 0.14113 | 0.00398 | 19.59 | 96.22 | ***** |
| 0.10287 | 0.00045 | 2.24 | 98.46 | * |
| 0.09941 | 0.00031 | 1.52 | 99.98 | * |
| 0.08500 | 0.00000 | 0.02 | 99.99 | |
| 0.08430 | 0.00000 | 0.01 | 100.00 | |
| Total | 0.02030 | 100.00 | | |

**Inércias do modelo de análise de correspondência múltipla - 2006
(método de Benzecri)**

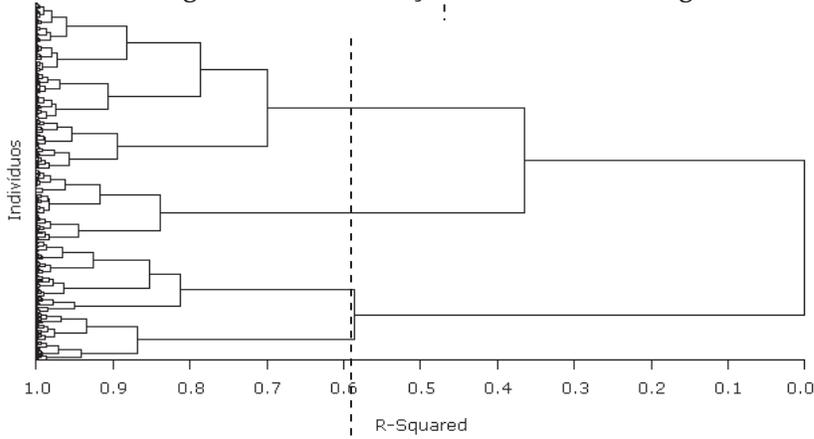
| Inércia Principal | Inércia Ajustada | Percentual | Percentual Acumulado | 13 26 39 52 65 ----+----+----+----+--- |
|-------------------|------------------|--------------|----------------------|---|
| 0.16555 | 0.00805 | 67.02 | 67.02 | ***** |
| 0.13646 | 0.00336 | 27.98 | 95.01 | ***** |
| 0.10304 | 0.00046 | 3.85 | 98.86 | * |
| 0.09152 | 0.00008 | 0.66 | 99.52 | |
| 0.09028 | 0.00006 | 0.48 | 100.00 | |
| Total | 0.01200 | 100.00 | | |

| Categorias | Contribuição parcial para inércia | | | | | |
|------------|-----------------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 1989 | | 1993 | | 2006 | |
| | Dim1 | Dim2 | Dim1 | Dim2 | Dim1 | Dim2 |
| env1+ | 0,0495 | 0,0255 | 0,0477 | 0,0137 | 0,0026 | 0,0182 |
| env1- | 0,0624 | 0,0321 | 0,0897 | 0,0257 | 0,0011 | 0,0076 |
| env2+ | 0,0882 | 0,0385 | 0,0618 | 0,0261 | 0,0195 | 0,122 |
| env2- | 0,0501 | 0,0219 | 0,0671 | 0,0283 | 0,0075 | 0,0471 |
| env3+ | 0,0066 | 0,0629 | 0,0142 | 0,0012 | 0,0014 | 0,0705 |
| env3- | 0,0018 | 0,0168 | 0,0035 | 0,0003 | 0,0001 | 0,0054 |
| cid3+ | 0,01 | 0,0895 | 0,0353 | 0,0106 | 0,0061 | 0,1075 |
| cid3- | 0,0044 | 0,0395 | 0,0153 | 0,0046 | 0,0021 | 0,0375 |
| just+ | 0,0468 | 0,0981 | 0,0357 | 0,1278 | 0,1488 | 0,0174 |
| just- | 0,0312 | 0,0654 | 0,0316 | 0,1131 | 0,1171 | 0,0137 |
| congr+ | 0,0751 | 0,1485 | 0,0557 | 0,2104 | 0,1965 | 0,0478 |
| congr- | 0,0227 | 0,0449 | 0,0217 | 0,0819 | 0,0697 | 0,017 |
| gov+ | 0,0963 | 0,1184 | 0,0366 | 0,1425 | 0,1882 | 0,0203 |
| gov- | 0,035 | 0,0431 | 0,02 | 0,0779 | 0,0958 | 0,0103 |
| milit+ | 0,0709 | 0,0007 | 0,0426 | 0,0255 | 0,0065 | 0,0258 |
| milit- | 0,0566 | 0,0005 | 0,0489 | 0,0294 | 0,0164 | 0,0652 |
| umpart+ | 0,0661 | 0,0064 | 0,0573 | 0,008 | 0,0102 | 0,0408 |
| umpart- | 0,0558 | 0,0054 | 0,0522 | 0,0073 | 0,0162 | 0,065 |
| missing | 0,0008 | 0,0093 | 0,0003 | 0,0008 | 0,0014 | 0,0073 |
| reg1 | 0,0312 | 0,0186 | 0,0383 | 0,0108 | 0,0055 | 0,0043 |
| reg2 | 0,0026 | 0,0002 | 0,0017 | 0,0001 | 0,0075 | 0,0088 |
| reg3 | 0,0087 | 0,0026 | 0,0175 | 0,0064 | 0,0003 | 0,0038 |
| reg4 | 0,075 | 0,0019 | 0,0538 | 0,0187 | 0,0001 | 0,0066 |
| cid1+ | 0,0279 | 0,018 | 0,0318 | 0,0228 | 0,0043 | 0,1549 |
| cid1- | 0,0046 | 0,003 | 0,0076 | 0,0055 | 0,0006 | 0,0211 |
| voto+ | 0,0082 | 0,0368 | 0,0569 | 0,0003 | 0,0386 | 0,0282 |
| voto- | 0,0114 | 0,0513 | 0,0552 | 0,0003 | 0,0358 | 0,0261 |

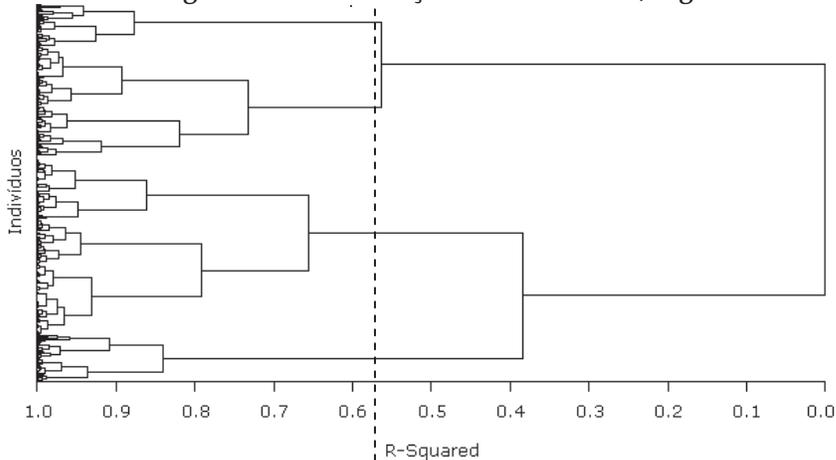
Dendograma da classificação dos indivíduos, segundo o método de Ward (1989)



Dendograma da classificação dos indivíduos, segundo o método de Ward (1993)



Dendograma da classificação dos indivíduos, segundo o método de Ward (2006)



DESCRIÇÃO DOS AGRUPAMENTOS - 1989

Distribuição de frequência dos grupos

| Grupos | n | % |
|--------|-----|------|
| 1 | 624 | 32.8 |
| 2 | 529 | 27.8 |
| 3 | 267 | 14.0 |
| 4 | 482 | 25.3 |

Descrição dos grupos por características políticas

| | Grupos | | | | | | | |
|--|--------|------|-----|------|-----|------|-----|------|
| | 1 | | 2 | | 3 | | 4 | |
| | n | % | n | % | n | % | n | % |
| Lê ou assiste noticiário sobre política | | | | | | | | |
| env2- | 393 | 63.0 | 54 | 10.2 | 53 | 19.9 | 323 | 67.0 |
| env2+ | 231 | 37.0 | 475 | 89.8 | 214 | 80.1 | 159 | 33.0 |
| Conversa sobre política | | | | | | | | |
| env2- | 523 | 83.8 | 130 | 24.6 | 115 | 43.1 | 435 | 90.2 |
| env2+ | 101 | 16.2 | 399 | 75.4 | 152 | 56.9 | 47 | 9.8 |
| Participa de reuniões para tentar resolver problemas do bairro ou comunidade | | | | | | | | |
| env3- | 574 | 92.0 | 381 | 72.0 | 147 | 55.1 | 409 | 84.9 |
| env3+ | 50 | 8.0 | 148 | 28.0 | 120 | 44.9 | 73 | 15.1 |
| Pessoas como você não têm como influenciar no que o governo faz | | | | | | | | |
| cid3- | 563 | 90.2 | 278 | 52.6 | 96 | 36.0 | 379 | 78.6 |
| cid3+ | 61 | 9.8 | 251 | 47.4 | 171 | 64.0 | 103 | 21.4 |
| Confia na Justiça | | | | | | | | |
| just- | 583 | 93.4 | 417 | 78.8 | 40 | 15.0 | 124 | 25.7 |
| just+ | 41 | 6.6 | 112 | 21.2 | 227 | 85.0 | 358 | 74.3 |
| Confia no Congresso | | | | | | | | |
| congr- | 621 | 99.5 | 514 | 97.2 | 87 | 32.6 | 261 | 54.1 |
| congr+ | 3 | 0.5 | 15 | 2.8 | 180 | 67.4 | 221 | 45.9 |
| Confia no Governo Federal | | | | | | | | |
| gov- | 612 | 98.1 | 526 | 99.4 | 80 | 30.0 | 207 | 42.9 |
| gov+ | 12 | 1.9 | 3 | 0.6 | 187 | 70.0 | 275 | 57.1 |
| O país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder | | | | | | | | |
| milit- | 375 | 60.1 | 113 | 21.4 | 158 | 59.2 | 384 | 79.7 |
| milit+ | 249 | 39.9 | 416 | 78.6 | 109 | 40.8 | 98 | 20.3 |

| | | | | | | | | |
|---|-----|------|-----|------|-----|------|-----|------|
| O país seria bem melhor se existisse apenas um partido político | | | | | | | | |
| umpart- | 406 | 65.1 | 100 | 18.9 | 126 | 47.2 | 377 | 78.2 |
| umpart+ | 218 | 34.9 | 429 | 81.1 | 141 | 52.8 | 105 | 21.8 |
| Preferência por regimes | | | | | | | | |
| missing | 151 | 24.2 | 82 | 15.5 | 30 | 11.2 | 76 | 15.8 |
| reg1 | 147 | 23.6 | 321 | 60.7 | 140 | 52.4 | 102 | 21.2 |
| reg2 | 111 | 17.8 | 85 | 16.1 | 41 | 15.4 | 61 | 12.7 |
| reg3 | 146 | 23.4 | 36 | 6.8 | 41 | 15.4 | 102 | 21.2 |
| reg4 | 69 | 11.1 | 5 | 0.9 | 15 | 5.6 | 141 | 29.3 |
| A política e o governo são tão complicados que a população não entende o que acontece | | | | | | | | |
| cid1- | 591 | 94.7 | 376 | 71.1 | 206 | 77.2 | 450 | 93.4 |
| cid1+ | 33 | 5.3 | 153 | 28.9 | 61 | 22.8 | 32 | 6.6 |
| Se o voto não fosse obrigatório, você votaria nas próximas eleições para presidente da República? | | | | | | | | |
| voto- | 413 | 66.2 | 108 | 20.4 | 53 | 19.9 | 216 | 44.8 |
| voto+ | 211 | 33.8 | 421 | 79.6 | 214 | 80.1 | 266 | 55.2 |

Descrição dos grupos por características demográficas

| | Grupos | | | | | | | |
|---|--------|------|-----|------|-----|------|-----|------|
| | 1 | | 2 | | 3 | | 4 | |
| | n | % | n | % | n | % | n | % |
| Coortes | | | | | | | | |
| coorte3 | 208 | 33.3 | 143 | 27.0 | 48 | 18.0 | 101 | 21.0 |
| coorte2 | 274 | 43.9 | 283 | 53.5 | 121 | 45.3 | 207 | 42.9 |
| coorte1 | 142 | 22.8 | 103 | 19.5 | 98 | 36.7 | 174 | 36.1 |
| GRAU DE INSTRUÇÃO | | | | | | | | |
| Até 1o. grau incompleto | 363 | 58.2 | 137 | 25.9 | 184 | 68.9 | 380 | 78.8 |
| 1o. grau completo / 2o. grau incompleto | 126 | 20.2 | 92 | 17.4 | 31 | 11.6 | 69 | 14.3 |
| 2o. grau completo | 87 | 13.9 | 124 | 23.4 | 28 | 10.5 | 25 | 5.2 |
| Superior incompleto ou mais | 48 | 7.7 | 176 | 33.3 | 24 | 9.0 | 8 | 1.7 |
| SEXO | | | | | | | | |
| Masculino | 266 | 42.6 | 319 | 60.3 | 161 | 60.3 | 198 | 41.1 |
| Feminino | 358 | 57.4 | 210 | 39.7 | 106 | 39.7 | 284 | 58.9 |
| Ciclo de vida | | | | | | | | |
| 18 a 25 anos | 208 | 33.3 | 143 | 27.0 | 48 | 18.0 | 101 | 21.0 |
| 26 a 43 anos | 274 | 43.9 | 283 | 53.5 | 121 | 45.3 | 207 | 42.9 |
| 44 a 69 anos | 142 | 22.8 | 103 | 19.5 | 98 | 36.7 | 174 | 36.1 |

DESCRIÇÃO DOS AGRUPAMENTOS - 1993

Distribuição de frequência dos grupos

| Grupos | n | % |
|--------|-----|------|
| 1 | 325 | 13.7 |
| 2 | 474 | 20.0 |
| 3 | 776 | 32.8 |
| 4 | 316 | 13.4 |
| 5 | 476 | 20.1 |

Descrição dos grupos por características políticas

| | Grupo | | | | | | | | | |
|--|-------|------|-----|------|-----|------|-----|------|-----|------|
| | 1 | | 2 | | 3 | | 4 | | 5 | |
| | n | % | n | % | n | % | n | % | n | % |
| Lê ou assiste o noticiário sobre política | | | | | | | | | | |
| env2- | 7 | 2.2 | 374 | 78.9 | 226 | 29.1 | 186 | 58.9 | 51 | 10.7 |
| env2+ | 318 | 97.8 | 100 | 21.1 | 550 | 70.9 | 130 | 41.1 | 425 | 89.3 |
| Conversa sobre política | | | | | | | | | | |
| env2- | 27 | 8.3 | 428 | 90.3 | 334 | 43.0 | 243 | 76.9 | 120 | 25.2 |
| env2+ | 298 | 91.7 | 46 | 9.7 | 442 | 57.0 | 73 | 23.1 | 356 | 74.8 |
| Participa de reuniões para tentar resolver problemas do bairro ou comunidade | | | | | | | | | | |
| env3- | 217 | 66.8 | 430 | 90.7 | 625 | 80.5 | 266 | 84.2 | 350 | 73.5 |
| env3+ | 108 | 33.2 | 44 | 9.3 | 151 | 19.5 | 50 | 15.8 | 126 | 26.5 |
| Pessoas como você não têm como influenciar no que o governo faz | | | | | | | | | | |
| cid3- | 153 | 47.1 | 416 | 87.8 | 554 | 71.4 | 266 | 84.2 | 269 | 56.5 |
| cid3+ | 172 | 52.9 | 58 | 12.2 | 222 | 28.6 | 50 | 15.8 | 207 | 43.5 |
| Confia na Justiça | | | | | | | | | | |
| just- | 240 | 73.8 | 370 | 78.1 | 580 | 74.7 | 23 | 7.3 | 30 | 6.3 |
| just+ | 85 | 26.2 | 104 | 21.9 | 196 | 25.3 | 293 | 92.7 | 446 | 93.7 |
| Confia no Congresso | | | | | | | | | | |
| congr- | 305 | 93.8 | 459 | 96.8 | 762 | 98.2 | 74 | 23.4 | 92 | 19.3 |
| congr+ | 20 | 6.2 | 15 | 3.2 | 14 | 1.8 | 242 | 76.6 | 384 | 80.7 |
| Confia no Governo Federal | | | | | | | | | | |
| gov- | 270 | 83.1 | 418 | 88.2 | 658 | 84.8 | 90 | 28.5 | 88 | 18.5 |
| gov+ | 55 | 16.9 | 56 | 11.8 | 118 | 15.2 | 226 | 71.5 | 388 | 81.5 |
| O país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder | | | | | | | | | | |
| milit- | 31 | 9.5 | 373 | 78.7 | 338 | 43.6 | 237 | 75.0 | 132 | 27.7 |
| milit+ | 294 | 90.5 | 101 | 21.3 | 438 | 56.4 | 79 | 25.0 | 344 | 72.3 |

| | | | | | | | | | | |
|---|-----|------|-----|------|-----|------|-----|------|-----|------|
| O país seria bem melhor se existisse apenas um partido político | | | | | | | | | | |
| umpart- | 37 | 11.4 | 398 | 84.0 | 435 | 56.1 | 232 | 73.4 | 134 | 28.2 |
| umpart+ | 288 | 88.6 | 76 | 16.0 | 341 | 43.9 | 84 | 26.6 | 342 | 71.8 |
| Preferência por regimes | | | | | | | | | | |
| missing | 4 | 1.2 | 6 | 1.3 | 10 | 1.3 | 2 | 0.6 | 4 | 0.8 |
| reg1 | 288 | 88.6 | 109 | 23.0 | 467 | 60.2 | 124 | 39.2 | 381 | 80.0 |
| reg2 | 25 | 7.7 | 61 | 12.9 | 135 | 17.4 | 54 | 17.1 | 50 | 10.5 |
| reg3 | 8 | 2.5 | 126 | 26.6 | 98 | 12.6 | 62 | 19.6 | 31 | 6.5 |
| reg4 | . | . | 172 | 36.3 | 66 | 8.5 | 74 | 23.4 | 10 | 2.1 |
| A política e o governo são tão complicados que a população não entende o que acontece | | | | | | | | | | |
| cid1- | 188 | 57.8 | 443 | 93.5 | 641 | 82.6 | 290 | 91.8 | 352 | 73.9 |
| cid1+ | 137 | 42.2 | 31 | 6.5 | 135 | 17.4 | 26 | 8.2 | 124 | 26.1 |
| Se o voto não fosse obrigatório, você votaria nas próximas eleições para presidente da República? | | | | | | | | | | |
| voto- | 50 | 15.4 | 377 | 79.5 | 468 | 60.3 | 189 | 59.8 | 117 | 24.6 |
| voto+ | 275 | 84.6 | 97 | 20.5 | 308 | 39.7 | 127 | 40.2 | 359 | 75.4 |

Descrição dos grupos por características demográficas

| | Grupo | | | | | | | | | |
|---|-------|------|-----|------|-----|------|-----|------|-----|------|
| | 1 | | 2 | | 3 | | 4 | | 5 | |
| | n | % | n | % | n | % | n | % | n | % |
| Coortes | | | | | | | | | | |
| coorte4 | 57 | 17.5 | 57 | 12.0 | 135 | 17.4 | 28 | 8.9 | 59 | 12.4 |
| coorte3 | 99 | 30.5 | 114 | 24.1 | 227 | 29.3 | 74 | 23.4 | 117 | 24.6 |
| coorte2 | 135 | 41.5 | 179 | 37.8 | 289 | 37.2 | 122 | 38.6 | 195 | 41.0 |
| coorte1 | 34 | 10.5 | 124 | 26.2 | 125 | 16.1 | 92 | 29.1 | 105 | 22.1 |
| GRAU DE INSTRUÇÃO | | | | | | | | | | |
| Até 1o. grau incompleto | 54 | 16.6 | 328 | 69.2 | 344 | 44.3 | 200 | 63.3 | 161 | 33.8 |
| 1o. grau completo / 2o. grau incompleto | 67 | 20.6 | 93 | 19.6 | 193 | 24.9 | 69 | 21.8 | 102 | 21.4 |
| 2o. grau completo | 86 | 26.5 | 43 | 9.1 | 155 | 20.0 | 40 | 12.7 | 113 | 23.7 |
| Superior incompleto ou mais | 118 | 36.3 | 10 | 2.1 | 84 | 10.8 | 7 | 2.2 | 100 | 21.0 |
| SEXO | | | | | | | | | | |
| Masculino | 194 | 59.7 | 172 | 36.3 | 383 | 49.4 | 160 | 50.6 | 280 | 58.8 |
| Feminino | 131 | 40.3 | 302 | 63.7 | 393 | 50.6 | 156 | 49.4 | 196 | 41.2 |
| Ciclo de vida | | | | | | | | | | |
| 18 a 25 anos | 117 | 36.0 | 124 | 26.2 | 263 | 33.9 | 69 | 21.8 | 121 | 25.4 |
| 26 a 43 anos | 159 | 48.9 | 204 | 43.0 | 344 | 44.3 | 132 | 41.8 | 223 | 46.8 |
| 44 a 69 anos | 49 | 15.1 | 146 | 30.8 | 169 | 21.8 | 115 | 36.4 | 132 | 27.7 |

DESCRIÇÃO DOS AGRUPAMENTOS - 2006

Distribuição de frequência dos grupos.

| Grupos | n | % |
|--------|-----|------|
| 1 | 309 | 17.0 |
| 2 | 553 | 30.5 |
| 3 | 200 | 11.0 |
| 4 | 525 | 28.9 |
| 5 | 228 | 12.6 |

Descrição dos grupos por características políticas

| | Grupos | | | | | | | | | |
|--|--------|------|-----|------|-----|------|-----|------|-----|------|
| | 1 | | 2 | | 3 | | 4 | | 5 | |
| | n | % | n | % | n | % | n | % | n | % |
| Prestou atenção: nas notícias sobre política na TV | | | | | | | | | | |
| env2- | 262 | 84.8 | 375 | 67.8 | 108 | 54.0 | 393 | 74.9 | 142 | 62.3 |
| env2+ | 47 | 15.2 | 178 | 32.2 | 92 | 46.0 | 132 | 25.1 | 86 | 37.7 |
| Conversa sobre política | | | | | | | | | | |
| env2- | 297 | 96.1 | 421 | 76.1 | 67 | 33.5 | 460 | 87.6 | 63 | 27.6 |
| env2+ | 12 | 3.9 | 132 | 23.9 | 133 | 66.5 | 65 | 12.4 | 165 | 72.4 |
| Participa de reuniões para tentar resolver problemas do bairro ou da comunidade | | | | | | | | | | |
| env3- | 307 | 99.4 | 516 | 93.3 | 172 | 86.0 | 517 | 98.5 | 173 | 75.9 |
| env3+ | 2 | 0.6 | 37 | 6.7 | 28 | 14.0 | 8 | 1.5 | 55 | 24.1 |
| Pessoas como você não têm como influenciar no que o governo faz | | | | | | | | | | |
| cid3- | 300 | 97.1 | 407 | 73.6 | 99 | 49.5 | 454 | 86.5 | 88 | 38.6 |
| cid3+ | 9 | 2.9 | 146 | 26.4 | 101 | 50.5 | 71 | 13.5 | 140 | 61.4 |
| Confia na Justiça | | | | | | | | | | |
| just- | 225 | 72.8 | 526 | 95.1 | 11 | 5.5 | 103 | 19.6 | 151 | 66.2 |
| just+ | 84 | 27.2 | 27 | 4.9 | 189 | 94.5 | 422 | 80.4 | 77 | 33.8 |
| Confia no Congresso | | | | | | | | | | |
| congr- | 295 | 95.5 | 551 | 99.6 | 63 | 31.5 | 214 | 40.8 | 218 | 95.6 |
| congr+ | 14 | 4.5 | 2 | 0.4 | 137 | 68.5 | 311 | 59.2 | 10 | 4.4 |
| Confia no Governo Federal | | | | | | | | | | |
| gov- | 279 | 90.3 | 549 | 99.3 | 25 | 12.5 | 167 | 31.8 | 184 | 80.7 |
| gov+ | 30 | 9.7 | 4 | 0.7 | 175 | 87.5 | 358 | 68.2 | 44 | 19.3 |
| O país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder | | | | | | | | | | |
| milit- | 204 | 66.0 | 111 | 20.1 | 18 | 9.0 | 162 | 30.9 | 20 | 8.8 |
| milit+ | 105 | 34.0 | 442 | 79.9 | 182 | 91.0 | 363 | 69.1 | 208 | 91.2 |

| | | | | | | | | | | |
|---|-----|-------|-----|-------|-----|-------|-----|-------|-----|-------|
| O país seria bem melhor se existisse apenas um partido político | | | | | | | | | | |
| umpart- | 243 | 78.6 | 183 | 33.1 | 29 | 14.5 | 222 | 42.3 | 24 | 10.5 |
| umpart+ | 66 | 21.4 | 370 | 66.9 | 171 | 85.5 | 303 | 57.7 | 204 | 89.5 |
| Preferência por regimes | | | | | | | | | | |
| missing | 93 | 30.1 | 116 | 21.0 | 28 | 14.0 | 129 | 24.6 | 30 | 13.2 |
| reg1 | 113 | 36.6 | 277 | 50.1 | 143 | 71.5 | 266 | 50.7 | 132 | 57.9 |
| reg2 | 29 | 9.4 | 77 | 13.9 | 13 | 6.5 | 37 | 7.0 | 34 | 14.9 |
| reg3 | 55 | 17.8 | 66 | 11.9 | 13 | 6.5 | 69 | 13.1 | 26 | 11.4 |
| reg4 | 19 | 6.1 | 17 | 3.1 | 3 | 1.5 | 24 | 4.6 | 6 | 2.6 |
| A política e o governo são tão complicados que a população não entende o que acontece | | | | | | | | | | |
| cid1- | 306 | 99.0 | 500 | 90.4 | 149 | 74.5 | 515 | 98.1 | 127 | 55.7 |
| cid1+ | 3 | 1.0 | 53 | 9.6 | 51 | 25.5 | 10 | 1.9 | 101 | 44.3 |
| Se o voto não fosse obrigatório, você votaria nas próximas eleições para presidente da República? | | | | | | | | | | |
| voto- | 264 | 85.4 | 313 | 56.6 | 49 | 24.5 | 263 | 50.1 | 50 | 21.9 |
| voto+ | 45 | 14.6 | 240 | 43.4 | 151 | 75.5 | 262 | 49.9 | 178 | 78.1 |
| Total | 309 | 100.0 | 553 | 100.0 | 200 | 100.0 | 525 | 100.0 | 228 | 100.0 |

Descrição dos grupos por características demográficas

| | Grupo | | | | | | | | | |
|---|-------|------|-----|------|-----|------|-----|------|-----|------|
| | 1 | | 2 | | 3 | | 4 | | 5 | |
| | n | % | n | % | n | % | n | % | n | % |
| Coortes | | | | | | | | | | |
| coorte4 | 128 | 41.4 | 277 | 50.1 | 95 | 47.5 | 197 | 37.5 | 120 | 52.6 |
| coorte3 | 61 | 19.7 | 94 | 17.0 | 36 | 18.0 | 103 | 19.6 | 41 | 18.0 |
| coorte2 | 98 | 31.7 | 148 | 26.8 | 56 | 28.0 | 172 | 32.8 | 57 | 25.0 |
| coorte1 | 22 | 7.1 | 34 | 6.1 | 13 | 6.5 | 53 | 10.1 | 10 | 4.4 |
| GRAU DE INSTRUÇÃO | | | | | | | | | | |
| Até 1o. grau incompleto | 187 | 60.5 | 250 | 45.2 | 90 | 45.0 | 316 | 60.2 | 74 | 32.5 |
| 1o. grau completo / 2o. grau incompleto | 60 | 19.4 | 121 | 21.9 | 32 | 16.0 | 88 | 16.8 | 34 | 14.9 |
| 2o. grau completo | 44 | 14.2 | 128 | 23.1 | 43 | 21.5 | 83 | 15.8 | 63 | 27.6 |
| Superior incompleto ou mais | 18 | 5.8 | 54 | 9.8 | 35 | 17.5 | 38 | 7.2 | 57 | 25.0 |
| SEXO | | | | | | | | | | |
| Masculino | 130 | 42.1 | 262 | 47.4 | 110 | 55.0 | 246 | 46.9 | 132 | 57.9 |
| Feminino | 179 | 57.9 | 291 | 52.6 | 90 | 45.0 | 279 | 53.1 | 96 | 42.1 |
| Ciclo de vida | | | | | | | | | | |
| 18 a 25 anos | 61 | 19.7 | 137 | 24.8 | 54 | 27.0 | 94 | 17.9 | 57 | 25.0 |
| 26 a 43 anos | 130 | 42.1 | 249 | 45.0 | 82 | 41.0 | 216 | 41.1 | 114 | 50.0 |
| 44 a 69 anos | 118 | 38.2 | 167 | 30.2 | 64 | 32.0 | 215 | 41.0 | 57 | 25.0 |

Parte III COORTES

CRUZAMENTOS VARIÁVEIS POLÍTICAS E COORTES

Preferem a democracia (%)

| | Coorte 4 | Coorte 3 | Coorte 2 | Coorte 1 | Significância |
|------|----------|----------|----------|----------|---------------|
| 1989 | - | 47,2 | 52,3 | 58,4 | ,005 |
| 1993 | 62,8 | 68,3 | 68,2 | 67,8 | ,195 |
| 2006 | 66,5 | 70,7 | 65,7 | 79,3 | ,019 |

Preferem a ditadura (%)

| | Coorte 4 | Coorte 3 | Coorte 2 | Coorte 1 | Significância |
|------|----------|----------|----------|----------|---------------|
| 1989 | - | 22,1 | 22,7 | 25,4 | ,469 |
| 1993 | 17,4 | 14,9 | 16,4 | 16,3 | ,787 |
| 2006 | 13,6 | 13,4 | 17,4 | 9,5 | ,469 |

Tanto faz o regime (%)

| | Coorte 4 | Coorte 3 | Coorte 2 | Coorte 1 | Significância |
|------|----------|----------|----------|----------|---------------|
| 1989 | - | 30,7 | 25,0 | 16,2 | ,000 |
| 1993 | 19,7 | 16,8 | 15,5 | 13,3 | ,135 |
| 2006 | 19,9 | 15,9 | 17,0 | 11,2 | ,072 |

Votariam se o voto não fosse obrigatório (%)

| | Coorte 4 | Coorte 3 | Coorte 2 | Coorte 1 | Significância |
|------|----------|----------|----------|----------|---------------|
| 1989 | - | 58,3 | 61,1 | 62,3 | ,402 |
| 1993 | 63,4 | 48,0 | 48,3 | 50,1 | ,000 |
| 2006 | 50,9 | 48,6 | 44,3 | 58,6 | ,015 |

Informam-se sobre política (%)

| | Coorte 4 | Coorte 3 | Coorte 2 | Coorte 1 | Significância |
|------|----------|----------|----------|----------|---------------|
| 1989 | - | 48,9 | 61,2 | 58,1 | ,000 |
| 1993 | 59,7 | 66,9 | 67,0 | 60,4 | ,011 |
| 2006 | 28,7 | 28,5 | 32,1 | 28,0 | ,529 |

Conversam sobre política (%)

| | Coorte 4 | Coorte 3 | Coorte 2 | Coorte 1 | Significância |
|------|----------|----------|----------|----------|---------------|
| 1989 | - | 36,1 | 41,6 | 29,8 | ,000 |
| 1993 | 50,3 | 54,3 | 54,8 | 44,2 | ,001 |
| 2006 | 29,9 | 25,7 | 27,7 | 22,7 | ,246 |

Participam de reuniões de associações ou comunidades para tentar resolver problemas do bairro ou cidade (%)

| | Coorte 4 | Coorte 3 | Coorte 2 | Coorte 1 | Significância |
|------|----------|----------|----------|----------|---------------|
| 1989 | - | 15,9 | 22,0 | 22,7 | ,010 |
| 1993 | 16,3 | 16,3 | 22,5 | 24,6 | ,001 |
| 2006 | 6,6 | 7,8 | 8,1 | 5,3 | ,580 |

Discordam que: A POLÍTICA E O GOVERNO SÃO TÃO COMPLICADOS QUE A POPULAÇÃO NÃO ENTENDE O QUE ACONTECE (%)

| | Coorte 4 | Coorte 3 | Coorte 2 | Coorte 1 | Significância |
|------|----------|----------|----------|----------|---------------|
| 1989 | - | 13,9 | 18,0 | 14,4 | ,090 |
| 1993 | 24,8 | 18,2 | 21,4 | 17,8 | ,048 |
| 2006 | 14,4 | 11,1 | 10,6 | 8,5 | ,080 |

Discordam que não têm como influenciar na política (%)

| | Coorte 4 | Coorte 3 | Coorte 2 | Coorte 1 | Significância |
|------|----------|----------|----------|----------|---------------|
| 1989 | - | 32,6 | 36,9 | 34,4 | ,299 |
| 1993 | 40,0 | 33,8 | 31,3 | 24,6 | ,000 |
| 2006 | 32,0 | 20,5 | 22,4 | 20,6 | ,000 |

Desconfiam da Justiça (%)

| | Coorte 4 | Coorte 3 | Coorte 2 | Coorte 1 | Significância |
|------|----------|----------|----------|----------|---------------|
| 1989 | - | 62,6 | 56,8 | 38,5 | ,000 |
| 1993 | 53,3 | 54,1 | 51,3 | 44,7 | ,015 |
| 2006 | 59,9 | 53,5 | 53,9 | 44,2 | ,002 |

Desconfiam do Congresso (%)

| | Coorte 4 | Coorte 3 | Coorte 2 | Coorte 1 | Significância |
|------|----------|----------|----------|----------|---------------|
| 1989 | - | 81,8 | 74,7 | 59,5 | ,000 |
| 1993 | 77,4 | 74,40 | 68,7 | 63,3 | ,000 |
| 2006 | 78,6 | 72,2 | 68,8 | 65,6 | ,000 |

Desconfiam do Governo Federal (%)

| | Coorte 4 | Coorte 3 | Coorte 2 | Coorte 1 | Significância |
|------|----------|----------|----------|----------|---------------|
| 1989 | - | 77,6 | 73,7 | 58,8 | ,000 |
| 1993 | 73,5 | 67,0 | 62,0 | 53,1 | ,000 |
| 2006 | 71,2 | 63,9 | 62,4 | 57,6 | ,000 |

Discordam que: O PAÍS FUNCIONARIA MELHOR SE OS MILITARES VOLTASSEM AO PODER (%)

| | Coorte 4 | Coorte 3 | Coorte 2 | Coorte 1 | Significância |
|------|----------|----------|----------|----------|---------------|
| 1989 | - | 61,4 | 56,3 | 49,2 | ,002 |
| 1993 | 69,7 | 65,0 | 56,4 | 49,4 | ,000 |
| 2006 | 79,9 | 75,5 | 73,1 | 73,9 | ,032 |

Discordam que: O PAÍS SERIA MELHOR SE EXISTISSE APENAS UM PARTIDO POLÍTICO (%)

| | Coorte 4 | Coorte 3 | Coorte 2 | Coorte 1 | Significância |
|------|----------|----------|----------|----------|---------------|
| 1989 | - | 54,6 | 55,0 | 43,7 | ,000 |
| 1993 | 53,1 | 52,1 | 52,5 | 45,1 | ,055 |
| 2006 | 67,2 | 69,7 | 64,3 | 61,5 | ,273 |

REGRESSÕES LOGÍSTICAS PARA AS COORTES

| Período | Preferem Democracia | | | |
|---------|---------------------|------|-----|------|
| | Sim | | Não | |
| | n | % | n | % |
| 2006 | 1298 | 68,1 | 608 | 31,9 |
| 1993 | 1462 | 67,8 | 693 | 32,2 |
| 1989 | 903 | 51,7 | 844 | 48,3 |

Análise do efeito principal das variável ano.

| Efeito (principal) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Intercepto | 0.733 | 0.061 | 2.08 | 1.85 | 2.35 |
| Ano | | | | | |
| 2006 | 0.078 | 0.071 | 1.08 | 0.94 | 1.24 |
| 1989 | -0.672 | 0.069 | 0.51 | 0.45 | 0.58 |
| 1993 | 0.000 | 0.000 | 1.00 | 1.00 | 1.00 |

Análise do efeito de interação: comparações das coortes em 1989 x demais anos e comparação entre as coortes ano a ano.

| Efeito (interação) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|---------------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Coorte 4 X Coorte 3: 2006 | -0.198 | 0.144 | 0.82 | 0.62 | 1.09 |
| Coorte 4 X Coorte 3: 1993 | -0.241 | 0.149 | 0.79 | 0.59 | 1.05 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 2006 | -0.233 | 0.154 | 0.79 | 0.59 | 1.07 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 1993 | 0.206 | 0.120 | 1.23 | 0.97 | 1.55 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 1989 | -0.004 | 0.119 | 1.00 | 0.79 | 1.26 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 2006 | 0.339 | 0.204 | 1.40 | 0.94 | 2.09 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 1993 | 0.489 | 0.137 | 1.63 | 1.25 | 2.13 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 1989 | 0.101 | 0.139 | 1.11 | 0.84 | 1.45 |
| Coorte 4: 2006 X 1993 | 0.159 | 0.141 | 1.17 | 0.89 | 1.54 |
| Coorte 3: 2006 X 1993 | 0.116 | 0.152 | 1.12 | 0.83 | 1.51 |
| Coorte 3: 1989 X 1993 | -0.879 | 0.131 | 0.42 | 0.32 | 0.54 |
| Coorte 2: 2006 X 1993 | -0.113 | 0.121 | 0.89 | 0.70 | 1.13 |
| Coorte 2: 1989 X 1993 | -0.669 | 0.106 | 0.51 | 0.42 | 0.63 |
| Coorte 1: 2006 X 1993 | 0.353 | 0.193 | 1.42 | 0.97 | 2.08 |
| Coorte 1: 1989 X 1993 | -0.491 | 0.144 | 0.61 | 0.46 | 0.81 |

| | Preferem Ditadura | | | |
|------|-------------------|------|------|------|
| | Sim | | Não | |
| | n | % | n | % |
| Ano | | | | |
| 2006 | 271 | 14,2 | 1635 | 85,8 |
| 1993 | 347 | 16,1 | 1808 | 83,9 |
| 1989 | 402 | 23,0 | 1345 | 77,0 |

Análise do efeito principal da variável ano.

| Efeito (principal) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Intercepto | -1729 | 0.079 | 0.18 | 0.15 | 0.21 |
| Ano | | | | | |
| 2006 | -0.120 | 0.092 | 0.89 | 0.74 | 1.06 |
| 1989 | 0.425 | 0.085 | 1.53 | 1.30 | 1.81 |
| 1993 | 0.000 | 0.000 | 1.00 | 1.00 | 1.00 |

Análise do efeito de interação: comparações das coortes em 1989 x demais anos e comparação entre as coortes ano a ano.

| Efeito (interação) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|---------------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Coorte 4 X Coorte 3: 2006 | 0.017 | 0.194 | 1.02 | 0.70 | 1.49 |
| Coorte 4 X Coorte 3: 1993 | 0.188 | 0.192 | 1.21 | 0.83 | 1.76 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 2006 | 0.306 | 0.202 | 1.36 | 0.91 | 2.02 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 1993 | 0.034 | 0.144 | 1.03 | 0.78 | 1.37 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 1989 | 0.112 | 0.153 | 1.12 | 0.83 | 1.51 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 2006 | -0.256 | 0.275 | 0.77 | 0.45 | 1.33 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 1993 | 0.154 | 0.160 | 1.17 | 0.85 | 1.60 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 1989 | 0.122 | 0.175 | 1.13 | 0.80 | 1.59 |
| Coorte 4: 2006 X 1993 | -0.294 | 0.183 | 0.75 | 0.52 | 1.07 |
| Coorte 3: 2006 X 1993 | -0.123 | 0.202 | 0.88 | 0.59 | 1.31 |
| Coorte 3: 1989 X 1993 | 0.484 | 0.165 | 1.62 | 1.18 | 2.24 |
| Coorte 2: 2006 X 1993 | 0.071 | 0.152 | 1.07 | 0.80 | 1.45 |
| Coorte 2: 1989 X 1993 | 0.406 | 0.130 | 1.50 | 1.16 | 1.94 |
| Coorte 1: 2006 X 1993 | -0.502 | 0.256 | 0.61 | 0.37 | 1.00 |
| Coorte 1: 1989 X 1993 | 0.516 | 0.171 | 1.67 | 1.20 | 2.34 |

| Ano | Tanto faz | | | |
|------|-----------|------|------|------|
| | Sim | | Não | |
| | n | % | n | % |
| 2006 | 337 | 17,7 | 1569 | 82,3 |
| 1989 | 346 | 16,1 | 1809 | 83,9 |
| 1993 | 442 | 25,3 | 1305 | 74,7 |

Análise do efeito principal das variável ano.

| Efeito (principal) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Intercepto | -1571 | 0.075 | 0.21 | 0.18 | 0.24 |
| Ano | | | | | |
| 2006 | -0.003 | 0.089 | 1.00 | 0.84 | 1.19 |
| 1989 | 0.586 | 0.085 | 1.80 | 1.52 | 2.12 |
| 1993 | 0.000 | 0.000 | 1.00 | 1.00 | 1.00 |

Análise do efeito de interação: comparações das coortes em 1989 x demais períodos e comparação entre as coortes ano a ano.

| Efeito (interação) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|---------------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Coorte 4 X Coorte 3: 2006 | 0.277 | 0.177 | 1.32 | 0.93 | 1.87 |
| Coorte 4 X Coorte 3: 1993 | 0.194 | 0.183 | 1.21 | 0.85 | 1.74 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 2006 | 0.078 | 0.193 | 1.08 | 0.74 | 1.58 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 1993 | -0.286 | 0.133 | 0.75 | 0.58 | 0.97 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 1989 | -0.102 | 0.150 | 0.90 | 0.67 | 1.21 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 2006 | -0.317 | 0.259 | 0.73 | 0.44 | 1.21 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 1993 | -0.858 | 0.168 | 0.42 | 0.31 | 0.59 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 1989 | -0.298 | 0.181 | 0.74 | 0.52 | 1.06 |
| Coorte 4: 2006 X 1993 | 0.013 | 0.169 | 1.01 | 0.73 | 1.41 |
| Coorte 3: 2006 X 1993 | -0.070 | 0.190 | 0.93 | 0.64 | 1.35 |
| Coorte 3: 1989 X 1993 | 0.783 | 0.153 | 2.19 | 1.62 | 2.95 |
| Coorte 2: 2006 X 1993 | 0.110 | 0.154 | 1.12 | 0.82 | 1.51 |
| Coorte 2: 1989 X 1993 | 0.598 | 0.130 | 1.82 | 1.41 | 2.35 |
| Coorte 1: 2006 X 1993 | -0.089 | 0.253 | 0.91 | 0.56 | 1.50 |
| Coorte 1: 1989 X 1993 | 0.222 | 0.194 | 1.25 | 0.85 | 1.83 |

| Ano | Volta dos militares | | | |
|------|---------------------|------|----------|------|
| | Discorda | | Concorda | |
| | n | % | n | % |
| 2006 | 1427 | 76,1 | 447 | 23,9 |
| 1993 | 1343 | 59,6 | 909 | 40,4 |
| 1989 | 962 | 56,0 | 755 | 44,0 |

Análise do efeito principal das variável ano.

| Efeito (principal) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Intercepto | 0.550 | 0.064 | 1.73 | 1.53 | 1.97 |
| Ano | | | | | |
| 2006 | 0.673 | 0.073 | 1.96 | 1.70 | 2.26 |
| 1989 | -0.070 | 0.068 | 0.93 | 0.82 | 1.06 |
| 1993 | 0.000 | 0.000 | 1.00 | 1.00 | 1.00 |

Análise do efeito de interação: comparações das coortes em 1989 x demais anos e comparação entre as coortes ano a ano.

| Efeito (interação) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|---------------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Coorte 4 X Coorte 3: 2006 | 0.256 | 0.159 | 1.29 | 0.95 | 1.76 |
| Coorte 4 X Coorte 3: 1993 | 0.215 | 0.150 | 1.24 | 0.92 | 1.67 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 2006 | -0.125 | 0.165 | 0.88 | 0.64 | 1.22 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 1993 | -0.209 | 0.124 | 0.81 | 0.64 | 1.03 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 1989 | -0.361 | 0.112 | 0.70 | 0.56 | 0.87 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 2006 | -0.236 | 0.197 | 0.79 | 0.54 | 1.16 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 1993 | -0.486 | 0.137 | 0.62 | 0.47 | 0.80 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 1989 | -0.615 | 0.127 | 0.54 | 0.42 | 0.69 |
| Coorte 4: 2006 X 1993 | 0.545 | 0.153 | 1.72 | 1.28 | 2.32 |
| Coorte 3: 2006 X 1993 | 0.504 | 0.156 | 1.66 | 1.22 | 2.25 |
| Coorte 3: 1989 X 1993 | -0.157 | 0.131 | 0.86 | 0.66 | 1.11 |
| Coorte 2: 2006 X 1993 | 0.741 | 0.123 | 2.10 | 1.65 | 2.67 |
| Coorte 2: 1989 X 1993 | -0.004 | 0.103 | 1.00 | 0.81 | 1.22 |
| Coorte 1: 2006 X 1993 | 0.884 | 0.174 | 2.42 | 1.72 | 3.41 |
| Coorte 1: 1989 X 1993 | -0.027 | 0.133 | 0.97 | 0.75 | 1.26 |

| Ano | Confia na Justiça | | | |
|------|-------------------|------|------|------|
| | Não | | Sim | |
| | n | % | n | % |
| 2006 | 1106 | 55,6 | 883 | 44,4 |
| 1993 | 1242 | 50,7 | 1207 | 49,3 |
| 1989 | 921 | 53,7 | 794 | 46,3 |

Análise do efeito principal da variável ano.

| Efeito (principal) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Intercepto | 0.189 | 0.060 | 1.21 | 1.07 | 1.36 |
| Ano | | | | | |
| 2006 | 0.104 | 0.065 | 1.11 | 0.98 | 1.26 |
| 1989 | 0.151 | 0.066 | 1.16 | 1.02 | 1.32 |
| 1993 | 0.000 | 0.000 | 1.00 | 1.00 | 1.00 |

Análise do efeito de interação: comparações das coortes em 1989 x demais anos e comparação entre as coortes ano a ano.

| Efeito (interação) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|---------------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Coorte 4 X Coorte 3: 2006 | 0.262 | 0.131 | 1.30 | 1.01 | 1.68 |
| Coorte 4 X Coorte 3: 1993 | -0.034 | 0.138 | 0.97 | 0.74 | 1.27 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 2006 | -0.001 | 0.140 | 1.00 | 0.76 | 1.32 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 1993 | -0.242 | 0.125 | 0.79 | 0.61 | 1.00 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 1989 | -0.111 | 0.105 | 0.90 | 0.73 | 1.10 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 2006 | -0.310 | 0.171 | 0.73 | 0.52 | 1.03 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 1993 | -0.979 | 0.139 | 0.38 | 0.29 | 0.49 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 1989 | -0.421 | 0.119 | 0.66 | 0.52 | 0.83 |
| Coorte 4: 2006 X 1993 | 0.269 | 0.133 | 1.31 | 1.01 | 1.70 |
| Coorte 3: 2006 X 1993 | -0.026 | 0.136 | 0.97 | 0.75 | 1.27 |
| Coorte 3: 1989 X 1993 | 0.349 | 0.129 | 1.42 | 1.10 | 1.82 |
| Coorte 2: 2006 X 1993 | 0.083 | 0.110 | 1.09 | 0.88 | 1.35 |
| Coorte 2: 1989 X 1993 | 0.218 | 0.100 | 1.24 | 1.02 | 1.51 |
| Coorte 1: 2006 X 1993 | 0.085 | 0.158 | 1.09 | 0.80 | 1.48 |
| Coorte 1: 1989 X 1993 | -0.210 | 0.130 | 0.81 | 0.63 | 1.05 |

| Período | Confia no Congresso | | | |
|---------|---------------------|------|-----|------|
| | Não | | Sim | |
| | n | % | n | % |
| 2006 | 1441 | 72,7 | 541 | 27,3 |
| 1989 | 1705 | 70,1 | 726 | 29,9 |
| 1993 | 1223 | 73,0 | 453 | 27,0 |

Análise do efeito principal da variável ano.

| Efeito (principal) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Intercepto | 1103 | 0.068 | 3.01 | 2.63 | 3.44 |
| Ano | | | | | |
| 2006 | -0.016 | 0.072 | 0.98 | 0.85 | 1.13 |
| 1989 | 0.203 | 0.073 | 1.22 | 1.06 | 1.41 |
| 1993 | 0.000 | 0.000 | 1.00 | 1.00 | 1.00 |

Análise do efeito de interação: comparações das coortes em 1989 x demais anos e comparação entre as coortes ano a ano.

| Efeito (interação) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|---------------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Coorte 4 X Coorte 3: 2006 | 0.351 | 0.149 | 1.42 | 1.06 | 1.90 |
| Coorte 4 X Coorte 3: 1993 | 0.163 | 0.161 | 1.18 | 0.86 | 1.61 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 2006 | -0.163 | 0.154 | 0.85 | 0.63 | 1.15 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 1993 | -0.422 | 0.153 | 0.66 | 0.49 | 0.88 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 1989 | -0.281 | 0.117 | 0.76 | 0.60 | 0.95 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 2006 | -0.453 | 0.182 | 0.64 | 0.44 | 0.91 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 1993 | -1.144 | 0.159 | 0.32 | 0.23 | 0.44 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 1989 | -0.578 | 0.129 | 0.56 | 0.44 | 0.72 |
| Coorte 4: 2006 X 1993 | 0.074 | 0.158 | 1.08 | 0.79 | 1.47 |
| Coorte 3: 2006 X 1993 | -0.114 | 0.153 | 0.89 | 0.66 | 1.20 |
| Coorte 3: 1989 X 1993 | 0.439 | 0.156 | 1.55 | 1.14 | 2.11 |
| Coorte 2: 2006 X 1993 | 0.003 | 0.119 | 1.00 | 0.79 | 1.27 |
| Coorte 2: 1989 X 1993 | 0.298 | 0.113 | 1.35 | 1.08 | 1.68 |
| Coorte 1: 2006 X 1993 | 0.011 | 0.163 | 1.01 | 0.74 | 1.39 |
| Coorte 1: 1989 X 1993 | -0.127 | 0.133 | 0.88 | 0.68 | 1.14 |

| Ano | Confia no Governo | | | |
|------|-------------------|------|-----|------|
| | Não | | Sim | |
| | n | % | n | % |
| 2006 | 1312 | 65,6 | 687 | 34,4 |
| 1993 | 1534 | 62,8 | 910 | 37,2 |
| 1989 | 1261 | 70,7 | 523 | 29,3 |

Análise do efeito principal da variável ano.

| Efeito (principal) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Intercepto | 0.726 | 0.064 | 2.07 | 1.82 | 2.34 |
| Ano | | | | | |
| 2006 | -0.040 | 0.068 | 0.96 | 0.84 | 1.10 |
| 1989 | 0.454 | 0.070 | 1.57 | 1.37 | 1.80 |
| 1993 | 0.000 | 0.000 | 1.00 | 1.00 | 1.00 |

Análise do efeito de interação: comparações das coortes em 1989 x demais anos e comparação entre as coortes ano a ano.

| Efeito (interação) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|---------------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Coorte 4 X Coorte 3: 2006 | 0.335 | 0.138 | 1.40 | 1.07 | 1.83 |
| Coorte 4 X Coorte 3: 1993 | 0.311 | 0.152 | 1.36 | 1.01 | 1.84 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 2006 | -0.064 | 0.145 | 0.94 | 0.71 | 1.25 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 1993 | -0.211 | 0.141 | 0.81 | 0.62 | 1.07 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 1989 | -0.219 | 0.110 | 0.80 | 0.65 | 1.00 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 2006 | -0.419 | 0.173 | 0.66 | 0.47 | 0.92 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 1993 | -0.933 | 0.147 | 0.39 | 0.30 | 0.52 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 1989 | -0.685 | 0.122 | 0.50 | 0.40 | 0.64 |
| Coorte 4: 2006 X 1993 | -0.114 | 0.147 | 0.89 | 0.67 | 1.19 |
| Coorte 3: 2006 X 1993 | -0.138 | 0.142 | 0.87 | 0.66 | 1.15 |
| Coorte 3: 1989 X 1993 | 0.534 | 0.142 | 1.70 | 1.29 | 2.25 |
| Coorte 2: 2006 X 1993 | 0.017 | 0.113 | 1.02 | 0.81 | 1.27 |
| Coorte 2: 1989 X 1993 | 0.542 | 0.108 | 1.72 | 1.39 | 2.12 |
| Coorte 1: 2006 X 1993 | 0.129 | 0.156 | 1.14 | 0.84 | 1.55 |
| Coorte 1: 1989 X 1993 | 0.286 | 0.127 | 1.33 | 1.04 | 1.71 |

| Ano | A política e o governo são complicados... | | | |
|------|---|------|----------|------|
| | Discorda | | Concorda | |
| | n | % | n | % |
| 2006 | 246 | 12,5 | 1717 | 87,5 |
| 1993 | 485 | 20,4 | 1891 | 79,6 |
| 1989 | 303 | 15,8 | 1612 | 84,2 |

Análise do efeito principal da variável ano.

| Efeito | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Intercepto | -1.500 | 0.082 | 0.22 | 0.19 | 0.26 |
| Ano | | | | | |
| 2006 | -0.689 | 0.093 | 0.50 | 0.42 | 0.60 |
| 1993 | -0.261 | 0.085 | 0.77 | 0.65 | 0.91 |
| 1989 | 0.000 | 0.000 | 1.00 | 1.00 | 1.00 |

Análise do efeito de interação: comparações das coortes em 1989 x demais anos e comparação entre as coortes ano a ano.

| Efeito (interação) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|---------------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Coorte 4 X Coorte 3: 2006 | 0.290 | 0.201 | 1.34 | 0.90 | 1.98 |
| Coorte 4 X Coorte 3: 1993 | 0.389 | 0.167 | 1.48 | 1.06 | 2.04 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 2006 | -0.061 | 0.225 | 0.94 | 0.61 | 1.46 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 1993 | 0.307 | 0.162 | 1.36 | 0.99 | 1.87 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 1989 | 0.201 | 0.133 | 1.22 | 0.94 | 1.59 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 2006 | 0.021 | 0.272 | 1.02 | 0.60 | 1.74 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 1993 | 0.005 | 0.186 | 1.00 | 0.70 | 1.45 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 1989 | -0.026 | 0.157 | 0.97 | 0.72 | 1.33 |
| Coorte 4: 2006 X 1993 | -0.675 | 0.164 | 0.51 | 0.37 | 0.70 |
| Coorte 3: 2006 X 1993 | -0.576 | 0.203 | 0.56 | 0.38 | 0.84 |
| Coorte 3: 1989 X 1993 | -0.324 | 0.170 | 0.72 | 0.52 | 1.01 |
| Coorte 2: 2006 X 1993 | -0.838 | 0.165 | 0.43 | 0.31 | 0.60 |
| Coorte 2: 1989 X 1993 | -0.218 | 0.123 | 0.80 | 0.63 | 1.02 |
| Coorte 1: 2006 X 1993 | -0.529 | 0.239 | 0.59 | 0.37 | 0.94 |
| Coorte 1: 1989 X 1993 | -0.293 | 0.174 | 0.75 | 0.53 | 1.05 |

| Ano | Voto facultativo | | | |
|------|------------------|------|------|------|
| | Sim | | Não | |
| | n | % | n | % |
| 2006 | 975 | 49,8 | 983 | 50,2 |
| 1993 | 1263 | 51,6 | 1183 | 48,4 |
| 1989 | 1148 | 61,0 | 734 | 39,0 |

Análise do efeito principal das variáveis idade e período.

| Efeito | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Intercepto | -0.053 | 0.061 | 0.95 | 0.84 | 1.07 |
| Ano | . | . | . | . | . |
| 2006 | -0.121 | 0.066 | 0.89 | 0.78 | 1.01 |
| 1989 | 0.434 | 0.064 | 1.54 | 1.36 | 1.75 |
| 1993 | 0.000 | 0.000 | 1.00 | 1.00 | 1.00 |

Análise do efeito de interação: comparações dos grupos etários em 1989 x demais períodos e comparação entre as idades período por período.

| Efeito (interação) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|---------------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Coorte 4 X Coorte 3: 2006 | 0.092 | 0.131 | 1.10 | 0.85 | 1.42 |
| Coorte 4 X Coorte 3: 1993 | 0.629 | 0.140 | 1.87 | 1.42 | 2.47 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 2006 | -0.172 | 0.141 | 0.84 | 0.64 | 1.11 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 1993 | 0.117 | 0.115 | 1.12 | 0.90 | 1.41 |
| Coorte 2 X Coorte 3: 1989 | 0.011 | 0.105 | 1.01 | 0.82 | 1.24 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 2006 | 0.479 | 0.176 | 1.61 | 1.14 | 2.28 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 1993 | 0.218 | 0.128 | 1.24 | 0.97 | 1.60 |
| Coorte 1 X Coorte 3: 1989 | 0.153 | 0.118 | 1.17 | 0.92 | 1.47 |
| Coorte 4: 2006 X 1993 | -0.513 | 0.135 | 0.60 | 0.46 | 0.78 |
| Coorte 3: 2006 X 1993 | 0.023 | 0.137 | 1.02 | 0.78 | 1.34 |
| Coorte 3: 1989 X 1993 | 0.412 | 0.122 | 1.51 | 1.19 | 1.92 |
| Coorte 2: 2006 X 1993 | -0.160 | 0.111 | 0.85 | 0.69 | 1.06 |
| Coorte 2: 1989 X 1993 | 0.518 | 0.097 | 1.68 | 1.39 | 2.03 |
| Coorte 1: 2006 X 1993 | 0.349 | 0.161 | 1.42 | 1.03 | 1.95 |
| Coorte 1: 1989 X 1993 | 0.477 | 0.125 | 1.61 | 1.26 | 2.06 |

Parte IV

Processamentos para jovens e ciclo de vida

REGRESSÕES LOGÍSTICAS JOVENS X MAIS DE 25

| Ano | Preferem Democracia | | | |
|------|---------------------|------|-----|------|
| | Sim | | Não | |
| | n | % | n | % |
| 2006 | 1298 | 68,1 | 608 | 31,9 |
| 1993 | 1462 | 67,8 | 693 | 32,2 |
| 1989 | 903 | 51,7 | 844 | 48,3 |

Análise do efeito principal da variável ano

| Efeito (principal) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|-------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Intercepto | 0.147 | 0.052 | 1.16 | 1.05 | 1.28 |
| Ano | | | | | |
| 2006 | 0.643 | 0.072 | 1.90 | 1.65 | 2.19 |
| 1993 | 0.655 | 0.069 | 1.93 | 1.68 | 2.20 |
| 1989 | Ref. | - | 1.00 | | |

Análise do efeito de interação: comparações dos grupos etários em 1989 x demais anos e comparação entre as idades ano a ano.

| Efeito (interação) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|-------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Id25: 2006 x 1989 | 0.699 | 0.143 | 2.01 | 1.52 | 2.66 |
| Id25: 1993 x 1989 | 0.816 | 0.128 | 2.26 | 1.76 | 2.90 |
| Id>25: 2006 x 1989 | 0.619 | 0.083 | 1.86 | 1.58 | 2.19 |
| Id>25: 1993 x 1989 | 0.587 | 0.082 | 1.80 | 1.53 | 2.11 |
| Id25 x Id>25: 2006 | -0.210 | 0.121 | 0.81 | 0.64 | 1.03 |
| Id25 x Id>25: 1993 | -0.061 | 0.103 | 0.94 | 0.77 | 1.15 |
| Id25 x Id>25: 1989 | -0.290 | 0.112 | 0.75 | 0.60 | 0.93 |

| Ano | Preferem Ditadura | | | |
|------|-------------------|------|------|------|
| | Sim | | Não | |
| | n | % | n | % |
| 2006 | 271 | 14,2 | 1635 | 85,8 |
| 1997 | 462 | 14,4 | 2738 | 85,6 |
| 1993 | 347 | 16,1 | 1808 | 83,9 |
| 1989 | 402 | 23,0 | 1345 | 77,0 |

Análise do efeito principal da variável ano

| Efeito (principal) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Intercepto | -1164 | 0.062 | 0.31 | 0.28 | 0.35 |
| Período | | | | | |
| 2006 | -0.595 | 0.091 | 0.55 | 0.46 | 0.66 |
| 1993 | -0.452 | 0.085 | 0.64 | 0.54 | 0.75 |
| 1989 | Ref. | - | 1.00 | | |

Análise do efeito de interação: comparações dos grupos etários em 1989 x demais anos e comparação entre as idades ano a ano.

| Efeito (interação) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Id25: 2006 x 1989 | -0.494 | 0.184 | 0.61 | 0.43 | 0.87 |
| Id25: 1993 x 1989 | -0.467 | 0.160 | 0.63 | 0.46 | 0.86 |
| Id>25: 2006 x 1989 | -0.621 | 0.104 | 0.54 | 0.44 | 0.66 |
| Id>25: 1993 x 1989 | -0.447 | 0.100 | 0.64 | 0.53 | 0.78 |
| Id25 x Id>25: 2006 | 0.040 | 0.163 | 1.04 | 0.76 | 1.43 |
| Id25 x Id>25: 1993 | -0.107 | 0.133 | 0.90 | 0.69 | 1.17 |
| Id25 x Id>25: 1989 | -0.087 | 0.134 | 0.92 | 0.71 | 1.19 |

| Ano | Tanto faz | | | |
|------|-----------|------|------|------|
| | Sim | | Não | |
| | n | % | n | % |
| 2006 | 337 | 17,7 | 1569 | 82,3 |
| 1993 | 346 | 16,1 | 1809 | 83,9 |
| 1989 | 442 | 25,3 | 1305 | 74,7 |

Análise do efeito principal das variável ano.

| Efeito (principal) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Intercepto | -1237 | 0.061 | 0.29 | 0.26 | 0.33 |
| Ano | | | | | |
| 2006 | -0.383 | 0.086 | 0.68 | 0.58 | 0.81 |
| 1993 | -0.531 | 0.084 | 0.59 | 0.50 | 0.69 |
| 1989 | Ref. | - | 1.00 | | |

Análise do efeito de interação: comparações dos grupos etários em 1989 x demais anos e comparação entre as idades ano a ano.

| Efeito (interação) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Id25: 2006 x 1989 | -0.512 | 0.162 | 0.60 | 0.44 | 0.82 |
| Id25: 1993 x 1989 | -0.702 | 0.147 | 0.50 | 0.37 | 0.66 |
| Id>25: 2006 x 1989 | -0.330 | 0.102 | 0.72 | 0.59 | 0.88 |
| Id>25: 1993 x 1989 | -0.445 | 0.103 | 0.64 | 0.52 | 0.78 |
| Id25 x Id>25: 2006 | 0.274 | 0.145 | 1.31 | 0.99 | 1.75 |
| Id25 x Id>25: 1993 | 0.199 | 0.128 | 1.22 | 0.95 | 1.57 |
| Id25 x Id>25: 1989 | 0.456 | 0.125 | 1.58 | 1.23 | 2.02 |

| Ano | Volta dos militares | | | |
|------|---------------------|------|----------|------|
| | Discorda | | Concorda | |
| | n | % | n | % |
| 2006 | 1427 | 76,1 | 447 | 23,9 |
| 1993 | 1343 | 59,6 | 909 | 40,4 |
| 1989 | 962 | 56,0 | 755 | 44,0 |

Análise do efeito principal da variável ano.

| Efeito (principal) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Intercepto | 0.132 | 0.054 | 1.14 | 1.03 | 1.27 |
| Ano | | | | | |
| 2006 | 0.979 | 0.077 | 2.66 | 2.29 | 3.09 |
| 1993 | 0.139 | 0.068 | 1.15 | 1.01 | 1.31 |
| 1989 | Ref. | - | 1.00 | | |

Análise do efeito de interação: comparações dos grupos etários em 1989 x demais anos e comparação entre as idades ano a ano.

| Efeito (interação) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Id25: 2006 x 1989 | 0.852 | 0.160 | 2.34 | 1.71 | 3.21 |
| Id25: 1993 x 1989 | 0.305 | 0.130 | 1.36 | 1.05 | 1.75 |
| Id>25: 2006 x 1989 | 1.005 | 0.088 | 2.73 | 2.30 | 3.24 |
| Id>25: 1993 x 1989 | 0.075 | 0.079 | 1.08 | 0.92 | 1.26 |
| Id25 x Id>25: 2006 | 0.161 | 0.141 | 1.17 | 0.89 | 1.55 |
| Id25 x Id>25: 1993 | 0.544 | 0.100 | 1.72 | 1.42 | 2.10 |
| Id25 x Id>25: 1989 | 0.314 | 0.115 | 1.37 | 1.09 | 1.72 |

| Ano | Confia na Justiça | | | |
|------|-------------------|------|------|------|
| | Não | | Sim | |
| | n | % | n | % |
| 2006 | 1106 | 55,6 | 883 | 44,4 |
| 1993 | 1242 | 50,7 | 1207 | 49,3 |
| 1989 | 921 | 53,7 | 794 | 46,3 |

Análise do efeito principal da variável ano.

| Efeito (principal) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Intercepto | 0.064 | 0.053 | 1.07 | 0.96 | 1.18 |
| Período | | | | | |
| 2006 | 0.106 | 0.069 | 1.11 | 0.97 | 1.27 |
| 1993 | -0.101 | 0.066 | 0.90 | 0.80 | 1.03 |
| 1989 | Ref. | - | 1.00 | | |

Análise do efeito de interação: comparações dos grupos etários em 1989 x demais anos e comparação entre as idades ano a ano.

| Efeito (interação) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Id25: 2006 x 1989 | -0.186 | 0.143 | 0.83 | 0.63 | 1.10 |
| Id25: 1993 x 1989 | -0.302 | 0.127 | 0.74 | 0.58 | 0.95 |
| Id>25: 2006 x 1989 | 0.200 | 0.080 | 1.22 | 1.05 | 1.43 |
| Id>25: 1993 x 1989 | -0.030 | 0.077 | 0.97 | 0.84 | 1.13 |
| Id25 x Id>25: 2006 | 0.127 | 0.115 | 1.14 | 0.91 | 1.42 |
| Id25 x Id>25: 1993 | 0.241 | 0.092 | 1.27 | 1.06 | 1.52 |
| Id25 x Id>25: 1989 | 0.513 | 0.116 | 1.67 | 1.33 | 2.10 |

| Ano | Confia no Congresso | | | |
|------|---------------------|------|-----|------|
| | Não | | Sim | |
| | n | % | n | % |
| 2006 | 1441 | 72,7 | 541 | 27,3 |
| 1993 | 1705 | 70,1 | 726 | 29,9 |
| 1989 | 1223 | 73,0 | 453 | 27,0 |

Análise do efeito principal das variável ano.

| Efeito (principal) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Intercepto | 0.855 | 0.059 | 2.35 | 2.09 | 2.64 |
| Ano | | | | | |
| 2006 | 0.075 | 0.079 | 1.08 | 0.92 | 1.26 |
| 1993 | -0.120 | 0.074 | 0.89 | 0.77 | 1.03 |
| 1989 | Ref. | - | 1.00 | | |

Análise do efeito de interação: comparações dos grupos etários em 1989 x demais anos e comparação entre as idades ano a ano.

| Efeito (interação) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Id25: 2006 x 1989 | -0.240 | 0.174 | 0.79 | 0.56 | 1.11 |
| Id25: 1993 x 1989 | -0.341 | 0.155 | 0.71 | 0.52 | 0.96 |
| Id>25: 2006 x 1989 | 0.157 | 0.088 | 1.17 | 0.98 | 1.39 |
| Id>25: 1993 x 1989 | -0.054 | 0.084 | 0.95 | 0.80 | 1.12 |
| Id25 x Id>25: 2006 | 0.303 | 0.135 | 1.35 | 1.04 | 1.76 |
| Id25 x Id>25: 1993 | 0.413 | 0.105 | 1.51 | 1.23 | 1.86 |
| Id25 x Id>25: 1989 | 0.700 | 0.142 | 2.01 | 1.53 | 2.66 |

| Ano | Confia no Governo | | | |
|------|-------------------|------|-----|------|
| | Não | | Sim | |
| | n | % | n | % |
| 2006 | 1312 | 65,6 | 687 | 34,4 |
| 1993 | 1534 | 62,8 | 910 | 37,2 |
| 1989 | 1261 | 70,7 | 523 | 29,3 |

Análise do efeito principal das variável ano.

| Efeito (principal) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Intercepto | 0.763 | 0.056 | 2.14 | 1.92 | 2.39 |
| Período | | | | | |
| 2006 | -0.186 | 0.074 | 0.83 | 0.72 | 0.96 |
| 1993 | -0.356 | 0.070 | 0.70 | 0.61 | 0.80 |
| 1989 | Ref. | - | 1.00 | | |

Análise do efeito de interação: comparações dos grupos etários em 1989 x demais anos e comparação entre as idades ano a ano.

| Efeito (interação) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Id25: 2006 x 1989 | -0.323 | 0.158 | 0.72 | 0.53 | 0.99 |
| Id25: 1993 x 1989 | -0.347 | 0.142 | 0.71 | 0.54 | 0.93 |
| Id>25: 2006 x 1989 | -0.151 | 0.083 | 0.86 | 0.73 | 1.01 |
| Id>25: 1993 x 1989 | -0.359 | 0.080 | 0.70 | 0.60 | 0.82 |
| Id25 x Id>25: 2006 | 0.308 | 0.124 | 1.36 | 1.07 | 1.73 |
| Id25 x Id>25: 1993 | 0.492 | 0.099 | 1.64 | 1.35 | 1.99 |
| Id25 x Id>25: 1989 | 0.480 | 0.129 | 1.62 | 1.25 | 2.08 |

| | Confia nos Partidos políticos | | | |
|------|-------------------------------|------|-----|------|
| | Não | | Sim | |
| | n | % | n | % |
| Ano | | | | |
| 2006 | 1615 | 81,0 | 379 | 19,0 |
| 1993 | 1695 | 69,5 | 745 | 30,5 |

Análise do efeito principal da variável ano.

| Efeito | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Intercepto | 0.765 | 0.050 | 2.15 | 1.95 | 2.37 |
| Ano | | | | | |
| 2006 | 0.689 | 0.076 | 1.99 | 1.71 | 2.31 |
| 1993 | Ref. | - | 1.00 | | |

Análise do efeito de interação: comparações dos grupos etários em 1989 x demais anos e comparação entre as idades ano a ano.

| Efeito (interação) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Id25: 2006 x 1993 | 0.780 | 0.165 | 2.18 | 1.58 | 3.02 |
| Id>25: 2006 x 1993 | 0.664 | 0.086 | 1.94 | 1.64 | 2.30 |
| Id25 x Id>25: 2006 | 0.320 | 0.156 | 1.38 | 1.01 | 1.87 |
| Id25 x Id>25: 1993 | 0.204 | 0.101 | 1.23 | 1.01 | 1.50 |

| | Confia nos militares | | | |
|------|----------------------|------|------|------|
| | Não | | Sim | |
| | n | % | n | % |
| Ano | | | | |
| 2006 | 767 | 38,7 | 1217 | 61,3 |
| 1993 | 1505 | 62,4 | 907 | 37,6 |

Análise do efeito principal da variável ano.

| Efeito | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Intercepto | 0.426 | 0.048 | 1.53 | 1.39 | 1.68 |
| Período | | | | | |
| 2006 | -0.976 | 0.065 | 0.38 | 0.33 | 0.43 |
| 1993 | Ref. | - | 1.00 | | |

Análise do efeito de interação: comparações dos grupos etários em 1989 x demais anos e comparação entre as idades ano a ano.

| Efeito (interação) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Id25: 2006 x 1993 | -1.193 | 0.132 | 0.30 | 0.23 | 0.39 |
| Id>25: 2006 x 1993 | -0.904 | 0.075 | 0.40 | 0.35 | 0.47 |
| Id25 x Id>25: 2006 | 0.172 | 0.115 | 1.19 | 0.95 | 1.49 |
| Id25 x Id>25: 1993 | 0.461 | 0.099 | 1.59 | 1.31 | 1.92 |

| Ano | A política e o governo são tão complicados... | | | |
|------|---|------|----------|------|
| | Discorda | | Concorda | |
| | n | % | n | % |
| 2006 | 246 | 12,5 | 1717 | 87,5 |
| 1993 | 485 | 20,4 | 1891 | 79,6 |
| 1989 | 303 | 15,8 | 1612 | 84,2 |

Análise do efeito principal da variável ano.

| Efeito | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Intercepto | -1692 | 0.069 | 0.18 | 0.16 | 0.21 |
| Ano | | | | | |
| 2006 | -0.304 | 0.097 | 0.74 | 0.61 | 0.89 |
| 1993 | 0.292 | 0.084 | 1.34 | 1.14 | 1.58 |
| 1989 | Ref. | - | 1.00 | | |

Análise do efeito de interação: comparações dos grupos etários em 1989 x demais anos e comparação entre as idades ano a ano.

| Efeito (interação) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Id25: 2006 x 1989 | 0.289 | 0.188 | 1.34 | 0.92 | 1.93 |
| Id25: 1993 x 1989 | 0.504 | 0.164 | 1.66 | 1.20 | 2.28 |
| Id>25: 2006 x 1989 | -0.518 | 0.115 | 0.60 | 0.48 | 0.75 |
| Id>25: 1993 x 1989 | 0.221 | 0.098 | 1.25 | 1.03 | 1.51 |
| Id25 x Id>25: 2006 | 0.590 | 0.158 | 1.80 | 1.32 | 2.46 |
| Id25 x Id>25: 1993 | 0.066 | 0.114 | 1.07 | 0.85 | 1.34 |
| Id25 x Id>25: 1989 | -0.217 | 0.153 | 0.80 | 0.60 | 1.09 |

| Ano | Voto facultativo | | | |
|------|------------------|------|------|------|
| | Sim | | Não | |
| | n | % | n | % |
| 2006 | 975 | 49,8 | 983 | 50,2 |
| 1993 | 1263 | 51,6 | 1183 | 48,4 |
| 1989 | 1148 | 61,0 | 734 | 39,0 |

Análise do efeito principal da variável ano.

| Efeito | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Intercepto | 0.414 | 0.050 | 1.51 | 1.37 | 1.67 |
| Ano | | | | | |
| 2006 | -0.464 | 0.067 | 0.63 | 0.55 | 0.72 |
| 1993 | -0.404 | 0.063 | 0.67 | 0.59 | 0.76 |
| 1989 | Ref. | - | 1.00 | | |

Análise do efeito de interação: comparações dos grupos etários em 1989 x demais anos e comparação entre as idades ano a ano.

| Efeito (interação) | Coeficiente | Erro padrão | Odds ratio | IC 95% | |
|--------------------|-------------|-------------|------------|----------|----------|
| | | | | Inferior | Superior |
| Id25: 2006 x 1989 | -0.344 | 0.135 | 0.71 | 0.54 | 0.92 |
| Id25: 1993 x 1989 | -0.132 | 0.119 | 0.88 | 0.69 | 1.11 |
| Id>25: 2006 x 1989 | -0.511 | 0.078 | 0.60 | 0.52 | 0.70 |
| Id>25: 1993 x 1989 | -0.510 | 0.075 | 0.60 | 0.52 | 0.70 |
| Id25 x Id>25: 2006 | 0.032 | 0.114 | 1.03 | 0.83 | 1.29 |
| Id25 x Id>25: 1993 | 0.243 | 0.092 | 1.27 | 1.06 | 1.53 |
| Id25 x Id>25: 1989 | -0.136 | 0.107 | 0.87 | 0.71 | 1.08 |

TABELAS CRUZADAS - FAIXA ETÁRIA E VARIÁVEIS POLÍTICAS COM CONTROLE GRAU DE INSTRUÇÃO

Preferência democrática por Faixas Etárias por Grau de Instrução (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|-----------------------------|--------------|------------|-------------|-------------|
| Até 1º grau incompleto | 18 a 25 anos | 38,8 (71) | 57,3 (106) | 66,0 (62) |
| | 26 a 43 anos | 46,4 (154) | 59,4 (202) | 65,9 (228) |
| | 44 a 69 anos | 54,6 (153) | 66,3 (189) | 67,4 (277) |
| | Total | 47,5 (378) | 61,4 (497) | 66,6 (567) |
| Até 2º grau incompleto | 18 a 25 anos | 45,0 (54) | 65,9 (135) | 54,9 (56) |
| | 26 a 43 anos | 47,4 (54) | 65,1 (125) | 70,5 (103) |
| | 44 a 69 anos | 69,5 (41) | 73,7 (56) | 64,5 (49) |
| | Total | 50,9 (149) | 66,8 (316) | 64,2 (208) |
| 2º grau completo | 18 a 25 anos | 56,8 (46) | 73,8 (107) | 59,2 (58) |
| | 26 a 43 anos | 57,0 (77) | 74,4 (154) | 70,4 (138) |
| | 44 a 69 anos | 65,7 (23) | 70,6 (48) | 73,3 (44) |
| | Total | 58,2 (146) | 73,6 (309) | 67,8 (240) |
| Superior incompleto ou mais | 18 a 25 anos | 65,5 (36) | 78,2 (68) | 78,3 (72) |
| | 26 a 43 anos | 64,4 (105) | 75,8 (135) | 81,6 (62) |
| | 44 a 69 anos | 61,5 (16) | 86,3 (44) | 76,5 (26) |
| | Total | 64,3 (157) | 78,2 (247) | 79,2 (160) |
| Total | 18 a 25 anos | 47,2 (207) | 66,9 (416) | 64,2 (248) |
| | 26 a 43 anos | 52,4 (390) | 67,2 (616) | 69,5 (531) |
| | 44 a 69 anos | 58,3 (233) | 70,2 (337) | 68,2 (396) |
| | Total | 52,4 (830) | 67,8 (1369) | 67,9 (1175) |

*N=1583 **N=2019 ***N=1731 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resp osta(s) da variável).

Preferência pela ditadura por Faixas Etárias por Grau de Instrução (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|-----------------------------|--------------|------------|------------|------------|
| Até 1º grau incompleto | 18 a 25 anos | 17,5 (32) | 13,5 (25) | 12,8 (12) |
| | 26 a 43 anos | 19,9 (66) | 15,0 (51) | 13,3 (46) |
| | 44 a 69 anos | 25,7 (72) | 15,1 (43) | 14,4 (59) |
| | Total | 21,4 (170) | 14,7 (119) | 13,7 (117) |
| Até 2º grau incompleto | 18 a 25 anos | 25,8 (31) | 16,6 (34) | 15,7 (16) |
| | 26 a 43 anos | 21,9 (25) | 18,2 (35) | 11,6 (17) |
| | 44 a 69 anos | 22,0 (13) | 15,8 (12) | 22,4 (17) |
| | Total | 23,5 (69) | 17,1 (81) | 15,4 (50) |
| 2º grau completo | 18 a 25 anos | 27,2 (22) | 13,1 (19) | 18,4 (18) |
| | 26 a 43 anos | 25,2 (34) | 15,0 (31) | 12,2 (24) |
| | 44 a 69 anos | 28,6 (10) | 26,5 (18) | 18,3 (11) |
| | Total | 26,3 (66) | 16,2 (68) | 15,0 (53) |
| Superior incompleto ou mais | 18 a 25 anos | 23,6 (13) | 18,4 (16) | 12,0 (11) |
| | 26 a 43 anos | 26,4 (43) | 19,7 (35) | 14,5 (11) |
| | 44 a 69 anos | 26,9 (7) | 11,8 (6) | 20,6 (7) |
| | Total | 25,8 (63) | 18,0 (57) | 14,4 (29) |
| Total | 18 a 25 anos | 22,3 (98) | 15,1 (94) | 14,8 (57) |
| | 26 a 43 anos | 22,6 (168) | 16,6 (152) | 12,8 (98) |
| | 44 a 69 anos | 25,5 (102) | 16,5 (79) | 16,2 (94) |
| | Total | 23,2 (368) | 16,1 (325) | 14,4 (249) |

*N=1583 **N=2019 ***N=1731 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Tanto faz o regime por Faixas Etárias por Grau de Instrução (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|-----------------------------|---------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| Até 1º grau incompleto | 18 a 25 anos | 43,7 (80) | 29,2 (54) | 21,3 (20) |
| | 26 a 43 anos | 33,7 (112) | 25,6 (87) | 20,8 (72) |
| | 44 a 69 anos | 19,6 (55) | 18,6 (53) | 18,2 (75) |
| | Total | 31,1 (247) | 24,0 (194) | 19,6 (167) |
| Até 2º grau incompleto | 18 a 25 anos | 29,2 (35) | 17,6 (36) | 29,4 (30) |
| | 26 a 43 anos | 30,7 (35) | 16,7 (32) | 17,8 (26) |
| | 44 a 69 anos | 8,5 (5) | 10,5 (8) | 13,2 (10) |
| | Total | 25,6 (75) | 16,1 (76) | 20,4 (66) |
| 2º grau completo | 18 a 25 anos | 16,0 (13) | 13,1 (19) | 22,4 (22) |
| | 26 a 43 anos | 17,8 (24) | 10,6 (22) | 17,3 (34) |
| | 44 a 69 anos | 5,7 (2) | 2,9 (2) | 8,3 (5) |
| | Total | 15,5 (39) | 10,2 (43) | 17,2 (61) |
| Superior incompleto ou mais | 18 a 25 anos | 10,9 (6) | 3,4 (3) | 9,8 (9) |
| | 26 a 43 anos | 9,2 (15) | 4,5 (8) | 3,9 (3) |
| | 44 a 69 anos | 11,5 (3) | 2,0 (1) | 2,9 (1) |
| | Total | 9,8 (24) | 3,8 (12) | 6,4 (13) |
| Total | 18 a 25 anos | 30,5 (134) | 18,0 (112) | 21,0 (81) |
| | 26 a 43 anos | 25,0 (186) | 16,2 (149) | 17,7 (135) |
| | 44 a 69 anos | 16,3 (65) | 13,3 (64) | 15,7 (91) |
| | Total | 24,3 (385) | 16,1 (325) | 17,7 (307) |

*N=1583 **N=2019 ***N=1731 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Discordam que o país funcionaria melhor se os militares voltasse ao poder por Faixas Etárias por Grau de Instrução (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|-----------------------------|---------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| Até 1º grau incompleto | 18 a 25 anos | 48,7 (94) | 58,8 (124) | 75,8 (69) |
| | 26 a 43 anos | 40,8 (145) | 49,3 (186) | 72,5 (243) |
| | 44 a 69 anos | 39,5 (118) | 44,5 (141) | 70,0 (287) |
| | Total | 42,1 (357) | 49,8 (451) | 71,7 (599) |
| Até 2º grau incompleto | 18 a 25 anos | 58,7 (64) | 69,4 (143) | 69,6 (71) |
| | 26 a 43 anos | 56,3 (58) | 53,9 (110) | 85,5 (124) |
| | 44 a 69 anos | 64,3 (36) | 50,0 (39) | 79,7 (59) |
| | Total | 59,0 (158) | 59,8 (292) | 79,1 (254) |
| 2º grau completo | 18 a 25 anos | 74,3 (55) | 74,1 (106) | 82,5 (80) |
| | 26 a 43 anos | 70,1 (82) | 63,2 (129) | 82,9 (155) |
| | 44 a 69 anos | 84,4 (27) | 56,9 (37) | 73,3 (44) |
| | Total | 73,5 (164) | 66,0 (272) | 81,1 (279) |
| Superior incompleto ou mais | 18 a 25 anos | 92,7 (51) | 79,8 (67) | 88,6 (78) |
| | 26 a 43 anos | 82,8 (120) | 78,2 (136) | 85,3 (64) |
| | 44 a 69 anos | 81,5 (22) | 77,6 (38) | 81,3 (26) |
| | Total | 85,0 (193) | 78,5 (241) | 86,2 (168) |
| Total | 18 a 25 anos | 61,3 (264) | 68,3 (440) | 78,8 (298) |
| | 26 a 43 anos | 56,3 (405) | 58,5 (561) | 79,0 (586) |
| | 44 a 69 anos | 49,0 (203) | 50,1 (255) | 72,2 (416) |
| | Total | 55,7 (872) | 59,5 (1256) | 76,7 (1300) |

*N=1565 **N=2112 ***N=1696 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

**Discordam que o país seria melhor se houvesse apenas um partido
por Faixas Etárias por Grau de Instrução (%)**

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|-----------------------------|---------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| Até 1º grau incompleto | 18 a 25 anos | 41,1 (85) | 38,8 (87) | 67,0 (63) |
| | 26 a 43 anos | 38,8 (154) | 38,0 (155) | 66,7 (220) |
| | 44 a 69 anos | 32,4 (107) | 35,7 (125) | 57,9 (232) |
| | Total | 37,0 (346) | 37,4 (367) | 62,4 (515) |
| Até 2º grau incompleto | 18 a 25 anos | 52,5 (63) | 49,0 (101) | 60,8 (62) |
| | 26 a 43 anos | 52,2 (59) | 48,8 (102) | 64,9 (87) |
| | 44 a 69 anos | 65,6 (40) | 50,0 (39) | 75,0 (57) |
| | Total | 55,1 (162) | 49,1 (242) | 66,0 (206) |
| 2º grau completo | 18 a 25 anos | 69,9 (58) | 59,9 (88) | 59,6 (56) |
| | 26 a 43 anos | 68,5 (89) | 59,2 (125) | 74,7 (145) |
| | 44 a 69 anos | 81,3 (26) | 67,6 (46) | 69,5 (41) |
| | Total | 70,6 (173) | 60,8 (259) | 69,7 (242) |
| Superior incompleto ou mais | 18 a 25 anos | 84,2 (48) | 77,9 (67) | 75,0 (66) |
| | 26 a 43 anos | 86,5 (141) | 84,3 (150) | 80,8 (59) |
| | 44 a 69 anos | 85,2 (23) | 90,2 (46) | 78,8 (26) |
| | Total | 85,8 (212) | 83,5 (263) | 77,8 (151) |
| Total | 18 a 25 anos | 54,4 (254) | 51,7 (343) | 65,3 (247) |
| | 26 a 43 anos | 55,2 (443) | 52,9 (532) | 69,9 (511) |
| | 44 a 69 anos | 43,6 (196) | 46,8 (256) | 62,6 (356) |
| | Total | 51,9 (893) | 51,0 (1131) | 66,4 (1114) |

*N=1720 **N=2216 ***N=1114 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Desconfiam da justiça por Faixas Etárias por Grau de Instrução (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|-----------------------------|---------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| Até 1º grau incompleto | 18 a 25 anos | 53,8 (105) | 54,6 (124) | 57,8 (59) |
| | 26 a 43 anos | 45,3 (169) | 55,0 (233) | 53,7 (196) |
| | 44 a 69 anos | 33,7 (109) | 44,9 (172) | 47,8 (211) |
| | Total | 43,0 (383) | 51,2 (529) | 51,3 (466) |
| Até 2º grau incompleto | 18 a 25 anos | 69,5 (73) | 54,7 (117) | 59,3 (64) |
| | 26 a 43 anos | 68,1 (64) | 51,2 (110) | 65,8 (98) |
| | 44 a 69 anos | 51,0 (25) | 47,1 (40) | 57,1 (44) |
| | Total | 65,3 (162) | 51,9 (267) | 61,7 (206) |
| 2º grau completo | 18 a 25 anos | 73,2 (52) | 54,1 (79) | 63,6 (63) |
| | 26 a 43 anos | 65,9 (81) | 50,7 (109) | 58,3 (116) |
| | 44 a 69 anos | 57,6 (19) | 49,3 (34) | 63,9 (39) |
| | Total | 67,0 (152) | 51,6 (222) | 60,7 (218) |
| Superior incompleto ou mais | 18 a 25 anos | 63,8 (30) | 60,5 (52) | 51,1 (47) |
| | 26 a 43 anos | 70,6 (96) | 44,4 (80) | 65,8 (50) |
| | 44 a 69 anos | 45,5 (10) | 41,2 (21) | 50,0 (17) |
| | Total | 66,3 (136) | 48,3 (153) | 56,4 (114) |
| Total | 18 a 25 anos | 62,2 (260) | 55,3 (372) | 58,1 (233) |
| | 26 a 43 anos | 56,5 (410) | 51,5 (532) | 58,3 (460) |
| | 44 a 69 anos | 38,2 (163) | 45,4 (267) | 50,7 (311) |
| | Total | 53,0 (833) | 51,0 (1171) | 55,7 (1004) |

*N=1571 **N=2295 ***N=1803 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Desconfiam do congresso por Faixas Etárias por Grau de Instrução (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|-----------------------------|---------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| Até 1º grau incompleto | 18 a 25 anos | 77,0 (144) | 75,1 (172) | 77,8 (77) |
| | 26 a 43 anos | 62,5 (218) | 72,5 (303) | 72,5 (263) |
| | 44 a 69 anos | 54,3 (164) | 65,9 (244) | 66,7 (292) |
| | Total | 62,8 (526) | 70,7 (719) | 70,2 (632) |
| Até 2º grau incompleto | 18 a 25 anos | 79,6 (90) | 76,2 (163) | 76,1 (83) |
| | 26 a 43 anos | 86,3 (82) | 71,3 (154) | 75,8 (113) |
| | 44 a 69 anos | 65,4 (34) | 57,6 (49) | 67,5 (52) |
| | Total | 79,2 (206) | 71,1 (366) | 74,0 (248) |
| 2º grau completo | 18 a 25 anos | 92,5 (62) | 77,0 (114) | 79,0 (79) |
| | 26 a 43 anos | 86,4 (102) | 65,4 (140) | 81,3 (161) |
| | 44 a 69 anos | 77,4 (24) | 59,4 (41) | 69,4 (43) |
| | Total | 87,0 (188) | 68,4 (295) | 78,6 (283) |
| Superior incompleto ou mais | 18 a 25 anos | 88,7 (47) | 77,9 (67) | 79,3 (73) |
| | 26 a 43 anos | 87,4 (118) | 69,6 (126) | 78,9 (60) |
| | 44 a 69 anos | 91,3 (21) | 64,7 (33) | 79,4 (27) |
| | Total | 88,2 (186) | 71,1 (226) | 79,2 (160) |
| Total | 18 a 25 anos | 81,7 (343) | 76,2 (516) | 78,0 (312) |
| | 26 a 43 anos | 74,6 (520) | 70,3 (723) | 76,0 (597) |
| | 44 a 69 anos | 59,6 (243) | 63,8 (367) | 67,8 (414) |
| | Total | 72,5 (1106) | 70,4 (1606) | 73,6 (1323) |

*N=1525 **N=2281 ***N=1797 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Desconfiam do governo por Faixas Etárias por Grau de Instrução (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|-----------------------------|---------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| Até 1º grau incompleto | 18 a 25 anos | 67,9 (129) | 66,2 (153) | 67,6 (69) |
| | 26 a 43 anos | 60,6 (231) | 64,7 (271) | 65,0 (238) |
| | 44 a 69 anos | 52,0 (172) | 52,5 (199) | 59,4 (265) |
| | Total | 59,0 (532) | 60,5 (623) | 62,6 (572) |
| Até 2º grau incompleto | 18 a 25 anos | 77,7 (94) | 71,5 (153) | 71,6 (78) |
| | 26 a 43 anos | 82,8 (82) | 61,9 (133) | 69,1 (103) |
| | 44 a 69 anos | 69,1 (38) | 55,3 (47) | 63,6 (49) |
| | Total | 77,8 (214) | 64,8 (333) | 68,7 (230) |
| 2º grau completo | 18 a 25 anos | 87,0 (67) | 75,2 (112) | 77,0 (77) |
| | 26 a 43 anos | 85,1 (103) | 60,1 (128) | 72,9 (145) |
| | 44 a 69 anos | 87,5 (128) | 50,7 (35) | 64,5 (40) |
| | Total | 86,1 (198) | 63,8 (275) | 72,6 (262) |
| Superior incompleto ou mais | 18 a 25 anos | 96,3 (52) | 75,3 (64) | 69,6 (64) |
| | 26 a 43 anos | 93,1 (135) | 66,3 (120) | 64,5 (49) |
| | 44 a 69 anos | 91,7 (22) | 64,7 (33) | 70,6 (24) |
| | Total | 93,7 (3209) | 68,5 (217) | 67,8 (137) |
| Total | 18 a 25 anos | 77,4 (342) | 71,0 (482) | 71,5 (288) |
| | 26 a 43 anos | 73,9 (551) | 63,4 (652) | 67,7 (535) |
| | 44 a 69 anos | 58,8 (260) | 53,8 (314) | 61,1 (378) |
| | Total | 70,7 (1153) | 63,2 (1448) | 66,3 (1201) |

*N=1630 **N=2291 ***N=1812 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Desconfiam dos partidos por Faixas Etárias por Grau de Instrução (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1993** (n) | 2006*** (n) |
|-----------------------------|--------------|-------------|-------------|
| Até 1º grau incompleto | 18 a 25 anos | 73,6 (170) | 87,0 (87) |
| | 26 a 43 anos | 76,7 (322) | 80,3 (293) |
| | 44 a 69 anos | 70,6 (262) | 77,8 (346) |
| | Total | 73,8 (754) | 79,8 (726) |
| Até 2º grau incompleto | 18 a 25 anos | 74,9 (161) | 84,4 (92) |
| | 26 a 43 anos | 71,0 (154) | 81,8 (121) |
| | 44 a 69 anos | 60,2 (50) | 76,6 (59) |
| | Total | 70,9 (365) | 81,4 (272) |
| 2º grau completo | 18 a 25 anos | 75,0 (111) | 86,0 (86) |
| | 26 a 43 anos | 64,7 (141) | 87,4 (174) |
| | 44 a 69 anos | 59,4 (41) | 80,6 (50) |
| | Total | 67,4 (293) | 85,9 (310) |
| Superior incompleto ou mais | 18 a 25 anos | 60,5 (52) | 83,7 (77) |
| | 26 a 43 anos | 56,7 (102) | 82,9 (63) |
| | 44 a 69 anos | 56,0 (28) | 88,2 (30) |
| | Total | 57,6 (182) | 84,2 (170) |
| Total | 18 a 25 anos | 72,6 (494) | 85,3 (342) |
| | 26 a 43 anos | 69,5 (719) | 82,6 (651) |
| | 44 a 69 anos | 66,5 (381) | 78,5 (485) |
| | Total | 69,7 (1594) | 81,8 (1478) |

N=2288 *N=1807 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Desconfiam dos militares por Faixas Etárias por Grau de Instrução (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1993** (n) | 2006*** (n) |
|-----------------------------|--------------|-------------|-------------|
| Até 1º grau incompleto | 18 a 25 anos | 69,6 (156) | 43,1 (44) |
| | 26 a 43 anos | 68,6 (284) | 41,1 (150) |
| | 44 a 69 anos | 56,2 (205) | 33,6 (148) |
| | Total | 64,3 (645) | 37,7 (342) |
| Até 2º grau incompleto | 18 a 25 anos | 69,8 (150) | 46,7 (50) |
| | 26 a 43 anos | 60,3 (129) | 40,9 (61) |
| | 44 a 69 anos | 45,9 (39) | 31,2 (24) |
| | Total | 61,9 (318) | 40,5 (135) |
| 2º grau completo | 18 a 25 anos | 71,1 (106) | 40,0 (40) |
| | 26 a 43 anos | 62,3 (132) | 41,4 (82) |
| | 44 a 69 anos | 44,1 (30) | 45,2 (28) |
| | Total | 62,5 (268) | 41,7 (150) |
| Superior incompleto ou mais | 18 a 25 anos | 70,9 (61) | 35,9 (33) |
| | 26 a 43 anos | 59,7 (108) | 28,9 (22) |
| | 44 a 69 anos | 45,1 (23) | 32,4 (11) |
| | Total | 60,4 (192) | 32,7 (66) |
| Total | 18 a 25 anos | 70,2 (773) | 41,6 (167) |
| | 26 a 43 anos | 64,0 (653) | 40,0 (315) |
| | 44 a 69 anos | 52,2 (297) | 34,4 (211) |
| | Total | 62,9 (1423) | 38,5 (693) |

N=2264 *N=1802 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Lê ou assiste o noticiário... por Faixas Etárias por Grau de Instrução (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|-----------------------------|---------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| Até 1º grau incompleto | 18 a 25 anos | 38,7 (86) | 53,8 (128) | 34,3 (35) |
| | 26 a 43 anos | 49,7 (223) | 51,2 (226) | 25,6 (94) |
| | 44 a 69 anos | 54,3 (210) | 51,9 (208) | 30,5 (136) |
| | Total | 49,1 (519) | 52,0 (562) | 29,0 (265) |
| Até 2º grau incompleto | 18 a 25 anos | 44,3 (58) | 60,4 (131) | 26,6 (29) |
| | 26 a 43 anos | 62,3 (76) | 67,4 (147) | 32,2 (48) |
| | 44 a 69 anos | 66,7 (42) | 68,2 (60) | 43,4 (33) |
| | Total | 55,7 (176) | 64,6 (338) | 32,9 (110) |
| 2º grau completo | 18 a 25 anos | 62,8 (54) | 73,8 (110) | 30,0 (30) |
| | 26 a 43 anos | 72,3 (102) | 77,1 (168) | 31,5 (62) |
| | 44 a 69 anos | 66,7 (24) | 78,6 (55) | 16,4 (10) |
| | Total | 68,4 (180) | 76,2 (333) | 28,5 (102) |
| Superior incompleto ou mais | 18 a 25 anos | 75,0 (45) | 86,2 (75) | 19,8 (18) |
| | 26 a 43 anos | 82,5 (137) | 94,4 (169) | 38,2 (29) |
| | 44 a 69 anos | 81,5 (22) | 90,2 (46) | 32,4 (11) |
| | Total | 80,6 (204) | 91,5 (290) | 28,9 (58) |
| Total | 18 a 25 anos | 48,7 (243) | 64,3 (444) | 27,9 (112) |
| | 26 a 43 anos | 61,3 (538) | 67,2 (710) | 29,5 (233) |
| | 44 a 69 anos | 58,1 (298) | 60,5 (369) | 30,8 (190) |
| | Total | 57,1 (1079) | 64,5 (1523) | 29,6 (535) |

*N=1890 **N=2357 ***N=1808 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Conversa sobre política Faixas Etárias por Grau de Instrução (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|-----------------------------|---------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| Até 1º grau incompleto | 18 a 25 anos | 24,8 (55) | 38,7 (92) | 23,5 (24) |
| | 26 a 43 anos | 27,6 (124) | 40,4 (176) | 23,2 (85) |
| | 44 a 69 anos | 25,7 (100) | 35,8 (143) | 21,7 (97) |
| | Total | 26,3 (279) | 38,3 (411) | 22,5 (206) |
| Até 2º grau incompleto | 18 a 25 anos | 33,3 (44) | 50,7 (110) | 21,1 (23) |
| | 26 a 43 anos | 38,2 (47) | 53,2 (115) | 22,8 (34) |
| | 44 a 69 anos | 34,9 (22) | 48,8 (42) | 27,3 (21) |
| | Total | 35,5 (113) | 51,4 (267) | 23,3 (78) |
| 2º grau completo | 18 a 25 anos | 52,3 (45) | 64,4 (96) | 28,0 (28) |
| | 26 a 43 anos | 52,5 (74) | 61,6 (133) | 33,7 (67) |
| | 44 a 69 anos | 41,7 (15) | 66,7 (46) | 37,1 (23) |
| | Total | 51,0 (134) | 63,4 (275) | 32,7 (118) |
| Superior incompleto ou mais | 18 a 25 anos | 60,0 (36) | 82,6 (71) | 55,4 (51) |
| | 26 a 43 anos | 72,5 (121) | 84,3 (150) | 50,0 (38) |
| | 44 a 69 anos | 59,3 (16) | 80,4 (41) | 47,1 (16) |
| | Total | 68,1 (173) | 83,2 (262) | 52,0 (105) |
| Total | 18 a 25 anos | 36,0 (180) | 53,5 (369) | 31,3 (126) |
| | 26 a 43 anos | 41,6 (366) | 54,9 (574) | 28,3 (224) |
| | 44 a 69 anos | 29,7 (153) | 44,9 (272) | 25,3 (157) |
| | Total | 36,9 (699) | 51,9 (1215) | 27,9 (1307) |

*N=1895 **N=2342 ***N=1814 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Frequenta reuniões de associações... por Faixas Etárias por Grau de Instrução (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|-----------------------------|---------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| Até 1º grau incompleto | 18 a 25 anos | 19,8 (44) | 20,2 (48) | 5,9 (6) |
| | 26 a 43 anos | 23,4 (105) | 21,5 (95) | 6,0 (22) |
| | 44 a 69 anos | 25,3 (98) | 24,9 (100) | 6,7 (30) |
| | Total | 23,3 (247) | 22,5 (243) | 6,3 (58) |
| Até 2º grau incompleto | 18 a 25 anos | 13,6 (18) | 16,4 (35) | 5,5 (6) |
| | 26 a 43 anos | 20,5 (25) | 21,3 (46) | 7,4 (11) |
| | 44 a 69 anos | 14,3 (9) | 20,5 (18) | 9,1 (7) |
| | Total | 16,4 (52) | 19,1 (99) | 7,2 (7) |
| 2º grau completo | 18 a 25 anos | 14,0 (12) | 9,5 (14) | 3,0 (24) |
| | 26 a 43 anos | 17,0 (24) | 22,6 (49) | 10,6 (3) |
| | 44 a 69 anos | 8,3 (3) | 24,6 (17) | 8,1 (21) |
| | Total | 14,8 (39) | 18,4 (80) | 8,0 (5) |
| Superior incompleto ou mais | 18 a 25 anos | 10,0 (6) | 10,3 (9) | 6,5 (29) |
| | 26 a 43 anos | 24,0 (40) | 18,5 (33) | 15,8 (6) |
| | 44 a 69 anos | 25,9 (7) | 29,4 (15) | 2,9 (12) |
| | Total | 20,9 (53) | 18,0 (57) | 9,4 (19) |
| Total | 18 a 25 anos | 16,0 (80) | 15,4 (106) | 5,2 (21) |
| | 26 a 43 anos | 22,1 (194) | 21,2 (223) | 8,3 (66) |
| | 44 a 69 anos | 22,8 (117) | 24,6 (150) | 6,9 (43) |
| | Total | 20,7 (391) | 20,4 (479) | 7,3 (130) |

*N=1893 **N=2349 ***N=1814 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Discordam que a política e o governo são tão complicados... por Faixas Etárias por Grau de Instrução (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|-----------------------------|---------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| Até 1º grau incompleto | 18 a 25 anos | 12,4 (27) | 21,0 (47) | 15,6 (15) |
| | 26 a 43 anos | 10,8 (45) | 15,7 (63) | 10,9 (39) |
| | 44 a 69 anos | 12,8 (45) | 17,2 (60) | 6,6 (29) |
| | Total | 11,9 (117) | 17,4 (170) | 9,3 (83) |
| Até 2º grau incompleto | 18 a 25 anos | 8,9 (11) | 16,0 (34) | 12,8 (14) |
| | 26 a 43 anos | 13,8 (16) | 15,5 (33) | 8,1 (12) |
| | 44 a 69 anos | 8,2 (5) | 15,0 (12) | 13,0 (10) |
| | Total | 10,7 (32) | 15,6 (79) | 10,7 (36) |
| 2º grau completo | 18 a 25 anos | 14,1 (11) | 20,4 (30) | 21,0 (21) |
| | 26 a 43 anos | 22,2 (30) | 18,1 (39) | 13,8 (27) |
| | 44 a 69 anos | 26,5 (9) | 17,1 (12) | 19,7 (12) |
| | Total | 20,2 (50) | 18,8 (81) | 16,9 (60) |
| Superior incompleto ou mais | 18 a 25 anos | 34,8 (16) | 35,3 (30) | 22,2 (20) |
| | 26 a 43 anos | 38,4 (56) | 40,0 (72) | 16,0 (12) |
| | 44 a 69 anos | 34,8 (8) | 41,2 (21) | 20,6 (7) |
| | Total | 37,2 (80) | 38,9 (123) | 19,6 (39) |
| Total | 18 a 25 anos | 14,0 (65) | 21,1 (141) | 17,7 (70) |
| | 26 a 43 anos | 18,1 (147) | 20,5 (207) | 11,6 (90) |
| | 44 a 69 anos | 14,3 (67) | 19,1 (105) | 9,5 (58) |
| | Total | 16,0 (279) | 20,3 (453) | 12,2 (218) |

*N=1747 **N=2229 ***N=1783 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Pensam que podem influir na política por Faixas Etárias por Grau de Instrução (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|-----------------------------|---------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| Até 1º grau incompleto | 18 a 25 anos | 29,8 (59) | 34,7 (76) | 27,1 (26) |
| | 26 a 43 anos | 29,5 (115) | 27,8 (111) | 19,4 (70) |
| | 44 a 69 anos | 33,3 (111) | 24,6 (84) | 20,6 (90) |
| | Total | 30,9 (285) | 28,2 (271) | 20,9 (186) |
| Até 2º grau incompleto | 18 a 25 anos | 32,0 (39) | 30,4 (65) | 30,3 (33) |
| | 26 a 43 anos | 40,4 (44) | 27,6 (59) | 22,4 (33) |
| | 44 a 69 anos | 31,7 (19) | 19,5 (16) | 19,5 (15) |
| | Total | 35,1 (102) | 27,5 (140) | 24,3 (81) |
| 2º grau completo | 18 a 25 anos | 30,3 (23) | 41,5 (61) | 45,0 (45) |
| | 26 a 43 anos | 42,3 (52) | 34,6 (74) | 28,4 (56) |
| | 44 a 69 anos | 38,2 (13) | 18,8 (13) | 29,5 (56) |
| | Total | 37,8 (88) | 34,4 (148) | 33,2 (119) |
| Superior incompleto ou mais | 18 a 25 anos | 49,1 (28) | 50,0 (43) | 49,5 (45) |
| | 26 a 43 anos | 48,0 (72) | 46,1 (83) | 37,3 (28) |
| | 44 a 69 anos | 52,4 (11) | 47,1 (24) | 24,2 (8) |
| | Total | 48,7 (111) | 47,3 (150) | 40,7 (81) |
| Total | 18 a 25 anos | 32,9 (149) | 36,8 (245) | 37,6 (149) |
| | 26 a 43 anos | 36,7 (283) | 32,4 (327) | 24,0 (187) |
| | 44 a 69 anos | 34,4 (154) | 25,2 (137) | 21,6 (131) |
| | Total | 35,0 (586) | 32,0 (709) | 26,2 (467) |

*N=1673 **N=2217 ***N=1782 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Voto facultativo por Faixas Etárias por Grau de Instrução (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|-----------------------------|---------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| Até 1º grau incompleto | 18 a 25 anos | 50,0 (109) | 46,2 (108) | 41,6 (42) |
| | 26 a 43 anos | 54,5 (234) | 37,8 (165) | 46,0 (166) |
| | 44 a 69 anos | 62,2 (229) | 47,3 (184) | 47,5 (208) |
| | Total | 56,4 (572) | 43,2 (457) | 46,2 (416) |
| Até 2º grau incompleto | 18 a 25 anos | 54,6 (71) | 53,3 (114) | 42,6 (46) |
| | 26 a 43 anos | 58,5 (69) | 45,9 (96) | 48,6 (70) |
| | 44 a 69 anos | 49,2 (29) | 43,5 (37) | 40,0 (30) |
| | Total | 55,0 (169) | 48,6 (247) | 44,6 (146) |
| 2º grau completo | 18 a 25 anos | 68,6 (59) | 61,5 (88) | 51,0 (50) |
| | 26 a 43 anos | 59,7 (83) | 57,3 (121) | 53,5 (106) |
| | 44 a 69 anos | 68,6 (24) | 55,7 (39) | 42,6 (26) |
| | Total | 63,8 (166) | 58,5 (248) | 51,0 (182) |
| Superior incompleto ou mais | 18 a 25 anos | 86,2 (50) | 72,9 (62) | 65,9 (60) |
| | 26 a 43 anos | 81,6 (133) | 71,2 (121) | 69,3 (52) |
| | 44 a 69 anos | 81,5 (22) | 60,8 (31) | 60,6 (20) |
| | Total | 82,7 (205) | 69,9 (214) | 66,3 (132) |
| Total | 18 a 25 anos | 58,7 (289) | 55,0 (372) | 49,7 (198) |
| | 26 a 43 anos | 61,1 (519) | 49,0 (503) | 50,6 (394) |
| | 44 a 69 anos | 62,2 (304) | 48,9 (291) | 46,8 (284) |
| | Total | 60,8 (1112) | 50,8 (1166) | 49,1 (876) |

*N=1830 **N=2297 ***N=1783 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Associações (Coeficiente de contingência) entre Variáveis Políticas e Faixa Etária
com controle do Grau de Instrução - 1989

| Variáveis | 1989 |
|--|---|
| Preferem a democracia | Até 1º grau incompleto= fracacoeficiente contingência=,119 (.003) Até 2º grau incompleto= moderada.....coeficiente contingência=,185 (.006) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,062 (.621) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,022(.942) |
| Preferem a ditadura | Até 1º grau incompleto= N/Scoeficiente contingência=,081 (.073) Até 2º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,045 (.745) 2º grau completo= N/S.....coeficiente contingência=,029 (.900) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,027 (.914) |
| Tanto faz o regime | Até 1º grau incompleto= moderadacoeficiente contingência=,196 (.000) Até 2º grau incompleto= moderada.....coeficiente contingência=,194 (.003) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,111 (.212) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,031 (.891) |
| Discordam da volta dos militares | Até 1º grau incompleto=N/Scoeficiente contingência=,073 (.104) Até 2º grau incompleto=N/Scoeficiente contingência=,060 (.619) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,109 (.263) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,122 (.181) |
| Discordam de partido único | Até 1º grau incompleto= N/Scoeficiente contingência=,073 (.083) Até 2º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,107 (.181) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,091 (.358) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,028 (.908) |
| Desconfiam da justiça | Até 1º grau incompleto= moderada.....coeficiente contingência=,153 (.000) Até 2º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,148 (.062) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,107 (.266) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,162 (.063) |
| Desconfiam do congresso nacional | Até 1º grau incompleto= moderada.....coeficiente contingência=,172 (.000) Até 2º grau incompleto=moderada.....coeficiente contingência=,183 (.011) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,141 (.112) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,038 (.859) |
| Desconfiam do governo federal | Até 1º grau incompleto= fracacoeficiente contingência=,121 (.001) Até 2º grau incompleto=N/Scoeficiente contingência=,148 (.145) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,030 (.904) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,063 (.646) |
| Votariam se o voto não fosse obrigatório | Até 1º grau incompleto= fraca.....coeficiente contingência=,095 (.010) Até 2º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,067 (.497) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,092 (.331) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,052 (.717) |
| Discordam que não influem na política | Até 1º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,039 (.497) Até 2º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,086 (.339) 2º grau completo= N/S.....coeficiente contingência=,111 (.236) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,025 (.929) |
| Discordam que a política e o governo são complicados | Até 1º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,029 (.659) Até 2º grau incompleto= N/Scoeficiente contingência=,081 (.375) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,109 (.227) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,034 (.880) |
| Informam-se sobre política | Até 1º grau incompleto= fraca.....coeficiente contingência=,113 (.001) Até 2º grau incompleto=moderada.....coeficiente contingência=,192 (.002) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,093 (.314) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,080 (.446) |
| Conversam sobre política | Até 1º grau incompleto= N/Scoeficiente contingência=,026 (.691) Até 2º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,046 (.714) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,074 (.487) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,128 (.120) |
| Participam de reuniões de associações... | Até 1º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,047 (.311) Até 2º grau incompleto=N/S.....coeficiente contingência=,087 (.297) 2º grau completo= N/S.....coeficiente contingência= ,082 (.408) Superior incompleto ou += N/S.....coeficiente contingência=,148 (.059) |

Significância das associações entre parênteses (cf. Teste do Qui-Quadrado). Em negrito, associações não significativas

Associações (Coeficiente de contingência) entre Variáveis Políticas e Faixa Etária
com controle do Grau de Instrução - 1993

| Variáveis | 1993 |
|--|--|
| Preferem a democracia | Até 1º grau incompleto= N/Scoeficiente contingência=,077 (.091) Até 2º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,064(.376) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,030 (.824) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,089 (.283) |
| Preferem a ditadura | Até 1º grau incompleto= N/Scoeficiente contingência=,018 (.875) Até 2º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,025 (.860) 2º grau completo= fraca.....coeficiente contingência=,124 (.038) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,073 (.431) |
| Tanto faz o regime | Até 1º grau incompleto= fraca.....coeficiente contingência=,097 (.021) Até 2º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,067 (.346) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,111 (.072) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,048 (.692) |
| Discordam da volta dos militares | Até 1º grau incompleto=fraca..... coeficiente contingência=,107 (.005) Até 2º grau incompleto=moderada.....coeficiente contingência=,167 (.001) 2º grau completo=fraca.....coeficiente contingência=,132 (.026) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,020 (.943) |
| Discordam de partido único | Até 1º grau incompleto= N/Scoeficiente contingência=,026 (.710) Até 2º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,008 (.984) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=061 (.448) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,108 (.158) |
| Desconfiam da justiça | Até 1º grau incompleto= fraca.....coeficiente contingência=,096 (.009) Até 2º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,054 (.472) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,037 (.745) Superior incompleto ou +=moderada.....coeficiente contingência=,149 (.027) |
| Desconfiam do congresso nacional | Até 1º grau incompleto= fraca.....coeficiente contingência=,082 (.033) Até 2º grau incompleto=fraca.....coeficiente contingência=,139 (.006) 2º grau completo=fraca.....coeficiente contingência=,140 (.014) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,099 (.207) |
| Desconfiam do governo federal | Até 1º grau incompleto= fracacoeficiente contingência=,125 (.000) Até 2º grau incompleto=fracacoeficiente contingência=,127 (.015) 2º grau completo=moderada.....coeficiente contingência=,182 (.001) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,090 (.278) |
| Votariam se o voto não fosse obrigatório | Até 1º grau incompleto= fraca.....coeficiente contingência=,090 (.014) Até 2º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,081 (.188) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,046 (.646) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,090 (.284) |
| Discordam que não influem na política | Até 1º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,084 (.034) Até 2º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,083 (.173) 2º grau completo= moderada.....coeficiente contingência=,156 (.005) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,033 (.837) |
| Discordam que a política e o governo são complicados | Até 1º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,054 (.242) Até 2º grau incompleto= N/Scoeficiente contingência=,009 (.978) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,032 (.804) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,046 (.716) |
| Informam-se sobre política | Até 1º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,019 (.817) Até 2º grau incompleto=N/S.....coeficiente contingência=,075 (.228) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,042 (.680) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,127 (.075) |
| Conversam sobre política | Até 1º grau incompleto= N/Scoeficiente contingência=,042 (.386) Até 2º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,033 (.755) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,040 (.706) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,038 (.795) |
| Participam de reuniões de associações... | Até 1º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,047 (.306) Até 2º grau incompleto=N/S.....coeficiente contingência=,059 (.402) 2º grau completo= N/S.....coeficiente contingência= ,165 (.002) Superior incompleto ou += N/S.....coeficiente contingência=,157 (.019) |

Significância das associações entre parênteses (cf. Teste do Qui-Quadrado). Em negrito, associações não significativas

Associações (Coeficiente de contingência) entre Variáveis Políticas e Faixa Etária com controle do Grau de Instrução - 2006

| Variáveis | 2006 |
|--|---|
| Preferem a democracia | Até 1º grau incompleto= N/Scoeficiente contingência=,016 (.900) Até 2º grau incompleto= fraca.....coeficiente contingência=,139 (.041) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,115 (.091) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,048(.793) |
| Preferem a ditadura | Até 1º grau incompleto= N/Scoeficiente contingência=,018 (.876) Até 2º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,116 (.110) 2º grau completo= N/S.....coeficiente contingência=,085 (.277) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,086 (.471) |
| Tanto faz o regime | Até 1º grau incompleto= moderadacoeficiente contingência=,034 (.617) Até 2º grau incompleto= moderada.....coeficiente contingência=,157 (.017) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,120 (.074) Superior incompleto ou +=fraca.....coeficiente contingência=,125 (.204) |
| Discordam da volta dos militares | Até 1º grau incompleto=N/Scoeficiente contingência=,042 (.482) Até 2º grau incompleto=moderada.....coeficiente contingência=,167 (.010) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,091 (.238) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,076 (.565) |
| Discordam de partido único | Até 1º grau incompleto= muito fraca.....coeficiente contingência=,091 (.031) Até 2º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,113 (.132) 2º grau completo=fraca.....coeficiente contingência=,140 (.032) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,064 (.669) |
| Desconfiam da justiça | Até 1º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,072 (.096) Até 2º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,077 (.369) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,056 (.574) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,145 (.114) |
| Desconfiam do congresso nacional | Até 1º grau incompleto= muito fraca.....coeficiente contingência=,083 (.045) Até 2º grau incompleto=N/S.....coeficiente contingência=,081 (.333) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,105 (.133) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,005 (.997) |
| Desconfiam do governo federal | Até 1º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,066 (.138) Até 2º grau incompleto=N/Scoeficiente contingência=,063 (.511) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,091 (.221) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,056 (.727) |
| Votariam se o voto não fosse obrigatório | Até 1º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,036 (.559) Até 2º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,073 (.416) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,079 (.329) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,063 (.673) |
| Discordam que não influem na política | Até 1º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,055 (.259) Até 2º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,100 (.186) 2º grau completo=moderada.....coeficiente contingência=,154 (.013) Superior incompleto ou +=moderada.....coeficiente contingência=,184 (.031) |
| Discordam que a política e o governo são complicados | Até 1º grau incompleto= fraca.....coeficiente contingência=,102 (.009) Até 2º grau incompleto= N/Scoeficiente contingência=,078 (.363) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,089 (.243) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,072 (.597) |
| Informam-se sobre política | Até 1º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,065 (.140) Até 2º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,131 (.055) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,121 (.069) Superior incompleto ou +=moderada.....coeficiente contingência=,184 (.029) |
| Conversam sobre política | Até 1º grau incompleto= N/Scoeficiente contingência=,019 (.853) Até 2º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,054 (.608) 2º grau completo=N/S.....coeficiente contingência=,067 (.442) Superior incompleto ou +=N/S.....coeficiente contingência=,066 (.641) |
| Participam de reuniões de associações... | Até 1º grau incompleto= N/S.....coeficiente contingência=,015 (.899) Até 2º grau incompleto=N/S.....coeficiente contingência=,052 (.640) 2º grau completo= N/S.....coeficiente contingência=,118 (.077) Superior incompleto ou += N/S.....coeficiente contingência=,173 (.045) |

Significância das associações entre parênteses (cf. Teste do Qui-Quadrado). Em negrito, associações não significativas

TABELAS CRUZADAS - GRAU DE INSTRUÇÃO E VARIÁVEIS POLÍTICAS COM CONTROLE FAIXA ETÁRIA

Preferência democrática por Grau de Instrução por Faixas Etárias (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|--------------|--------------------------|------------|-------------|-------------|
| 18 a 25 anos | Até 1º grau incompleto | 38,8 (71) | 57,3 (106) | 66,0 (62) |
| | Até 2º grau incompleto | 45,0 (54) | 65,9 (135) | 54,9 (56) |
| | 2º grau completo | 56,8 (46) | 73,8 (107) | 59,2 (58) |
| | Superior incompleto ou + | 65,5 (36) | 78,2 (68) | 78,3 (72) |
| | Total | 47,2 (207) | 66,9 (416) | 64,2 (248) |
| 26 a 43 anos | Até 1º grau incompleto | 46,4 (154) | 59,4 (202) | 65,9 (228) |
| | Até 2º grau incompleto | 47,4 (54) | 65,1 (125) | 70,5 (103) |
| | 2º grau completo | 57,0 (77) | 74,4 (154) | 70,4 (138) |
| | Superior incompleto ou + | 64,4 (105) | 75,8 (135) | 81,6 (62) |
| | Total | 52,4 (390) | 67,2 (616) | 69,5 (531) |
| 44 a 69 anos | Até 1º grau incompleto | 54,6 (153) | 66,3 (189) | 67,4 (277) |
| | Até 2º grau incompleto | 69,5 (41) | 73,7 (56) | 64,5 (49) |
| | 2º grau completo | 65,7 (23) | 70,6 (48) | 73,3 (44) |
| | Superior incompleto ou + | 61,5 (16) | 83,6 (44) | 76,5 (26) |
| | Total | 58,3 (233) | 70,2 (337) | 68,2 (396) |
| Total | Até 1º grau incompleto | 47,5 (378) | 61,4 (497) | 66,6 (567) |
| | Até 2º grau incompleto | 50,9 (149) | 66,8 (316) | 64,2 (208) |
| | 2º grau completo | 58,2 (146) | 73,6 (309) | 67,8 (240) |
| | Superior incompleto ou + | 64,3 (157) | 78,2 (247) | 79,2 (160) |
| | Total | 52,4 (830) | 67,8 (1369) | 67,9 (1175) |

*N=1583 **N=2019 ***N=1731 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Preferência pela ditadura por Grau de Instrução por Faixas Etárias (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|--------------|--------------------------|------------|------------|------------|
| 18 a 25 anos | Até 1º grau incompleto | 17,5 (32) | 13,5 (25) | 12,8 (12) |
| | Até 2º grau incompleto | 25,8 (31) | 16,6 (34) | 15,7 (16) |
| | 2º grau completo | 27,2 (22) | 13,1 (19) | 18,4 (18) |
| | Superior incompleto ou + | 23,6 (13) | 18,4 (16) | 12,0 (11) |
| | Total | 22,3 (98) | 15,1 (94) | 14,8 (57) |
| 26 a 43 anos | Até 1º grau incompleto | 19,9 (66) | 15,0 (51) | 13,3 (46) |
| | Até 2º grau incompleto | 21,9 (25) | 18,2 (35) | 11,6 (17) |
| | 2º grau completo | 25,2 (34) | 15,0 (31) | 12,2 (24) |
| | Superior incompleto ou + | 26,4 (43) | 19,7 (35) | 14,5 (11) |
| | Total | 22,6 (168) | 16,6 (152) | 12,8 (98) |
| 44 a 69 anos | Até 1º grau incompleto | 25,7 (72) | 15,1 (43) | 14,4 (59) |
| | Até 2º grau incompleto | 22,0 (13) | 15,8 (12) | 22,4 (17) |
| | 2º grau completo | 28,6 (10) | 26,5 (18) | 18,3 (11) |
| | Superior incompleto ou + | 26,9 (7) | 11,8 (6) | 20,6 (7) |
| | Total | 25,5 (102) | 16,5 (79) | 16,2 (94) |
| Total | Até 1º grau incompleto | 21,4 (170) | 14,7 (119) | 13,7 (117) |
| | Até 2º grau incompleto | 23,5 (69) | 17,1 (81) | 15,4 (50) |
| | 2º grau completo | 26,3 (66) | 16,2 (68) | 15,0 (53) |
| | Superior incompleto ou + | 25,8 (63) | 18,0 (57) | 14,4 (29) |
| | Total | 23,2 (368) | 16,1 (325) | 14,4 (249) |

*N=1583 **N=2019 ***N=1731 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Tanto faz o regime por Grau de Instrução por Faixas Etárias (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|---------------------|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 18 a 25 anos | Até 1º grau incompleto | 43,7 (80) | 29,2 (54) | 21,3 (20) |
| | Até 2º grau incompleto | 29,2 (35) | 17,6 (36) | 29,4 (30) |
| | 2º grau completo | 16,0 (13) | 13,1 (19) | 22,4 (22) |
| | Superior incompleto ou + | 10,9 (6) | 3,4 (3) | 9,8 (9) |
| | Total | 30,5 (134) | 18,0 (112) | 21,0 (81) |
| 26 a 43 anos | Até 1º grau incompleto | 33,7 (112) | 25,6 (87) | 20,8 (72) |
| | Até 2º grau incompleto | 30,7 (35) | 16,7 (32) | 17,8 (26) |
| | 2º grau completo | 17,8 (24) | 10,6 (22) | 17,3 (34) |
| | Superior incompleto ou + | 9,2 (15) | 4,5 (8) | 3,9 (3) |
| | Total | 25,0 (186) | 16,2 (149) | 17,7 (135) |
| 44 a 69 anos | Até 1º grau incompleto | 19,6 (55) | 18,6 (53) | 18,2 (75) |
| | Até 2º grau incompleto | 8,5 (5) | 10,5 (8) | 13,2 (10) |
| | 2º grau completo | 5,7 (2) | 2,9 (2) | 8,3 (5) |
| | Superior incompleto ou + | 11,5 (3) | 2,0 (1) | 2,9 (1) |
| | Total | 16,3 (65) | 13,3 (64) | 15,7 (91) |
| Total | Até 1º grau incompleto | 31,1 (247) | 24,0 (194) | 19,6 (167) |
| | Até 2º grau incompleto | 25,6 (75) | 16,1 (76) | 20,4 (66) |
| | 2º grau completo | 15,5 (39) | 10,2 (43) | 17,2 (61) |
| | Superior incompleto ou + | 9,8 (24) | 3,8 (12) | 6,4 (13) |
| | Total | 24,3 (385) | 16,1 (325) | 17,7 (307) |

*N=1583 **N=2019 ***N=1731 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Discordam que o país funcionaria melhor se os militares voltassem ao poder por Grau de Instrução por Faixas Etárias (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|---------------------|--------------------------|-------------------|--------------------|--------------------|
| 18 a 25 anos | Até 1º grau incompleto | 48,7 (94) | 58,8 (124) | 75,8 (69) |
| | Até 2º grau incompleto | 58,7 (64) | 69,4 (143) | 69,6 (71) |
| | 2º grau completo | 74,3 (55) | 74,1 (106) | 82,5 (80) |
| | Superior incompleto ou + | 92,7 (51) | 79,8 (67) | 88,6 (78) |
| | Total | 61,3 (264) | 68,3 (440) | 78,8 (298) |
| 26 a 43 anos | Até 1º grau incompleto | 40,8 (145) | 49,3 (186) | 72,5 (243) |
| | Até 2º grau incompleto | 56,3 (58) | 53,9 (110) | 85,5 (124) |
| | 2º grau completo | 70,1 (82) | 63,2 (129) | 82,9 (155) |
| | Superior incompleto ou + | 82,8 (120) | 78,2 (136) | 85,3 (64) |
| | Total | 56,3 (405) | 58,5 (561) | 79,0 (586) |
| 44 a 69 anos | Até 1º grau incompleto | 39,5 (118) | 44,5 (141) | 70,0 (287) |
| | Até 2º grau incompleto | 64,3 (36) | 50,0 (39) | 79,7 (59) |
| | 2º grau completo | 84,4 (27) | 56,9 (37) | 73,3 (44) |
| | Superior incompleto ou + | 81,5 (22) | 77,6 (38) | 81,3 (26) |
| | Total | 49,0 (203) | 50,1 (255) | 72,2 (416) |
| Total | Até 1º grau incompleto | 42,1 (357) | 49,8 (451) | 71,7 (599) |
| | Até 2º grau incompleto | 59,0 (158) | 59,8 (292) | 79,1 (254) |
| | 2º grau completo | 73,5 (164) | 66,0 (272) | 81,1 (279) |
| | Superior incompleto ou + | 85,0 (193) | 78,5 (241) | 86,2 (168) |
| | Total | 55,7 (872) | 59,5 (1256) | 76,7 (1696) |

*N=1565 **N=2112 ***N=1696 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

**Discordam que o país funcionaria melhor se houvesse apenas um partido
por Grau de Instrução por Faixas Etárias (%)**

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|---------------------|--------------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| 18 a 25 anos | Até 1º grau incompleto | 41,1 (85) | 38,8 (87) | 67,0 (63) |
| | Até 2º grau incompleto | 52,5 (63) | 49,0 (101) | 60,8 (62) |
| | 2º grau completo | 69,9 (58) | 59,9 (88) | 59,6 (56) |
| | Superior incompleto ou + | 84,2 (48) | 77,9 (67) | 75,0 (66) |
| | Total | 54,4 (254) | 51,7 (343) | 65,3 (247) |
| 26 a 43 anos | Até 1º grau incompleto | 38,8 (154) | 38,0 (155) | 66,7 (220) |
| | Até 2º grau incompleto | 52,2 (59) | 48,8 (102) | 64,9 (87) |
| | 2º grau completo | 68,5 (89) | 59,2 (125) | 74,7 (145) |
| | Superior incompleto ou + | 86,5 (141) | 84,3 (150) | 80,8 (59) |
| | Total | 55,2 (443) | 52,9 (532) | 69,9 (511) |
| 44 a 69 anos | Até 1º grau incompleto | 32,4 (107) | 35,7 (125) | 57,9 (232) |
| | Até 2º grau incompleto | 65,6 (40) | 50,0 (39) | 75,0 (57) |
| | 2º grau completo | 81,3 (26) | 67,6 (46) | 69,5 (41) |
| | Superior incompleto ou + | 85,2 (23) | 90,2 (46) | 78,8 (26) |
| | Total | 43,6 (196) | 46,8 (256) | 62,6 (356) |
| Total | Até 1º grau incompleto | 37,0 (346) | 37,4 (367) | 62,4 (515) |
| | Até 2º grau incompleto | 55,1 (162) | 49,1 (242) | 66,0 (206) |
| | 2º grau completo | 70,6 (173) | 60,8 (259) | 69,7 (242) |
| | Superior incompleto ou + | 85,8 (212) | 83,5 (263) | 77,8 (151) |
| | Total | 51,9 (893) | 51,0 (1131) | 66,4 (1114) |

*N=1583 **N=2216 ***N=1678 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Desconfiam da justiça por Grau de Instrução por Faixas Etárias (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|---------------------|--------------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| 18 a 25 anos | Até 1º grau incompleto | 53,8 (105) | 54,6 (124) | 57,8 (59) |
| | Até 2º grau incompleto | 69,5 (73) | 54,7 (117) | 59,3 (64) |
| | 2º grau completo | 73,2 (52) | 54,1 (79) | 63,6 (63) |
| | Superior incompleto ou + | 63,8 (30) | 60,5 (52) | 51,1 (47) |
| | Total | 62,2 (260) | 55,3 (372) | 58,1 (233) |
| 26 a 43 anos | Até 1º grau incompleto | 45,3 (169) | 55,0 (233) | 53,7 (196) |
| | Até 2º grau incompleto | 68,1 (64) | 51,2 (110) | 65,8 (98) |
| | 2º grau completo | 65,9 (81) | 50,7 (109) | 58,3 (116) |
| | Superior incompleto ou + | 70,6 (96) | 44,4 (80) | 65,8 (50) |
| | Total | 56,5 (410) | 51,5 (532) | 58,3 (460) |
| 44 a 69 anos | Até 1º grau incompleto | 33,7 (109) | 44,9 (172) | 47,8 (211) |
| | Até 2º grau incompleto | 51,0 (25) | 47,1 (40) | 57,1 (44) |
| | 2º grau completo | 57,6 (19) | 49,3 (34) | 63,9 (39) |
| | Superior incompleto ou + | 45,5 (10) | 41,2 (21) | 50,0 (17) |
| | Total | 38,2 (163) | 45,4 (267) | 50,7 (311) |
| Total | Até 1º grau incompleto | 43,0 (383) | 51,2 (529) | 51,3 (466) |
| | Até 2º grau incompleto | 65,3 (162) | 51,9 (267) | 61,7 (206) |
| | 2º grau completo | 67,0 (152) | 51,6 (222) | 60,7 (218) |
| | Superior incompleto ou + | 66,3 (136) | 48,3 (153) | 56,4 (114) |
| | Total | 53,0 (833) | 51,0 (1171) | 55,7 (1004) |

*N=1571 **N=2295 ***N=1803 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Desconfiam do congresso por Grau de Instrução por Faixas Etárias (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|---------------------|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| 18 a 25 anos | Até 1º grau incompleto | 77,0 (144) | 75,1 (172) | 77,8 (77) |
| | Até 2º grau incompleto | 79,6 (90) | 76,2 (163) | 76,1 (83) |
| | 2º grau completo | 92,5 (62) | 77,0 (114) | 79,0 (79) |
| | Superior incompleto ou + | 88,7 (47) | 77,9 (67) | 79,3 (73) |
| | Total | 81,7 (343) | 76,2 (516) | 78,0 (312) |
| 26 a 43 anos | Até 1º grau incompleto | 62,5 (218) | 72,5 (303) | 72,5 (263) |
| | Até 2º grau incompleto | 89,3 (82) | 71,3 (154) | 75,8 (113) |
| | 2º grau completo | 86,4 (102) | 65,4 (140) | 81,3 (161) |
| | Superior incompleto ou + | 87,4 (118) | 69,6 (126) | 78,9 (60) |
| | Total | 74,6 (520) | 70,3 (723) | 76,0 (597) |
| 44 a 69 anos | Até 1º grau incompleto | 54,3 (164) | 65,9 (244) | 66,7 (292) |
| | Até 2º grau incompleto | 65,4 (34) | 57,6 (49) | 67,5 (52) |
| | 2º grau completo | 77,4 (24) | 59,4 (41) | 69,4 (43) |
| | Superior incompleto ou + | 91,3 (21) | 64,7 (33) | 79,4 (27) |
| | Total | 59,6 (243) | 63,8 (367) | 67,8 (414) |
| Total | Até 1º grau incompleto | 62,8 (526) | 70,7 (719) | 70,2 (632) |
| | Até 2º grau incompleto | 79,2 (206) | 71,1 (366) | 74,0 (248) |
| | 2º grau completo | 87,0 (188) | 68,4 (295) | 78,6 (283) |
| | Superior incompleto ou + | 88,2 (186) | 71,1 (226) | 79,2 (160) |
| | Total | 72,5 (1106) | 70,4 (1606) | 73,6 (1323) |

*N=1525 **N=2281 ***N=1797 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Desconfiam do governo por Grau de Instrução por Faixas Etárias (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|---------------------|--------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| 18 a 25 anos | Até 1º grau incompleto | 67,9 (129) | 66,2 (153) | 67,6 (69) |
| | Até 2º grau incompleto | 77,7 (94) | 71,5 (153) | 71,6 (78) |
| | 2º grau completo | 87,0 (67) | 75,2 (112) | 77,0 (77) |
| | Superior incompleto ou + | 96,3 (52) | 75,3 (64) | 69,6 (64) |
| | Total | 77,4 (342) | 71,0 (482) | 71,5 (288) |
| 26 a 43 anos | Até 1º grau incompleto | 60,6 (231) | 64,7 (271) | 65,0 (238) |
| | Até 2º grau incompleto | 82,8 (82) | 61,9 (133) | 69,1 (103) |
| | 2º grau completo | 85,1 (103) | 60,1 (128) | 72,9 (145) |
| | Superior incompleto ou + | 93,1 (135) | 66,3 (120) | 64,5 (49) |
| | Total | 73,9 (551) | 63,4 (652) | 67,7 (535) |
| 44 a 69 anos | Até 1º grau incompleto | 52,0 (172) | 52,5 (199) | 59,4 (265) |
| | Até 2º grau incompleto | 69,1 (38) | 55,3 (47) | 63,6 (49) |
| | 2º grau completo | 87,5 (28) | 50,7 (35) | 64,5 (40) |
| | Superior incompleto ou + | 91,7 (22) | 64,7 (33) | 70,6 (24) |
| | Total | 58,8 (260) | 53,8 (314) | 61,1 (378) |
| Total | Até 1º grau incompleto | 59,0 (532) | 60,5 (623) | 62,6 (572) |
| | Até 2º grau incompleto | 77,8 (214) | 64,8 (333) | 68,7 (230) |
| | 2º grau completo | 86,1 (198) | 63,8 (275) | 72,6 (262) |
| | Superior incompleto ou + | 93,7 (209) | 68,5 (217) | 67,8 (137) |
| | Total | 70,7 (1153) | 63,2 (1448) | 66,3 (1201) |

*N=1630 **N=2291 ***N=1812 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Desconfiam dos partidos por Grau de Instrução por Faixas Etárias (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1993** (n) | 2006*** (n) |
|--------------|--------------------------|-------------|-------------|
| 18 a 25 anos | Até 1º grau incompleto | 73,6 (170) | 87,0 (87) |
| | Até 2º grau incompleto | 74,9 (161) | 84,4 (92) |
| | 2º grau completo | 75,0 (111) | 86,0 (86) |
| | Superior incompleto ou + | 60,5 (52) | 83,7 (77) |
| | Total | 72,6 (494) | 85,3 (342) |
| 26 a 43 anos | Até 1º grau incompleto | 76,7 (322) | 80,3 (293) |
| | Até 2º grau incompleto | 71,0 (154) | 81,8 (121) |
| | 2º grau completo | 64,7 (141) | 87,4 (174) |
| | Superior incompleto ou + | 56,7 (102) | 82,9 (63) |
| | Total | 69,5 (719) | 82,6 (651) |
| 44 a 69 anos | Até 1º grau incompleto | 70,6 (262) | 77,8 (346) |
| | Até 2º grau incompleto | 60,2 (50) | 76,6 (59) |
| | 2º grau completo | 59,4 (41) | 80,6 (50) |
| | Superior incompleto ou + | 56,0 (28) | 88,2 (30) |
| | Total | 66,5 (381) | 78,5 (485) |
| Total | Até 1º grau incompleto | 73,8 (754) | 79,8 (726) |
| | Até 2º grau incompleto | 70,9 (365) | 81,4 (272) |
| | 2º grau completo | 67,4 (293) | 85,9 (310) |
| | Superior incompleto ou + | 57,6 (182) | 84,2 (170) |
| | Total | 69,7 (1594) | 81,8 (1478) |

N=2288 *N=1807 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Desconfiam dos militares por Grau de Instrução por Faixas Etárias (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1993** (n) | 2006*** (n) |
|--------------|--------------------------|-------------|-------------|
| 18 a 25 anos | Até 1º grau incompleto | 69,6 (156) | 43,1 (44) |
| | Até 2º grau incompleto | 69,8 (150) | 46,7 (50) |
| | 2º grau completo | 71,1 (106) | 40,0 (40) |
| | Superior incompleto ou + | 70,9 (61) | 35,9 (33) |
| | Total | 70,2 (473) | 41,6 (167) |
| 26 a 43 anos | Até 1º grau incompleto | 68,6 (284) | 41,1 (150) |
| | Até 2º grau incompleto | 60,3 (129) | 40,9 (61) |
| | 2º grau completo | 62,3 (132) | 41,4 (82) |
| | Superior incompleto ou + | 59,7 (108) | 28,9 (22) |
| | Total | 64,0 (653) | 40, (315) |
| 44 a 69 anos | Até 1º grau incompleto | 56,2 (205) | 33,6 (148) |
| | Até 2º grau incompleto | 45,9 (39) | 31,2 (24) |
| | 2º grau completo | 44,1 (30) | 45,2 (28) |
| | Superior incompleto ou + | 45,1 (23) | 32,4 (11) |
| | Total | 52,2 (297) | 34,4 (211) |
| Total | Até 1º grau incompleto | 64,3 (645) | 37,7 (342) |
| | Até 2º grau incompleto | 61,9 (318) | 40,5 (135) |
| | 2º grau completo | 62,5 (268) | 41,7 (150) |
| | Superior incompleto ou + | 60,4 (192) | 32,7 (66) |
| | Total | 62,9 (1423) | 38,5 (693) |

N=2264 *N=1802 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Informam-se sobre política por Grau de Instrução por Faixas Etárias (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|---------------------|--------------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| 18 a 25 anos | Até 1º grau incompleto | 38,7 (86) | 53,8 (128) | 34,3 (35) |
| | Até 2º grau incompleto | 44,3 (58) | 60,4 (131) | 26,6 (29) |
| | 2º grau completo | 62,8 (54) | 73,8 (110) | 30,0 (30) |
| | Superior incompleto ou + | 75,0 (45) | 86,2 (75) | 19,8 (18) |
| | Total | 48,7 (243) | 64,3 (444) | 27,9 (112) |
| 26 a 43 anos | Até 1º grau incompleto | 49,7 (223) | 51,2 (226) | 25,6 (94) |
| | Até 2º grau incompleto | 62,3 (76) | 67,4 (147) | 32,2 (48) |
| | 2º grau completo | 72,3 (102) | 77,1 (168) | 31,5 (62) |
| | Superior incompleto ou + | 82,5 (137) | 94,4 (169) | 38,2 (29) |
| | Total | 61,3 (538) | 67,2 (710) | 29,5 (233) |
| 44 a 69 anos | Até 1º grau incompleto | 54,3 (210) | 51,9 (208) | 30,5 (136) |
| | Até 2º grau incompleto | 66,7 (42) | 68,2 (60) | 43,4 (33) |
| | 2º grau completo | 66,7 (24) | 78,6 (55) | 16,4 (10) |
| | Superior incompleto ou + | 81,5 (22) | 90,2 (46) | 32,4 (11) |
| | Total | 58,1 (298) | 60,5 (369) | 30,8 (190) |
| Total | Até 1º grau incompleto | 49,1 (519) | 52,0 (562) | 29,0 (265) |
| | Até 2º grau incompleto | 55,7 (176) | 64,6 (338) | 32,9 (110) |
| | 2º grau completo | 68,4 (180) | 76,2 (333) | 28,5 (102) |
| | Superior incompleto ou + | 80,6 (204) | 91,5 (290) | 28,9 (58) |
| | Total | 57,1 (1079) | 64,6 (1523) | 29,6 (535) |

*N=1890 **N=2357 ***N=1808 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Conversam sobre política por Grau de Instrução por Faixas Etárias (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|---------------------|--------------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| 18 a 25 anos | Até 1º grau incompleto | 24,8 (55) | 38,7 (92) | 23,5 (24) |
| | Até 2º grau incompleto | 33,3 (44) | 50,7 (110) | 21,1 (23) |
| | 2º grau completo | 52,3 (45) | 64,4 (96) | 28,0 (28) |
| | Superior incompleto ou + | 60,0 (36) | 82,6 (71) | 55,4 (51) |
| | Total | 36,0 (180) | 53,5 (369) | 31,3 (126) |
| 26 a 43 anos | Até 1º grau incompleto | 27,6 (124) | 40,4 (176) | 23,2 (85) |
| | Até 2º grau incompleto | 38,2 (47) | 53,2 (115) | 22,8 (34) |
| | 2º grau completo | 52,5 (74) | 61,6 (133) | 33,7 (67) |
| | Superior incompleto ou + | 72,5 (121) | 84,3 (150) | 50,0 (38) |
| | Total | 41,6 (366) | 54,9 (574) | 28,3 (224) |
| 44 a 69 anos | Até 1º grau incompleto | 25,7 (100) | 35,8 (143) | 21,7 (97) |
| | Até 2º grau incompleto | 34,9 (22) | 48,8 (42) | 27,3 (21) |
| | 2º grau completo | 41,7 (15) | 66,7 (46) | 37,1 (23) |
| | Superior incompleto ou + | 59,3 (16) | 80,4 (41) | 47,1 (16) |
| | Total | 29,7 (153) | 44,9 (272) | 25,3 (157) |
| Total | Até 1º grau incompleto | 26,3 (279) | 38,3 (411) | 22,5 (206) |
| | Até 2º grau incompleto | 35,5 (113) | 51,4 (267) | 23,3 (78) |
| | 2º grau completo | 51,0 (134) | 63,4 (275) | 32,7 (118) |
| | Superior incompleto ou + | 68,1 (173) | 83,2 (262) | 52,0 (105) |
| | Total | 36,9 (699) | 51,9 (1215) | 27,9 (507) |

*N=1895 **N=2342 ***N=1814 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Participam de reuniões de associações... por Grau de Instrução por Faixas Etárias (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|---------------------|--------------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| 18 a 25 anos | Até 1º grau incompleto | 19,8 (44) | 20,2 (48) | 5,9 (6) |
| | Até 2º grau incompleto | 13,6 (18) | 16,4 (35) | 5,5 (6) |
| | 2º grau completo | 14,0 (12) | 9,5 (14) | 3,0 (3) |
| | Superior incompleto ou + | 10,0 (6) | 10,3 (9) | 6,5 (6) |
| | Total | 16,0 (80) | 15,4 (106) | 5,2 (21) |
| 26 a 43 anos | Até 1º grau incompleto | 23,4 (105) | 21,5 (95) | 6,0 (22) |
| | Até 2º grau incompleto | 20,5 (25) | 21,3 (46) | 7,4 (11) |
| | 2º grau completo | 17,0 (24) | 22,6 (49) | 10,6 (21) |
| | Superior incompleto ou + | 24,0 (40) | 18,5 (33) | 15,8 (12) |
| | Total | 22,1 (194) | 21,2 (223) | 8,3 (66) |
| 44 a 69 anos | Até 1º grau incompleto | 25,3 (98) | 24,9 (100) | 6,7 (30) |
| | Até 2º grau incompleto | 14,3 (9) | 20,5 (18) | 9,1 (7) |
| | 2º grau completo | 8,3 (3) | 24,6 (17) | 8,1 (5) |
| | Superior incompleto ou + | 25,9 (7) | 29,4 (15) | 2,9 (1) |
| | Total | 22,8 (117) | 24,6 (150) | 6,9 (43) |
| Total | Até 1º grau incompleto | 23,3 (247) | 22,5 (243) | 6,3 (58) |
| | Até 2º grau incompleto | 16,4 (23,3) | 19,1 (99) | 7,2 (24) |
| | 2º grau completo | 14,8 (39) | 18,4 (80) | 8,0 (29) |
| | Superior incompleto ou + | 20,9 (53) | 18,0 (57) | 9,4 (19) |
| | Total | 20,7 (391) | 20,4 (479) | 7,2 (130) |

*N=1893 **N=2349 ***N=1814 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

**Discordam que a política e o governo são complicados...
por Grau de Instrução por Faixas Etárias (%)**

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|---------------------|--------------------------|-----------------|------------------|-------------------|
| 18 a 25 anos | Até 1º grau incompleto | 12,4 (27) | 21,0 (47) | 15,6 (15) |
| | Até 2º grau incompleto | 8,9 (11) | 16,0 (34) | 12,8 (14) |
| | 2º grau completo | 14,1 (11) | 20,4 (30) | 21,0 (21) |
| | Superior incompleto ou + | 34,8 (16) | 35,3 (130) | 22,2 (20) |
| | Total | 14,0 (65) | 21,1 (141) | 17,7 (70) |
| 26 a 43 anos | Até 1º grau incompleto | 10,8 (45) | 15,7 (63) | 10,9 (39) |
| | Até 2º grau incompleto | 13,8 (16) | 15,5 (33) | 8,1 (12) |
| | 2º grau completo | 22,2 (30) | 18,1 (39) | 13,8 (27) |
| | Superior incompleto ou + | 38,4 (56) | 40,0 (72) | 16,0 (12) |
| | Total | 18,1 (147) | 20,5 (207) | 11,6 (90) |
| 44 a 69 anos | Até 1º grau incompleto | 12,8 (45) | 17,2 (60) | 6,6 (29) |
| | Até 2º grau incompleto | 8,2 (5) | 15,0 (12) | 13,0 (10) |
| | 2º grau completo | 26,5 (9) | 17,1 (12) | 19,7 (12) |
| | Superior incompleto ou + | 34,8 (8) | 41,2 (21) | 20,6 (7) |
| | Total | 14,3 (67) | 19,1 (105) | 9,5 (58) |
| Total | Até 1º grau incompleto | 11,9 (119) | 17,4 (170) | 9,3 (83) |
| | Até 2º grau incompleto | 10,7 (32) | 15,6 (79) | 10,7 (36) |
| | 2º grau completo | 20,2 (50) | 18,8 (81) | 16,9 (60) |
| | Superior incompleto ou + | 37,2 (80) | 38,9 (123) | 19,6 (39) |
| | Total | 16,0 (279) | 20,3 (453) | 12,2 (218) |

*N=1747 **N=2229 ***N=1783 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Discordam que não influem na política por grau de instrução por faixas etárias (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|---------------------|--------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 18 a 25 anos | Até 1º grau incompleto | 29,8 (59) | 34,7 (76) | 27,1 (26) |
| | Até 2º grau incompleto | 32,0 (39) | 30,4 (65) | 30,3 (33) |
| | 2º grau completo | 30,3 (923) | 41,5 (61) | 45,0 (45) |
| | Superior incompleto ou + | 49,1 (928) | 50,0 (43) | 49,5 (45) |
| | Total | 32,9 (149) | 36,8 (245) | 37,6 (149) |
| 26 a 43 anos | Até 1º grau incompleto | 29,5 (115) | 27,8 (111) | 19,4 (70) |
| | Até 2º grau incompleto | 40,4 (44) | 27,6 (59) | 22,4 (33) |
| | 2º grau completo | 42,3 (52) | 34,6 (74) | 28,4 (56) |
| | Superior incompleto ou + | 48,0 (72) | 46,1 (83) | 37,3 (28) |
| | Total | 36,7 (283) | 32,4 (327) | 24,0 (187) |
| 44 a 69 anos | Até 1º grau incompleto | 33,3 (111) | 24,6 (84) | 20,6 (90) |
| | Até 2º grau incompleto | 31,7 (19) | 19,5 (16) | 19,5 (15) |
| | 2º grau completo | 38,2 (13) | 18,8 (13) | 29,5 (18) |
| | Superior incompleto ou + | 52,4 (11) | 47,1 (24) | 24,2 (8) |
| | Total | 34,4 (154) | 25,2 (137) | 21,6 (131) |
| Total | Até 1º grau incompleto | 30,9 (285) | 28,2 (271) | 20,9 (186) |
| | Até 2º grau incompleto | 35,1 (102) | 27,5 (140) | 24,3 (81) |
| | 2º grau completo | 37,8 (88) | 34,4 (148) | 33,2 (119) |
| | Superior incompleto ou + | 48,7 (111) | 47,3 (150) | 40,7 (81) |
| | Total | 35,0 (586) | 32,0 (709) | 26,2 (467) |

*N=1673 **N=2217 ***N=1782 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Voto facultativo por Grau de Instrução por Faixas Etárias (%)

| Faixa Etária | Escolaridade | 1989*(n) | 1993**(n) | 2006***(n) |
|---------------------|--------------------------|--------------------|--------------------|-------------------|
| 18 a 25 anos | Até 1º grau incompleto | 50,0 (109) | 46,2 (108) | 41,6 (42) |
| | Até 2º grau incompleto | 54,6 (71) | 53,3 (114) | 42,6 (46) |
| | 2º grau completo | 68,6 (59) | 61,5 (88) | 51,0 (50) |
| | Superior incompleto ou + | 86,2 (50) | 72,9 (62) | 65,9 (60) |
| | Total | 58,7 (289) | 55,0 (372) | 49,7 (198) |
| 26 a 43 anos | Até 1º grau incompleto | 54,5 (234) | 37,8 (165) | 46,0 (166) |
| | Até 2º grau incompleto | 58,5 (69) | 45,9 (96) | 48,6 (70) |
| | 2º grau completo | 59,7 (83) | 57,3 (121) | 53,5 (106) |
| | Superior incompleto ou + | 81,6 (133) | 71,2 (121) | 69,3 (52) |
| | Total | 61,1 (519) | 49,0 (503) | 50,6 (394) |
| 44 a 69 anos | Até 1º grau incompleto | 62,2 (229) | 47,3 (184) | 47,5 (208) |
| | Até 2º grau incompleto | 49,2 (29) | 43,5 (37) | 40,0 (30) |
| | 2º grau completo | 68,6 (24) | 55,7 (39) | 42,6 (26) |
| | Superior incompleto ou + | 81,5 (22) | 60,8 (31) | 60,6 (20) |
| | Total | 62,2 (304) | 48,9 (291) | 46,8 (284) |
| Total | Até 1º grau incompleto | 56,4 (572) | 43,2 (457) | 46,2 (416) |
| | Até 2º grau incompleto | 55,0 (169) | 48,6 (247) | 44,6 (146) |
| | 2º grau completo | 63,8 (166) | 58,5 (248) | 51,0 (182) |
| | Superior incompleto ou + | 82,7 (205) | 69,9 (214) | 66,3 (132) |
| | Total | 60,8 (1112) | 50,8 (1166) | 49,1 (876) |

*N=1830 **N=2297 ***N=1783 (As diferenças entre 'N' e 'n Total' se referem à(s) outra(s) resposta(s) da variável).

Associações (Coeficiente de contingência) entre Variáveis Políticas e Grau de Instrução com controle da Faixa Etária - 1989

| Variáveis | 1989 |
|--|--|
| Preferem a democracia | 18 a 25 = moderada.....coeficiente contingência=,186 (.001) 26 a 43 = fracacoeficiente contingência=,148 (.001) 44 a 69 = N/Scoeficiente contingência=,116 (.140) |
| Preferem a ditadura | 18 a 25 = N/Scoeficiente contingência=,100 (.215) 26 a 43 = N/Scoeficiente contingência=,066 (.350) 44 a 69 = N/Scoeficiente contingência=,038 (.901) |
| Tanto faz o regime | 18 a 25 = fortecoeficiente contingência=,265 (.000) 26 a 43 = fortecoeficiente contingência=,228 (.000) 44 a 69 = fracacoeficiente contingência=,142 (.041) |
| Discordam da volta dos militares | 18 a 25 = fortecoeficiente contingência=,296 (.000) 26 a 43 = fortecoeficiente contingência=,324 (.000) 44 a 69 = fortecoeficiente contingência=,308 (.000) |
| Discordam de partido único | 18 a 25 = fortecoeficiente contingência=,292 (.000) 26 a 43 = fortecoeficiente contingência=,357 (.000) 44 a 69 = fortecoeficiente contingência=,358 (.000) |
| Desconfiam da justiça | 18 a 25 = moderadacoeficiente contingência=,166 (.008) 26 a 43 = fortecoeficiente contingência=,227 (.000) 44 a 69 = moderadacoeficiente contingência=,164 (.008) |
| Desconfiam do congresso nacional | 18 a 25 = moderadacoeficiente contingência=,153 (.018) 26 a 43 = fortecoeficiente contingência=,269 (.000) 44 a 69 = fortecoeficiente contingência=,205 (.000) |
| Desconfiam do governo federal | 18 a 25 = fortecoeficiente contingência=,231 (.000) 26 a 43 = fortecoeficiente contingência=,301 (.000) 44 a 69 = fortecoeficiente contingência=,254 (.000) |
| Votariam se o voto não fosse obrigatório | 18 a 25 = fortecoeficiente contingência=,237 (.000) 26 a 43 = fortecoeficiente contingência=,204 (.000) 44 a 69 = fracocoeficiente contingência=,135 (.027) |
| Discordam que não influem na política | 18 a 25 = fracacoeficiente contingência=,131 (.047) 26 a 43 = moderadacoeficiente contingência=,156 (.000) 44 a 69 = N/Scoeficiente contingência=,089 (.308) |
| Discordam que a política e o governo são complicados | 18 a 25 = fortecoeficiente contingência=,201 (.000) 26 a 43 = fortecoeficiente contingência=,259 (.000) 44 a 69 = moderadacoeficiente contingência=,173 (.002) |
| Informam-se sobre política | 18 a 25 = fortecoeficiente contingência=,250 (.000) 26 a 43 = fortecoeficiente contingência=,261 (.000) 44 a 69 = fracacoeficiente contingência=,147 (.010) |
| Conversam sobre política | 18 a 25 = fortecoeficiente contingência=,264 (.000) 26 a 43 = fortecoeficiente contingência=,332 (.000) 44 a 69 = moderadacoeficiente contingência=,182 (.001) |
| Participam de reuniões de associações... | 18 a 25 = N/Scoeficiente contingência=,098 (.184) 26 a 43 = N/Scoeficiente contingência=,059 (.382) 44 a 69 = fracacoeficiente contingência=,127 (.039) |

Significância das associações entre parênteses (cf. Teste do Qui-Quadrado). Em negrito, associações não significativas

Associações (Coeficiente de contingência) entre Variáveis Políticas e Grau de Instrução com controle da Faixa Etária - 1993

| Variáveis | 1993 |
|--|--|
| Preferem a democracia | 18 a 25 = moderadacoeficiente contingência=,158 (.001) 26 a 43 = fracacoeficiente contingência=,148 (.000) 44 a 69 = fracacoeficiente contingência=,134 (.032) |
| Preferem a ditadura | 18 a 25 = N/Scoeficiente contingência=,055 (.593) 26 a 43 = N/Scoeficiente contingência=,053 (.457) 44 a 69 = N/Scoeficiente contingência=,113 (.103) |
| Tanto faz o regime | 18 a 25 = fortecoeficiente contingência=,216 (.000) 26 a 43 = fortecoeficiente contingência=,216 (.000) 44 a 69 = moderada.....coeficiente contingência=,197 (.000) |
| Discordam da volta dos militares | 18 a 25 = moderadacoeficiente contingência=,157 (.001) 26 a 43 = fortecoeficiente contingência=,210 (.000) 44 a 69 = moderadacoeficiente contingência=,194 (.000) |
| Discordam de partido único | 18 a 25 = fortecoeficiente contingência=,247 (.000) 26 a 43 = fortecoeficiente contingência=,316 (.000) 44 a 69 = fortecoeficiente contingência=,333 (.000) |
| Desconfiam da justiça | 18 a 25 = N/Scoeficiente contingência=,040 (.780) 26 a 43 = N/Scoeficiente contingência=,074 (.129) 44 a 69 = N/Scoeficiente contingência=,039 (.821) |
| Desconfiam do congresso nacional | 18 a 25 = N/Scoeficiente contingência=,023 (.951) 26 a 43 = N/Scoeficiente contingência=,059 (.316) 44 a 69 = N/Scoeficiente contingência=,069 (.436) |
| Desconfiam do governo federal | 18 a 25 = N/Scoeficiente contingência=,082 (.204) 26 a 43 = N/Scoeficiente contingência=,046 (.537) 44 a 69 = N/Scoeficiente contingência=,072 (.386) |
| Desconfiam dos partidos | 18 a 25 = N/Scoeficiente contingência=,104 (.058) 26 a 43 = fracacoeficiente contingência=,159 (.000) 44 a 69 = fracacoeficiente contingência=,120 (.040) |
| Desconfiam dos militares | 18 a 25 = N/Scoeficiente contingência=,014 (.987) 26 a 43 = N/Scoeficiente contingência=,082 (.077) 44 a 69 = N/Scoeficiente contingência=,106 (.091) |
| Votariam se o voto não fosse obrigatório | 18 a 25 = moderadacoeficiente contingência=,174 (.000) 26 a 43 = fortecoeficiente contingência=,238 (.000) 44 a 69 = N/Scoeficiente contingência=,096 (.135) |
| Discordam que não influem na política | 18 a 25 = fracacoeficiente contingência=,133 (.007) 26 a 43 = fraca.....coeficiente contingência=,147 (.000) 44 a 69 = moderadacoeficiente contingência=,168 (.001) |
| Discordam que a política e o governo são complicados | 18 a 25 = fracacoeficiente contingência=,142 (.003) 26 a 43 = fortecoeficiente contingência=,221 (.000) 44 a 69 = moderadacoeficiente contingência=,178 (.000) |
| Informam-se sobre política | 18 a 25 = fortecoeficiente contingência=,225 (.000) 26 a 43 = fortecoeficiente contingência=,320 (.000) 44 a 69 = fortecoeficiente contingência=,257 (.000) |
| Conversam sobre política | 18 a 25 = fortecoeficiente contingência=,279 (.000) 26 a 43 = fortecoeficiente contingência=,300 (.000) 44 a 69 = fortecoeficiente contingência=,254 (.000) |
| Participam de reuniões de associações... | 18 a 25 = fracacoeficiente contingência=,120 (.019) 26 a 43 = N/Scoeficiente contingência=,031 (.795) 44 a 69 = N/Scoeficiente contingência=,049 (.688) |

Significância das associações entre parênteses (cf. Teste do Qui-Quadrado). Em negrito, associações não significativas

Associações (Coeficiente de contingência) entre Variáveis Políticas e Grau de Instrução com controle da Faixa Etária - 2006

| Variáveis | 2006 |
|--|---|
| Preferem a democracia | 18 a 25 = moderadacoeficiente contingência=,180 (.005) 26 a 43 = N/Scoeficiente contingência=,099 (.057) 44 a 69 = N/Scoeficiente contingência=,064 (.492) |
| Preferem a ditadura | 18 a 25 = N/Scoeficiente contingência=,071 (.582) 26 a 43 = N/Scoeficiente contingência=,025 (.920) 44 a 69 = N/Scoeficiente contingência=,081 (.278) |
| Tanto faz o regime | 18 a 25 = moderadacoeficiente contingência=,170 (.009) 26 a 43 = fracacoeficiente contingência=,125 (.007) 44 a 69 = fraca.....coeficiente contingência=,124 (.029) |
| Discordam da volta dos militares | 18 a 25 = moderadacoeficiente contingência=,172 (.009) 26 a 43 = fracacoeficiente contingência=,144 (.001) 44 a 69 = N/Scoeficiente contingência=,087 (.000) |
| Discordam de partido único | 18 a 25 = N/Scoeficiente contingência=,123 (.109) 26 a 43 = fracacoeficiente contingência=,113 (.023) 44 a 69 = fracacoeficiente contingência=,154 (.003) |
| Desconfiam da justiça | 18 a 25 = N/Scoeficiente contingência=,089 (.366) 26 a 43 = fraca.....coeficiente contingência=,102 (.039) 44 a 69 = N/Scoeficiente contingência=,106 (.072) |
| Desconfiam do congresso nacional | 18 a 25 = N/Scoeficiente contingência=,031 (.945) 26 a 43 = N/Scoeficiente contingência=,086 (.115) 44 a 69 = N/Scoeficiente contingência=,063 (.489) |
| Desconfiam do governo federal | 18 a 25 = N/Scoeficiente contingência=,077 (.495) 26 a 43 = N/Scoeficiente contingência=,072 (.248) 44 a 69 = N/Scoeficiente contingência=,061 (.507) |
| Desconfiam dos partidos | 18 a 25 = N/Scoeficiente contingência=,036 (.913) 26 a 43 = N/Scoeficiente contingência=,077 (.196) 44 a 69 = N/Scoeficiente contingência=,062 (.497) |
| Desconfiam dos militares | 18 a 25 = N/Scoeficiente contingência=,080 (.457) 26 a 43 = N/Scoeficiente contingência=,073 (.234) 44 a 69 = N/Scoeficiente contingência=,078 (.294) |
| Votariam se o voto não fosse obrigatório | 18 a 25 = moderadacoeficiente contingência=,188 (.002) 26 a 43 = fracacoeficiente contingência=,135 (.002) 44 a 69 = N/Scoeficiente contingência=,085 (.219) |
| Discordam que não influem na política | 18 a 25 = moderadacoeficiente contingência=,190 (.002) 26 a 43 = fraca.....coeficiente contingência=,132 (.003) 44 a 69 = N/Scoeficiente contingência=,068 (.418) |
| Discordam que a política e o governo são complicados | 18 a 25 = N/Scoeficiente contingência=,101 (.256) 26 a 43 = N/Scoeficiente contingência=,075 (.221) 44 a 69 = moderadacoeficiente contingência=,167 (.001) |
| Informam-se sobre política | 18 a 25 = N/Scoeficiente contingência=,115 (.146) 26 a 43 = N/Scoeficiente contingência=,089 (.098) 44 a 69 = fracacoeficiente contingência=,136 (.009) |
| Conversam sobre política | 18 a 25 = fortecoeficiente contingência=,277 (.000) 26 a 43 = moderadacoeficiente contingência=,183 (.000) 44 a 69 = moderadacoeficiente contingência=,160 (.001) |
| Participam de reuniões de associações... | 18 a 25 = N/Scoeficiente contingência=,059 (.700) 26 a 43 = fracacoeficiente contingência=,110 (.022) 44 a 69 = N/Scoeficiente contingência=,050 (.670) |

Significância das associações entre parênteses (cf. Teste do Qui-Quadrado). Em negrito, associações não significativas

REGRESSÕES LOGÍSTICAS COM IDADE CONTÍNUA

Efeitos da Idade sobre atitudes e opiniões segundo a idade (1989)

| Variáveis | Efeitos Idade* | | | Ntotal**** |
|--|----------------|--------|--------------|------------|
| | OR | Sig.** | Pseudo R2*** | |
| Preferem a democracia | 1,009 | sig. | ,005 | 1575 |
| Preferem a ditadura | ,998 | n/s | ,000 | 1575 |
| Tanto faz o regime | ,969 | sig. | ,036 | 1575 |
| Discordam da volta dos militares | ,987 | sig. | ,009 | 1578 |
| Discordam de partido único | ,987 | sig. | ,009 | 1734 |
| Desconfiam da justiça | ,972 | sig. | ,043 | 1584 |
| Desconfiam do congresso nacional | ,968 | sig. | ,052 | 1538 |
| Desconfiam do governo federal | ,973 | sig. | ,036 | 1643 |
| Votariam se o voto não fosse obrigatório | 1,003 | n/s | ,000 | 1845 |
| Discordam que não influem na política | 1,001 | n/s | ,000 | 1688 |
| Discordam que a política e o governo são complicados | 1,001 | n/s | ,000 | 1762 |
| Informam-se sobre política | 1,01 | sig. | ,006 | 1905 |
| Conversam sobre política | ,991 | sig. | ,004 | 1910 |
| Participam de reuniões de associações ou comunidades para tentar resolver problemas do bairro ou da cidade | 1,011 | sig. | ,005 | 1908 |

*Calculado com base na idade em anos (contínua)

**Significância calculada com base no intervalo de confiança (95%)

***R2 Nagelkerke

****O número das amostras dos modelos é menor do que as amostras totais devido aos "missing cases" contidos nas variáveis dependentes.

Efeitos da Idade sobre atitudes e opiniões segundo a idade (1993)

| Variáveis | Efeitos Idade* | | | Ntotal**** |
|--|----------------|------|-------------|------------|
| | OR | Sig. | Pseudo R2** | |
| Preferem a democracia | ,996 | n/s | -,001 | 2341 |
| Preferem a ditadura | ,998 | n/s | ,000 | 2341 |
| Tanto faz o regime | ,985 | sig. | ,008 | 2341 |
| Discordam da volta dos militares | ,978 | sig. | ,028 | 2112 |
| Discordam de partido único | ,992 | sig. | ,004 | 2216 |
| Desconfiam da justiça | ,988 | sig. | ,008 | 2295 |
| Desconfiam do congresso nacional | ,984 | sig. | ,014 | 2281 |
| Desconfiam do governo federal | ,979 | sig. | ,025 | 2291 |
| Votariam se o voto não fosse obrigatório | ,993 | n/s | -,003 | 2297 |
| Discordam que não influem na política | ,982 | sig. | ,015 | 2217 |
| Discordam que a política e o governo são complicados | ,993 | n/s | ,002 | 2229 |
| Informam-se sobre política | ,996 | n/s | ,001 | 2357 |
| Conversam sobre política | ,991 | sig. | ,005 | 2342 |
| Participam de reuniões de associações ou comunidades para tentar resolver problemas do bairro ou da cidade | 1,014 | sig. | ,009 | 2349 |

*Calculado com base na idade em anos (contínua)

**Significância calculada com base no intervalo de confiança (95%)

***R2 Nagelkerke

****O número das amostras dos modelos é menor do que as amostras totais devido aos "missing cases" contidos nas variáveis dependentes.

Efeitos da Idade sobre atitudes e opiniões segundo a idade (2006)

| Variáveis | Efeitos Idade* | | | Ntotal**** |
|--|----------------|------|-------------|------------|
| | OR | Sig. | Pseudo R2** | |
| Preferem a democracia | 1,003 | n/s | ,000 | 1419 |
| Preferem a ditadura | ,997 | n/s | ,000 | 1419 |
| Tanto faz o regime | 1,000 | n/s | ,000 | 1419 |
| Discordam da volta dos militares | ,988 | sig. | ,008 | 1696 |
| Discordam de partido único | ,993 | n/s | ,003 | 1678 |
| Desconfiam da justiça | ,989 | sig. | ,008 | 1803 |
| Desconfiam do congresso nacional | ,983 | sig. | ,016 | 1797 |
| Confiam no governo federal | ,986 | sig. | ,011 | 1812 |
| Votariam se o voto não fosse obrigatório | ,998 | n/s | ,000 | 1783 |
| Discordam que não influem na política | ,981 | sig. | ,018 | 1782 |
| Discordam que a política e o governo são complicados | ,980 | sig. | ,014 | 1783 |
| Informam-se sobre política | 1,004 | n/s | ,001 | 1808 |
| Conversam sobre política | ,992 | sig. | ,007 | 1814 |
| Participam de reuniões de associações ou comunidades para tentar resolver problemas do bairro ou da cidade | ,998 | n/s | ,000 | 1783 |

*Calculado com base na idade em anos (contínua)

**Significância calculada com base no intervalo de confiança (95%)

***R2 Nagelkerke

****O número das amostras dos modelos é menor do que as amostras totais devido aos "missing cases" contidos nas variáveis dependentes.